

JOSÉ MARIO RIQUELME HERNÁNDEZ

**O SEM TERRA, SEM TETO E MORADOR DE RUA: A RURBANIDADE E A
CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RURAL NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural, para
obtenção do título de "Magister
Scientiae".

VIÇOSA
MINAS GERAIS-BRASIL
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

R594s
2008

Riquelme Hernández, José Mario, 1973-
O sem terra, sem teto e morador de rua : a rurbanidade
e a construção da representação social sobre o rural na
região metropolitana de Belo Horizonte /
José Mario Riquelme Hernández. – Viçosa, MG, 2008.
xv, 266f.: il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 251-262.

1. Movimentos sociais - Minas Gerais. 2. Mobilidade
social . 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 303.484

JOSÉ MARIO RIQUELME HERNÁNDEZ

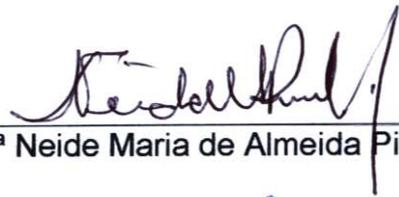
**O SEM TERRA, SEM TETO E MORADOR DE RUA: A RURBANIDADE E A
CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE O RURAL NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*.

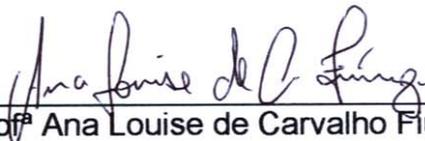
APROVADA: 9 de Julho de 2008.



Profª Nora Beatriz Presno Amodeo



Profª Neide Maria de Almeida Pinto



Profª Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Co-orientadora)



Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Co-orientador)



Profª Sheila Maria Doula
(Orientadora)

A meu filho Nitaz.
A minha esposa Maika
confidente de ideais
e de futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais que acompanharam de perto o processo, mesmo na distância. A Áurea, Paulo e Xerxes pelo carinho. A minha esposa Maika pela fortaleza nos momentos cruciais tanto na prática como na teoria, pois sem ela nada aconteceria. Aos amigos de mestrado, em especial a Zenio, Álvaro, Jaime, e Mateusinho, que com seu carinho ajudaram a construir algo mais que uma pesquisa. Ao MST que acolheu a minha família e abriu as portas para desenvolver a pesquisa; ao povo das Brigadas Populares pela coragem nestes tempos difíceis e em especial a Pedro Otoni pela paciência das longas conversas com vista à esperança. Vale destacar o papel de minha orientadora, a professora Sheila pela liberdade nas escolhas acadêmicas, e a professora Ana Louise pelos conselhos teóricos sempre férteis.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS.....	Ix
LISTA DE FIGURAS.....	Xii
RESUMO.....	Xiii
ABSTRACT.....	Xiv
1.INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1- A PLURIATIVIDADE MINEIRA E A OCUPAÇÃO RURBANA DO MST EM ÁREAS DE FRONTEIRA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. AS INFERÊNCIAS DA MUDANÇA DO RURAL REPRESENTAÇÃO.....	9
1.1. Repensando as representações sociais sobre o espaço rural mineiro.....	11
1.2. Da interiorização das ocupações não-agrícolas em Minas Gerais à pluriatividade na Região Metropolitana de Belo Horizonte: reocupando espaços urbanos indefinidos.....	16
1.3. De vadio a trabalhador volante e a subdesempregado morador de rua raiz da ocupação do campo da RMBH.....	39
1.3.1 A vadiagem e o trabalho ocioso.....	40
1.3.2 De trabalhador volante a volante rurmano na RMBH.....	45
1.3.3 O subdesempregado, o lumpen e o morador de rua: reocupação do espaço rural metropolitano de Belo Horizonte.....	50
1.4. Problema de pesquisa: Da Comuna da Terra em São Paulo à ocupação rurmana do MST-MG. Os fatores do aumento da população urbana nas ocupações sem terra da RMBH.....	54
1.4.1. O vínculo da Comuna da Terra com a ocupação rurmana do MST da RMBH.....	61
1.5. Objetivo geral e específico.....	67
1.6. Justificativa.....	68
1.7. Metodologia.....	72
1.7.1. Campo de estudo.....	74
1.7.2. Amostra.....	74

1.7.3. Método e técnicas de coletas de dados.....	77
1.7.4. Etnografia.....	77
1.7.5. Entrevista.....	77
CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO: PLURIATIVIDADE E CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO RURBANO NO ESPAÇO RURAL DA RMBH.....	79
2.1. Algumas reflexões gerais sobre Pluriatividade e seus efeitos na rurbanidade.....	80
2.2. Localização do debate da pluriatividade e da rurbanidade no espaço rural brasileiro.....	85
2.3. Reflexões da representação rural na bibliografia da pluriatividade contemporânea: imaginários sociais flexíveis que reconstroem a rurbanidade nas áreas do MST na RMBH.....	100
CAPÍTULO 3. OS DESCLASSIFICADOS URBANOS NA MOBILIDADE INTER-REGIONAL DA OCUPAÇÃO RURBANA DO MST: REPENSANDO A MIGRAÇÃO RURAL NA RMBH.....	111
3.1. Desagregação rural mineira.....	112
3.1.1. Rerruralização intrametropolitana; mobilidade espacial rurbana dos desclassificados da cidade para área de MST na RMBH.....	118
3.2. Belo Horizonte: espaço planejado de segregação social.....	119
3.3. Metropolização e periferação da RMBH: especulação imobiliária e fatores econômicos da segregação espacial.....	122
3.4. Da mobilidade inter-regional à reocupação rurbana sem terra: contribuição dos desempregados urbanos para repensar a migração metropolitana e a periferação urbana nos espaços rurais da RMBH.....	128
CAPÍTULO 4. REFORMA AGRÁRIA RURBANA NO MST– RMBH: UMA FORMA DE PENSAR A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A TERRA IMPRODUTIVA NO ESPAÇO RURAL METROPOLITANO.....	140
4.1.1. Concentração fundiária na RMBH.....	140
4.1.2-Concentração Fundiária, terra improdutiva e população rural na RMBH.....	143
4.2. Reforma Agrária Pluriativa e Rurbana na Área do MST–RMBH.....	151
CAPÍTULO 5. ANÁLISE.....	157
5.1. Análise e Introdução.....	157

PARTE I.....	159
5.1.2. Localização etnográfica das áreas do Movimento Sem Terra da Região Metropolitanas: Breve descrição da entorno rurbarano no MST.....	159
5.1. 3. Breve Contexto Socioeconômico do Assentamento Ho Chi Minh.....	159
5.1.4. Contexto etnográfico do acampamento João Pedro Teixeira.....	163
5.1.5. Contexto etnográfico do acampamento Dois de Julho.....	165
PARTE II.....	168
5.2. Análise da esfera produtiva, mobilidade, identidade e representação social dos Sem Terra.....	168
5.2.1 Introdução.....	168
5.2.3 Análise do peso das ocupações não agrícolas nas áreas.....	171
5.2.4. Esfera de trabalho: Dimensão de dificuldade e benefício econômico.....	176
5.2.5. Esfera da mobilidade espacial: Dimensão Trabalho e temporalidade.....	179
5.2.6. Esfera da mobilidade: Dimensão participação e organização política.....	180
5.2.7. Esfera da mobilidade: Dimensão de organização política.....	181
5.2.8. Esfera da Identidade: Dimensão socioespacial.....	182
5.2.9-Esfera do Imaginário: Dimensão socioespacial.....	184
PARTE III.....	185
5.3. Análise da esfera político-organizativa na dimensão econômica, organizativa e alteridade.....	185
5.3.1. Introdução.....	185
5.3.2. Análise das Entrevistas. Esfera política; Dimensão de motivação para ocupação rurbarana.....	186
5.3.3. Esfera política: Dimensão de aliança.....	187
5.3.4. Esfera política; Dimensão de Política Pública.....	188
5.3.5. Esfera política; Dimensão da autogestão econômica rurbarana do MST.....	192
5.3.6. Esfera Econômica: Dimensão de trabalho de benefício e dificuldade política.....	209

5.3.7. Esfera do Trabalho: Dimensão temporalidade espacial.....	210
5.3.8. Esfera da Participação Política; Dimensão da flexibilidade organizativa	212
5.3.9. Esfera da alteridade-Identitária: Dimensão Político e Institucional.....	215
5.3.10. Esfera da representação social: Dimensão político e cotidianidade.....	217
PARTE IV.....	219
5.4. Análise da esfera cultural e produtiva do setor urbano na ocupação rurbana.....	219
5.4.1. Introdução.....	219
5.4.2. Breve contexto descritivo socioprodutivo da ocupação rurbana.....	220
5.4.3. Esfera de trabalho: Dimensão da motivação e fatores culturais para participar na ocupação rurbana.....	225
5.4.4. Esfera de trabalho: Dimensão; dificuldade e benefício econômico.....	227
5.4.5. Esfera de trabalho: Dimensão mobilidade: dificuldade e benefício econômico.....	230
5.4.6. Esfera política: Dimensão da mobilidade e participação política.....	233
5.4.7. Esfera cultural da ruralidade imaginário; Dimensão participação política e representação social.....	235
5.4.8. Esfera da Identidade: Dimensão mobilidade socio-espacial e representação social.....	237
5.4.9. Esfera de imaginário do cotidiano: Dimensão estilos de vida.....	239
2. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251
REFERÊNCIAS DE JORNAIS.....	262
ANEXOS.....	263

LISTA DE TABELAS

1.	População Total, Rural Urbana das Regiões de Planejamento de Minas Gerais; 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000.....	17
2.	Minas Gerais - taxa de crescimento segundo situação do domicílio 1940/2000.....	18
3.1	População urbana de Minas Gerais, segundo o setor de atividade.....	21
3.2.	Pessoas com dupla atividade na PEA Ocupada 15 horas ou mais na semana de referência. Minas Gerais, 1981/97.....	22
3.3.	Principais setores de atividades da população rural não agrícola ocupada 15 horas Duas ou mais na semana de referência. Minas Gerais, 981/1997.....	24
4.1.	Distribuição da PEA segundo o local de domicílio: Região Metropolitana, Interior Estado e Minas Gerais, 1993 e 1997.....	26
4.2.	Distribuição das pessoas de referência com domicílio rural, segundo as atividades econômicas: Região Metropolitana e Interior Estado, 1993 e 1997.....	27
4.3.	Distribuição dos filhos de sexo feminino com domicílio rural, segundo as ocupações nos serviços pessoais: Região Metropolitana e Interior Estado, 1993 e 1997.....	28
5.1.	Crescimento demográfico da população total nos pequenos municípios da Região Metropolitana.....	30
5.2	Evolução dos tipos de famílias segundo o local de domicílio: Minas Gerais, 1992/97.....	35
6.	Ocupados na agropecuária, de 14 anos ou mais, distribuídos por tamanho de estabelecimento, categoria de ocupação e setor de atividade. Minas Gerais, 1985/1995.....	49
6.1.	População em situação de rua - Belo Horizonte 1998-2005.....	51

6.2	Lugar onde nasceu censo 2005.	52
6.3.	Nascimento na área urbana ou rural.....	52
6.4.	População de rua segundo atividade principal.....	53
6.5.	Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e por sexo.....	53
7.1.	Quadro-Assentamento na RMBH.....	58
7.2.	Quadro- Acampamentos rurais MST na RMBH.....	59
7.3.	Dimensão micro de relações subjetivas: Sujeitos entrevistados das áreas de MST na RMBH.....	76
7.4.	Dimensão macro de relações objetivas: Lideranças e Técnicos de MST entrevistados.....	77
8.1	Pessoal ocupado em atividades rurais na RMBH.....	114
8.2.	Participação Regional na população rural no êxodo rural de Minas Gerais 1960/1980.....	116
8.3.	Crescimento da População Urbana Aglomerado Metropolitano 1970 – 2000.....	125
8.4.	Taxa de Crescimento da população urbana RMBH.....	126
8.5.	Crescimento da População Rural de Ribeirão das Neves 1960 – 2000.....	127
8.6:	Taxa de desemprego segundo tipo RMBH 1996-2004.....	136
8.7.	Estimativa do numero de pessoas de 10 anos e mais e taxas segundo a condição de atividade RMBH. Novembro 2006 a novembro 2007.....	137
9.	Número de área total das propriedades rurais na RMBH.....	141
9.1.	Distribuição das maiores propriedades na zona da rural da RMBH: número, área e natureza de propriedade.....	142
9.2.	Classificação dos imóveis rurais Municípios RMBH, Cadastro INCRA 2005.....	144
9.3.	Extensão territorial, percentual de população rural (2000) e número	147

	de estabelecimentos rurais dos municípios da RMBH (1995).....	
10.1.	Assentados de MST por ocupação e atividade rural RMBH-2007....	169
10.2.	Acampados de MST por ocupação rural RMBH-2007.....	170
10.3.	Mobilidade fora da área sem-terra de acampamentos de MST RMBH 2007.....	174
10.4.	Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático ano 2004 / MST- MG.....	194
10.5.	Agrupamento dos pesos de valores por eixo temático – 2004.....	195
10.6.	Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2004.....	196
10.7.	Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático ano 2005 / MST-MG.....	197
10.8.	Agrupamento dos pesos de valores por eixo temático 2005.....	198
10.9.	Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2005.....	199
10.10.	Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático - ano 2006 / MST-MG.....	200
10.11.	Agrupamento dos pesos de valores por eixo-temático 2006.....	201
10.12.	Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2006.....	202
10.13.	Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático - ano 2007.....	203
10.14.	Agrupamento dos pesos de valores por eixo temático – 2007.....	204
10.15.	Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2007.....	205
10.16.	Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG anos 2004 - 2007.....	206

LISTA DE FIGURAS

1.	Principais municípios Mineiros com PEA rural não-agrícola superior a 50% do total de ocupado Minas Gerais 2000.....	31
2.	Ocupação plúriaiva nas manchas urbanas indefinidas da RMBH.....	37
3.	Traçado do Plano Original de Belo Horizonte 1897.....	120
4.	Mapa da RMBH Proporção de chefes moventes intracampo, com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.....	130
5.	Mapa da RMBH Proporção de chefes e-moventes com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.....	131
6.	Mapa da RMBH Proporção de chefes e moventes com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.....	132
7.	Grandes Propriedades improdutivas na RMBH.....	145
8.	População Rural na RMBH.....	148
9.	População Semi-Rural em áreas de concentração fundiária na RMBH..	150
10.	Localização municipal do Assentamento. Ho Chi Min	161
11.	Localização municipal do Acampamento Dois de Julho.....	166

RESUMO

RIQUELME, Hernández José Mario, Universidade Federal de Viçosa, Julho de 2008. **O Sem Terra, Sem Teto e Morador de Rua: a rurbanidade e a construção da representação social sobre o rural na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Co-Orientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e José Ambrósio Ferreira Neto.

Este estudo tem como foco a discussão da ruralidade presente na interação entre setores do campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MG e dos sujeitos provenientes das periferias da cidade para ocupar o campo em espaços de fronteira rural da Região Metropolitana de Belo Horizonte denominada ocupação rurbana. Sendo um espaço que sintetiza a interação econômica e sócio-cultural entre estes setores marginalizados da economia formal; que por meio de suas práticas cotidianas recriam, multiplicam as narrativas, as re-elaborações de identidades, e os significados atribuídos a esse espaço rural. Tudo isto como efeito dos desdobramentos do processo de acumulação do capital no meio rural, que estimula o abandono das atividades agrícolas nesse espaço que outrora era considerado de agropecuário e que hoje é objetivado como um lugar cada vez mais indistinguível e diluído.

Importa-nos aqui compreender as apropriações, as mudanças, as possibilidades e as limitações da construção de representações do rural presentes nestas interações coletivas entre os movimentos sociais e os sujeitos do campo e da cidade, marcadas pelos contextos produtivos extra-agrícolas num anfiteatro de disputa e de co-relações sociais e simbólicas, partindo da premissa de que o rural/ruralidade, mais do que realidades fixas, trata-se de uma representação social reproduzida nos contornos da ocupação rurbana da RMBH.

ABSTRACT

RIQUELME, Hernández José Mario, Universidade Federal de Viçosa, July 2008. **The landless, homeless, street-dweller: Rurbanity and the construction of the social representation on the Rural on the Metropolitan Region of Belo Horizonte.** Advisor: Sheila Maria Doula. Co-Advisores: Ana Louise de Carvalho Fiúza and José Ambrósio Ferreira Neto.

This study focuses the discussion of rurality present in the interaction among several rural sectors of the Landless Rural Workers' Movement in the state of Minas Gerais, southeastern area of Brazil, and the subjects who come from the poor sectors surrounding the city to occupy the fields in the rural borders with the Metropolitan Area of Belo Horizonte, referred to as rurban occupation. This space synthesizes the economical and socio-cultural interaction among these marginalized sectors of formal economy. It all results from the capital accumulation process in the rural areas, stimulating the abandonment of agricultural activities in that space, which used to be considered for farming activities. It has been targeted as a less and less specific, mixed area lately.

Our concern here is to understand the appropriations, changes, possibilities and limitations of the construction of rural representations found in these collective interactions among social movements and the subjects from the rural and urban spaces, marked by their extra-agricultural productive contexts within a stage of dispute, and their social and symbolic correlations, starting from the supposition that the rural/rurality, more than fixed realities, is a social representation reproduced within the outlines of the rurban occupation of the Metropolitan Area of Belo Horizonte.

1. INTRODUÇÃO.

Este estudo tem como foco a discussão da ruralidade presente na interação entre setores do campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com sujeitos desempregados, e moradores de rua das periferias da cidade que atuam no movimento sem teto “Brigadas Populares” para ocupar o campo em espaços de fronteira rural da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Importa-nos aqui compreender as apropriações, as transformações, as possibilidades, e as limitações da construção de representações do rural presentes nestas interações coletivas marcadas pelos contextos produtivos extra-agrícolas num anfiteatro de disputa, e correlações sociais partindo da premissa de que o rural/ruralidade, mais do que realidades fixas, trata-se de uma representação social.

Nesse sentido, acreditamos que a discussão em torno das representações do rural presentes nestes contextos sócio-produtivos pode constituir-se num profícuo campo de investigação de relações sociais presentes na re-ocupação do espaço rural da região metropolitana da capital mineira; através de tais representações se expressam as distintas práticas cotidianas que atores do campo e da cidade assimilam da esfera sócio-cultural como os intercâmbios das narrativas simbólicas concentradas nas dinâmicas de elaboração de identidade, e de igual maneira as distintas formas de apropriação e de construção de um espaço reconhecido como rural, mas ao mesmo tempo ambíguo, pois se localiza nos limites da fronteira da cidade.

As questões trabalhadas foram norteadas pelas transformações que o setor agrário brasileiro está passando, no que diz respeito à sua organização produtiva, em relação às experiências das mudanças do processo de acumulação do capital sofrida nas sociedades de capitalismo avançado¹, e do deslocamento de indústrias e serviços urbanos para o campo

¹ Os países de capitalismo avançado são freqüentemente vistos como modelos que apontam os rumos das transformações econômica-sociais, que os demais países tenderam a vivenciar (Wanderley, 2000:87).

(Antunes,1995 e Harvey,1992). Panorama que facilitou no Brasil re-conceituar o rural no questionamento da dicotomia urbano/rural, como mecanismo que outrora serviu para distinguir o campo e a cidade como lugares isolados e diferentes, e que hoje são considerados como espaços cada vez mais diluídos, integrados e disfuncionais. Essa situação que transforma a base produtiva do trabalho camponês na argamassa de atividades tipicamente urbanas no campo², numa conotação em que o rural não mais se limita ao agrícola como espaço fornecedor de alimentos, pois a ele passaram a ser incorporadas outras atividades geradoras de renda, fortalecendo diversos ramos produtivos e de consumo, multiplicando as linguagens do espaço rural.

No espaço rural mineiro esse cenário produtivo adquire um desdobramento significativo, pois dois fenômenos atuam concomitantemente: o aumento de ocupações pluriativas e extra-agrícolas nas áreas sem terra da região metropolitana, expressando 75,05% dos trabalhos absorvidos para o período de 2007; e, além disso, a tendência, nos últimos anos, do MST-RMBH em incorporar sujeitos economicamente marginalizados do mercado de trabalho das cidades no processo de re-ocupação dos espaços rurais da RMBH.

Contudo, operou-se no MST- RMBH uma opção pelo experimento social, que rompe com a orientação traçada há cinco anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte: realizar ocupações com população urbana, majoritariamente, com vínculo com a terra, que se desloca para áreas relativamente distantes da grande metrópole à procura do modo de ser caipira, que, utilizando trabalho não agrícola no campo conjugado com práticas pluriativas (GRAZIANO,1997a, p.45) é mobilizado pelo resgate de um rural, seja perdido, seja melancólico. Ao contrário disso, nos encontramos com uma mudança no perfil do trabalhador urbano que vai para o campo, pois está se processando a primeira ocupação de “outro tipo” ou rurbana desenvolvida pelo movimento social na região metropolitana de Belo Horizonte.

² Entendido como ação pluriativa ou multifuncional (Sampaio. H, 2000 e Graziano, 1997).

Esta situação se torna incerta, quando se incorporam pela primeira vez pessoas sem-teto quase sem procedência rural, com baixo ou nulo vínculo com a terra, ou seja, sem perfil rural clássico, que não necessariamente assumem a exclusiva transformação de urbano por camponês, e de igual maneira pela inclusão de população de rua que mora nas praças, albergues, viadutos e avenidas da metrópole de Belo Horizonte, aprofundando assim o perfil descrito acima; dos 100% de indivíduos entrevistados em situação de rua, apenas 1,5% desta população tinha vínculo rural, marcada pela ligação citadina e a alta mobilidade entre os diversos espaços metropolitanos e cidades rurais do interior, fatores que questionam e fomentam as ambigüidades sobre a capacidade desta camada social de se fixar na terra (Gomes, 2005)³, mas esta mesma mobilidade nos faz suspeitar que estes sujeitos têm relações com o espaço rural.

Nesse cenário, nos encontramos frente a uma situação paradoxal que mobiliza o problema da pesquisa. O aumento da população urbana praticando trabalhos de base extra-agrícola nos últimos cinco anos em áreas da reforma agrária na RMBH alcançou, nos estabelecimentos de MST revisados, um aumento de 76,65% para o ano de 2007, e, conseqüentemente, uma redução de medidas no que diz respeito à absorção desse trabalho não agrícola nestas áreas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) assim o revela, pois até o ano de 2006 apresenta créditos excludentes para trabalhadores rurais que praticam atividades não agrícolas; os recursos são acessados pelo agricultor cujo rendimento é exclusivamente agropecuário (Schneider, 2006; e Belik, 2000). Instala-se um agricultor familiar modelo onde as populações rurbanas nem aparecem como categoria.

Quem responde a essa demanda são os movimentos sociais no que diz respeito à contribuição para enfrentar a pobreza urbana, ao incluir nos últimos cinco anos, nas áreas rurais da RMBH, trabalhadores que praticam ocupações não-agrícolas e a pluriatividade. No entanto, estas atividades

³ Além das dificuldades da adição e vícios que dificultam o trabalho de intervenção com este grupo. Mais informações em Pastoral de Rua, 2007.

foram encaradas em cada área do MST de forma singular⁴, com o objetivo de evitar que os sujeitos abandonem o estabelecimento, dado que realizar serviços em centros urbanos é considerada uma dificuldade que embaraça a construção do tipo de camponês fixado na terra. A inclusão dos grupos desclassificados e moradores de rua nas áreas semi-rurais da RMBH faz questionar os tipos de agricultor acima expostos, seja do Estado por meio do programa PRONAF, seja do MST que fixa o seu significado na terra. Portanto, a relação trifásica ente o Estado, o MST e o sujeito rurano faz re-conceituar as definições do campo, mas também afeta as formas de representar os tipos de trabalhador rural até agora instalados no meio rural.

Esse panorama contextualiza a pertinência das questões investigativas do estudo, e do objetivo geral para este trabalho que é:

Diagnosticar os efeitos experimentais da pluriatividade e da ocupação não-agrícola na construção da representação sobre o rural tanto pelo movimento social, como pelo sujeito desclassificado da cidade na área rurana; e suas implicações nas elaborações de repertórios de identidades, co-relacionado ao trabalho desenvolvido por esses atores numa permanente mobilidade entre o espaço urbano e rural.

A ocupação rurana, assim descrita, está objetivada pela experimentação social e produtiva em que dela emergem situações, imagens e interesses distintos para interpretar o significado do trabalho rural, para onde confluem indivíduos e instituições sociais que estabelecem entre si relações variadas, de disputa, de negociações e de acordos na ocupação de um espaço indefinido ou de fronteira⁵ na área rurana, incrustada no limite da cidade de Belo Horizonte.

O objeto de estudo está centrado numa ocupação que vem sendo denominada de rurana, e organizada pelo MST-MG em parceria com a organização sem teto Brigadas Populares-BH. A ocupação estará localizada

⁴ Nos últimos cinco anos o movimento sem terra-MG, destinou para a pequena agricultura familiar tradicional (nas áreas do estado de Minas Gerais) mais de 90% dos projetos de investimento social. Isto pelo fato que a pluriatividade e o trabalho não agrícola são fenômenos assumidos recentemente pelo movimento, assim, destinou-se apenas 6% de recursos via projetos para agricultura urbana nas áreas do movimento, sem utilizar o termo de famílias não-agrícolas, nem mesmo o termo rurano. Arquivos MST-MG Belo Horizonte, Junho, 2007.

⁵ Áreas tratadas na parte de antecedentes do capítulo primeiro.

num município situado na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo uma proposta embrionária no estado de Minas Gerais, na medida em que esta pretende ser incorporada ao processo da Reforma Agrária. A delimitação do campo de estudo está dividida por diferentes categorias de profissões que abarcam 17 trabalhadores sem terra dentre um assentamento e dois acampamentos da região metropolitana de Belo Horizonte. Serão coletadas as narrativas de 10 trabalhadores e desempregados que participam de duas ocupações sem teto da capital. O campo de estudo, também, contempla 8 moradores de rua de um albergue público e do Movimento de População de Rua de BH. E finalmente considera-se na amostra 10 lideranças das duas organizações em questão.

As entrevistas dos acampados e assentados do MST, em comparação com a população urbana, permitirá traçar o peso da diversidade de representações com que os atores interpretam a ocupação rurbana em questão.

O foco metodológico esteve voltado para os estilos de vida dos atores rurbanos, pois o caminho da pesquisa foi desenhado com base em uma estratégia de tipo qualitativo, segundo a lógica de Rodríguez Gil (1996), e se refere à captura da experiência na compreensão, na interpretação e análise dos acontecimentos no mesmo processo, para capturar as narrativas particulares dos sujeitos (RAY RITS,1997). Além disso, combina a linha descritiva, uma vez que marca as propriedades importantes dos grupos ou qualquer outro fenômeno que se analise. Os delineamentos utilizados serão o método etnográfico, e a técnica de observação participante, cujo procedimento, produção e análise dos dados são um contínuo permanente (Garcia, 1997). Um outro delineamento será a entrevista em profundidade de tipo descritivo e biográfica, indagando fatos na história de vida dos atores, alcançando níveis de comparação qualitativa.

Para diagnosticar as situações experimentais e problematizar metodologicamente as categorias da representação rurbana, o objeto será analisado no nível macro e micro social. Em um extremo serão desenvolvidas as condições objetivas da esfera econômica, por meio do

trabalho pluriativo, e da esfera política que permitirão medir as expectativas, acordos e restrições entre as lideranças do MST e as propostas governamentais para as famílias acampadas. No outro extremo, será analisado o nível micro das dimensões subjetivas simbólico-culturais dos sujeitos, por meio das relações práticas da experiência cotidiana dos atores, que permitiram interpretar as construções das diversas representações sociais dos atores para o campo, e as elaborações de repertórios de identidades fugazes e descartáveis que facilitam ao sujeito o trânsito entre os espaços rurais e urbanos.

Assim, o trabalho se divide em cinco capítulos, cada um com objetivos bem definidos. No primeiro, foram conduzidos os antecedentes gerais do nosso estudo sobre a embrionária ocupação rurbana estimulada pelos movimentos sociais do campo e da cidade. Nessa parte, foi traçado o estado da arte da discussão atual sobre a ocupação não-agrícola e a pluriatividade na RMBH, em concomitância com a expansão destas atividades em direção ao interior do estado. Esta revisão bibliográfica serviu para delimitar as ambigüidades do espaço de fronteira semi-rural da RMBH em que se localiza a ocupação rurbana, juntamente com as ambigüidades que marcam o processo de exclusão social sofrido pela população desclassificada da cidade que atua na ocupação. Esta população apresenta características similares aos “vadios” “das minas geraes” do século XVIII. Isto motivou a realizar uma conexão histórica que singulariza o processo de re-ocupação do espaço rural. Noções históricas que no final do capítulo desencadeiam no problema investigativo com as hipóteses e o desenho metodológico focando os eventuais efeitos nas representações sociais sobre o meio rural.

De forma inicial podemos adiantar que as perguntas mais destacadas do problema de pesquisa são:

- Como a pluriatividade afeta os significados atribuídos pelos atores ao espaço e ao trabalho rural na interação entre o MST com os desclassificados das cidades na área rurbana?
- De que maneira a característica do desclassificado rurbano, como a alta mobilidade pelos

espaços da RMBH, afeta a adaptação do sujeito na terra e a geração de diversas representações do campo?

As hipóteses mais relevantes para essas perguntas são:

- Quanto maiores os exercícios de ofícios não-agrícolas e pluriativos dos desclassificados da cidade na ocupação urbana, maior a capacidade de gerar representações rurais.
- A alta mobilidade dos desclassificados e moradores de rua pelos espaços da RMBH facilita a estes sujeitos se fixar na terra e incrementar a representação social do campo.

O capítulo dois aborda os debates conceituais que marcam o traçado teórico da ocupação não agrícola e a pluriatividade em relação a sua capacidade de elaborar diversas formas de representação do rural. Parece-nos fundamental delinear as diversas dimensões por onde circularam as reflexões teóricas a respeito, a começar por aquelas que entenderam o fenômeno como instrumento que fragmentaria a relação produtiva e reprodutiva da agricultura familiar. Com ele se iniciou um árduo debate por aquele setor acadêmico que enfatiza a dimensão produtiva como eixo de reflexão. E também motiva, pela contraparte, outro segmento teórico, de tradição franco-européia, que considera o fenômeno numa dimensão cultural em que as práticas produtivas têm caráter multifacetários, como um conjunto de práticas produtivas culturais não mercantis associadas à atividade agropecuária, onde os espaços campo-cidade estão cada vez mais entrelaçados.

Os pressupostos teóricos que orientam o estudo situam o debate sobre o rural como um conjunto de representações coletivas mediadas pelas co-relações e disputas no espaço simbólico entre os personagens, mediadas pelas práticas de trabalho multifuncional. Situação esta que despertou um amplo debate sobre o imaginário rural pluriativo e sobre os espaços intersticiais onde elas acontecem. Estas reflexões foram levantadas por autores como Marcel Jollivet (1997) e Herviu (1996), Rémy (1989) Mormont (1987; 1989), Lacasse (1999), que se voltaram sobre as possibilidades dos atores de construir novas representações do rural, não apenas limitados à

ótica territorial do espaço, mas também à esfera simbólica. Esses autores apresentam uma sintonia com os conceitos clássicos da representação coletiva de Gilbert Durand (1999) e (2002) Baczko (1985), e Roger Bastide (1963) em que estes três últimos autores se esforçaram em enfatizar, dentro de uma visão histórico-antropológica o aspecto dinâmico do imaginário, o que auxilia entender a transformação do espaço rural.

O terceiro capítulo aborda o tema dos processos de re-ocupação do espaço rural metropolitano, que atualmente envolve os desclassificados e desagregados do campo e da cidade, e seus diversos desdobramentos ao longo destas últimas décadas, visando detectar as limitações com que a sociologia urbana trata o tema dentro de uma única perspectiva: a ampliação das periferias das cidades, não considerando a dinâmica rural que vem se processando no espaço rural.

O quarto capítulo orienta o leitor sobre a situação sócio-histórica que contextualiza a ocupação rural no espaço semi-rural, marcada pela concentração fundiária na RMBH. Nossa ênfase é identificar o peso deste fator fundiário para ter uma medida dos efeitos da prática pluriativa nas áreas do MST e na ocupação rural, além de traçar as possibilidades e limitações da incorporação desta ocupação no processo de Reforma Agrária.

Finalmente, o último capítulo objetiva articular os conceitos e argumentos apresentados nos capítulos anteriores com o resultado da pesquisa empírica realizada na ocupação rural e nas áreas sem terra, visando identificar quais construções e interpretações desses personagens – que surgem da interação sócio-cultural e produtiva – geram representação social do espaço rural, e, conseqüentemente, quais são as implicações deste fenômeno para a extensão rural e para as capacidades e estratégias de intervenção no espaço rural.

CAPÍTULO I.

1.- A pluriatividade mineira e a ocupação rurbana do MST em áreas de fronteira da região metropolitana de Belo Horizonte. As inferências da mudança do rural representação.

O presente capítulo apresenta os antecedentes gerais do nosso estudo sobre a embrionária ocupação rurbana estimulada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terra de Minas Gerais (MST-MG) e uma organização Sem Teto da cidade de Belo Horizonte em uma área de difícil classificação, seja de periurbana ou semi-rural, da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e os eventuais efeitos nas representações sociais sobre o meio rural pela emergência da pluriatividade e dos ofícios extra-agrícolas nas áreas do MST-RMBH e na ocupação rurbana.

Essa situação surge da tendência dos últimos anos no MST em incorporar sujeitos economicamente desclassificados e marginalizados do mercado de trabalho das cidades, e que, conseqüentemente, além de estimular as práticas extra-agrícolas e a pluriatividade na região rural metropolitana, também aprofundam o debate teórico, dado que, em algumas situações, são sujeitos sem vínculos com o espaço rural.

Tendo em vista essa discussão, o presente capítulo está dividido em três partes: a primeira parte discute as representações ambíguas entre as definições tradicionais do espaço rural estagnado e distante do espaço urbano e os limites espaciais tensionados e relativizados pelo aumento das práticas pluriativas no país, em Minas Gerais e na RMBH. Nessa parte, traçaremos o estado da arte da discussão sobre a ocupação não-agrícola e a pluriatividade na RMBH. Pelo fato evidente de que estas práticas se desenvolvem intensamente em áreas rurais da RMBH, os estudos se focaram na interiorização regional. Entretanto, no final desta primeira parte, percebemos que as áreas metropolitanas que desenvolveram as práticas não-agrícolas foram os espaços ambigüamente delimitados, aqueles pontos brancos no mapa, para mencionar algumas como áreas urbanas de feição

rural: áreas rurais semiurbanas ou áreas urbanas isoladas. Essas são áreas potenciais onde será localizada a ocupação rurbana sem-terra com os desclassificados das cidades.

Esses acontecimentos nos colocam na segunda parte do capítulo: a descrição do perfil de subempregados e marginalizados contemporâneos das cidades que estão dispostos a ocupar os espaços indeterminados rurbanos. Eles têm um vínculo histórico com os setores marginais que trabalharam no campo da região central mineira desde os tempos da colônia e até com os trabalhadores volantes⁶ da década do ano 1960, especialmente com os bóias frias rurbanos que ocuparam as áreas rurais da RMBH. Tanto os subempregados de anos anteriores quanto os contemporâneos se vinculam no deslocamento para os lugares de trabalho eventual e marginalização econômica, fruto da indefinição outorgada pela estrutura social em que se desenvolveram.

A terceira parte traz uma breve descrição do aumento das ocupações do MST-RMBH com população urbana e o eventual aumento das práticas não- agrícolas nas áreas ocupadas. Várias ambigüidades aumentam com incorporação dos “desclassificados” sociais na ocupação rurbana, entre eles moradores de rua sem vínculo com a terra, que apresentam uma alta mobilidade e baixa fixação espacial. Esses fatores estimulam os questionamentos, além do caráter embrionário do experimento social chamado acampamento rurbano.

O problema investigativo e as hipóteses são subsidiados por todos estes fatores conjugados, em que se destacam o aumento de população urbana, e aquela ainda sem classificação nas áreas do MST e a diminuição de medidas para manejar as práticas pluriativas, tanto vindas da esfera governamental quanto do MST. Esses fatores estimulam as redefinições do

⁶ Forma de trabalho característico das relações de produção agroindustrial no país, mediado pelo salário e condições sazonais, por tal motivo associada diretamente à desagregação das relações coloniais desde o fim do século XIX até o início dos anos 60. Guimarães Passos (1989)

campo e afetam as formas de representar os tipos de trabalhador camponês encontrados hoje no meio rural.

1.1- Repensando as representações sociais sobre o espaço rural mineiro.

Os estudos especializados no Brasil sobre a relação campo-cidade têm uma tradição significativa nos últimos 40 anos, refletindo as profundas transformações que o campo sofreu nesse período, baseadas nos processos de modernização numa intensa fase de acumulação do capital agrário, que se distinguiu dos procedimentos coloniais praticados até o final do século XIX, marcados pela produção primária e agricultura. O atual período se caracteriza pelo deslocamento de indústrias e serviços urbanos para o campo, afetando o espaço rural que sofre uma série de alterações na sua configuração sócio-espacial e leva, nas últimas décadas, a re-conceituar o rural.

As preocupações dos estudos brasileiros na metade dos anos 60 se encarregaram de distinguir os atributos e semelhanças sociais entre os aspectos urbanos e rurais. Esta orientação recebe a influência da pesquisa franco-européia de Lefebvre (1968) sobre os efeitos da mudança rural francesa, para visar aos diversos fatores que separavam ou ligavam os espaços campo-cidade, fruto da pós-revolução industrial, que instalou a tecnologia como a marca distintiva da cidade, e que iniciou a hegemonia sobre o campo (REDFIELD, 1960)⁷. No entanto, nesse período, Henri Mendras (1969) desenvolvia uma outra orientação voltada às relações entre campo e cidade como um processo global, que permitiu definir as

⁷ A escola difusionista norte-americana de Kroeber e Redfield entendeu que a alteridade do camponês define-se pela dependência a uma sociedade maior, a cidade, baseada na noção de contatos e préstimos culturais como motor da mudança social. Mais informações em REDFIELD, Robert. *The little community and peasant society and culture*. Chicago. Phnix books University of Chicago Press, 1960.

características entre os espaços, ao invés de se ocupar apenas dos fatores de subordinação do meio agrícola ao desenvolvimento industrial.

A classificação proposta por Mendras (1969) define o campo em relação à cidade, tanto que, para ele, quando não existe cidade não se pode falar propriamente de sociedade rural. Mendras rebate a idéia do etnólogo americano Redfield (1956), segundo o qual as sociedades arcaicas vivem em comunidades locais limitadas e em coesão profunda, o que supõe uma rejeição do mundo exterior. "Ao contrário", Mendras afirma que "a sociedade rural é sempre um elemento de uma sociedade mais ampla" (MENDRAS, 1969, p. 43-44), em termos de consumo e em termos de produção.

Para Lefebvre (1970), ocupar-se das causas da subordinação do campo à indústria urbana permitia entender as heterogeneidades que separam cada espaço nas sociedades européias. Como estratégia, o autor propôs uma classificação que passa por dois momentos: no primeiro, a conformação da sociedade agrária subordina a cidade à produção de alimentos no que diz respeito à distribuição de mercadorias, e segundo, de forma contrária, a situação adquire outra característica quando os papéis destes poderes terminam por se inverter e as cidades se liberam da dependência rural fruto do avanço técnico (WANDERLEY, 2000, p.92). A partir de então, torna-se capaz de produzir seus alimentos e de reorganizar a divisão do trabalho rural, impondo ao campo a matriz capitalista, diluindo, progressivamente, as antigas formas de organização tradicional baseadas no parentesco, no servilismo e na religião (WOLF, 1987), acentuando a distância do campo, cada vez mais longe da civilização moderna da metrópole.

Foi nesse primeiro momento que a valorização simbólica do campo na região sudeste brasileira aconteceu durando até quase a metade do século XX, vinculada ao período em que a apropriação do estilo de vida burguesa da cidade esteve ligada mais à riqueza rural do que à industrialização moderna (QUEIROZ, 1978, p.58), fruto do tardio e heterogêneo processo industrial. Segundo Queiroz, esta situação contribui para gerar uma narrativa ideal do espaço camponês, tornando o campo um

lugar bucólico, de abundância, de harmonia, de fartura em oposição às metrópoles da época.

Foi no segundo momento, quando a produção rural torna-se secundária e subordinada ao investimento industrial de fins do século XIX, que lentamente a literatura começou a retratar uma imagem da cidade como expressão de bons costumes e o campo, ao contrário, como espaço da ignorância, cujos habitantes passaram a constituir parte de um nível social inferior.

De certo modo, operou-se entre os estudos da sociologia rural brasileira uma relação com a noção de conservadorismo da vida rural em contextos de isolamento geográfico e produtivo (GOMES, 2001). Essa noção tornou-se habitual para abordar as mudanças do campo, que teve como ponto de partida o exotismo do estilo de vida do interior. Assim, se a bibliografia européia traçou a distância arcaica do campo em oposição à vida moderna da cidade fruto do avanço industrial, no Brasil, Euclides da Cunha com a obra *Os Sertões* diferenciou o atraso rural em oposição à vida moderna no litoral, marcando as populações rústicas com um selo de recusa à inovação (QUEIROZ, 1978, p.47).

No que toca ao meio rural, poderíamos dizer que existiram paralelamente duas dimensões sociais que contribuíram para a manutenção desta imagem ao longo do século XX: num extremo o viés produtivo-econômico e no outro o estilo de vida costumeiro. A primeira baseia-se nos procedimentos desenvolvimentistas sobre a perspectiva cepalina norteadas pelos aspectos que permitiriam ao agricultor tradicional gerar maior condição e adaptação aos avanços tecnológicos para romper com o círculo de atraso (HEYNING, 1982, p.119-123); a segunda, destacando as características costumeiras e pitorescas da sociedade camponesa, que ignorava a aparência moderna. De igual maneira, ambas as noções representam o avesso de um processo conjunto de negação urbana e isolamento rural, que aumenta a distância entre estes espaços.

Desde outra perspectiva, Queiroz (1978) observa que na relação campo-metrópole, numa sociedade como a brasileira, podem ser

encontrados os diversos tipos de camponês acima mencionados, convivendo de forma concomitante com os estilos de vida urbana, fruto de uma revolução industrial tardia no Brasil. Este olhar levou a autora a se distanciar da idéia da existência de duas sociedades paralelas, entendendo a relação campo-cidade a partir de uma ótica global, como parte de um conjunto social maior (QUEIROZ, 1978, p.49). Concordamos com a tese da autora sobre a importância que tem os aspectos urbanos para elaborar questões rurais, particularmente as relações geradas das sínteses que se desenvolvem hoje, fruto das ações cotidianas e particulares dos sujeitos urbanos ao ocupar o campo, especialmente nos assentamentos do MST na região metropolitana de Belo Horizonte. Esse espaço atualmente se transforma em um lugar indeterminado e inclassificável, mudando a organização social, o âmbito produtivo e o *ethos* cultural (BENGOA, 2005). Essa idéia relativiza a suposta noção de isolamento social com que o campo se desenvolve em relação à cidade, tornando as estruturas sociais cada vez mais agregadas⁸ e igualmente relacionando formas produtivas e duplas esferas das atividades extra-agrícolas no campo.

No entanto, o que está em observação no período atual é o desenvolvimento das diversas dimensões que adquire o espaço rural contemporâneo nas interfaces da dupla atividade do processo produtivo no meio agrícola, afastado do paradigma clássico da proletarização agrária elaborada pelos autores como Kautsky e Lenin (HEYNING, 1982, p.125).

Segundo Roger Bartra (1982)⁹, o debate clássico marxista sobre a questão agrária e a evolução agrícola esteve determinado pelo crescimento de forças produtivas que atuariam a eliminação do camponês da agricultura. Como seqüência histórica, elas disciplinaram as mudanças da agricultura por meio da descentralização técnica como processo necessário ao capitalismo industrial. Ou seja, a existência de lucro - assalariado industrial -

⁸ Como assinala o autor, citando a Redfield, "nunca existiu uma autonomia absoluta, mostra-o a sociedade rural de tipo folk, esta se constitui em função da existência das cidades" BENGOA, José. 25 años de estudios rurales. Instituto de Filosofía e Ciências Humanas – UFRGS. 2005. Acessado em 28/01/2005. <http://www.scielo.br/scielo.php>. p 5 y 36.

⁹ Mais informações em BARTRA, Roger. Estrutura agrária e Classes sociais. DF-México, Era, 1982. p13.

na atividade agropecuária levaria a Marx afirmar que as relações do capitalismo industrial no campo tornam inevitável que o agricultor perca seus meios de subsistência, e do grau dessa perda vai depender a expulsão do camponês de seu espaço produtivo e sua eventual incorporação ao mercado de trabalho como proletário livre. Assim, os supostos marxistas interpretam a dupla atividade do assalariado rural como condição necessária do desenvolvimento do capital no campo estimulando a descaracterização camponesa.

No entanto, como assinala David Lehman (1980), com o desenvolvimento capitalista na região, os camponeses que migraram para as cidades não se proletarizaram, nem tampouco aqueles que continuaram no espaço agrário continuaram sendo camponeses nos termos clássicos da economia familiar. Como diz Murmis (1992), a unidade de produção fundada na combinação de terra e trabalho familiar que foram as unidades camponesas por excelência¹⁰, é apenas um ponto de referência, dificilmente podendo-se falar de um tipo ideal de unidade camponesa, ancorada exclusivamente em trabalhos agrícolas. Outro segmento populacional surge como fruto das difusas fronteiras que existem no contato campo-cidade¹¹.

Desta maneira, surge outro tipo de relação produtiva de caráter multifuncional, diferente da relação gerada na subordinação do campo à cidade do princípio de século XX, exposta acima. Lentamente, os espaços rurais brasileiros se tornam diluídos a partir da transformação da base produtiva e do gênero de trabalho camponês na argamassa de atividades tipicamente urbanas no campo.

Assim, o espaço rural brasileiro está sofrendo uma série de alterações na sua configuração sócio-espacial, que, segundo Harvey (1992), são produto das mudanças nas fases pós-fordistas nos ciclos de expansão do capital, deslocando indústrias e serviços tipicamente urbanos para o campo, aproveitando a mão de obra sub-valorizada e articulando duplas

¹⁰ MURMIS, 1992. Tipologia de pequenos produtores campesinos em América Latina. En César Peón (comp). Sociología rural latinoamericana. Hacendados y campesinos, Ceal, Buenos Aires. p 82.

¹¹ Reflexão de Bengoa, 2005. op cit.p 27

atividades em espaços rurais, em sintonia com as mudanças agrícolas sofridas algumas décadas antes nas sociedades de capitalismo avançado (ANTUNES, 1995). Constitui-se uma tarefa entre os estudos brasileiros localizar a relação campo-cidade nas diversas dimensões sociais, como a econômica, a produtiva, e a cultural que contornam a prática pluriativa e o trabalho não-agrícola, facilitando o desenvolvimento dos diversos ofícios peculiares da cidade no campo. No entanto, as características dos estudos mineiros sobre estas temáticas nos últimos anos têm se limitado a distinguir a influência da região metropolitana nas regiões do interior do estado, focando apenas a dimensão econômica do processo pluriativo.

1.2- Da interiorização das ocupações não-agrícolas em Minas Gerais à pluriatividade na Região Metropolitana de Belo Horizonte: reocupando espaços urbanos indefinidos.

As indagações que se realizaram no estado de Minas Gerais sobre as transformações que sofreu o espaço rural, influenciadas pela emergência das ocupações não-agrícolas nos últimos 20 anos, motivaram estudos a partir de 2000 concentrados na diversificação econômica e nos efeitos da configuração espacial do campo, na linha do programa Rurbano, que responsabilizou estas atividades pela abertura de novos postos de trabalho no país (GRAZIANO DA SILVA, 1997, 1998 e 2000).

Questões paradoxais, como a queda do emprego de natureza agrícola em quase todo o país e a diminuição da população residente em áreas rurais, (MATOS, 2007), em sintonia com os dados populacionais em Minas Gerais, (ver tabela 1) levaram os estudos a re-localizar a dimensão socioeconômica e espacial da realidade rural mineira.

Tabela 1 - População Total, Rural e Urbana das Regiões de Planejamento de Minas Gerais; 1970/1980, 1980/1991, 1991/2000.

Regiões	1970			1980			1991			2000		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Minas Gerais	11.487.415	5.427.115	6.060.300	13.378.553	4.396.419	8.982.134	15.743.152	3.956.259	11.786.893	17.891.494	3.219.666	14.671.828
Central RMBH	3.059.785	770.289	2.289.496	4.172.507	654.245	3.518.262	5.261.469	666.446	4.595.023	6.278.865	480.365	5.798.500
Alto Paraiba	413.724	209.138	204.586	439.192	146.146	293.046	513.747	121.424	392.323	589.864	95.105	494.759
Centro-Oeste	653.680	273.136	380.544	735.368	208.899	526.469	859.421	177.086	682.335	987.765	142.260	845.505
Jequitinhonha /Mucuri	960740	655847	304893	922745	533843	388902	971717	479362	492355	977779	405901	571878
Mata	1574710	797304	304893	922745	533843	388902	971717	479362	492355	977779	405901	977779
Noroeste	323170	174391	57779	278905	163510	115395	305258	118648	186637	334509	84770	249739
Norte de Minas	980842	710183	270659	1217038	638547	488491	1359049	615053	743996	1492715	529510	963205
Rio Doce	1373283	820841	552442	1394066	581979	812087	1461404	483490	977914	1534268	370509	1163759
Sul de Minas	1552227	760355	791916	1770175	654030	1116145	2082001	590355	1491646	2348851	528427	1856424
Triangulo	686210	255631	430579	899789	172931	726858	1081901	135648	946253	1280022	109194	1170828

Fonte: Rigotti e Amorim Filho.2002 . Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Os grifos em negrito são nossos

O fenômeno de controle da queda da população rural no estado é importante já que, para o ano 2000, a população rural era de 3.219.666, muito próxima da população do ano 1990 que alcançava 3.956.259, ou seja, a diminuição populacional rural teve uma diferença de quase 700 mil habitantes, alcançando um crescimento para o ano 2000, de -2,28%, similar ao crescimento do ano 1980, de -2,08%¹², ou seja, existiu uma estabilidade no crescimento, mesmo sendo este crescimento negativo. (Tabela 2).

Tabela 2. Minas Gerais - taxa de crescimento segundo situação do domicílio 1940/2000.

Indicadores	1940/1950	1940/1950	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Total	1,41	2,5	1,58	1,54	1,49	1,44
Rural	0,74	0,94	-0,9	-2,08	-0,95	-2,28
Urbana	3,21	5,49	4,52	4,01	2,5	2,49

Fonte: Brito e Horta Mimeo S/F.
Dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 1940-2000.

Embora não nos pareça fértil discutir que o contexto rural mineiro esteja marcado por uma redução da população camponesa, visto que isto é inegável no estado, fruto da profunda drenagem migratória desde o início do século, apenas a título de exemplo, mencionamos que já no ano 1940 o estado tinha 6.743.416 habitantes, dos quais somente 25,1% residiam em áreas urbanas. A inversão do cenário vem acontecendo desde os anos 1950/1960, quando a população urbana vinha crescendo 4,52% ao ano e a rural alcançando percentuais negativos até a atualidade (BRITO, 1987). O que nos interessa ressaltar aqui é que os motivos do controle da diminuição da população rural nos anos 1990-2000 levaram os estudos a se ocupar dos efeitos imediatos das atividades extra-agrícolas em duas opções complementares: o aumento das práticas não-agrícolas no que diz respeito à transformação da renda e salário nas áreas rurais metropolitanas e extra-

¹² BRITO, Fausto e HORTA. Cláudia. Minas Gerais: Crescimento Demográfico, Migrações - e Distribuição Espacial da População. Seminário sobre a Economia Mineira, p 3. Mimeo.

urbanas, e sua concomitante relação com o deslocamento geográfico denominado “interiorização” das atividades não-agrícolas nas áreas tradicionalmente rurais do estado de Minas Gerais.

Nós nos ocuparemos da primeira questão que é a emergência das práticas extra-agrícolas em relação ao declínio das atividades tradicionalmente rurais, que adquiriram formas diversas no estado de Minas Gerais, cuja diversidade física e socioeconômica em seus quase 588.384 km² e nos limites regionais são evidentes, uma vez que coexistem: num extremo, a agricultura modernizada concentrada no Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; e no outro, a agricultura de caráter mais tradicional das regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce. Esse fato atesta o caráter desigual da agricultura mineira, pois entre 1995 e 1996, segundo Cardoso *et al.* (2007), das doze mesorregiões, o Triângulo/Mineiro, Alto Paranaíba e Sul/Sudeste, concentravam naquele ano 46,63% do valor da produção agropecuária do Estado. No caso da produção pecuária, essa concentração foi ainda maior, passou de 91,67% do valor da produção animal total.

As desigualdades regionais e as concentrações econômicas no estado não frearam a tendência generalizada de evolução das ocupações não-agrícolas. Apesar disso, as alterações do trabalho rural em Minas eram associadas a atividades tradicionais agrícolas, pois eram mensuradas pelo índice da População Economicamente Ativa (PEA), na linha de “empregados” rurais, ou seja, essa categoria era utilizada para agrupar os diferentes segmentos de trabalhadores do campo. Não obstante o caráter de “empregado”, ele estava caracterizado num período no qual a economia praticamente não cresceu e milhares de postos de trabalho foram eliminados ou precarizados.

Como afirma Matos (2007), em 1997, cerca de 74% das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas eram empregadas; já entre os ocupados na agricultura, esse percentual não atingia o 45%, isto em valores absolutos. Ao reordenar os dados de Cardoso (2007) (Tabela 3.1) nos períodos entre 1981/92 e 1992/97, em taxas médias de crescimento

geométrico, os valores são mais precisos. A PEA, ocupada em atividades agrícolas, reduz-se em 0,7 e 1,8%, respectivamente, para aqueles períodos em Minas Gerais. Por outro lado, a PEA não-agrícola apresentou, naqueles mesmos períodos, taxas médias de crescimento anual positivas, de 5,4% e 3,3%, respectivamente. Contudo, o autor afirma que a participação da PEA não-agrícola no total da PEA rural passou de 14,5% em 1981, para 29,26% em 1997, reforçando a hipótese geral do Projeto Rurbano de que a PEA não-agrícola, apesar de ainda não ser majoritária no emprego rural, vem assumindo uma participação importante e crescente.

Em termos absolutos, podemos verificar pelos dados da Tabela 3.2 que, enquanto a PEA urbana, com atividade principal agrícola e não-agrícola, tem um maior índice de ocupação secundária não-agrícola, a PEA rural, tanto com atividade principal agrícola quanto não-agrícola, possui um maior índice de ocupação secundária também. Já a PEA rural não agrícola como segunda ocupação também em atividades não-agrícolas mostra crescimento na década de 90, reforçando, assim, a tese de Matos (2007) e Cardoso (2000) e que o projeto Rurbano confirmou: são as atividades rurais não-agrícolas, as grandes responsáveis em Minas Gerais pela abertura de novos postos de trabalho secundários e que têm crescido com maior dinamismo dentro da PEA rural.

Vários fatores podem ter contribuído para a busca de uma atividade secundária como forma de complementação da renda familiar, dentre eles: a modernização das atividades agrícolas, que liberou mão-de-obra para ocupações secundárias; a precarização do trabalho rural devido à sazonalidade das atividades agrícolas; e o excesso de horas trabalhadas e a baixa remuneração (RIBEIRO, 2007a).

Tabela 3.1: População urbana de Minas Gerais, segundo o setor de atividade.

		1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento				
								1981/92 ^a		1992/97b		
População Economicamente Ativa		3,651	5,443	5,578	5,751	5,953	6,085	3.7	***	2.2	***	
Ocupado	Agrícola	415	513	507	498	441	446	0,7	***	1,8	***	
	Não Agrícola	3,011	4,441	4,65	4,877	5,04	5,126	5.4	***	3,3	***	
	Indústria da Transformação	485	725	775	743	761	796	3.7	***	1.1		
	Indústria da Construção	368	438	423	449	503	526	1.6	**	4.1	***	
	Outras atividades industriais	86	92	109	96	85	104	0.6		-0.4		
	Comércio de Mercadorias	411	718	768	821	857	870	5.2	***	3.9	***	
	Prestação de Serviços	778	1,19	1,243	1,308	1,345	1,393	3.9	***	3.1	***	
	Serviços auxiliares de ativ.econ.	117	155	161	232	231	234	2.6	***	10.0	***	
	Transporte e Comunicação	172	234	255	273	274	259	2.9	***	2.3	*	
	Social	352	526	551	577	619	610	3.7	***	3.2	***	
	Administração Pública	149	256	262	280	262	244	5.1	***	-0.5		
	Outras atividades	92	107	102	99	103	91	1.4		-2.4	*	
	Não Ocupados											
		Proc.Emp.	225	489	420	376	472	513	7.3	***	1.2	
Não Economicamente Ativos												
	Aposentados, Pensionistas ou Outras Rendas	664	1,004	1,054	1,105	1,172	1,266	3.8	***	4.3	***	
	Outros não econ. Ativos	2,831	3,127	3,146	3,285	3,322	3,221	0.9	***	1.0	*	
Pessoas de 10 anos ou mais		7,147	9,574	4,62	10,14	10,45	10,57	2.7	***	9.4		

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Cardoso.2007 Tab. do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Jan 1999.

Tabela 3.2: Pessoas com dupla atividade na PEA ocupada 15 horas ou mais na semana de referência. Minas Gerais, 1981/97
(1000 pessoas)

	ATIVIDADE	ATIVIDADE	1981	1992	1993	1995	1996	1997	taxa de crescimento (% aa.)			
DOMICÍLIO	PRINCIPAL	SECUNDÁRIA							1981/92 ^a		1992/97 ^b	
URBANO	Agrícola	Agrícola	nd	4	2	7	2	8	nd		14.5	
		Não Agrícola	nd	12	9	10	10	8	nd		-4.5	
		Sub-Total	11	16	10	18	12	16	3.4		1.8	
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	24	28	22	21	24	nd		-2.8	
		Não Agrícola	nd	174	181	198	197	239	nd		5.5	***
		Sub-Total	97	198	209	220	218	263	6.7	***	4.5	**
RURAL	Agrícola	Agrícola	nd	34	39	67	31	52	nd		5.2	
		Não Agrícola	nd	12	10	18	8	11	nd		-1.8	
		Sub-Total	25	47	49	85	39	63	6.0	***	3.7	
	Não-Agrícola	Agrícola	nd	18	14	18	9	11	nd		-9.1	
		Não Agrícola	nd	6	9	10	11	9	nd		8.1	
		Sub-Total	4	24	23	28	20	20	16.6	***	-3.1	

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%

nd – dado não disponível

Fonte: Cardoso. 2007. Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

Em termos absolutos, Cardoso (2007), por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNADs), verifica que na década de 90 a PEA rural com residência urbana com atividade principal agrícola e não-agrícola teve um crescimento de 5.5% ano 1997. Esses dados se assemelham à PEA rural com domicílio rural e prática de ocupação não-agrícola, que também teve um crescimento de 8.1% (Tabela 3.2), reforçando a idéia de que são as atividades rurais não-agrícolas as maiores responsáveis em Minas Gerais pela abertura de novos postos de trabalho.

Não obstante, vale assinalar que as atividades não agrícolas que surgiram como alternativa de emprego para a população economicamente ativa em Minas Gerais tiveram como causas, entre outros fatores, a reduzida capacidade de as atividades agrícolas tradicionais absorverem postos de trabalho, como resultado de um intenso processo de desagregação da mão-de obra pela tecnificação da produção anual. Sobre isso, Garlipp (1998) indica que na meso-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba houve uma forte demanda de mão-de-obra para as culturas tradicionais de café e cana-de-açúcar; e nas regiões do Noroeste, Oeste da Serra Mineira, a demanda de culturas como a soja e milho tem acentuado a tendência de queda no emprego pelo rápido e intenso processo de mecanização em todas as etapas do processo produtivo.

No entanto, vale comentar que na revisão realizada as ocupações geradas nos dois períodos analisados se caracterizaram pela injeção de atividades não-agrícolas, diversificando as fontes de renda da população residente no meio rural, acompanhadas pela heterogeneidade dos diversos ramos de atividade, não apenas focalizada num ramo específico. Como vemos, a continuação, no período 1981/92, dos ramos que merecem destaque na PEA não-agrícola são aqueles da prestação de serviços, da indústria de transformação e da indústria da construção. Esta última no total da PEA não-agrícola, em 1997, foi de 11,7%. A Indústria de madeiras passou de 7.0% a 12.3% no período de 1992 a 1997, e a assistência técnica de veículos obteve um alto crescimento de 8.4 %a 16.1% para o mesmo período. Assim, as taxas médias de crescimento anual foram positivas para

esses ramos de atividades, exceto para a indústria da transformação que passou de 2,9% para 9,4% negativo. E o emprego doméstico, no período 1992/1997, teve um crescimento de 4.6% a 9.94%, ou seja, o trabalho da mulher absorveu um considerável percentual de renda não-agrícola. (Tabela 3.3).

Tabela 3.3: Principais setores de atividades da população rural não agrícola ocupada 15 horas Duas ou mais na semana de referência. Minas Gerais, 1981/1997 (1000 pessoas).

de referência. Minas	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de crescimento (% aa.)			
							1981/92 ^a	1992/97 ^b		
empreendimento										
Emprego doméstico	44	71	85	102	105	115	4.6	***	9.4	***
Construção	25	38	49	68	60	68	3.7	**	11.7	***
Estab. Ensino público	26	44	38	48	42	39	4.6	***	-0.2	
Comércio alimentos	13	15	13	15	12	15	1.6		-0.4	
Indústria alimentos	3	23	13	21	18	21	21.0	***	1.5	
Industria transformação	12	17	31	20	12	15	2.9		-9.4	
Restaurantes	7	29	19	24	20	24	13.8	***	-1.8	
Alfaiataria	19	19	25	20	15	20	0.4		-3.8	
Admsintração municipal	2	10	13	13	14	14	15.6	***	6.3	*
Comércio ambulante	1	8	6	13	9	8	17.8	***	4.6	
Industria de madeiras	5	10	9	8	5	5	7.0	**	12.3	***
Transporte de carga	5	7	7	9	11	12	3.4		11.3	***
Assist. técnica veículos	2	4	2	4	4	7	8.4	*	16.1	*
Sub-Total	163	294	309	364	327	362	5.5	***	3.9	**
PEA não agrícola	236	421	426	493	460	496	5.4	***	3.3	**

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999.

De igual modo, indicam tendência os serviços de pedreiro, de servente/faxineiro, de ajudante de pedreiro e de balconista/atendente, demonstrando que a população residente no meio rural mineiro tem encontrado formas de ocupação não-agrícolas diversas. No entanto, essas ocupações se caracterizaram por baixos níveis de remuneração, condições de trabalho não satisfatórias em termos de horas trabalhadas e legalização

dos contratos de trabalho, enfim, possuem um perfil de baixa qualificação. Para Balsadi (1998 apud Cardoso, 2007), estas ocupações parecem estar fortemente relacionadas com atividades tradicionais e não podem apenas ser identificadas com dinâmicas modernas de produção ou consumo, ou seja, nos afirma o autor, “apesar de estas atividades ganharem espaço no contexto atual, não possuem, a priori, um caráter moderno” (BALSADI, 1998 in CARDOSO 2007).

Uma característica que pode ser observada nas áreas rurais do estado de Minas Gerais e na região metropolitana de Belo Horizonte não é apenas o desenvolvimento de maior peso das atividades não-agrícolas para a população rural que alcança 87% da PEA ocupada; também ocorre desconcentração industrial do pólo metropolitano, pois estes complexos estão distribuídos nas regiões do triângulo, Alto Paranaíba e Sul/Sudeste, deixando à região rural da Metrópole de Belo Horizonte apenas desenvolvendo produção mecanizada de baixo alcance, descapitalizada, com um nível produtivo próximo das regiões empobrecidas como Noroeste de Minas, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Norte de Minas, Campo das Vertentes, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, Censo Agropecuário (1995-96).

Nestes termos, mesmo sendo, em sua maioria, atividades de baixo nível de qualificação e remuneração, as atividades não-agrícolas têm sua relevância resguardada na tentativa de explicação da produção e reprodução das famílias rurais mineiras. Mesmo que muitas das atividades não-agrícolas desenvolvidas pela população rural sejam consideradas periféricas, é interessante observar, pelos dados da Tabela 3.3 que, diferentemente da agricultura, grande parte dessas ocupações está concentrada na posição de empregados de serviços.

Uma visão oposta apresentam Elisa Queiroz *et al.* (2000 e 2003), ao considerar a influência das ocupações não-agrícolas como dinâmicas da verdadeira “urbanização” do rural em Minas Gerais de forma diferenciada entre a Região Metropolitana (RM) e o Interior do Estado (IE), analisando a PNAD para os anos 1993 e 1997 em relação às teses gerais do Projeto Rurbano.

Baseada no movimento populacional da região metropolitana como no das regiões do interior, a autora realiza um exercício interessante sobre o processo de “urbanização” do espaço rural metropolitano em direção ao interior, por meio do declínio da participação da PEA rural na região metropolitana e aumento no Interior do estado (Tabela 4.1). Segundo suas análises, o comportamento da PEA das pessoas de referência de um núcleo familiar - neste caso o homem - apresenta níveis inexpressivos de ocupações não-agrícolas, pois o ramo como o da Indústria de transformação alcançou um maior crescimento no campo, de 3,7% para o ano 1997.

Estes rubros de trabalhos se concentraram na área rural metropolitana de Belo Horizonte, destacando-se a construção com 22% e serviços com 21.5% no ano 1993, alcançando um crescimento considerável de 27,7 % e 23% para o mesmo período (Tabela 4.2). No entanto, quando a autora fez a distinção por sexo, ela verificou que para as mulheres consideradas como pessoas de referência e junto com as filhas, há uma participação significativa relativa às atividades do setor terciário de serviços pessoais e sociais no interior do estado, com grande destaque da atividade de serviços pessoais, compreendendo 46,7% na Região Metropolitana no ano 1993 e 9.5% no Interior do Estado, e em 1997 os mesmos valores passaram de 53.2% para 11.9%.

TABELA 4.1: Distribuição da PEA segundo o local de domicílio: Região Metropolitana, Interior Estado e Minas Gerais, 1993 e 1997.

	1993			1997		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
RM	1537754	111045	1648799	1768429	186867	1955296
	93,3	6,7	100	90,4	9,6	100
IE	4238522	2032242	6270764	4456951	1885068	6342019
	67,6	32,4	100	70,3	29,7	100
MG	5776276	2143287	7919563	6225380	2071935	8297315
	72,9	27,1	100	75	25	100

Fonte – Elaboração de Queiroz. E. (2000), a partir das PNADs 1993 e 1997

Tabela 4.2: Distribuição das pessoas de referência com domicílio rural, segundo as atividades econômicas: Região Metropolitana e Interior Estado, 1993 e 1997.

Atividade	1993				1997			
	RM		IE		RM		IE	
	número	%	número	%	número	%	número	%
Agropecuária	8075	16,7	646764	83	8936	12,2	613255	82
Extração Mineral	1515	3,1	17305	2,2	0	0	13331	1,8
Ind. Transformação	6314	13,1	30821	4	8436	11,5	27730	3,7
Construção	10855	22,5	21092	2,7	20347	27,7	29864	4
Comércio	3281	6,8	11899	1,5	6700	9,1	7466	1
Serviços Produtivos	252	0,5	2164	0,3	1739	2,4	2666	0,4
Transporte/comunicação	3781	7,8	7032	0,9	6203	8,4	13334	1,8
Serviços Pessoais	10350	21,5	21629	2,8	16872	23	27731	3,7
Serviços Diversos	758	1,6	1623	0,2	1242	1,7	1066	0,1
Serviços Sociais	3028	6,3	17302	2,2	2978	4,1	11199	1,5
Total	48209	100	777631	100	73453	100	747642	100

Fonte – Elaboração de Queiroz. E. (2000), a partir das PNADs 1993 e 1997.

A Tabela 4.3, elaborada por Queiroz (2000), mostra que as filhas que trabalham como empregadas domésticas e com serviços pessoais, possuindo domicílio rural, eram também trabalhadoras da indústria, tanto na região metropolitana de Belo Horizonte como no interior do estado. Podemos dizer que, para a autora, o conjunto destas ocupações resume sua hipótese da dinâmica de urbanização das atividades não-agrícolas nas áreas rurais. Os resultados da autora apontaram uma “urbanização” rural no sentido da crescente absorção das pessoas do campo com domicílio rural em ramos não-agropecuários. Esse processo pode ser verificado também na distinção por sexo, idade e nível de escolaridade, apontando que são as mulheres, filhas e filhos, os portadores majoritariamente de trabalhos tanto não-agrícolas como pluriativos (QUEIROZ, 2003, p.82).

Tabela 4.3 Distribuição dos filhos de sexo feminino com domicílio rural, segundo as ocupações nos serviços pessoais: Região Metropolitana e Interior Estado, 1993 e 1997.

1993			RM		IE	
Sexo	Atividade	Ocupação	número	%	número	%
Feminino	serv. pessoais	trabalhador escritório	0	0	541	1,2
		trabalhador indústria	0	0	8654	19
		empregado doméstico	7317	100	32989	74
		trab. hotel, bar, restaurante	0	0	1621	3,6
		Diversos	0	0	1081	2,4
		Total	7317	100	44886	100
1997			RM		IE	
Sexo	Atividade	Ocupação	número	%	número	%
Feminino	serv. pessoais	trabalhador indústria	497	5,1	5333	14
		empregado doméstico	7942	82	31995	82
		trab. hotel, bar, restaurante	248	2,6	533	1,4
		trabalhador comércio	248	2,6	533	1,4
		Diversos	744	7,7	533	1,4
		Total	9679	100	38927	100

Fonte – Elaboração de Queiroz. E (2000) a partir das PNADs 1993 e 1997.

O ponto alto da reflexão da autora marca as variáveis por sexo, idade e nível de escolaridade como fatores determinantes para o processo acelerado da “urbanização rural”¹³ numa crescente absorção das pessoas do campo com domicílio rural e urbano, em ramos não-agropecuárias das atividades da PEA rural, especialmente observados na região metropolitana de Belo Horizonte e no interior do estado, pois não se limita, como diz autora, a uma urbanização do rural no sentido da ampliação do perímetro urbano, pois Queiroz (2000), apenas aponta a transformação que se processa na esfera de trabalho e na estrutura produtiva do emprego.

No entanto, apesar desta distinção, algumas observações parecem necessárias: uma sobre a contribuição de Alentejano (1997), quando afirma que a esfera produtiva como extensão do rural no campo significa reduzir o fenômeno a apenas uma dimensão, a subordinação do meio rural à cidade,

¹³ Respeito as variáveis que a autora identifica como corroboradas do que pode ser uma urbanização do meio rural. Tais indicadores foram: pais chefe de família, mulheres, filhas e filhos ocupados em atividades não agrícolas nas regiões do interior do estado, p.39, e as tendências positivas como variáveis corroboradas em todas, menos nos pais de família, p 45. Queiroz. Op cit. 2003.

negando as particularidades socioculturais e produtivas do campo (ALENTEJANO, 1997); sob outra ótica histórica, mais de 35 anos antes, Henri Medras (1969) refletia sobre a relação próxima entre as regiões agrícolas e as populações periurbanas das cidades (1969, p.58). O autor deixa uma importante contribuição, destacando a existência de uma dupla relação na “urbanização” do meio rural, pois também existe uma “ruralização da cidade” (MENDRAS, 1969, p.57). Assim se processa uma relação, além da dimensão exclusiva do salário, considerando fatores como moradia, relações de serviços e intercâmbios sociais que operam nessa troca de interações.

Embora o princípio de urbanização do campo seja generalizado, ele implica concomitantemente a interiorização das atividades não-agrícolas no estado de Minas Gerais. Nesse aspecto, ao invés do suposto convencional da emergência dessas atividades exclusivamente em áreas urbanas e periurbanas, Matos (2007) estuda a relação entre a configuração espacial e o crescimento demográfico no interior do estado mineiro, vinculados estreitamente à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Pelos dados do IBGE (1999), o autor observa que a evolução positiva da PEA não-agrícola de 31% confirma a redução da PEA agrícola mineira no período 1991-2000, em subespaços significativos, demograficamente falando, dentre as áreas rurais e não apenas sua expansão natural nas áreas urbanas.

Por meio da análise do crescimento populacional de 50 municípios de pequeno tamanho¹⁴ que alcançaram níveis notáveis de 1,29% acima da média mineira (Tabela 5.1)¹⁵, o autor verificou uma ampla faixa de contigüidade espacial que envolve as pequenas microrregiões de maior crescimento, ao percorrer o estado de sul e oeste ao centro e daí até o noroeste, localizadas essas microrregiões nas proximidades de pólos

¹⁴ Foram as microrregiões e o conjunto dos municípios menores que 184.000 habitantes, estabelecido pelo IBGE, os que tiveram maior crescimento demográfico entre 1991 e 2000. Pequenos municípios, tanto rurais como urbanos com menos de 50 mil habitantes, expressavam cerca de 63% do total dos 544 municípios mineiros. Matos. 2000.

¹⁵ Para efeitos do presente estudo, fizemos um recorte de 10 municípios de áreas rurais da RMBH

regionais. Verificou ainda o inegável grau de influência das grandes cidades na reestruturação dessas pequenas localidades.

Tabela 5.1; Crescimento demográfico da população total nos pequenos municípios da Região Metropolitana.

Município	População 1991	População 2000	Crescimento
Esmeraldas	47090	47090	6,84
Mário Campos	6070	10535	5,67
São Joaquim de Bicas	11443	18152	4,72
Confins	3371	4880	3,77
Brumadinho	19308	26614	3,26
Mateus Leme	17597	24144	3,21
Matozinhos	23606	30164	2,48
Mário Campos	6070	10535	5,67
São José da Lapa	9002	15000	5,24
Igarapé	15957	24838	4,52

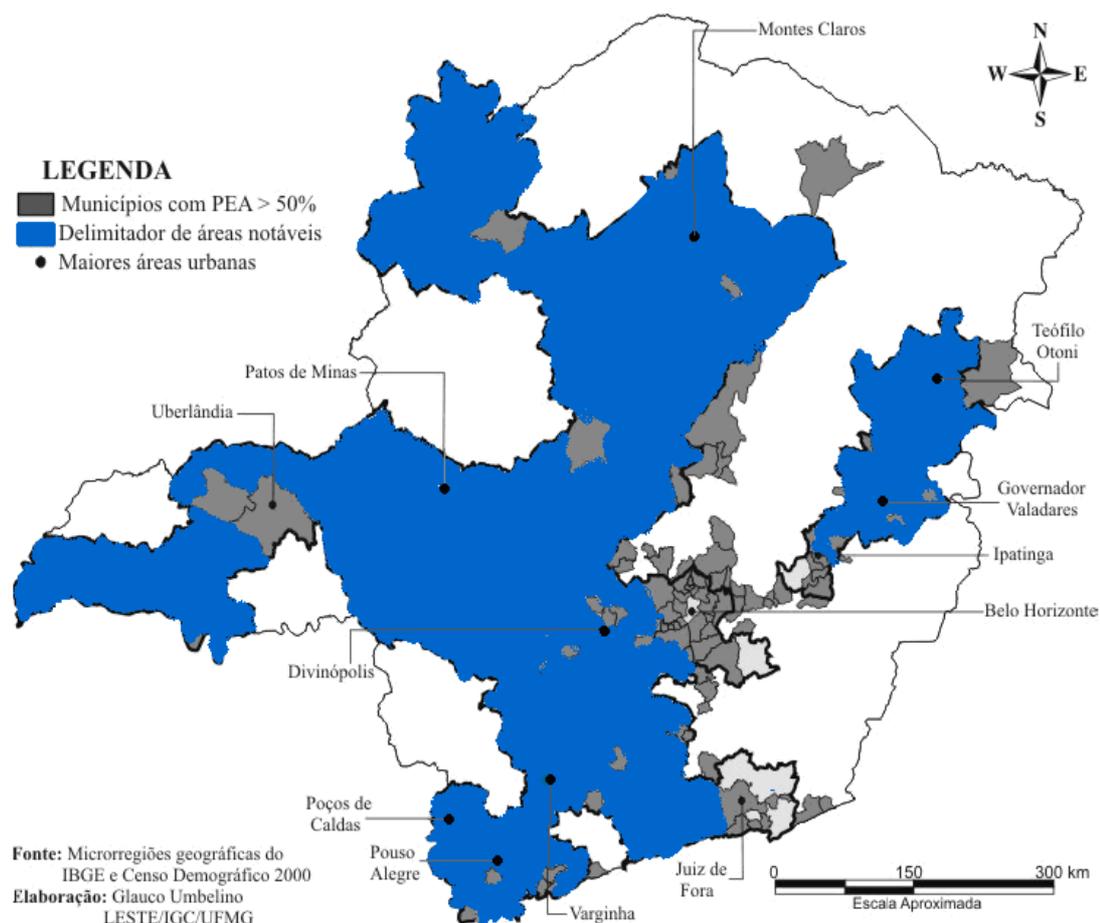
Fonte: Elaborado por Matos (2007) de IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais: LESTE/IGC/UFMG

O crescimento demográfico destas pequenas microrregiões poderia ter mostrado “que também no interior dessa grande área se localizam os municípios em que as atividades não-agrícolas vêm dinamizando o meio rural”, (MATOS, 2007, p.24). À primeira vista, parece coerente, considerando a desagregação e a perda demográfica da população rural mas com habilidade o autor mostra que os fatos foram diferentes. Dos 544 pequenos municípios mineiros com crescimento positivo, 12,4%, ou seja, 106 municípios, com categorias de rural povoado e rural exclusivo, detinham uma PEA não-agrícola maior que 50% do total de ocupados em atividades agrícolas e uma eventual redução das populações rurais ocupadas no setor agrário.

Quando os municípios do interior, que têm destaque em atividades não-agrícolas, são atrelados aos municípios rurais metropolitanos, forma-se, segundo Matos (2007), um interessante mapa da expansão regional de

ocupações extra-agrícolas no estado (Mapa 1). A Figura 01 mostra que a região central concentra evidentemente as práticas não-agrícolas. Assim, as áreas rurais metropolitanas de Belo Horizonte formam um cordão na imediação até a região norte de sua área metropolitana. No entanto, quando os municípios do interior se acoplam em pontos conectados, processam um canal aberto de trabalho não-agrícola que se conecta a três mesorregiões, se estendendo para o norte, para sul de Minas e o último em direção à Zona da Mata. Denominadas pelo autor de áreas notáveis, estes corredores constituem o fenômeno da interiorização regional de trabalho não-agrícola mineiro (Figura 01).

Figura 01. Principais municípios Mineiros com PEA rural não-agrícola superior a 50% do total de ocupado Minas Gerais 2000.



Fonte: Elaborado por Matos (2007), modificado pelo autor. A cor azul é nossa.

Concordando com Matos (2007), a figura acima mostra que o crescimento da PEA não-agrícola em áreas tradicionalmente agrárias fundamenta o processo de regionalização da prática extra-rural no interior do estado. Embora não pareça ser apenas uma relação unidirecional, elas geraram também um verdadeiro corredor de serviços e rendas diversificadas e estendidas no interior das regiões, não apenas para população com PEA rural, mas também concomitante com moradores de povoados rurais da metrópole, facilitando um circuito de emprego e renda de ida e volta entre as regiões do interior com o contorno metropolitano de origem.

Quando falamos do contorno metropolitano de Belo Horizonte, falamos das áreas periurbanas na região metropolitana, que servem de igual maneira como ponto de entrada ou saída tanto para as migrações do campo ou da cidade, como servem de referência de emprego para áreas intermediárias. Efeitos surgem em relação ao crescimento da PEA agrícola ocupada em áreas periurbanas metropolitanas de maneira significativa. Segundo a classificação Censo de 2000 do IBGE utilizada por Matos (2007), as áreas urbanas de vila ou cidade e área urbanizada isolada obtiveram um aumento de 11% e 24% no período 1991-2000. São áreas como estas que contornam a região metropolitana, com classificação de urbana semi-rural, aquelas áreas que atualmente estão sendo reocupadas por população da cidade em ocupações do movimento sem-terra da região metropolitana de Belo Horizonte.

No entanto, as classificações encarregadas de medir o crescimento demográfico das áreas rurais metropolitanas passam por um ambíguo e complexo sistema de índices que dificultam definições rigorosas. Junto às outras duas classificações já mencionadas o censo 2000 levantou a seguinte tipologia para áreas não urbanizadas de vila ou cidade tais como; a)-Rural – extensão urbana; b)-Rural – povoado; c) Rural – núcleo; d) Rural – outros aglomerados; d) e Rural – inclusive os aglomerados rurais. Esta última a mais tradicional do rural.

O assunto tem dimensões complexas quando vemos que estas áreas adquirem um crescimento demográfico anual considerável, tanto no rural

quanto em pequenos municípios de corte urbano com elevados índices de salários e renda proveniente de ocupações não-agrícolas, crescimento que se processa apesar dos desequilíbrios e desigualdades da economia rural e regional mineira (RIBEIRO, 2007).

O problema da insuficiência da delimitação espacial ao que corresponde o urbano e ao que corresponde o rural cria um debate de longa data. No geral, existe consenso em que as cidades não podem ser identificadas apenas com atividade industrial nem o campo com a agricultura e a pecuária, seja pela extensão industrial na agricultura, seja pela desagregação de trabalhos urbanos no campo. Sacco Dos Anjos (1994), Graziano da Silva (1997,1998 e 2000), Lurenti e Grosi (2000), mencionando apenas alguns, discutiram estes aspectos, mas, em nosso trabalho, nos limitaremos a mencionar que parte do problema se deve à legislação vigente, em que os limites intrageográficos e territoriais se fundam no Decreto-lei 311 de 1938 e direcionam os rumos do perímetro urbano municipal (QUEIROZ. E, 2003, p.29-30). Entretanto, é de senso comum que quase 70 anos após a formulação da lei dos limites geográficos e o crescimento demográfico de ambos os espaços tenham sido modificados, deixam claro que os velhos esquemas para caracterizar a rede urbana e a rural estão ultrapassados, necessitando de uma revisão das divisões regionais, municipais e metropolitanas (ELIAS, 2006, p.289).

Conforme foi identificado por Rodrigues e Tubaldini (2000) no estudo sobre agricultura urbana no município de Mário Campos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma das características da agricultura metropolitana nessa região é que os nichos agrícolas estão situados em áreas urbanas, no interior do novo perímetro urbano criado pela prefeitura de Mário Campos em 1999. Citando Bicalho (1996), os autores insinuam que a situação se reduz a lotes agrícolas localizados lado a lado com lotes urbanos e em convivência (RODRIGUES E TUBALDINI, 2000, p.23). Isso seria para eles um fato positivo, porque engloba os diferentes aspectos da sustentabilidade ligados às diversas esferas: social, econômica, ambiental e política.

Embora o que esteja em questão seja a lacuna de classificação que existe para abordar os espaços urbanos e rurais e, com eles, a forma como se vem processando a transformação na esfera produtiva, destaca-se que os municípios não urbanizados de vila ou cidade e urbanizados isoladamente, poderiam ser espaços geográficos nos quais a vida rural seja mais significativa do que a urbana, e poderiam ser reclassificados como territórios rurais, dependendo da respectiva reconceituação dos sentidos atribuídos ao espaço urbano e rural ou cidade e campo. Pela proximidade com espaços agrícolas e pela distância com o meio urbano, foram desenvolvidas ali mais relações de trabalho direcionado a áreas rurais.

O termo rural vai depender diretamente da localidade a que se refere porque está organizado de maneira diferente nas regiões do país. Assim, por exemplo, pode-se observar, nos limites rurais desenhados pela câmara municipal do Rio de Janeiro, o que distingue o rural do urbano, pelo seu plano regulador, cujos critérios utilizados foram baseados na tradição e nas representações que eles têm do rural, como se constatou no juízo baseado no dados do IBGE no censo de 1992 que certos municípios qualificaram vagamente como setores rurais aqueles que tinham 5% de sua produção agrícola para o período 1992- 1995 (SIQUEIRA e OSÓRIO, Mimeo, p.77).

Sob outra ótica, Cardoso, Ortega et al, (2007) realiza uma interessante interface entre áreas intermediárias urbanas e não urbanizadas e rural, como extensão do urbano com três tipos de família agrícola: a tradicional, em que todos os membros ocupados trabalham em atividades agrícolas; as não-agrícolas, em que os membros ocupados trabalham em atividades não-agrícolas; e as pluriativas que combinam estas duas formas de atividades. Com esta relação, o autor relativiza a idéia de interiorização de ocupações não-agrícolas no estado e na Região Metropolitana de Minas Gerais.

Assim, vemos que o trabalho familiar empregado nas áreas rurais de extensão urbana ajuda a controlar a expansão das ocupações extra-agrícolas em direção às zonas rurais do interior. Quando este fenômeno acontece, a relação se inverte e se concentra nas áreas rurais intermédias -

sejam semi-rurais de vocação urbana entre outras - e inclusive, esta inversão se dá na agricultura que é a atividade dominante das famílias rurais por conta própria, pois dependem apenas da sua força doméstica para subsistir: sejam posseiros, meeiros ou arrendatários que correspondem a 57% das 951 mil famílias que moram em áreas rurais e representam 21,6% dos 4,4 milhões de famílias do estado, identificadas em 1997.

Segundo o autor, estes níveis de trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas tanto de áreas rurais de extensão urbana, como de famílias residentes em áreas rurais, apresentaram taxas de crescimento significativas. Para os primeiros, foi de 11,2% ao ano e para o segundo foi de 10% ao ano (Tabela 5.2).

Tabela 5.2: Evolução dos tipos de famílias segundo o local de domicílio: Minas Gerais, 1992/97. (1000 famílias).

RURAL TOTAL		1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de crescimento (% aa.)			
							1992/97 ^a	1992/97 ^b		
	Empregadora com até 2 emp.	44	46	56	37	49	2,5		0,4	
	Agrícola	28	30	34	22	35	4,5		0,8	
	Pluriativo	13	13	19	13	11	-4,1		2,3	
	Não-agrícola	2	3	4	2	3	9,5		4,9	
	Trabalhadores ocupados	383	424	415	427	444	3	*	2,2	**
	Agrícola	233	259	221	240	235	0,2		0,8	
	Pluriativo	71	69	74	71	81	2,7		2,3	*
	Não-agrícola	79	96	120	117	128	10	***	9,5	***
	Não-ocupado na semana	74	75	84	88	106	7,4	**	6,9	***
TOTAL		902	915	951	930	951	1,1		1	**

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos sendo significativa ou não

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Cardoso, Ortega 2007. Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Janeiro 1999. Grifo em negrito é nosso.

Ao todo, as famílias dos trabalhadores residentes em áreas rurais ocupados em atividades não agrícolas passaram de 79 mil em 1992 para 128 mil em 1997. Essa amostragem aparece nos dados de crescimento do ano 1997, que para este grupo foi de 68%. Já as famílias por “conta-

própria”,¹⁶ morando em áreas rurais de extensão urbana ganham igualmente expressão com o aumento da atividade não-agrícola, de 25,6% ao ano no mesmo período citado. Sem dúvida que a proximidade com cidade tem um peso importante nesta relação, mas também em correlação com as deficiências geradas pelos processos de desagregação, sejam elas deficiências fundiárias, industriais-urbanas ou rurais. (SUGIMOTO, 2000).

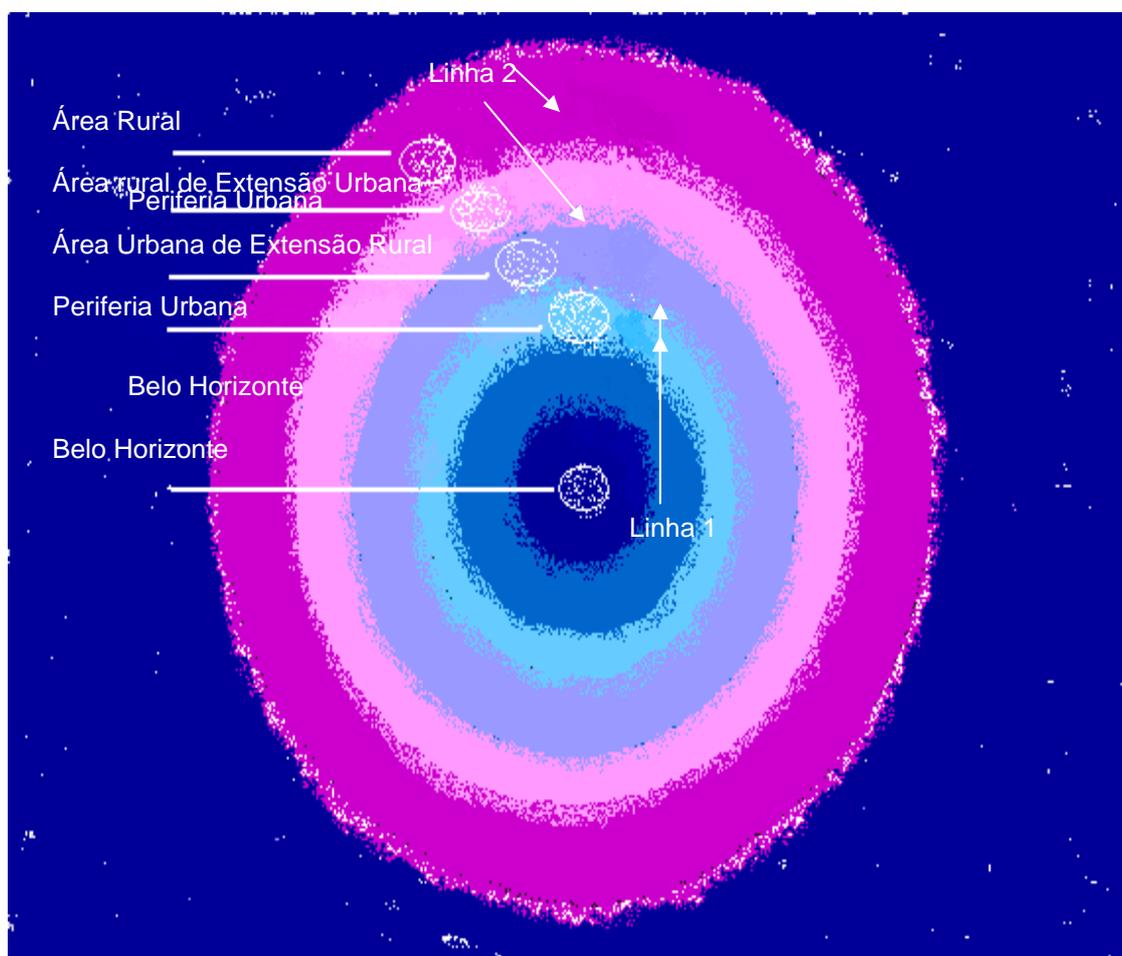
O crescimento das ocupações não-agrícolas nas áreas citadas não responde à idéia comum sobre a proximidade da área rural com a cidade (CARDOSO, ORTEGA, et all, 2007, p.24), porque igualmente se observou um crescimento percentual das ocupações em áreas rurais de forma equilibrada.

Por outro lado, com o aumento da influência que vêm ganhando as áreas rurais de extensão urbana, podemos interpretar que acontece também um reordenamento da posição espacial. A regionalização das ocupações não agrícolas alcançou, num primeiro momento, notáveis percentuais nos distritos do interior, que mobilizaram os estudos econômicos em Minas Gerais no início do ano 2000. No entanto, essa relação se inverte, são as áreas indefinidas ou intermédias, especialmente as rurais de extensão urbana das metrópoles, como foi acima citado, as que ganham destaque, cujo peso se concentrou na agricultura familiar alcançando um crescimento de 11%, em equilíbrio concomitante com as áreas tradicionalmente rurais que tiveram um incremento de 10% para o ano 1997.

Ressaltamos que daquele significativo volume de empregos e ramos não agrícolas, exercidos por pequenos agricultores familiares que se expandiram para áreas do interior do estado, os trabalhadores que ficaram na região central não ocuparam as áreas estritamente rurais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ocuparam os contornos indefinidos, os espaços ambíguos, as manchas em branco, foram elas as que ganharam destaque, como vemos na Figura 02.

¹⁶ Projeto Urbano utilizou a categoria de conta própria como aquelas famílias que não empregam nem contratam serviços de terceiros, apenas utilizam o trabalho da unidade familiar. (CARDOSO, ORTEGA, et all, 2007, p.24).

Figura 02 – Ocupação pluriativa nas manchas urbanas indefinidas da RMBH.



Fonte: Elaborado por Riquelme.2008.

Linha Branca 01 movimento de interiorização de trabalhos agrícolas

Linha Branca 02 movimento de metropolização de trabalhos pluriativos em áreas classificadas ambiguanas de urbanas.

Como destacado na Figura 02, após o momento de concentração de trabalho pluriativo nas áreas rurais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, deu-se o primeiro movimento de interiorização do trabalho não-agrícola nas diferentes regiões do Estado. Posteriormente aconteceu um segundo movimento de reocupação pluriativa na região metropolitana, mas como afirmamos, não nas áreas rurais, e sim nas áreas consideradas urbanas. Ou seja, ao contrário do que se esperava, o crescimento para agricultura familiar pluriativa em espaços estritamente rurais foi negativo em todos os tipos de famílias: sejam de extensão urbana e rural, com índices de

(-) 11,8% para o ano 1997 (Tabela 5.2). Mas isso não traz importância a este segmento, dado que elas representam as 46 mil famílias no estado, além da importância da agricultura familiar em termos de geração de renda que absorve as 327 mil famílias entre trabalhadores pluriativos, urbanos e agrícolas tradicionais até 1997 (CARDOSO, ORTEGA, et al, 2007, p.25-26).

Segundo Matos (2007), a expansão de empregos extra-agrícolas, não estritamente rural ocupando residentes de áreas urbanas, é uma tendência lógica, já que responde à dinâmica dos trabalhadores rurais como temporários e ex-meeiros, que ali residem há décadas pelo efeito da modernização conservadora deflagrada no campo a partir de 1960. Isso ocorre não apenas em Minas Gerais, mas também em toda a região sudeste, como por exemplo, na região do Rio de Janeiro, em que a população posseira e de expulsos da terra foi aumentando desde 1950 pelos efeitos diretos da venda de propriedades pela especulação financeira e imobiliária (GRYNSZPAN,1987).

No entanto, este segmento já tradicional de trabalhadores sem classificação definida que vem estimulando a reocupação não-agrícola nas últimas décadas, encontra-se em consonância com outra massa de população da metrópole alijada das dinâmicas produtivas do capital metropolitano. Esse segmento social, marginalizado e desclassificado, está disposto a participar da ocupação urbana do movimento sem-terra para reocupar áreas na região Metropolitana de Belo Horizonte em perímetros intermediários. Estes perímetros podem ser: área rural de extensão urbana, área urbana não urbanizada ou área rural com extensão urbana, para mencionar apenas alguns destes tipos. Os “desclassificados” em questão são trabalhadores informais, terceirizados, subempregados, desempregados e moradores de rua, em alguns casos não possuem vínculo com a terra, mas estariam dispostos a conviver com os diaristas da lavoura ou bóias frias, aqueles desagregados tradicionais das áreas rurais que transitam pela região rural Metropolitana de Belo Horizonte.

Em termos realistas, Wacquant (2001) assinala que a tendência em curso de reestruturação da economia em geral e das economias urbanas

neoliberais em particular, é estável. O modelo de ajuste estrutural dos últimos 30 anos, direcionado à privatização em grande escala, está desenhado para que as classes baixas aceitem o trabalho sub-assalariado e a instabilidade social que ele traz (WACQUANT, 2003, p.76), que paulatinamente transformaria o sujeito num desclassificado social. Conforme (MACHADO, 2003, p.151), o processo de fragmentação do trabalho informal afetou não apenas os setores desqualificados, como também a composição de profissionais técnicos, levados a se integrar em economia de serviços subvalorizados. Nenhuma tendência aponta que o volume de uma mão-de-obra paupérrima dos setores informais urbanos se reintegre ao mercado ou a outro ciclo de crescimento econômico. Portanto, o campo está sendo uma saída viável para estes setores de desclassificados sociais da metrópole de Belo Horizonte.

1.3 - De vadio a trabalhador volante e a subdesempregado morador de rua: raiz da ocupação do campo da RMBH.

Diferentemente das linhas teóricas contemporâneas em que as reocupações de espaços agrícolas são feitas por diferentes camadas da sociedade como a classe média ecológica (LACASSE, 1999) (MORMONT, 1987), no atual período, início do século XXI, na região metropolitana de Belo Horizonte, são as camadas pobres, marginalizadas economicamente e empurradas a exercer serviços informais as que assumem esse papel, vendo no campo uma saída para o processo de subemprego e desagregação do capital. Esta espécie de subtrabalhadores contemporâneos tem uma raiz histórica, não diferindo da estrutura de exclusão dos marginais que trabalhavam no campo mineiro desde épocas da colônia, conhecidos como vadios,¹⁷ que será o primeiro período a ser descrito. Posteriormente, o segundo período a ser delineado tem relação

¹⁷ O empregado vadio se refere a uma camada desclassificada da sociedade que como sujeito livre não tem tradição no trabalho, e mais estereotipado com o furto, roubo, a preguiça, e o ócio. (Souza, 1985, p.63-65).

com os trabalhadores volantes conhecidos como bóias frias desde o início do século XX. Nesse contexto, nos parece oportuno descrever num terceiro momento as conexões históricas que vinculam estes desclassificados com os párias contemporâneos nos termos de Wacquant (2001), marcados pelo deslocamento geográfico, pelo trabalho esporádico e a desclassificação econômica, fruto da indefinição outorgada pela estrutura social em que se desenvolveram.

1.3.1 - A vadiagem e o trabalho ocioso.

No primeiro período, estabelecemos que o trabalho subempregado no campo mineiro surge da estrutura econômica voltada, em tempos da colônia, para a grande propriedade e a extração mineradora, ambas conjugadas para estimular a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus, com a eventual consequência, especialmente deste último ramo, do empobrecimento mineiro. Paradoxalmente, foi a exploração desregulada e o tráfico diamantífero e aurífero da coroa desde 1711 que, de forma combinada, contribuíram para colapsar o antigo sistema colonial (PRADO JR, 1989, p.181), ou seja, as áreas legais apenas se aplicaram para um pequeno trecho de Minas Gerais, e a demarcação de diamantina foi a única área de exploração legal.

Uma economia de caráter monoexportadora com limitadas fontes de riquezas, como a colonial, gerou uma população fragilizada exposta às mudanças do mercado europeu numa reta de decadência inevitável. Furtado,(1969) e Prado Jr, (1969) concordam que esta situação tenha levado, paulatinamente, no decorrer do período colonial, ao aumento de escravos libertos e a eventuais desequilíbrios nas relações de trabalhos dos homens livres, até o fim do ciclo escravista no final do século XIX. Esses fatos trazem a emergência de uma camada intermediária da sociedade que, nas palavras de Laura Mello de Souza (1982, p.63), passou aos poucos de uma indefinição inicial para um caráter de desclassificação, significando que,

como estrutura social não configurada, caracterizava-se pela fluidez, pela instabilidade e pelo trabalho esporádico.

Com estes antecedentes, Souza (1982), sob uma ótica sócio-histórica, retoma o termo delineado por Caio Prado para entender esta camada social com a categoria de vadio, pois não se trata de um grupo, mas sim de um conjunto de indivíduos que não estão enquadrados nas formas de emprego convencional de corte mercantil-capitalista: a não obtenção de lucro, pois eles são resultado de um modelo que os engole e simultaneamente os expulsa, e nessas condições é difícil alcançar um salário ficando fragilizado, ou seja, poderia se tornar vadio um pequeno proprietário que não conseguia se manter na terra do senhor de engenho, um artesão carente de meios de produção para exercer seu ofício ou um mulato que estava numa situação híbrida, que se distancia do negro para evitar misturas e ao mesmo tempo é rejeitado do mundo dos brancos, e finalmente, os negros libertos (SOUZA, 1982, p.66). A categoria de vadio englobava criminosos, ladrões e degredados em geral, um semitrabalhador ocioso, um errante vagabundo entre vilas e campos desenvolvendo lavouras e trabalhos eventuais. Isto porque os homens livres, na medida em que o cativo fosse referencial do processo produtivo, só poderiam conceber o trabalho organizado como forma mais degradada de existência (KOWARICK, 1987, p.47). Assim, marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tendia a não passar pela escola do trabalho, sendo transformado num itinerante que vaga entre o meio rural e urbano ¹⁸.

Em Minas Gerais, a punição tinha um lugar importante no controle dos vadios: uma delas era ocupá-los em obras públicas e as atividades de lavouras tinham este caráter, perdendo o sentido produtivo propriamente dito. O emprego de vadios nos cultivos não tinha apenas função social, mas estava ligado espacialmente ao trabalho sazonal da terra numa determinada época. Então, já na primeira metade do século XVIII até o fim do período colonial na segunda metade do século XIX, o vadio correspondia ao perfil de trabalhador temporário, e a terra podia ser vista como o mecanismo para

¹⁸ Idéia em relação a Clube da Lavoura da Campina 1880 in, Kowarick, op cit. p 65.

redimir o desocupado do vício do ócio (SOUZA, 1982, p.80). O que se ressalta é que o sujeito não estava incorporado à estrutura colonial, mas podia, de um momento para outro, ser aproveitado por ela. A situação destes indivíduos, em caso de se deter em algum engenho, é paradoxal, o senhor dava para ele duas opções: ou seguir seu caminho, ou se transformar em jornaleiro temporário (idem, p.64). Forma-se, sobretudo, um círculo vicioso, a estrutura econômica engendra o desocupado, impedindo-o de se ocupar em atividades permanentes. Assim, o desocupado carente de trabalho estável tornava-se funcional e útil ao modelo, em certos momentos.

Seguindo a idéia da importância do papel da terra no processo de constituição de vadios, Maria Lúcia Lamounier (2007) retoma as orientações de Faria (1998) e Moura (1996) no estudo sobre as regiões açucareiras de São Paulo, afirmando que na região sudeste, a falta de trabalho, a mobilidade da população livre e pobre e o estereótipo da ociosidade têm um vínculo direto com a sazonalidade do emprego, pois o homem abandona aquele posto de trabalho para se dedicar à produção alimentícia de subsistência, em algumas circunstâncias em lotes próprios, arrendados ou cedidos de favor que constituíam para sua família uma garantia de independência e sobrevivência em uma economia basicamente agrária num contexto escravista.

Assinalamos que o processo de vadiagem em Minas Gerais se aprofunda quando o contingente de escravos libertos se incorpora ao segmento de desocupados, que na peculiaridade mineira estaria vinculada a terra e ao trabalho sazonal. Na terceira e quarta parte do século XIX, segundo Roberto Martins (1996), cristalizou-se a idéia de que a economia mineira não se encontrava em crise após a decadência da mineração, teoria difundida por historiadores como Caio Prado Júnior (1989), pois a província incrementara a capacidade de importar escravos, (MARTINS, 1996, p.6) sendo este um indicador de riqueza poderoso de uma comarca e sua eventual expansão da população livre, ou seja, os escravos são incorporados para o mercado interno.

Conforme o autor observa-se um crescimento populacional de cativos em Minas, de 169.000 em 1819 para 382.000 em 1873¹⁹, fato sem relação com o setor externo da economia, que passava por um forte período de decadência no volume de exportação (SLENES,1985). Segundo Kowarick (1987; 53), esta cifra aumenta em Minas Gerais para o ano 1887, alcançando 392.000 cativos, quase 10 mil homens a mais que na década anterior. Esta idéia vincula à alta relação terra/população uma forte característica de Minas na primeira parte do século XIX. Seguindo o modelo de Wakefield, o autor afirma que o grande volume de terra em Minas concentrada em pequenos números de senhores gera um aumento de demanda de cativos destinada ao mercado interno, e não para o exportador. Idéia parcialmente correta, diz Slenes (1985, p.53), que complementa os dois fatores de crescimento paralelamente, tanto os fatores de produção internos e externos da economia mineira, para explicar o crescimento da população cativa e sua estrita vinculação com a população pobre e livre, tanto que, para ter um mercado interno que demande mão-de-obra negra, precisa-se de um mercado exportador igualmente fortalecido. À medida que o modelo econômico escravista se desintegra nas minas coloniais, a saída igualmente progressiva é de incorporar às filas de desclassificados os pobres livres, que juntos preenchem os interstícios deixados pelo trabalho escravo (SOUZA, 1982; p.90).

Contudo, estigmatizados pelo vínculo com a escravidão, com as práticas marginais e com o ócio, os desclassificados poderiam ser excluídos das estruturas de acumulação e lucros. Ao invés disso, eram recrutados pelos fazendeiros como jornaleiros e diaristas e igualmente absorvidos pelo poder local para gerar lucros metropolitanos na construção de obras públicas como a expansão de fronteiras territoriais, tudo na base da sobre-exploração do trabalho escravo como um trabalho livre (SOUZA, 1982; p.89).

¹⁹ Por meio da contagem de negros batizados na comarca de Santa Luzia, centro sul de Minas Gerais, Corrêa realiza um interessante estudo sobre o aumento de escravos neste período. Em 1832, apenas dois senhores de escravos locais tinham um considerável tamanho de posse escravista: o Barão de Santa Luzia Ribeiro Vianna com 117 e Rodrigues da Rocha Franco com 40. Corrêa, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: O que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Mimeo.

Concordamos com a tese de Souza (1982) que a relação utilitarista que o Estado aproveitava com habilidade sobre o benefício do trabalho livre e desregulado dos “vadios” era um ônus que contribuiu para a derrota do próprio modelo colonial. Segundo a autora, a relação entre o Estado com esta camada social era paradoxal, pois os homens eram culpados de não trabalhar e trabalhavam. Esses homens tinham negação de revolta e se revoltaram com os movimentos regenciais, tinham imposição de ordem e se aliaram aos setores renegados, como quilombolas e índios bravos. Esse grupo era assim uma camada fluida, indefinida, imprecisa que se espalhou nos contornos da sociedade estamental colonial (SOUZA, 1982, p.90), reproduzida pelo modelo e fortalecida na exploração de trabalho livre.

Em outra fase, com a extinção do tráfico internacional de escravos e após as primeiras experiências frustradas com imigrantes europeus, especialmente por suas rebeliões e greves em meados de 1850, os fazendeiros passam a considerar os trabalhadores livres como uma fonte viável de mão-de-obra complementar ao trabalho escravo e mais barato que o trabalho imigrante. Assim, reformula-se a Lei de 1879²⁰ como tentativa de incentivar várias categorias de trabalhadores a formalizar as relações que estabeleciam por meio de contratos (LAMOUNIER, 2007). Assim, Bosi (2005) aponta no seu estudo na região de Uberlândia em Minas Gerais que o problema substancial de se tornar mão-de-obra livre para se vender ao capital, consiste na resistência dos trabalhadores de submeter seu tempo ao controle do outro, inclusive para os trabalhadores livres que vivem da posse da terra dos outros como agregados, ou como pequenos proprietários (BOSI, 2005, p.111-112). Lentamente, a categoria de trabalho livre desclassificado do período colonial se torna mais complexa quando está mediada por relações do capital mercantil.

Segundo Passos Guimarães (1989), essa fase corresponde a um ciclo de transição para o capitalismo, caracterizada pelo aumento de agregados e de colonos não autônomos, que dedicam parte de seu tempo

²⁰ Lei encarregada de delimitar os contratos de trabalho de emigrantes, mas que era ambígua na hora de incorporar o trabalho livre. Lamounier (2007).

de trabalho ao dono da terra. Conforme o autor, o que liga o trabalho livre do final o século XIX com as formas atuais de trabalho sazonal dos chamados bóias frias no início do século XX é o caráter nômade e errante do trabalho. Tanto os primeiros como os segundos nunca foram considerados agregados, eram intrusos (BOSI, 2005, p.281), e quando chegavam já estavam pronto para partir, seja pela procura de melhor salário ou pelas precárias condições de vida no interior das estâncias do senhor da terra. Aliás, os bóias frias são similares às camadas acima citadas pela mobilidade sazonal como nas precárias condições de vida, com velhas relações de trabalho ou pela falta de trabalho fixado na terra.

1.3.2 - De trabalhador volante a volante rurbano na RMBH.

O segundo período histórico que descrevemos acontece quando o capital começa a mediar livremente às relações produtivas e o trabalho, liberado das relações estamentais da época colonial. Quando isso acontece, conforme Passos Guimarães (1989), as categorias de trabalhadores rurais aumentam, ao ponto de se tornar plebe rural ao mostrar o passo de desclassificados vadios de séculos anteriores aos bóias frias.

O bóia fria é uma das categorias de trabalho desclassificado característico das relações de produção agroindustrial no país, mediado pelo salário que devido às condições sazonais é associada diretamente com a desagregação das relações coloniais desde fim o século XIX até início dos anos 1980. Por tal motivo, a literatura tomou dois caminhos: aqueles que destacaram dos bóias frias os aspectos proletários e os que destacaram a ocupação volante. Conforme Graziano (2002), o cenário esteve marcado pelo passo de variados complexos rurais para complexos agroindustriais (CAIs) numa permanente fase de inclusão e exclusão de pequenos agricultores que não estavam articulados nos pacotes tecnológicos que os complexos agroindustriais impõem (MÜLLER, 2002, p.224).

Graziano da Silva (1994) destaca dois momentos nesse processo. Um, quando os complexos agroindustriais começaram a se integrar ao grande capital, e com ele a redução do papel da pequena agricultura no desenvolvimento agrícola capitalista, dado que os CAIs não dependiam de mão-de-obra próxima ao local. Essa era conseguida diretamente das cidades entre os trabalhadores que foram expulsos do campo e se aglutinaram nas periferias. O outro momento foi a diminuição da sazonalidade do trabalho temporário, por volta de 1980, pela substituição da agricultura mecanizada (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p.139-140).

No primeiro momento de formação e expansão da agroindústria, o capital agrário foi submerso pelo capital industrial e com ele aumentou o ciclo sazonal de reprodução do capital (IANNI, 1984, p.80) em concomitância com a forma sazonal da força de trabalho que o reproduz, neste caso o trabalho do bóia fria. Conforme o autor, o resultado do desenvolvimento do consumo interno em equilíbrio com a demanda do mercado externo²¹ levou à mercantilização do produto do trabalho agrícola (IANNI, 2005, p.130) e à eventual valorização de terras férteis, o que induz ao seu aproveitamento máximo e à expulsão de agregados, moradores ou outros trabalhadores residentes, para fora da usina, segmento que forma o produto da proletarização rural, sitiantes, parceiros, posseiros e bóias frias (IANNI, 1984, p.134). O trabalhador se transformou num operário, sem meios de produção que dependem diretamente de sua força de trabalho, sendo é pago com salário temporário (IANNI, 1984, p.72-137) na maioria dos casos. Segundo Silva e Rodrigues, nas usinas de São Paulo, esses trabalhadores não alcançam um salário mínimo, o inverso do aumento proporcional de força de trabalho investida (SILVA E RODRIGUES, 1982, p.82-72). Conforme Ianni (2005), estes são alguns dos fatores que determinam o bóia fria como um setor do proletariado rural, relacionado diretamente ao desenvolvimento da agricultura capitalista.

²¹ Referisse a produção de gêneros alimentícios, fibras entre outros, junto a expansão da lavoura empresarial baseada em tecnologia intensiva. IANNI, op cit, 1984, 76-85.

Nessa linha de pensamento, Guimarães (1989), utilizando teses de Elbio N. Gonzáles e Maria Bastos (1977), entende o processo como a relação de trabalho por tarefa associado ao regimento de empreitada, que leva a desenvolver temporalidade e o deslocamento do trabalhador. Ou seja, o valor do salário por tarefa não se determina como salário por tempo, mas pela capacidade do rendimento do trabalhador, assim o salário depende do aumento de força de trabalho e da intensidade invertida e não do tempo invertido (GONZÁLES E BASTOS, 1997, p.40), pois aumentaria a mobilidade do trabalhador, tornando-o num proletário nômade (GUIMARÃES, 1989, p.288).

Esse nomadismo, segundo Ianni (2005), depende do trabalho em épocas de safras, principalmente por dois fatores: por um lado, pelo capital agrário que vem dispensando o trabalho humano, antes exigido em todas as suas etapas, seja no preparo de solo, plantio ou adubação; por outro lado, pelas temporadas de trabalho e produção propriamente ditas que separam cada uma destas etapas até a cadeia final de produção, diferenciando-a dos tempos de outrora em que todas as fases de produção estavam integradas (IANNI, 2005, p.73). Os fatores aqui expostos se expressam, como diz Guimarães (1989, p.291), no aumento do subdesemprego autônomo que passou de 35,6% em 1950 para 54,6% em 1970.

Entretanto, podemos observar que estes modelos de explicação são parcialmente corretos, conforme Gunder Frank (2005), pois o que está por trás da noção de proletarização do camponês é a idéia da penetração do capitalismo numa economia atrasada²² e implica a noção de dualidade

²² Não é nossa intenção realizar um debate sobre este antigo tema, informamos ao leitor que existe uma extensa bibliografia sobre os limites inconclusos da proletarização do meio rural na América latina, críticas que inclusive provêm dos pensadores neomarxistas mais destacados de nosso continente. Recomendamos alguns, como: MARINI 1967, Crítica à Revolução Brasileira de Caio Prado Junior, Revista de Sociologia de México; LEHMANN, David. 1980. "Ni Chayanov ni Lenin: apuntes sobre la teoría de la economía, campesina", Revista Estudios Rurales Latinoamericanos, 3, 1, Bogotá; LLAMBÍ, Luis. 1990. "Procesos de transformación del campesinado latinoamericano", Bernal; Fernando, compilador, El campesinado contemporáneo. Cambios recientes en los países andinos, Cerec, TM Editores, Bogotá; MURMIS. M. 1992. Tipología de pequeños productores campesinos en América, en César Peón (comp) Sociología Rural Latinoamericana. Hacendados y campesinos, CEAL, Buenos Aires. p. 82; SHANIN, Teodor. 1979. "El campesinado como

defendida por Ianni (2005), que admite uma dinâmica separada e recusa uma dinâmica comum entre dois setores: noção frágil, dado que o pagamento em dinheiro - característica do capitalismo - não explica as diversas combinações de trabalho e formas de pagamento agrícola numa mesma fazenda (GUNDER FRANK, 2005, p.35-59) e (1969), pois operam diversas formas de trabalho que um suposto proletário agrícola está desenvolvendo simultaneamente, seja como pequeno arrendatário, produtor ou assalariado (ARCHETTI, 1981, p. 30-31). Idéia que segundo este autor seriam as diversas formas que adquire a categoria de produtor agrícola, que utiliza força de trabalho simples ou familiar, e cuja noção de camponês ou proletariado constitui apenas termos descritivos e não categorias a que podem se aplicar as explorações familiares quanto os salários individuais.

Desta maneira, optamos por considerar este segmento de desclassificados nos termos de Silva e Rodrigues (1982) de trabalhador volante, elaborado por Gonzáles e Bastos (1987) que consideravam, já em 1974, o deslocamento do ciclo diário do bóia fria como urbano, pelo fato de trabalhar em áreas rurais e residir na cidade. Para eles, como para D' Incao e Mello (1982), é descartada a introdução da mecanização tecnológica como causa da expulsão da mão-de-obra permanente e conseqüentemente o aumento do trabalho volante. As cifras de Santos (1972) num estudo em São Paulo afirmam que as causas que levaram o volante urbano a se mudar para a cidade, foram a falta de serviços e a legislação de 1963 sobre o Estatuto do Trabalhador Rural²³, que respalda a nova ordem produtiva instituída.

Conforme Gonzales e Bastos (1982), a conjunção de assalariamentos espúrios do sistema de remuneração monetária que substitui a remuneração in natura, com o regimento de empreitada de trabalho por tarefa, associado ao forte processo de concentração fundiária, são os fatores que levariam aquela população expulsa da terra que mora nas periferias das cidades a

factor político”, Shanin, Teodor, compilador (1979); *Campesinos y Sociedades Campesinas*”, *El Trimestre Económico*, 29, FCE, México.

²³ Refere-se à legislação de trabalho que regula o tempo de trabalho temporário de forma ambígua, deixando margem para que o fazendeiro estabeleça altos horários de trabalhos por pessoa, em Silva e Rodrigues (1982).

exercer o trabalho temporário (SILVA e RODRIGUES, 1982, p.64). Estas duas últimas, a falta de terra e a moradia na cidade, seriam as marcas deste setor que aumenta o caráter errante da população. Idéia que se reforça quando os autores observam o aumento de trabalho volante-temporário entre os anos 1967 e 1972 na região de Minas Gerais, passando de 1.058.941 em 1967 para 1.807.310 em 1972, diferentemente de São Paulo, que passou de 341.767 a 770.170 para o mesmo período (SILVA E RODRIGUES, 1982, p.68).

Após a integração dos complexos industriais subordinados ao capital agrário, que levariam a uma segunda fase desse processo, ela é apontada por Graziano da Silva (1994) a responsável pela diminuição da sazonalidade do trabalho temporário por volta de 1980, pela substituição da agricultura mecanizada, como se observa na Tabela 06 sobre a redução da ocupação temporal em Minas Gerais entre os anos 1985 e 1995.

TABELA 6 - Ocupados na atividade agropecuária, de 14 anos ou mais, distribuídos por tamanho de estabelecimento, categoria de ocupação e setor de atividade. Minas Gerais, 1985/1995. (mil pessoas).

Classe	Estabelecimentos		Categoria			Setor de Atividade		
	Até 100 ha	Acima de 100 há	RMNRF(*)	Permanentes	Temporais	Agricultura	Pequaria	Agropecuaria
1985	1.530	773	1.275	360	496	1.073	1.019	71
1995	1.271	522	1.082	305	303	684	668	364
Diferença (%)	-16,93	-32,47	-15,14	-15,28	-38,91	-36,25	-34,44	412,67

Fonte: Riveiro Eduardo. Et all. 2007. Censos do IBGE, 1995-1996

(*) RMNRF: responsáveis e membros não remunerados da família.

No entanto, a redução dos trabalhadores temporais foi de 303 em 1995, não tão distante dos trabalhadores permanentes para essa mesma época que chegou a 305. Isto responde talvez ao ciclo de diminuição de emprego rural no conjunto do país.

1.3.3- O subdesempregado, o lúmpen e o morador de rua: reocupação do espaço rural metropolitano de Belo Horizonte.

A evolução de acumulação do capital descrito acima nos coloca no terceiro período histórico - o período atual - onde outras camadas de desclassificados, diferentes dos bóias frias rurbanos de décadas anteriores, começaram a engrossar as fileiras de errantes em espaços rurais na região central de Belo Horizonte: subempregados, desempregados, sem-teto, catadores de lixo e especialmente moradores de rua da metrópole, dos quais uma parcela deste setor sai da cidade para trabalhar como bóia fria na RMBH. Estes desclassificados têm semelhanças com os bóia frias de décadas anteriores ou com os vadios do século colonial, todos eles uns errantes: produtos do modelo em que viviam. Embora os atuais desclassificados tenham outro perfil, eles são ligados por fortes laços com o bairro e a metrópole e apresentam uma alta mobilidade entre os espaços urbanos rurais. É este segmento que estaria disposto a ocupar o espaço rurano, objeto de estudo da presente pesquisa.

No que diz respeito ao morador de rua, a literatura consultada estabelece que este segmento se caracteriza pela saída de um dormitório fixo, seja casa própria ou de parentes, por diversos fatores como a exclusão do mercado de trabalho pelo crescimento de migrantes em direção aos grandes centros em busca de melhor qualidade de vida, assim como pelas famílias que perderam o poder aquisitivo e as condições de subsistência, segundo o Relatório da Pastoral de Rua (2007, p.19). As interessantes observações de Bridgmam (2003) mostram algumas causas a respeito da população flutuante em Belo Horizonte em áreas faveladas. As áreas de risco são tão precárias que os espaços urbanos e albergues acabam sendo uma alternativa atrativa do que permanecer nessas localidades. Ir para a rua também significa dormir em albergues o que “poderia ser uma solução racional que as pessoas adotam para sobreviver e escapar de uma situação

pior em suas vidas.²⁴ Atualmente, os moradores de rua chegam a 1239 indivíduos, apresentando um crescimento de 2,3% em relação ao ano 1998, compreendendo 1120 pessoas entre homens e mulheres (Tabela 6.1).

Estes sujeitos caracterizam-se pela heterogeneidade, tanto individual quanto grupal. Na esfera individual, o perfil do morador de rua varia desde doentes mentais, alcoólatras, dependentes químicos, trabalhadores informais no ramo de reciclagem, ocupações eventuais com bicos ou artesanato a mendicantes. Na esfera grupal, podem se identificar três camadas: os maloqueiros, que moram em malocas (redes de proteção que se espalham em praças e viadutos); os moradores de rua que além da rua moram em albergues; os “Pardais”, que ficam fixados na cidade; e os conhecidos como “Trecheiros”, que não se fixam nas cidades e se caracterizam pelo trabalho sazonal, que correm de cidade em cidade do país à procura de trabalhos temporários, (RELATÓRIO PASTORAL DE RUA, 2007, p.19). Este é um errante sazonal urbano que nos interstícios das cidades se ocupa na lavoura eventual em áreas rurais.

Justamente estas três últimas camadas de morador de rua são as que formam esse segmento de grupo urbano que estaria disposto a ocupar áreas rurais na região metropolitana de Belo Horizonte. Para o presente estudo, ressaltamos o grupo dos Trecheiros pelo contato direto que desenvolvem com o campo.

Tabela 6.1 População em situação de rua -Belo Horizonte 1998-2005

	1998	%Total 98	2005	%Total 05	Tax de Cres
Masculino	714	63,75	991	79,66	4,79
Femenino	202	18,03	166	13,4	-2,76
Menores de 18 anos	204	18,21	75	6,05	-13,32
Sem Informação **			7	0,56	
Total	1.120	100	1.239	100	1,45

** Em 2005, houve casos de moradores que não se dispuseram a realizar entrevistas e estavam enrolados em cobertores, impedindo a identificação do sexo.

Dado; Censo de População de Rua, 1998 e 2005.

Fonte; 2º Censo da População de Rua e Pesquisa Qualitativa - Belo Horizonte

²⁴ 2º censo de população de rua e pesquisa qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte 2006. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte. p 32.

Tabela 6.2 Lugar onde nasceu censo 2005.

Cidade/Região	Nº	% dos dados
Belo Horizonte	300	32,6
RMBH/exepto BH	37	4
Interior de Minas	379	41,2
Outros Estados	201	21,9
Outros Países	2	0,2
Total	919	100

Fonte; 2º censo da população de rua 2005

Tabela 6.3 Nascimento na área urbana ou rural.

Região	Nº	% dos dados
Cidade	773	84,9
Roça	138	15,1

Fonte; 2º censo da população de rua 2005

Atualmente, segundo o censo 2006, o morador de rua na cidade de Belo Horizonte teve um crescimento de população que foi de 1.120 para o ano 1998 a 1.239 para o ano 2005, ou seja, um crescimento de 4,8% ao ano. Dessa população, a maioria, 41,2% deles vêm do interior de Minas, 32,6% são naturais de Belo Horizonte e apenas 4,0% têm origem na Região Metropolitana. Segundo a tabela 6.2, existe uma elevada proporção de pessoas de origem de outras cidades, 21,9%. Mesmo sendo do interior de Minas, 85% das pessoas declaram ter nascido em cidade a apenas 15% restantes, no campo (Tabela 6.3). Basicamente, nos diz o censo do ano 2006 que um dos grupos que marcam tendência são os denominados Trecheiros, aqueles que não se fixam por muito tempo em um lugar. Além de que o maior volume de população não prove de espaços do interior, mas de áreas urbanas.

Em termos de ocupações, o morador de rua assume diversas atividades tanto lícitas como ilícitas, formais como informais, e sobrevivem, inclusive de doações e esmolas. De igual maneira, observa-se uma heterogeneidade de atividade conforme os dados do 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte (2006, p.54)

Tabela 6.4. População de rua segundo atividade principal.

Atividade/Trabalho	1998		2005	
	Total	%	Total	%
Com carteira assinada	39	4,26	15	1,29
Sem carteira assinada	56	6,11	106	9,11
Com contrato temporario	5	0,55	3	0,26
Pede Ajuda	115	12,55	137	11,77
Outros	634	69,21	689	59,19
Sem Informação	67	7,31	214	18,38

Fonte 2º censo da população de rua de Belo Horizonte

Tabela 6.5 Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e por sexo

Atividade	Homens	Mulheres
Cata material reciclagem	42,1	48,3
Vigia Lava e ou mniobra em carros	13,4	10,1
Pede ajuda esmola	8,1	15,7
Comercio informal; camelo	6	1,1
Construção civil; Pedreiros	5,4	0
Bicos ou biscante declarado	5,3	0
Ajudante de caminhão,carregador	4,3	0
Produz artesanato	3,1	1,1

Fonte 2º censo da população de rua de Belo Horizonte
Destacamos dos 19 os trabalhos os de maior percentual

Chama à atenção a heterogeneidade de ocupações informais desenvolvidas pelos moradores de rua como a troca permanente dessas atividades. Segundo as Tabelas 6.4 e 6.5, essas ações passam de bicos, como autônomo, reciclagem, compras, catador de papelão, sendo que estas adquirem maior percentual alcançando 59,19% das ocupações para o ano 2005. Três características operam neste processo: a alta concentração de vínculos urbanos que absorve o maior número de atividades; a cidade como lugar de procedência da população de rua; e o intenso deslocamento populacional no passo de um lugar a outro, especialmente dos denominados “Trecheiros”.

Estas características conjugadas do morador de rua geram suspeitas sobre as possibilidades de esse setor se fixar no campo. Assim, os níveis de adaptação à terra e à mobilidade com o espaço urbano são o contexto

atual em que se processa a ocupação rurbana do MST-MG na região metropolitana de Belo Horizonte, incorporando-se a este segmento de desclassificados junto a outros das cidades na luta pela terra, sejam eles desempregados ou sem-tetos, incrementando o fenômeno de reocupação do campo na região metropolitana de Minas pelas camadas pobres da grande Belo Horizonte.

1.4- Problema de pesquisa: Da Comuna da Terra em São Paulo à ocupação rurbana do MST-MG. Os fatores do aumento da população urbana nas ocupações sem terra da RMBH.

A região sudeste do Brasil, atualmente está atravessando um intenso e notável processo de deslocamento da população rural, que alcançou o ponto alto na década de 60 e 70, com agudos índices de migração campo-cidade nos cordões metropolitanos, resultado da desagregação de pequenos agricultores que, limitados em suas bases produtivas, são estimulados à migração forçada (MEDEIROS,1983; GRZYBOWSKI,1987; e MULLER,1989).

Se outrora o caminho migracional foi rumo às cidades, hoje o deslocamento populacional é inverso. A reocupação do meio rural se produz, pelas camadas pobres das periferias urbanas, pelas famílias ou indivíduos estimulados, neste caso pelo MST²⁵, como resultado de diversas esferas que inter-atuam conjuntamente tanto o social, o produtivo e o político, e que cruzam transversalmente com os interesses do desenvolvimento rural do país, como efeitos dos processos de acumulação do capital na expansão industrial para fora dos contornos das cidades (SACCO DOS ANJOS, 2001). A expansão das camadas pobres da sociedade para o campo ampliou a

²⁵ No estado de São Paulo, o MST vem realizando ocupações com famílias exclusivamente urbanas “lutando contra a percepção que somente devem ser acampados os trabalhadores rurais, muitas das famílias que participaram sofreram o êxodo rural da década do 50 y 80, quando mais de trinta milhões de” ex-camponeses” .. hoje não encontram emprego e parte dessa população não encontra condições de vida nas cidades” Mais informação em Mançano. Bernardo. 2000. O MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Em Debates revista Osal. Clacso, Buenos Aires. p 36.

análise além dos setores da classe média das metrópoles que a partir dos anos 60 fora mobilizada pela especulação imobiliária para ocupar espaços rurais utilizados como espaços de lazer e ócio.

Entretanto, a ocupação de áreas sem terra na RMBH com camadas de desclassificados da metrópole foi fruto de um longo processo de territorialização que o MST começou na década de 1980. O deslocamento vai do interior do Norte de Minas e Jequitinhonha para a área metropolitana, movimento inverso do que aconteceu em certas áreas da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro. Interessa-nos ressaltar a continuação, no que respeita à história do MST-MG, de onde aconteceu uma mudança do perfil dos sujeitos que ocupam áreas da Reforma Agrária na RMBH. Na RMBH encontramos camponeses expulsos da terra em que moravam, nas periferias da cidade, e que voltam a terra praticando a pluriatividade, até aqueles desclassificados urbanos, que praticam apenas atividades não agrícolas, e decidem ocupar espaços rurais com outros significados e narrativas sobre a terra.

A história do MST em Minas Gerais se inicia em junho de 1985, quando o MST organizou seu 1º Encontro Regional em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. Lá elegeram uma Coordenação Estadual e iniciaram os trabalhos de base em diversas comunidades e municípios (GUEDES, 2006, p.24-25) Em abril de 1987, realizaram o 2º Encontro Regional, onde se definiu a primeira ocupação para o dia 12 de fevereiro de 1988, na fazenda Aruega, com cento e cinquenta famílias em uma área de 950 hectares, localizada no município de Novo Cruzeiro. A partir desse momento, o MST prosseguiu com as ocupações e territorializou-se por outras regiões do estado de Minas Gerais. Hoje, atua dividindo-se em seis Regionais: Norte de Minas, Rosinha Maxacali (Vale do Jequitinhonha), Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Sul de Minas, Milton Freitas (região central do estado).

Os objetivos para se expandir na região metropolitana de Belo Horizonte responderam ao aproveitamento das camadas pobres das periferias das cidades da Região Metropolitana que possuem vínculo com a terra, sejam estes desagregados de fazendas ou da expansão do capital

agrário da década de 1960, tema já observado no capítulo anterior. Observa-se também a concentração fundiária presente na região metropolitana, além do objetivo de inserção da sociedade civil no processo, e subseqüentemente gerar visibilidade da luta pela terra (CORREIA, 2004, p.18-19). Estas últimas são de importância estratégica para a organização, considerando que os assentamentos do MST se encontravam distantes do centro urbano, o que dificultava qualquer tipo de difusão ou apoio, seja de visitantes ou de gestão política.

Assim, a regional Milton Freitas está encarregada da territorialização do movimento na região central, no entanto, extrapola os limites da RMBH, organizando áreas relativamente próximas ao cordão urbano como Funilândia, Mariana e outras mais distantes como Bambuí, Pequi e Zona da Mata. Para efeitos do presente estudo, nós nos concentramos nas áreas da região metropolitana. Com apoio de militantes que se disponibilizaram a sair de seus estados de origem, a regional Milton Freitas da região metropolitana organizou a primeira ocupação na região metropolitana de Belo Horizonte, no dia dois de julho de 1999, no município de Betim, com inicialmente 102 famílias, que posteriormente se reduziu a 40 famílias, a maioria provenientes das periferias do município de Betim e Contagem. Assim, o acampamento recebeu o nome da data de ocupação, e após quase oito anos a comunidade se encontra na mesma situação de acampamento, como fruto da negociação estagnada com o dono da fazenda, pelo valor da terra não negociável com o INCRA.

Após esta ocupação, iniciou-se uma série de outras ocupações. No ano 1999 se realiza a ocupação Margarida Alves na fazenda Velho Cerrado, na cidade de Bambuí, da microrregião do Oeste de Minas, onde posteriormente a área sem terra passou a ser assentamento no ano 2005, e conta com 49 famílias cuja procedência de origem da população é das periferias da mesma cidade. No dia 14 de janeiro de 2000 foi realizada a ocupação da fazenda do Carmo com 20 famílias, em Funilândia, na cidade de Sete Lagoas, onde atualmente se localiza o assentamento Resistência.

No Ano 2001, realizou-se a ocupação Roseli Nunes, no município de Pequi da microrregião do Oeste de Minas, que desde o ano 2005 se constitui como assentamento. A ocupação de Ho Chi Minh, situada na cidade de Nova União RMBH, com 45 famílias, alcançou após 5 anos, em 2005, o caráter de assentamento, e a maioria das famílias são das periferias do município de Contagem e de Nova União. Na cidade de Esmeralda, também da RMBH, no ano 2004 se instala na fazenda Salgada o acampamento Carlos Lamarca, com 50 famílias, que tem a mesma característica de procedência da população²⁶.

Em junho de 2005, foi ocupada uma fazenda na cidade de Visconde do Rio Branco na microrregião da Zona da Mata. Um ano depois, a fazenda foi liberada para fins de Reforma Agrária, consolidando a mudança de acampamento Olga Benário para o assentamento de 30 famílias da comunidade. Estas famílias são a síntese das diversas ocupações dos acampamentos espalhados pela região acima citada. E, finalmente, o acampamento mais recente contabilizado é o João Pedro Teixeira localizado no Município de Nova União encostado no assentamento Ho Chi Minh. Essa ocupação foi realizada em junho do ano 2007, inicialmente com 38 famílias, mas teve uma redução para 25 famílias no momento da coleta de dados. A totalidade das famílias provém do bairro São Gonzalo no setor norte de Belo Horizonte, surgindo de uma iniciativa da associação do bairro em parceria com o MST. Nas Tabelas 7.1 e 7.2, vemos uma síntese das famílias assentadas e acampadas cadastradas nas ocupações de MST-RMBH, sua procedência urbana e seus vínculos com a terra.

²⁶ Existe pouca informação publicada sobre esse tema, o maior volume de informação está em relatórios dos setores do MST. Esses dados apresentados foram coletados em informações secundárias. Fonte: Arquivos do MST-MG (2007).

Tabela 7.1. Quadro-Assentamento MST na RMBH.

Quadro- Projetos de assentamento na RMBH								
Movimento	Município	Nome acampamento	fam. decl.	fam. ident.	Fam. Proce. Urb.	Fam. Proc. Rur	Data	Área (ha)
MST	Mariana	Cafundão*	12	12	7	5	1994	48,41
MST	Funilândia	Resistência*	16	16	12	4	2004	332,37
MST	Pequi	Roseli Nunes*	24	24	17	7	2003	854,25
MST	BambuÍ	Margarida Alves**	49	49	36	13	1999	2312,1
MST	Nova União	Ho Chi Min**	42	35	34	8	2005	758,94
MST	Visconde do Rio Branco	Olga Bemário**	30	30	20	10	2006	727,1
Total	6	6	145	138	107	38		4652,39

*Fonte: secundárias arquivos e relatórios do MST-MG

** Fontes: de dados primários nas áreas

Fontes: INCRA 2007.

Elaborado por Riquelme Mario 2007

Quadro – Assentados MST com vínculo com a terra RMBH

Quadro – Assentados MST com vinculo com a terra RMBH								
Movimento	Município	Nome acampamento	fam. decl.	fam. ident.	Fam. Com vinc. a terra	Fam. Sem vinc. a terra	Trabalho não agrícola para fixar na terra	Data
MST	Mariana	Cafundão*	12	12	8	4		1994
MST	Funilândia	Resistência*	16	16	13	3	13	2004
MST	Pequi	Roseli Nunes*	24	24	17	7	13	2003
MST	BambuÍ	Margarida Alves**	49	43	43	6	41	1999
MST	Nova União	Ho Chi Min**	42	35	35	7	15	2005
MST	Visconde do Rio Branco	Olga Bemário**	30	30	24	6	14	2006
Total	6	6	173	160	140	33	96	

*Fonte: secundárias arquivos e relatórios do MST-MG

** Fontes: de dados primários nas áreas

Fontes: INCRA 2007.

Elaborado por Riquelme Mario 2007

Tabela 7.2 Quadro - Acampamentos rurais MST na RMBH

Quadro- Acampamentos rurais MST na RMBH								
Movimento	Município	Nome acampamento	fam. decl.	fam. ident.	Fam. Proce. Urb.	Fam. Proc. Rur	Data	Fazenda/observações
MST	Betim	2 de julho**	50	50	43	7	2/7/1999	Faz. Ponte Nova Vinhático
MST	Esmeraldas	Carlos Lamarca*	50	0	32	18	11/6/2004	Fazenda Salgada (ocup. 12/08/04)
MST	Nova União	Jão pedro Teixeira**	38	25	25	0	jul/07	
Total	3	3	138	75	100	25		2

*Fonte: secundárias arquivos e relatórios do MST-MG

** Fontes: de dados primários nas áreas

Fontes: INCRA 2007.

Elaborado por Riquelme Mario 2007

Quadro - Acampados MST com vinculo com a terra na RMBH

Quadro- Acampados MST com vinculo com a terra na RMBH								
Movimento	Município	Nome acampamento	fam. decl.	fam. ident.	Fam.com vinc. a terra	Fam.Sem vinc. a terra	ONA para fixar na terra	Data
MST	Betim**	2 de julho	50	50	38	12	17	2/7/1999
MST	Esmeraldas*	Carlos Lamarca	50	0	37	13	20	11/6/2004
MST	Nova União**	Jão pedro Teixeira	38	25	15	10	25	jul/07
Total	3	3	138	75	90	35	62	

*Fonte: secundárias arquivos e relatórios do MST-MG

** Fontes: de dados primários nas áreas

Fontes: INCRA 2007.

Elaborado por Riquelme Mario 2007

Das 173 famílias assentadas em áreas do MST, inclusive fora da região metropolitana, 126 provêm de espaços urbanos, entre bairros e periferias, sendo que os que provêm de áreas rurais, alcançam apenas 47 famílias. No entanto, quando vemos o percentual das famílias que vêm da cidade com vínculo com a terra, vemos que a cifra alcança 80%, correspondendo a 140 famílias.

De igual maneira acontece com as áreas de acampados. Das 138 famílias distribuídas nos municípios de Betim, Esmeralda e Nova União na RMBH, 100 delas têm procedência urbana, no entanto, 90 delas têm vínculo com a terra. É um dado interessante, quando vemos que desde o ano 1999 até aqui, está acontecendo um deslocamento no que diz respeito à procedência de acampados, chegando a 100% provenientes de áreas urbanas no caso da ocupação João Pedro Teixeira do ano de 2007.

No que diz respeito às ocupações, o perfil do trabalhador está se inclinando lentamente pela atividade não-agrícola nas áreas, quando comparamos os acampamentos e os assentamentos. Estes últimos vêm apresentando menores índices de ocupações não-agrícolas, e apenas o assentamento Margarida Alves em Bambuí tem um percentual destacado. Quando se compara com os acampamentos, não é de estranhar que estes tenham tido maior percentual de ocupações não-agrícolas pela incerteza da obtenção da terra, o que obriga os ocupantes a trabalhar parte do tempo fora da área. Não obstante, o que chama a atenção é que pela primeira vez o MST na região metropolitana enfrenta uma situação em que 100% dos acampados praticam ocupações não-agrícolas e pluriatividade para sobreviver. Os homens ainda se ausentam por longo tempo da área, como é o acampamento João Pedro Teixeira no município de Nova União, transformado numa área praticamente só de mulheres.

1.4.1 - O vínculo da Comuna da Terra com a ocupação rurbana do MST da RMBH.

Encarar a relação urbano-rural desta maneira no estado de Minas Gerais torna-se um desafio para a literatura especializada. Além do aumento das práticas não-agrícolas, soma-se a população exclusivamente metropolitana e desclassificada que morava na rua das periferias da grande Belo Horizonte.

Para o MST, as experiências deste tipo na região sudeste são limitadas e, portanto, também os aprendizados, sendo que a metrópole de São Paulo é o único estado que possui um acúmulo nos últimos 10 anos. A primeira ocupação de terra com desempregados e subempregados nesta cidade se registrou em 1994, incluindo as pessoas que vivem em situação de rua, no município de Itapeva (270 Km a sudeste da capital). A inclusão deste último grupo foi fruto da aliança entre a Fraternidade Povo da Rua cujos membros, em parte, pertencem à congregação do Verbo Divino com o MST, cujo resultado foi à criação de um Centro de Formação da organização no bairro do Brás (GOMES, 2005, p.6).

A aliança acima citada foi resultado de um processo, entre os anos 1982 e 1993, em que o trabalho da Fraternidade de Povo da Rua se deslocou desde uma atuação assistencialista na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e portadores do vírus HIV, até chegar ao estágio de fortalecer a auto-organização do morador de rua. Aos poucos, a organização de porte pastoral virou entidade independente e como tal com liberdade para articular alianças de caráter estratégico. Foi nesse contexto que esta organização aproximou-se do MST e que, em 1994, convocou os grupos de moradores de rua para participar na luta pela terra.

Foi nesse cenário que ao final da década de 1990 se articulou a proposta da Comuna da Terra²⁷ voltada ao conjunto de desempregados e marginalizados da sociedade para ocupar áreas espalhadas nos contornos

²⁷ Ocupações de “outro tipo” incrustadas na cidade, de caráter experimental, sem relação com ex-camponeses ocupando áreas rurais do MST na cidade de São Paulo como saída da subsistência (Fernandes, 1999 e 2000, p.36).

da cidade de São Paulo. As experiências até o momento chegam ao todo a 17 estabelecimentos, destacando-se o assentamento Nova Esperança, em São José dos Campos, de 1998, com 60 famílias em 447 ha; os acampamentos Terra Sem Males, desde 2002 em Cajamar, com 220 famílias em 250 ha; Camilo Torres e Dom Pedro Casaldáliga, na fazenda de Pirapora de Bom Jesus; o assentamento Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha, de 2001, com 180 famílias em 447 ha; e o acampamento Irmã Alberta, na divisa de São Paulo com Cajamar, desde o ano 2002, com 300 famílias, em 250 ha. Esses acampamentos são formados predominantemente por ex-moradores de rua.

Anterior a esse processo, o número de moradores de rua participando em ocupações de terra, com os sem-tetos e desempregados da cidade de São Paulo, era reduzido e não se preocupava em se fixar em uma área. Por exemplo, a primeira ocupação com moradores de rua ocorreu em 20 de dezembro de 1994 no município de Itapeva, 270 km da capital de São Paulo, com mais de 200 famílias, dentre desempregados e desclassificados, que, conforme Gomes (2005, p.8), 13 eram moradores de rua, que ocuparam a fazenda Pirituba com 17 mil ha. Dos 13 provenientes das ruas restavam, em 1995, quatro pessoas após um ano de acampamento²⁸. Até o ano de 2003, houve tentativas de levar moradores de rua para diversos acampamentos espalhados no pontal de Paranapanema, Jacareí e Iaras, mas sempre com pouco número, no entanto, este quadro se reverteu, como foi descrito acima, quando se planejou organizadamente a estratégia da Comuna da Terra.

A Comuna da Terra se caracteriza por ocupar áreas próximas aos grandes centros urbanos, visando a abastecê-los, e pelo alto número de famílias, de até 300 unidades, ocupando reduzidos lotes de no máximo 5 ha (MATHEUS, 2003, p.42-50). Esse fato foi descrito por Urushima (2000) por meio da seguinte situação: a ocupação de uma fazenda em 1998, localizada no bairro Lagoa Vermelha do município de Irene, microrregião Campos de Irene, deu origem ao assentamento Clarice Lispector. Nela acamparam 63

²⁸ Segundo o autor, os dados foram obtidos do jornal O Trecheiro, nº 16, ano V, Jan, 1995. p2. Cabe mencionar que o jornal leva o título em relação àqueles moradores de rua que viajam em trechos de cidade em cidade, de longas distâncias pelo país.

famílias, que após a desapropriação, o INCRA excluiu 16 famílias, escolhendo somente 47 famílias para ser assentadas. Os pré-assentados apelaram e se dispuseram a dividir seus futuros lotes para manter os excluídos no grupo. Cada família teve um lote de 12 ha, sendo que dessa divisão uma família ficou com 8 ha e dois homens solteiros obtiveram 7,3 e 4,1 ha, respectivamente..

Situações como estas são singulares nas ocupações da Comuna da Terra que na maioria das vezes prioriza a distribuição de lote em forma de agrovila, ou seja, imóveis de moradia encostados uns com outros, com áreas de produção distantes das moradias. A situação dos pequenos lotes leva a enfrentar uma série de dificuldades que, conforme Gomes (2005), destacando-se duas entre elas: justificção de parte dos técnicos de MST para o INCRA da possibilidade de gerar uma agricultura “mais rentável” em lotes menores (URUSHIMA, 2000) diferentemente das unidades rurais tradicionais e a convivência com conflitos internos sob a intenção de praticar trabalho coletivo versus trabalho individual (GOMES, 2005, p.12).

Em Minas Gerais desenvolveu-se pela primeira vez e de forma embrionária uma ocupação deste “outro tipo”, denominada “rurbana”, ao incorporar ao processo da Reforma Agrária famílias sem-teto da periferia da metrópole, que atuavam por meio da organização das “Brigadas Populares”. Atualmente, as Brigadas possuem duas ocupações urbanas: a primeira é a ocupação de Nova Lajedo na zona norte da capital, com aproximadamente 300 famílias envolvidas na luta pela moradia, próximo ao metrô São Gabriel. A segunda é a ocupação João de Barro II, com 40 famílias num prédio abandonado de precárias condições no bairro nobre da Pampulha, próximo à Universidade Federal de Minas Gerais. Essas famílias provêm da primeira ocupação, João de Barro I, de onde foram despejadas no ano 2006 do aglomerado da Serra na zona sul de Belo Horizonte. Desta última ocupação, participaram também moradores organizados pelo Movimento Nacional de População de Rua de Belo Horizonte que, junto a outros moradores de rua, estão dispostos a participar da possível ocupação “rurbana”.

Diferentemente do que ocorreu com o MST e os moradores de rua de São Paulo, em Belo Horizonte a aliança se realizou entre as organizações com projeto de transformação político-social. A iniciativa surge da organização Brigadas Populares pela iminência do despejo destas pessoas do atual local João de Barro II, como resultado dos limites da especulação imobiliária para grupos sem-teto que os obriga a se arriscar na ocupação da área periurbana organizada conjuntamente com o MST.

A intenção da ocupação “rurbana” da RMBH por parte de MST é seguir a lógica da “Comuna da Terra” e se incrustar numa área indefinida de caráter periurbana ou rural de extensão urbana, no contorno da cidade próxima de Belo Horizonte, o que permite pressionar o INCRA para se tornar terreno apto para Reforma Agrária.

De certo modo, operou-se no MST- MG uma opção pelo experimento social, que rompe com a orientação até agora traçada há cinco anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte: realizar ocupações com população urbana, majoritariamente, com vínculo com a terra, que se desloca para áreas relativamente distantes da grande metrópole²⁹ à procura do modo de ser caipira, que, utilizando trabalho não agrícola no campo conjugado com práticas pluriativas (GRAZIANO,1997a, p.45) resgate o imaginário rural, seja o perdido, seja o melancólico. Como foi observado, no subitem anterior, entre assentamentos e acampamentos do MST, 76,65% da população têm origem urbana, embora um alto percentual, de 65,8%, tenha vínculo com a terra.

Ao contrário disso, nos encontramos com uma mudança no perfil do trabalhador urbano que vai para o campo na ocupação de “outro tipo” ou rurbana. Aqui vão ser incorporadas pessoas sem-teto quase sem procedência rural, com baixo ou nulo vínculo com a terra, ou seja, sem perfil rural clássico, que não necessariamente assumem a exclusiva transformação de urbano por camponês. Os dados coletados nas informações primárias mostram que do total do grupo de sem-tetos

²⁹ Como por exemplo, as ocupações que se encontram nos municípios de Nova União ou Betim a mais de duas horas da capital.

entrevistados, apenas 2 % tinham vínculo com a terra. Embora a situação se torne incerta, quando se incorpora no processo pela primeira vez, a população de rua que mora nas praças, viadutos e avenidas da metrópole de Belo Horizonte, aprofundando assim o perfil descrito acima, que de 100% de indivíduos entrevistados em situação de rua, apenas, 1,5% desta população tinha vínculo rural, marcada pela ligação citadina e a alta mobilidade entre os diversos espaços metropolitanos e cidades rurais do interior, fatores que questionam e fomentam as ambigüidades sobre a capacidade desta camada social de se fixar na terra (Gomes, 2005)³⁰, mas esta mesma mobilidade nos faz suspeitar que estes sujeitos têm relações com o espaço rural.

Nesse cenário, nos encontramos frente a uma situação paradoxal que mobiliza o problema da pesquisa. O aumento da população urbana nos últimos cinco anos ocupando áreas da reforma agrária na RMBH alcançou, nos estabelecimentos revisados, um aumento de 76,65% para o ano 2007, e conseqüentemente uma redução de medidas no que diz respeito à absorção desse trabalho não agrícola nas áreas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) assim o revela, pois até o ano 2006 apresenta créditos excludentes para trabalhadores rurais que praticam atividades não agrícolas, os recursos são acessados pelo agricultor cujo rendimento é exclusivamente agropecuário (Schneider, 2006; Belik, 2000 e Carneiro, 2000). Instala-se, pois, um agricultor familiar modelo onde as populações rurbanas nem aparecem como categoria. Quem responde a essa demanda são os movimentos sociais no que diz respeito à contribuição para enfrentar a pobreza urbana, ao incluir nos últimos cinco anos, nas áreas da RMBH, trabalhadores que praticam ocupações não-agrícolas e a pluriatividade. No entanto, as atividades extra-agrícolas foram encaradas em cada área do MST de forma singular, com o objetivo de evitar que os sujeitos abandonem o estabelecimento, dado que realizar serviços em

³⁰ Além das dificuldades da adição e vícios que dificultam o trabalho de intervenção com este grupo. Mais informações em Pastoral de Rua, 2007.

centros urbanos é considerado uma dificuldade que embaraça a construção do tipo de camponês fixado à terra³¹.

A inclusão dos grupos organizados de desclassificados e moradores de rua nas áreas semi-rurais da RMBH faz questionar os tipos de agricultor acima expostos, seja do Estado por meio do programa PRONAF, seja do MST que fixa o seu significado na terra. Portanto, a relação trifásica ente o Estado, o MST e o sujeito urbano faz re-conceituar as definições do campo, mas também afeta as formas de representar os tipos de trabalhador rural até agora instalados.

Emergem, assim, situações, imagens e interesses distintos para interpretar o significado do trabalho rural, para onde confluem indivíduos e instituições sociais que estabelecem entre si relações variadas, de dissenso, de consenso, de negociações e de acordos, na ocupação de um espaço indefinido³², na área urbana do MST incrustada no limite da cidade de Belo Horizonte. Nesse panorama, levantamos a pertinência das seguintes questões investigativas:

1) Quais são as formas de representar o espaço e o trabalho rural gerados pela instituição governamental, o MST e os desclassificados da cidade na área urbana?

2) Como a pluriatividade afeta os significados atribuídos pelos atores ao espaço e ao trabalho rural na interação entre o MST com os desclassificados das cidades na área urbana?

3) De que maneira a característica do desclassificado urbano, como a alta mobilidade pelos espaços da RMBH, afeta a adaptação do sujeito na terra e a geração de diversas representações do campo?

³¹ Os avanços do movimento nos últimos cinco anos, segundo a revisão dos arquivos do MST-MG, foram destinados a beneficiar a pequena agricultura familiar das áreas no estado de Minas Gerais com mais de 90% dos projetos de investimento social, e apenas 6% foram elaborados para agricultura urbana nas áreas do movimento, sem utilizar o termo de famílias pluriativas nem menos de urbanas; dados que serão analisados no capítulo V do presente estudo. Arquivos MST-MG Belo Horizonte, Junho, 2007.

³² Áreas já tratadas na parte de antecedentes deste capítulo.

Como hipóteses interpretativas:

1- Os tipos de imaginários rurais surgem da ambigüidade dos atores, da instituição pública e do movimento social, para interpretar cenários pluriativos e rurbanos. Relativizar estes tipos de representações permite aos desclassificados das cidades se manter na área rurbana.

2- Quanto maiores os exercícios de ofícios não-agrícolas e pluriativos dos desclassificados da cidade na ocupação rurbana, maior a capacidade de gerar representações rurais.

3- A alta mobilidade dos desclassificados e moradores de rua pelos espaços da RMBH facilita a estes sujeitos se fixar na terra e incrementar a representação social do campo.

4- A confirmação das hipóteses 2 e 3 permite que os desclassificados rurbanos da cidade contribuam com o aumento da produção do campo e a democratização fundiária da RMBH.

1.5.-Objetivo geral

Diagnosticar os efeitos experimentais da pluriatividade e da ocupação não-agrícola na construção da representação sobre o rural tanto pelo movimento social, como pelo sujeito desclassificado da cidade na área rurbana; e suas implicações nas elaborações de repertórios de identidades, co-relacionado ao trabalho desenvolvido por esses atores numa permanente mobilidade entre o espaço urbano e rural.

1.5.1-Objetivos Específicos

1) Indagar como a imagem rural do MST e a da instituição pública facilitam ou dificultam a inclusão dos sujeitos que praticam ofícios não-agrícolas na ocupação rurbana.

2) Investigar de que forma a permanência dos sujeitos na área rurbana implica ou não a perda de práticas cotidianas, repertório de identidade e do universo simbólico da cidade.

3) Analisar como a diversidade de ofícios não-agrícolas na ocupação urbana e na cidade e a mobilidade dos sujeitos afetam a fixação na terra.

4) Mapear as trajetórias percorridas pelos desclassificados da cidade no processo de ocupação a área urbana do MST.

1.6.- Justificativa.

A distância que mais interessa sublinhar aqui é a de que a sociedade contemporânea rural, acima descrita, é um lugar privilegiadamente de construção imaginária, é um tópico, um assunto, uma forma, que se elabora a partir das experiências dos diversos atores em relação com a cidade. Como foi colocado no percorrer das perguntas investigativas e das hipóteses de pesquisa, é uma imagem do rural em permanente concomitância com a metrópole, que além dos intercâmbios e trocas, não apenas de trabalhos e ofícios no espaço rural, são fabricados também significados inconclusos, como linguagens abertas em construção. O que nos localiza na ciência da cultura como subsídios para desvendar os edifícios simbólicos com que se erigem seus pilares sociais.

Historicamente, a Antropologia tratou a realidade rural brasileira desde uma perspectiva simbólica ancorada nos clássicos princípios da comunidade, seguindo a tradição anglo-européia com que se trataram assuntos indígenas. Entretanto, quando são as relações simbólicas entre campo e cidade as que estão em jogo, as fronteiras comunitárias se estendem e adquirem vitalidade em relação às temáticas de identidade e às práticas cotidianas dos atores contidas pelas práticas pluriativas.

Realizando um breve mosaico da linha percorrida pela ciência social e em especial a Antropologia preocupada pelo micro processo cultural no Brasil, conforme Magnani (1996), Emílio Willems, responsável pela disciplina na década do ano 1940 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, afirma que a escola se orientou por três máximas: o estudo de culturas indígenas e seus contatos com a civilização; o estudo das culturas caboclas; e o estudo da aculturação de certos grupos étnicos e raciais, como negros e

emigrantes (Magnani,1996, p.8). A linha de pesquisa e o programa de ensino revelam que se mantiveram, nesta escola, intactas, vinte anos após. O recorte das análises era constituído pelas temáticas indígenas, conforme a tradição histórica da disciplina, vinda da Europa e dos Estados Unidos, seguido das temáticas exploradas que eram as comunidades "rústicas" ou "caboclas", e por fim as "minorias étnicas" e seus problemas de "aculturação" e "assimilação" à sociedade nacional. Analisando a produção da época, conforme a Durham (1982), os etnólogos ocuparam-se pelas transformações que operavam na sociedade rural, tanto na negra e quanto na imigração estrangeira.

A pesquisa sobre comunidades foi a estrutura social que marcou a linha nos estudos rurais frente ao binômio sociedade-cidade. Esta última mais identificada com a Sociologia desde os tempos em que Louis Wirth (1930) a define como "um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos" (In VELHO, 1981, p. 96). Conforme Magnani (1996), a ênfase desta definição é o caráter segmentário, utilitarista, transitório das relações que impõe aos indivíduos. A Antropologia, ao contrário, enfatizou as relações entre a pequena comunidade de pessoas que vivem juntas em circunstâncias em que a maior parte de suas comunicações diárias depende diretamente da interação (LEACH,1989, p. 50-51).

Os princípios de comunidade e aldeia eram pontos norteadores para explicar as sociedades indígenas, e nas décadas de 1960 e 1970 eles formaram subsídios para explicar a sociedade rural do país nas diversas dimensões sociais como os estudos culturais que se dedicaram a distinguir as estruturas míticas ou rituais da sociedade camponesa³³ ou aqueles estudos que se aprofundaram nas dimensões sócio-simbólicas procurando vínculos um tanto forçados entre as realidades indígenas e lavradores como

³³ Nesse sentido, autores como Maurício Vinhas de Queiroz (1977) publicou a obra *Messianismo e Conflito Social sobre o movimento do Contestado*. Além disso, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1959) realizou um estudo sobre o movimento do contestado, que voltou a ser observado por Douglas Teixeira Monteiro em *Os errantes do Novo Século* (1974) (MELATTI,1990, p. 151).

o estudo de Roberto Cardoso “Por uma Sociologia do Campesinado Indígena no Brasil” de 1970. No entanto, já na década de 1980, Melatti (1990) destaca pesquisas socioculturais de corte produtivo, como a desenvolvida por de Lygia Sigaud (1981) no projeto “A nação dos homens” (1980), cujo objetivo era relacionar o trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste.

De um modo geral, segundo Melatti (1990), o ponto central de Sigaud, são as relações de trabalho nas empresas açucareiras nordestinas e as relações cotidianas dos sujeitos como desagregação do trabalho assalariado nas empresas açucareiras, organização de trabalho familiar, relações sociais entre empregado e patrão, relações de parentesco e de interação coletiva dentro dos engenhos e assim por diante (MELATTI, 1990, p.152). Nessa linha cultural-produtiva, as antropólogas Beatriz Maria lasia de Heredia (1979) com a obra “A morada da vida” e Doris Rinaldi Meyer (1980) com a o título “A terra do santo e o mundo dos engenhos” se encarregam de estabelecer as relações das características religiosas que contornam as ações de exploração do trabalho da cana na região nordestina.

Contudo, o presente estudo pretende localizar-se numa posição diferente das interpretações tradicionais que a ciência da cultura utiliza para acompanhar o processo rural dos últimos anos, por meio das categorias de camponês-indígena-asalariado e a partir delas estabelecer suas eventuais conexões na esfera da cultura. O presente estudo se distancia dessa fórmula, pois a estratégia a utilizar vai se localizar sob uma ótica cultural focada nas relações cotidianas e simbólicas dos atores desenvolvidas no espaço social de forma imprecisa e incerta, que descarta qualquer tipologia ou categoria pré-definida, pois as relações sociais serão construídas na própria experimentação sem rumo fixo, fruto da atual etapa de desdobramentos de capital no campo expresso na emergência das ocupações extra-agrícolas e pluriativas na sociedade brasileira nas décadas dos anos 1990-2000.

Não obstante as diversas disciplinas preocupadas pelas experiências extra-agrícolas como a Sociologia, a História e a Geografia -que dedicam

seus esforços a explicar processos de mudança socioespacial- estiveram liderados pela disciplina econômica, ocupada apenas em demonstrar a participação efetiva do setor extra-agrário como agente econômico, capaz de se adaptar ao campo e gerar renda e primar de fato pelo olhar produtivo do fenômeno. Aliás, desde aquela época, o contexto continua difuso, sem contornos muito nítidos que possam precisar claramente sua definição e compreensão pelo menos na fase em que estamos tratando da inclusão de setores marginalizados das cidades incorporados em processo de luta pela terra.

Nestes termos, o estudo se justifica porque apesar da crescente expressividade que vem adquirindo na sociedade o tema pluriativo, aproximar-se desse fenômeno sob a dimensão cultural e sob a narrativa simbólica é quase incipiente, pois apenas há alguns anos começou a ser enfrentado como objeto de estudo de estudos acadêmicos no Brasil. Portanto, a ciência da cultura com o acúmulo teórico e metodológico que tem desenvolvido ao longo de sua disciplina nos estudos culturais, identitários e simbólicos permite, além de revitalizar este tipo de temáticas, subsidiar os conteúdos para abordar os eixos da pluriatividade no período atual.

Um passo notável de ser mencionado foi o estudo de Paula (2000) sobre os estilos de vida e festas *country* na região de São Paulo. A autora manipulou o assunto como uma instância triádica, que conjuga as tradições agrárias brasileiras a uma peculiar interpretação da experiência *country* norte-americana, e o que nos parece relevante, instaurando a imagem e a experiência de uma ruralidade refinada com a cidade, é uma imagem do rural que ocupa espaços no mundo urbano: uma atividade promovida por homens de fazenda que moram na cidade. Trata-se, portanto, do rural na cidade, do rural como experiência urbana. Desde a esfera da identidade, a contribuição de Teixeira (2000) estabelece um interessante aporte na relação turismo rural e na diminuição do êxodo rural juvenil.

Finalmente, destacamos o estudo de Alentejano (1997) que demonstrou a capacidade de adaptação do setor pluriativo em ocupações da Reforma Agrária. No entanto, se outrora, dez anos antes deste estudo, o

autor advertia que incorporar a relação econômica da pluriatividade à reforma agrária era algo incipiente, hoje integrar setores desclassificados das cidades na dimensão cultural-simbólica ao fenômeno urbano é no mínimo curioso.

Concordamos com os autores Schneider (1997) e Carneiro (1998) quando apontam a utilização de marcos de interpretação multidisciplinar num cruzamento entre os enfoques geográficos, econômicos, sociológicos, históricos, políticos e etnográficos, para descrever fenômenos territoriais, simbólicos e produtivos rurais. A antropologia pode ser uma contribuição eficiente para a ruralidade brasileira ao aplicar os instrumentos qualitativos na atual fase de descrever fenômenos culturais e identitários, combinados com as esferas políticas, sociais e econômicas dos indivíduos rurais. Esperamos que o presente estudo cumpra com este propósito por meio da exploração de nossos dados e do instrumento metodológico escolhido.

1.7- Metodologia

Uma das estruturas metodológicas utilizadas para explicar as relações entre grupos de interesse distintos como campo e cidade foi desenhar classificações e taxonomias para identificar quais pertencem ao meio rural e ao meio urbano categoria que se gera de maneira diferente das clássicas categorias da ciência sociológica, elaborados por Max Weber sobre os tipos de dominação social, sejam burocráticos, sejam pré-rationais, como o poder carismático de um líder tradicional, religioso ou pelo costume. Esta última categoria classifica o espaço rural como fase pré-capitalista, no entanto, cada uma dessas categorias atua separadamente.

O presente estudo segue o caminho oposto ao de construir classificações do perfil de trabalhador rural, ao invés disso pretendemos diagnosticar justamente as integrações delas num mesmo espaço cristalizando os arranjos urbano-rurais da permanente mistura nas áreas urbanas que praticam a pluriatividade no MST mineiro. Portanto, o presente estudo é do tipo qualitativo, segundo a lógica de Rodríguez Gil (1996), e se

refere à captura da experiência na compreensão, nas inter-relações e nas interpretações dos acontecimentos, ou seja, capturar os significados particulares dos sujeitos (RAY RITS, 1997, e RUIZ J, 1996). Ademais, combina a linha descritiva, uma vez que assinala as propriedades importantes dos grupos ou qualquer outro fenômeno que se analise.

O foco de investigação esteve voltado para os estilos de vida dos atores, pois o caminho da pesquisa foi desenhado com base em uma estratégia que simultaneamente combina as narrativas com as práticas cotidianas dos sujeitos desclassificados das cidades na área urbana. A manipulação e a escolha deste objeto de estudo guardam sua propriedade na própria constituição da multidimensão de narrativas como resultante da diversidade de experiências dos atores.

Para diagnosticar as situações experimentais e problematizar metodologicamente as categorias do imaginário urbano, o objeto será analisado no nível macro e micro social. Em um extremo serão desenvolvidas as condições objetivas da esfera econômica por meio do trabalho pluriativo e da esfera política que permitirão medir as expectativas, acordos e restrições entre as lideranças do MST e as propostas governamentais para as famílias acampadas. No outro extremo, será analisado o nível micro das dimensões subjetivas simbólico-culturais dos sujeitos, por meio da elaboração de identidade, fruto das relações práticas dos sujeitos, que permitiram interpretar as construções das diversas representações sociais dos atores para o campo, e as elaborações de repertórios de identidades fugazes e descartáveis que facilitam ao sujeito o trânsito entre os espaços rurais e urbanos.

Nessa direção, também analisaremos o aspecto geográfico que permitirá mapear as trajetórias culturais dos sujeitos urbanos que transitam de um lugar para outro em busca da terra. Assim, elaboraremos as trajetórias espaciais e simbólicas da pluriatividade na região metropolitana mineira. Neste aspecto, nos preocupamos pela questão do porque os sujeitos urbanos e rurais ocupam o campo e voltam a ele. Os conjuntos destas dimensões facilitam a problematização da representação de

imaginários rurais em condições culturalmente construídas entre grupos diferenciados com interesses distintos, observando suas tensões, acordos, relações, consensos, elaborações de identidade e imaginário coletivo.

1.7.1-Campo de estudo.

A ocupação rurbana é uma área que, em questão, está sendo construída entre o movimento sem teto "Brigadas Populares" e o Movimento Sem Terra. Assim, a delimitação do campo de estudo está dividida por diferentes categorias de profissões de trabalhadores destas duas organizações; tanto assentados e acampados do MST; e desclassificados sociais entre desempregados, subempregados sem teto e moradores de rua pertencentes ao Movimento Sem Teto Brigadas Populares. Ambos os grupos vão formar a "ocupação rurbana" na área central da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por parte de MST o universo aqui identificado foram o acampamento 02 de Julho no município de Betim com 42 famílias, o acampamento João Pedro Teixeira, no município de Nova União, de 38 famílias e o assentamento Ho chi mim, no município de Nova União, com 42 famílias. Por parte do movimento Sem Teto Brigadas Populares foram coletadas informações de algumas famílias que participaram da ocupação rurbana propriamente dita, elas formam parte de um universo de 300 famílias sem teto que ocupam a área do Bairro Novo Lajedo na zona norte de Belo Horizonte e as famílias da ocupação urbana João de Barro II da região da Pampulha, com 38 famílias. E, finalmente, o campo de estudo contempla os moradores de rua do Movimento de População de Rua de BH. Estes sujeitos constituíram a "ocupação rurbana", e, exceto estas duas últimas, todas as áreas exercitam pluriatividade na região central de Belo Horizonte. As entrevistas dos acampados e assentados de MST em comparação com a população urbana permitirá traçar o peso da diversidade de representações com que os atores interpretam a ocupação rurbana em questão.

1.7.2.-Amostra

A amostra é a unidade de análise, seja ela pessoas ou organizações, que vai ser medida segundo o problema a investigar e os objetivos da pesquisa. Este problema delimita a população sobre a qual se pretende aplicar resultados. Geralmente, a amostra é definida como um subgrupo da população, e para selecionar amostra é um requisito delimitar as características de população. O perfil dos sujeitos que constituem a unidade de análise na coleta de dados serão os expulsos da terra, filhos de expulsos da terra, ex-bóias frias, sujeitos urbanos, sejam pobres, moradores de rua, lumpens ou trabalhadores terceirizados.

No que diz respeito aos dados coletados das unidades de análise do MST, selecionamos as seguintes áreas: acampamento 02 de Julho no município de Betim, onde foram coletadas informações com 06 pessoas; o acampamento João Pedro Teixeira, no município de Nova União, onde foram coletadas informações com 08 pessoas; e assentamento Ho Chi Mim, onde foram coletadas informações com 03 pessoas. Na ocupação sem-teto da organização Brigadas Populares João de Barro II, foram coletados dados com 07 pessoas e com 03 pessoas da ocupação Nova Lajedo. Foram coletadas ainda informações entre 08 moradores de rua participantes do Movimento Nacional de Moradores de Rua (Tabela 7.3).

Na esfera institucional, utilizaremos duas estratégias para abordar a unidade de análise. Por um lado, foram coletadas informações entre 3 lideranças estaduais do MST, também 01 liderança da regional Milton Freitas do MST RMBH e 01 técnica do MST RMBH. Das Brigadas Populares, foram coletadas informações de 2 lideranças regionais e de 2 lideranças do Movimento de Moradores de Rua e uma de uma técnica representante da Pastoral da Rua, coordenadora do trabalho com moradores de Rua (Tabela 7.4). Por outro lado, serão analisados os documentos secundários sobre as intervenções e projetos de investimento social para o programa pluriativo do MST nos últimos 03 anos. E na esfera governamental, serão analisados índices produtivos do PRONAF nos últimos 03 anos com respeito à distribuição de recursos para os setores pluriativos.

Para o presente estudo, a amostra desenhada se constitui em três categorias: juvenil, adultos e anciãos de ambos os sexos, num total de 45 pessoas, compostas por 14 acampados, 03 assentados, e 04 lideranças do MST, 02 lideranças das Brigadas Populares, 02 lideranças do Movimento de Morador de rua, e 01 técnicos de MST e 01 do Mov. Pop Rua. Categorias correspondentes a 46,8% de acampados, 12,60% de assentados e 14,3% de lideranças de MST, 9,90% de lideranças das Brigadas Populares, 9,90% Lideranças do Movimento Moradores de Rua e 9,90% de Técnicos, respectivamente. A faixa etária da amostra ficou entre 18 a 65 anos. Vale mencionar que por motivos de segurança todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

Tabela 7.3 Dimensão micro de relações subjetivas: Sujeitos entrevistados das áreas de MST na RMBH

Movimento	Município	Nome área	fam. decl.	fam. ident.	Indivíduos entrevistados	Data
MST	Betim	Acamp .2 de julho	50	50	6	nov/07
MST	Nova União	Acamp. João Pedro Teixeira	38	25	8	nov-dez007
MST	Nova União	Assent. Ho Chi Minh	42	35	3	jun-dez007
Total de Entrevistas	3	3	130	110	17	

Dimensão micro de relações subjetivas: Sujeitos entrevistados da ocupação sem-teto do Mov. Brigadas Populares

Movimento	Município	Nome área	fam. decl.	fam. ident.	Indivíduos entrevistados	Data
BP	BH	Jão de Bairro II (bairro Pampulha)	40	31	7	out.-nov-dez-007
BP	BH	Nova Lajedo (bairro Lajedo)	300	120	3	nov-007
Total de Entrevistas	2	2	340	151	10	

Dimensão micro de relações subjetivas: Sujeitos entrevistados do Mov. Nac.de Moradores de Rua MNMR –BH

Movimento	Município	Nome área	fam. decl.	fam. ident.	Indivíduos entrevistados	Data
MNPR	BH	Jão de Bairro II (bairro Pampulha) e secretaria do MNMR	4	2	2	out.-nov-dez-007
MNPR	BH	Albergue Tia Branca	300	150	6	nov-007
Total de Entrevistas	2	2	304	152	8	

Tabela 7.4 Dimensão macro de relações objetivas: Lideranças e Técnicos de MST entrevistados

Movimento	Cargo	Lideranças	tecnicos	Individuos entrevistados	Data
MST	MG	3		3	nov/07
MST	RMBH	1	1	2	nov-dez007
MNPR	RMBH	2	1	3	nov-dez007
BP	RMBH	2		2	nov-dez007

1.7.3-Método e técnicas de coletas de dados.

Os delineamentos escolhidos para a coleta de dados utilizados neste estudo são adequados às técnicas qualitativas, entrevistas em profundidade e método etnográfico. Lineamentos utilizados de forma focalizada, detalhando o lugar onde se utilizará.

1.7.4-Etnografia

Utilizamos o método etnográfico³⁴ para nos aproximarmos das famílias dos acampamentos escolhidos na região metropolitana de Belo Horizonte. Utilizaremos a técnica de observação participante considerando que a etnografia permite a multiplicidade de delineamentos de registro que dispõe como resultado não apenas de informações classificadas, mas diferenciadas em diversos tipos de linguagens heterogêneas. Os dados coletados permitem conseguir um nível comparativo e interpretativo na linha antropológica, segundo Garcia (1997), que no procedimento etnográfico “a produção e a análise dos dados são um contínuo permanente”³⁵.

³⁴ Método que utiliza o trabalho de notas de campo como instrumento por excelência, que facilita o desenvolvimento de técnicas flexíveis e múltiplas combinando a descrição, a tradução, a explicação e a interpretação. Velasco. H. & Díaz de Rada. A. La lógica de la investigación etnográfica; un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Trola, Madrit. 1997. p 41.

³⁵ Ibid, p.262.

1.7.5.-Entrevista

A entrevista é um instrumento metodológico que se baseia na interação do pesquisador com seus interlocutores por contato direto, com matrizes diferenciadas distintas dos questionários. A entrevista “expressa impressões de uma situação, as interpretações ou experiências dos atores, que, por meio de perguntas abertas, o investigador facilita o diálogo”³⁶.

Para o presente estudo, as entrevistas em profundidade serão descritivas, bibliográficas, indagando fatos na história de vida dos atores, alcançando níveis de comparação qualitativa pelo registro etnográfico, e alcançando um nível etnológico na linha comparativa e antropológica na linha interpretativa (DELGADO e GUTIÉRREZ, 1994).

O desenho da entrevista³⁷ será elaborado seletivamente para cada área pesquisada, por pautas comuns indagando história de vida dos atores, cujas pautas de entrevistas contêm: as linhas temáticas das pautas de entrevistas, fatos históricos, procedência, trajetórias, migração campo cidade e cidade campo, como representam o campo e cidade, expressões artísticas urbanas dos jovens, formas de trabalho urbano e rural na cidade como no campo, relações diárias na comunidade, discriminação, aceitação, tipos de pertença, concepção de ser, memórias da cidade ou campo, lembranças, solidariedades cotidianas, organização comunitária, coordenação política para militantes do movimento, relações governamentais, além da pesquisa documental local desde as comunidades.

O objetivo é sistematizar registros de formas de organização de identidade e representação de imaginário desde as ações cotidianas dos sujeitos rurbanos da cidade como dos trabalhadores rurais, observando sua construção de narrativas, relações, tensões, consensos, elaborações de identidade, e imaginário coletivo nas práticas cotidianas.

³⁶ Quivy R. & Campenlough. L. Manual de investigación en ciencias sociales. México, Luminosa. 2000. p184.

³⁷ Matriz de entrevista em anexo 1.

CAPÍTULO 2.

Referencial Teórico: Pluriatividade e construção do imaginário rural no espaço rural da RMBH.

Como foi observado no primeiro subitem do capítulo anterior, nos últimos 30 anos o setor agrário brasileiro vem sofrendo alterações profundas no que diz respeito à sua organização produtiva, em concomitância com as experiências das mudanças do processo de acumulação do capital sofrida nas sociedades de capitalismo avançado³⁸, e do deslocamento de indústrias e serviços urbanos para o campo (HARVEY, 1992 e 1993). Este panorama facilitou no Brasil reconceituar o rural no questionamento da dicotomia urbano/rural, como um mecanismo utilizado que, outrora, serviu para distinguir o campo e a cidade como lugares diferenciados, mas hoje considerados espaços cada vez mais diluídos, integrados e disfuncionais.

Este mecanismo começa a exibir diversas formas na base socioprodutiva onde o espaço rural não é exclusivamente o lugar que desenvolve atividades primárias cada vez mais integradas à argamassa de funções tipicamente urbanas no meio rural, entendido como pluriatividade³⁹, e nem é o espaço subordinado e residual da urbe, carente de toda atividade econômica, como resultado da desagregação que acompanhou o processo industrial. O espaço rural é visto hoje como um lugar de práticas produtivas multifacetárias (BINIMELIS, 2000, p. 94) ou multifuncionais nos termos de Sabourin (2005), como o conjunto de práticas produtivas culturais e não mercantis, associadas a atividades agropecuárias (SABOUIRIN, 2005, p. 161-162) com um caráter cada vez mais entrelaçado entre campo e cidade, atribuindo diversos papéis aos territórios agrícolas.

³⁸ Os países de capitalismo avançado são freqüentemente vistos como modelos que apontam os rumos das transformações socioeconômicas que os demais países tenderam, a vivenciar (WANDERLEY, 2000, p. 87).

³⁹ Entendido como ofícios não agrícolas em SAMPAIO (2000). e GRAZIANO (1997), e atividades multifuncionais desenvolvidas pelas famílias agrícolas em espaços rurais Exazarreta (2000), TEIXERA (2003) e PAULA (2002).

À medida que estas atividades variam de intensidade e adquirem relevância no cenário rural, afetam, não apenas as pilastras econômicas do campo, mas também as narrativas simbólicas, pois se multiplicam gradualmente as imagens com que os atores interpretam e atribuem sentidos ao espaço rural. Lentamente, a literatura especializada no Brasil é convocada a incluir nos repertórios acadêmicos os patamares pluriativos em suas diversas dimensões, ou seja, reconceituando a relação campo-cidade, as mudanças estritamente produtivas e as esferas sociosimbólicas que vêm se processando no atual período.

2.1-Algumas reflexões gerais sobre Pluriatividade e seus efeitos na rubanidade.

Num primeiro momento, a pluriatividade chamou atenção pelas diversas mudanças e ruptura produtiva que promoveria dentro do “estabelecimento rural”, que, segundo Sacco dos Anjos (2001, p.56), ao serem considerados pluriativos aqueles estabelecimentos capazes de incorporar força de trabalho extra-agrícola ou de serviços fora da atividade rural fragmentariam a relação produtiva e reprodutiva que historicamente caracterizou a estas unidades familiares de produção marcadas pelo auto-consumo e pela absorção da maior parte da força de trabalho familiar direta e indiretamente na atividade agropecuária.

As fraturas que o fenômeno do trabalho extra-agrícola teve nas unidades produtivas levaram, em um segundo momento, a uma série de questionamentos sobre o papel da reprodução dos estabelecimentos familiares gerando ao longo dos últimos 40 anos uma discussão com diversas trajetórias e abordagens na literatura acadêmica, levando alguns especialistas a substituir lentamente a família como unidade de análise pela ação de trabalho, fixando o salário como o lugar de compreensão da agricultura moderna. Este acontecimento se sucede, segundo Gómez (2001, p.20), pelo fato de a modernização tecnológica iniciada desde a década dos

anos 60 levar a agricultura a ser uma atividade individual, voltando a ser desnecessária a opção de ocupar a força de trabalho familiar num processo de reprodução de capitais no meio agrícola.

O que esteve em discussão nesse período, segundo Carneiro (1998) em seu já clássico estudo de pluriatividade na aldeia de Theys dos Alpes franceses na década de 1990, foi entender o fenômeno pluriativo dentro de duas linhas os que interpretavam esse cenário como uma situação de caráter permanente e os que a interpretavam esse mesmo cenário sob uma ótica de caráter conjuntural: a primeira defendida pelos historiadores franceses como uma condição que preexistiu no comportamento rural e que garantia a reprodução das famílias e a segunda corrente assumido como uma ação circunstancial em resposta à crise da agricultura moderna (CARNEIRO,1998, p.149) que de fato permitiu o surgimento de novas categorias sociais no campo (LAMARCHE, 1984; MULLER,1987 e GERBAUX, 1988).

A dimensão inicial deste debate surge entre aqueles que defendem o caráter pluriativo da população rural como um fato que sempre existiu, e assim, a discussão atual pode retornar as antigas práticas históricas dos agricultores que foram alvo da eliminação pela modernização e pela especulação imobiliária. A idéia da persistência dos estabelecimentos familiares no espaço agrícola, as situações próprias da modernização agrária e sua eventual reprodução levaram os especialistas a reobservar o papel da pluriatividade.

Entretanto, para os investigadores de caráter produtivo, esta tendência foi considerada como um fenômeno de natureza similar ao trabalho em tempo parcial ou dupla atividade, especialmente na década de 80. Portanto, durante as décadas de 60 e 70, o fenômeno da dupla atividade e a pluriatividade estiveram marcados pelo termo do trabalho em tempo parcial, numa trajetória que levaria ao desaparecimento do estabelecimento familiar, considerado inviável no processo de modernização. Assim, lentamente, o sentido da dupla atividade da agricultura familiar perde importância para recompreender a reprodução rural do meio agrícola, em

sintonia autores clássicos como Kautsky e Lenin, que levantaram o paradigma da proletarização agrária (HEYNING, 1982, p. 25).

A partir de uma posição menos drástica, a segunda corrente de pensamento assume um caráter produtivo em relação ao processo rural, incrementando as categorias sociais do campo. Foi assim que até os anos 80 na Europa, o debate se concentrou nas características da agricultura em tempo parcial, trajetória que orientou os estudos dirigidos pelo programa Arkleton Research sobre o conhecido trabalho “*part time farming*” ou seus sinônimos como *worker-peasant*, *ouvrier-paysan* ou camponês operário, que têm relação com a força de trabalho vendida pelos indivíduos da família rural às fábricas como resultado da expansão das indústrias nos espaços agrícolas pós segunda guerra mundial, num intenso processo de desconcentração urbana.

Este tema já foi longamente discutido por Enzo Mingione e Enrico Pugliese (1987) com um processo de desespecialização da divisão social do trabalho que se explica, tanto na modificação da agricultura moderna quanto na mudança da indústria de base pós-fordista instalada no meio rural, no que diz respeito à imprecisão das fronteiras produtivas na separação campo/cidade, na expansão do capital. Como dizem os autores, há alguns anos tem ocorrido uma crescente espacialização das funções profissionais indiferenciadas atualmente, notando-se cada vez mais que uma pessoa conjuga vários papéis numa pluriatividade em que a atividade em tempo parcial é testemunha disso (MINGIONE e PUGLIESE, 1987, p 96).

A dinâmica que o espaço rural assume na sociedade contemporânea neste processo produtivo leva indistintivamente a relativizar os antigos princípios da dualidade campo-cidade como espaços distintivos. Assim, vemos que a modificação do espaço rural é o resultado da mesma mobilidade de fases de urbanização, entendida como a difusão de uma forma de organização do espaço urbano, que acelera os fluxos de acumulação de capital no campo (ALENTEJANO, 2003, p.5), ou seja, a superação da dicotomia urbana rural se define na expansão das fábricas manufaturadas como algo não exclusivo da cidade, pois, elas se instalam

em espaços rurais concentrando mão de obra, além de fugir de grandes centros para diminuir seus custos de produção (MARTINS, 2000). Concordamos com Marsden (1994) ao colocar que a realocação das formas de expansão de capital na agricultura explica a implementação dos processos rurais, pois a mudança rural é multidimensional, não podendo o campo se definir apenas pela esfera econômica, social, nem de produção.

Nesse aspecto, David Harvey (1993) nos revela que o processo industrial fordista da década de 30, caracterizado pela produção em massa, pelo controle forte da força do trabalho e pela concentração industrial nas cidades (HARVEY, 1993, p.121) levou a um processo de acumulação flexível de capital, denominado de pós-fordista, com profundas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, gerando um vasto movimento de emprego chamado setor de serviços, como resultado da formação de conjuntos industriais novos, (HARVEY, 1993, p.140) flexíveis e capazes de se deslocar para espaços fora das cidades.

Desta maneira, o cenário produtivo da ocupação em tempo parcial na fase de acumulação de capital na sociedade rural desloca duas linhas de pensamento em relação às interpretações sobre o papel que cumpre o espaço no desenvolvimento rural na sociedade contemporânea.

Num extremo, uma corrente parte da noção de que a dinâmica produtiva estimula novas práticas rurais na superação da dicotomia campo-cidade, da concepção de progresso e atraso e da representação sobre mundos opostos em função do progresso das forças de capital⁴⁰; este princípio aceita a idéia de que a aproximação entre os estilos de vida urbano-rural estão não apenas ligados, mas reconceituam a relação campo- cidade. Na Europa, o francês Kayser (1990) identifica uma queda no crescimento do êxodo rural, analisada na obra "*La renaissance rurale*", facilitando um suporte descritivo para a geografia compreender a reocupação do espaço rural na França, e que serviu como ingrediente para descrever a mesma tendência no Brasil e para adicionar a categoria da

⁴⁰ Siqueira, D. Osório, R. O conceito do rural. Em uma nova ruralidade para América Latina? p.72. Mimeo.

“nova” ruralidade no final da década de 1990. De forma tal que no Brasil a relação entre atividades camponesas tradicionais com as tidas como menos genuínas desse espaço, como as práticas não agrícolas, sejam estas o artesanato, os serviços, o trabalho fabril e o turismo, elas estimulam a análise nas interações entres estes espaços (GRAZIANO DA SILVA et al, 1996, 1998 e 2000).

A outra corrente também aceita a superação da dualidade campo-cidade, não se fixando nos fenômenos de migração, dado que eles respondem a realidades particulares de cada região; opta-se por observar a singularidade e a heterogeneidade cultural que medeia o processo e que fixa o sujeito no espaço territorial, além das condições matérias produtivas (SARRACENO, 1994). Assim, os repertórios para entender o fenômeno rural nas sociedades contemporâneas se estendem, considerando as situações subjetivas das relações sociais, em que as antigas práticas que caracterizavam o rural se ampliam da base agrícola, como aqueles serviços oferecidos pelos aldeãos dos Alpes franceses aos cidadãos na preservação do meio ambiente e da paisagem, que não provocariam a descaracterização da identidade rural sem uma possível emergência destes repertórios tidos como rurais (CHAMBOREDON, 1980). Ou seja, lentamente naquela região européia, a preocupação foi realizar as interfaces entre as ressignificações simbólicas dos sentidos que os atores dão às práticas produtivas e sociais na relação trifásica entre pluriatividade, meio ambiente e cultura. (MORMONT, 1996; RÉMY, 1989; LACASE 1999).

Contudo, no debate da pluriatividade não prevaleceram as limitações da visão historicista franco-européia que se esforçava por demonstrar o caráter histórico da ocupação extra predial, tema já esclarecido por Carneiro (1998) ao considerar que estas atividades podem ter componentes antigos e historicamente presentes como aqueles rendimentos exteriores da produção da agricultura familiar, em co-relação com situações recentes se considerarmos as características sociais e econômicas adotadas no atual cenário rural. Isso significa que prevaleceu no debate acadêmico não apenas o reconhecimento da pluriatividade como um fato próprio da

agricultura contemporânea na combinação de atividades e rendas por parte dos agricultores, tanto “dentro e fora da própria unidade de produção” Sacco Dos Anjos (2001, p.59), como também, se passará a admiti-la como um fator positivo para o desenvolvimento das zonas rurais.

Esta trajetória guiou os estudos do programa Arkleton Research que logrou avanços ao considerar a complexidade dos significados das atividades extra-agrícolas em tempo parcial de um ou vários membros da unidade familiar, embora associado a qualquer tipo de ocupação não agrícola com a categoria da pluriatividade, fixando esta idéia apenas uma única noção de pluriatividade para designar situações sociais heterogêneas.

Tanto os estudos de tempo parcial primeiro e a pluriatividade depois apresentam traços diferentes. Especialmente o segundo estudo apresenta comportamentos com características específicas que respondem tanto a uma estratégia produtiva, adaptada ao modelo de modernização agrícola em suas diversas formas, sejam elas artesanato, turismo rural, trabalho assalariado, manufatura, comércio ou prestação de serviços (GUIRRO, 2000, p. 05) para garantir a reprodução social (CARNEIRO, 2000, p. 123) ou, como no caso francês (CARNEIRO, 1998, p.157) nos evidenciando que também aquelas práticas não agrícolas podem ser recriações de uma parte da população rural para afrontar crises geradas pelas políticas de modernização agrícola.

2.2 - Localização do debate da pluriatividade e da rubanidade no espaço rural brasileiro.

Os estudos da sociologia brasileira preocupados com a representação social do campo em contexto da pluriatividade transitaram entre duas posições: a que se ocupa de esclarecer o rural nesse novo contexto, procurando nos anos 80 e 90 identificar o que distingue o rural do agrícola, no sentido de que as atividades não agrícolas acrescentam ou descaracterizariam o campo; no outro extremo, a corrente que opta por se

distanciar do olhar produtivo da reflexão, ocupando-se por ilustrar a influência das experiências subjetivas dos atores na construção dos discursos simbólicos e interpretação de sentidos que eles outorgam à eleição da prática pluriativa.

Para os pensadores brasileiros inquietos com o tema, o que ficou da discussão foram as múltiplas possibilidades de ocupações rurais que fizeram aumentar as ambigüidades do termo pluriativo, expressas no debate entre duas posições. Num extremo está a posição que avança no esclarecimento do rural no “novo” contexto, marcando as distinções das práticas da “nova ruralidade brasileira” num intenso processo de quantificação, equivalências e relações entre as ocupações extra-agrícolas com a pluriatividade. No outro extremo está a corrente que opta por se distanciar do olhar produtivo da reflexão e se orientar pelo aprofundamento das características empíricas e conceituais para qualificar os significados das práticas culturais dos sujeitos que ilustram a influência das experiências subjetivas dos atores na construção dos discursos simbólicos de interpretação de sentidos que lhes outorga a atual dinâmica rural, capaz de elaborar diversas representações sociais e identidades rurais, e que permitem fixar uma categoria estável de pluriatividade no espaço “rural contemporâneo”.

Numa primeira etapa, o conceito da pluriatividade adquire sentido analítico quando está incorporado ao termo de produção, salário e trabalho; esta linha de orientação guiou as pesquisas já clássicas de Schneider (1994) e Sacco dos Anjos (1994), que caracterizaram as formas de trabalho *part time farming* no sul do país, praticadas por unidades familiares em processos de intensidade industrial. De igual maneira, foram as diretrizes que balizaram o ambicioso projeto Rurbano quase no fim dos anos 90, que marcou precedente no estudo do trabalho não agrícola e da pluriatividade praticada pelos residentes no meio rural, que passou a ser denominado, por convenção, de “novo rural no Brasil”. Este projeto foi dirigido pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas que dá conta da emergência de uma “nova” conformação do campo brasileiro, mas que já aconteceu há algum tempo em países desenvolvidos (GÓMEZ, 2000, p 19).

Um dos aportes do “novo rural” não foi a novidade do termo, mas sim a idéia de superação da antiga dicotomia urbana-rural, que repartia dois mundos opostos em função do progresso das forças de capital⁴¹, criando as concepções de progresso e atraso, por meio do conceito de “continuum urbano” em que o campo adquire características produtivas como uma extensão da cidade. Esta categoria permitiu a Graziano da Silva (1997b) afirmar que a diferença entre ambos os espaços parece ser mais uma variável quantitativa entre os níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços que um corte analítico que explique as diferenças qualitativas entre ambos os territórios, tanto sob ponto de vista espacial quanto econômico; como diz o autor, as “cidades não podem ser identificadas apenas como uma atividade industrial nem os campos com a agricultura e a pecuária” (GRAZIANO, 1997a, p. 43). Em definitivo para o autor, o meio rural se urbanizou nas últimas décadas e com isso, aquele espaço que tradicionalmente era rural, se modificou como resultado da mudança urbana.

Entretanto, mais de 35 anos antes, Henri Mendras (1969) refletia sobre a relação próxima entre as regiões agrícolas e as populações periurbanas das cidades, ao mesmo tempo em que observa as aldeias agrícolas desde sua particularidade, isso significa “as regiões agrícolas fazem viver pequenos centros urbanos” através dos serviços que esses centros lhes fornecem e “esses centros fazem, certamente, parte do meio rural, na medida em que suas funções industriais permanecem como acessórias” (MENDRAS, 1969, p.58).

Como observou Gómez (2001, p. 20), estes fatores contribuiriam para a expansão contemporânea da “nova ruralidade” dos anos 90, significando que o meio rural está penetrado pelo meio urbano, com novos e velhos personagens: os neo-rurais, como profissionais liberais de classe média, ex-agricultores, e assentados sem terra, sem saúde, sem emprego, entre outros. Essa “nova ruralidade” se compõe de três grandes grupos, nos diz

⁴¹ Em SIQUEIRA E OSORIO. s/f. O conceito do rural. Revista En una nueva ruralidad para América Latina? p.72. mimeo.

Gómez (2001, p. 19): um da agropecuária moderna, baseada em *commodities*; outro baseado num conjunto de atividades não agrícolas ligadas à residência, lazer, entretenimento e prestação de serviços e agroturismo; e o último, ligado às atividades agropecuárias localizadas em “nichos especiais de mercado” (GÓMEZ, 2001, p. 20). Isto equivale a dizer que aquela produção destinada ao autoconsumo agora passa a satisfazer as demandas do mercado. Esta última característica é para Graziano, o ponto neurálgico da situação, sintetizada tanto no ascenso do trabalho temporal “*part-time farming*”, na combinação de serviços autônomos e em outras formas de ocupação salarial, quanto da expansão de setores industriais tipicamente urbanos em áreas rurais ancorando a categoria que fixa a nova base na agricultura (GRAZIANO;46;1997).

As principais análises do grupo de investigadores do programa Rurbano, caracterizado pelo ecletismo disciplinar, apontaram que as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio - PNADs, realizadas pelo IBGE, detectaram que as mudanças na estrutura de ocupação da população rural brasileira crescem de importância nas atividades não agrícolas, (SACCO DOS ANJOS, 2001, p. 61). Observa-se que se reduz a capacidade de a agricultura absorver a população economicamente ativa residente no meio rural com mais de dez anos de idade (LURENTI e GROSÍ, 2000, p. 38), tendo o setor doméstico sido líder na absorção de trabalho não-agrícola no meio rural brasileiro.

Os autores mostram cifras significativas, demonstrando que aquele setor incorporou no período 1981-1992 cerca de 378 mil pessoas, perfezendo este setor em 1997 um total de 680 mil postos de trabalho que corresponderam a aproximadamente 17% da População Economicamente Ativa - PEA rural, ocupada em atividades não agrícolas. Estes dados permitiram a Graziano afirmar que o incremento de atividades no meio rural foi responsabilidade das ocupações não-agrícolas diferentes das atividades agrárias tradicionais (GRAZIANO, 1997, p. 51 e SACCO, 2001, p.61).

O aumento dos exercícios das atividades agrárias com funções tipicamente urbanas assinaladas acima, como o turismo, produção

artesanal, manufatura, comércio e prestação de serviços, serviram a Graziano (2000) como indicadores do processo de urbanização do campo para considerar a década do ano 1980 um período de verdadeira urbanização do meio rural⁴², numa etapa que reconfigura as relações do campo e cidade associadas a uma crescente urbanização e modernização da agricultura.

Existe consenso de que o programa do “novo rural” tenha avançado nas definições tradicionais da compreensão agrária por meio das ocupações pluriativas como o trabalho em tempo parcial, ao redefinir a capacidade produtiva da população residente no campo como resposta econômica ao desemprego e à queda do êxodo rural. Estes fatores são destacados por Vanessa Teixeira (1998, p 169), no estudo sobre o espaço rural fluminense, quando a autora chama a atenção sobre a importância do turismo rural como produção alternativa e fator de desenvolvimento econômico em áreas rurais. Contudo, esta forma de produção provocou certos transtornos na economia familiar por causa dos deslocamentos da população, produtos da alta especulação imobiliária e valorização vertiginosa da terra para procurar turistas onde o espaço agrário vem sendo substituído cada vez mais por sítios de lazer, pousadas e casas de aluguel (TEIXERA, 1998, p 133-140).

Segundo Guirro (2000), o pequeno produtor, por falta de apoio tecnológico e créditos governamentais para a lavoura, se retira do mercado sendo obrigado a abandonar a terra ou simplesmente transformá-la em áreas de lazer para o turismo. Então, a pluriatividade associada ao trabalho extra-agrícola como alternativa de produção permite a continuidade dos agricultores no campo, mas os transformou não apenas como produtores, com trabalho como jardineiros, lavadeiras e outras, pois também os obriga a exercer a pluriatividade para sobreviver⁴³.

42 Graziano da Silva. 1997. O Novo Rural Brasileiro. Revista Nova Economia. nº7 maio. Belo Horizonte, p 6.

43 A autora mostra os resultados do estudo das implicações do setor agrícola fluminense sobre a continuidade dos jovens na área rural na região de Limiar de São Pedro da Serra, promovidas pelas atividades turísticas, indicando que há permanência rural, mas não como agricultores de stricto sensu. TEIXERA, 2003, p. 10

Além disso, para Saxe Fernández (1998), este processo que se configurou no Brasil é resultado de fatores insertos na fase de expansão do capital na esfera global, como etapa superior do desenvolvimento econômico na agricultura, com novas formas de flexibilização do trabalho, liberalização financeira, privatizações, novas aberturas no exterior e fragilidade dos estados nacionais, tratando-se, enfim, da submissão das formas tradicionais de administração dos governos por formas globais de controlar práticas de mercado⁴⁴. De igual maneira, segundo Harvey, o verdadeiro sentido do reordenamento na expansão do capital em contextos pós-fordistas foi o movimento que levou à reorganização do sistema financeiro global, ou seja, à desregulamentação no fluxo de ativos fora dos centros de controle tradicional. Com os estados fragilizados e mercados historicamente fortes, o sistema financeiro teria mais condições de transferir fundos de empresas de regiões e setores em decadência para outros mais lucrativos (HARVEY, 1993, p.155), pois os capitais que no investimento rural transformariam o valor produtivo da terra passariam a se tornar mais especulativos.

Entretanto, o que nos interessa ressaltar é que existe uma estreita vinculação entre a mudança no aumento da ocupação não-agrícola com uma dissociação entre os processos de êxodo rural e de concentração da população nas grandes cidades brasileiras (LURENTI e GROSSI, 2000, p.17). Ou seja, além de demonstrar que o processo permitiu diminuição parcial do êxodo rural em estreita vinculação com a flexibilização técnica da industrialização difusa, as análises tiveram como ponto central o local de residência e o salário como categoria analítica, dificultando observar dimensões sociais como aquelas destacadas pelos estudos de corte culturalista, sobre as influências da interação social e a atribuição de significados na realidade, como os exemplos acima destacados.

Apesar dos avanços do programa Rurbano na relação com a ocupação salário extra-agrícola na linha *continuum*, levantaram-se certas observações. Para alguns estudiosos, a idéia do *continuum* seria útil para superar o pressuposto da extinção do rural pela dominação urbana e a

⁴⁴ SIQUEIRA e OSORIO. Op cit, p 67.

contribuição do processo com a queda da dispersão populacional no espaço rural. No entanto, em termos epistemológicos, esta solução, um pouco emergencial, transpõe as categorias empíricas da realidade social por categorias conceituais desenvolvidas há mais de 50 anos pela antropologia na noção *continuum folk* de Redfield (1956). No atual período, para interpretar a realidade rural contemporânea, os índices empíricos considerados são, apenas, numa dimensão: os provenientes da cidade. Lentamente, assim, a realidade rural se torna ambígua e portátil, perdendo sentido e seu conceitual empírico. Portanto, essa antiga categoria apropriada da ciência da cultura é utilizada para reafirmar apenas uma dimensão da dinâmica rural no processo atual: a urbanização do rural.

Assim, a posição de continuum urbano não contempla o papel que desenvolve o espaço rural na construção da ruralidade na atual fase de modernidade agrícola, nem os desdobramentos internos no processo Maria Isaura Pereira de Queiroz já o entendia pelo prisma desenvolvimentista que considerava apenas a influência e a inovação que a área citadina propiciava, utilizando o atraso do setor rural como um indicador de medição (In SAMPAIO, 2000, p. 153). Alentejano (1997), de um ponto de vista mais drástico, afirma que considerar a categoria do continuum significaria aceitar que a cidade não deixou de subsumir o rural ao meio urbano “ou que ainda se possa considerar que não há lugar para o rural como elemento de descrição da realidade. Isso nos parece improdutivo; no fundo, ambas significam a mesma coisa, que o rural pertence ao urbano” (ALENTEJANO, 2003, p. 07). Em resumo, podemos dizer que as categorias utilizadas pela noção do continuum sobre o salário, trabalho não-agrícola, e trabalho extra-predial, provocaram certas generalizações sobre a realidade rural e sobre a pluriatividade.

Se num momento se evitavam fazer associações entre as experiências pluriativas dos países desenvolvidos com as experiências identificadas nos países subdesenvolvidos, já na última parte da década de 90 no Brasil era comum utilizar a categoria pluriativa com qualquer tipo de ocupação semelhante.

Observações deste tipo levaram alguns especialistas a repensar o sentido da pluriatividade, levando a uma segunda etapa da discussão especificamente por parte da corrente conhecida como ruralidade contemporânea⁴⁵, da qual destacamos duas observações: em primeiro lugar, os esforços foram orientados para fixar a categoria da família rural como unidade de análise pluriativa; em segundo lugar, destaca-se a necessidade de explorar as condições não materiais que circulam no processo atual, definidas por meio dos significados e sentidos que os atores dão às práticas de trabalho extra-agrícolas e pluriativas.

No final dos anos 90, Carneiro (1998) identificou as falhas da heterogeneidade aplicadas à análise da pluriatividade, citando a autora Desert (1998), constatou que no caso francês, a categoria era utilizada para explicar e alcançar diversas ocupações, como a adoção temporária conhecida como “crianças assistidas”, para designar o camponês-operário, e até trabalhos especializados de turismo invernal. Ou seja, justamente na plasticidade atribuída à pluriatividade estava uma das dificuldades “para uma delimitação mais rigorosa do campo de observação” (CARNEIRO, 1998, p. 158).

Três anos depois, nessa mesma linha de pensamento, Sacco dos Anjos (2001) distingue multiocupações de trabalhos da pluriatividade, dado que a primeira categoria pode ser composta pelas estratégias conjunturais que os trabalhadores utilizam para garantir sua sobrevivência num determinado período de tempo, desenvolvendo iniciativas associadas ao auto-emprego para enfrentar a crise tecnológica da sociedade pós-industrial e a imposição da crescente precarização do mercado de trabalho. Ou seja, a divisão do tempo de trabalho não é sinônimo de pluriatividade, tendo tal evento levado a confundir agricultores patronais com agricultores pluriativos por dividirem seu tempo de trabalho entre atividades agrícolas e não-

⁴⁵ Conceito utilizado por Carneiro para sustentar a idéia de ressignificação do rural em relação às construções da sociologia rural. Sobre este assunto, recomendamos observar no capítulo Ruralidade na Sociedade Contemporânea: Uma Reflexão Metodológica. In CARNEIRO, Maria José. 2000a. Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Concurso de bolsa para pesquisadores seniores de América Latina e do Caribe. Clacso-Asdi. Buenos Aires.

agrícolas (SACCO DOS ANJOS, 2001, p.62). Neste caso, o que definiu foram a renda e a residência como parâmetros de medição.

Outra linha que classificou o fazer pluriativo foi a ocupação dos agricultores em tempo parcial nos complexos industriais, que no caso de Graziano da Silva (2000) deram pistas para comprovar a urbanização do meio agrícola a nível nacional, mesmo que como assinalaram (LURENTI e GROSI (2000, p.24) o crescimento industrial tinha experimentado reduções negativas e incrementado a participação do setor terciário da população ocupada. Nessa linha, para Schneider (1994), as amostras de trabalho industrial no Sul do país serviram para demonstrar a reprodução da agricultura camponesa, que por sua parte Carneiro (1998) utiliza como exemplo histórico, na mesma região, para relativizar o peso da indústria na reprodução da agricultura familiar; no estudo de Seyferth (1987) as práticas assalariadas entre membros da família rural já existiam e só a partir do ano 1930 foi que o trabalho industrial começou a ter maior visibilidade (SEYFERTH, 1987, p. 158).

Entretanto, Etxezarreta já em 1988 observava que a transformação na esfera do salário não depende exclusivamente dos nichos financeiros, e portanto, industriais, em que por meio do turismo rural, hotéis, e fazendas de lazer, junto com trabalho familiar, se promovem, considerando o âmbito rural não apenas pelo valor produtivo, mas “pela contribuição de paisagem de lazer e de ócio” (ETXEZARRETA, 1988 apud BINIMELIS, 2000, p 96), apresentando a integração de outras formas de emprego e salário na esfera da pluriatividade no meio rural (TEIXEIRA, 2003, p. 1-10).

Em resumo, os desdobramentos que sofrem as formas pluriativas no meio rural e pelas generalizações já questionadas sobre as associações de qualquer atividade não agrícola com a pluriatividade, levaram ao consenso autores como Carneiro (1998 e 2000), Scheneider (1994 e 2006), e Sacco dos Anjos (2001) a fixar a categoria da família como unidade de análise da pluriatividade. Para Carneiro, a situação da heterogeneidade que se aplicou ao termo impede “construir um objeto de estudo centrado sobre um conjunto de ações individuais, mas sobre as condições de reprodução social no

campo” (CARNEIRO, 1998, p 159), ou seja, ações familiares coletivas. Esta idéia em relação às orientações de Lacombe (1984), levaram-no a observar que as atividades extra-rurais associadas às atuais formas de exploração agrícola traduzem duas formas de ações contraditórias: a produção individual da renda e a manutenção do caráter unitário da economia doméstica. Nesta relação centrípeta de forças, a produção agrícola é apenas um complemento no ingresso familiar, e o que está em andamento é uma outra forma de organização do trabalho no campo.

Lentamente perde importância analítica a organização coletiva da produção para o consumo. E “o que caracteriza esta nova unidade”, diz a autora, é “*a capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural em vista da reprodução biológica e social dos indivíduos*”⁴⁶ (CARNEIRO, 1998, p. 160). Parece evidente então que a associação de trabalho extra-rurais com a reprodução intrafamiliar é uma lúcida inferência da autora ao colocar que o epicentro do assunto é a família como campo de observação analítica da pluriatividade e não mais os indivíduos, ou a unidade de produção simplesmente. O que se reforçaria da idéia da eleição da família enquanto pluriativa se concentra num mesmo processo: nas relações produtivas com as relações reprodutivas da unidade familiar mediadas neste caso pelo trabalho não agrícola.

Tudo indica que este é centro da questão, as práticas produtivas por si mesmas não explicam as formas de reprodução do campo somente quando se incorporam as relações intrafamiliares com o processo produtivo é que se pode compreender o fenômeno da reprodução biológica da unidade familiar. Nesta trajetória, são acertadas as considerações dos autores citados acima, ao argumentar que a associação entre produção-trabalho e reprodução está fixada pelas relações de parentesco que dão maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social (CARNEIRO, 2000b, p. 129), diferentemente do comportamento do trabalhador assalariado, que apenas resolveria sua situação de forma individual.

⁴⁶ A marca grifada em Itálico é do texto original.

São iguais e esclarecedoras as posições de Sacco dos Anjos (2001) que, sob um enfoque mais cronológico, considera a pluriatividade vinculada desde suas origens à agricultura familiar, a ponto de levantar uma tese interessante, “que tanto a agricultura em tempo parcial como sua versão atual a (pluriatividade) emergem como estratégia específica de resistência e adaptação da agricultura familiar diante do impacto de transformações operadas, tanto em seu interior como no entorno externo em que esta se acha inserida” (SACCO DOS ANJOS, 2001, p.62). Mais particularmente, como assinalou Heyning (1982), pela inserção em mercados em fase de mercantilização produtiva, assim como, também, segundo Abramovay (1992 in SCHNEIDER, 2006, p.7), ela passou a ocupar, em países de capitalismo avançado, um destacado papel social.

Nestes termos, para Schneider (2006), a escolha da família agrícola combinando trabalho não-rural está longe de ser considerada uma estratégia conjuntural, como o autor diz em estudos que realiza desde 2003, esforçando-se em demonstrar que estas atividades pluriativas dentro de “um estabelecimento seriam uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar e não uma demonstração de fraqueza ou definhamento desta forma social” (SCHNEIDER, 2006, p. 7). Isto nos sugere que o autor descarta a idéia da pluriatividade por meio do trabalho extra-rural como uma ação efêmera, dado que o caráter reprodutivo da família na dimensão pluriativa permite que seja uma categoria estabilizada, à diferença da ocupação não-agrícola em que um trabalhador pode ou não mudar de campo ocupacional com certa mobilidade.

Nesse contexto, Schneider (2006) considera a pluriatividade como estratégia reprodutiva da agricultura familiar, que, de igual forma, pode estar relacionada a situações conjunturais, portanto, podendo ser considerada como “fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal” (idem). Mais importante é o fato de a ação da segunda atividade extra-agrícola ter-se tornado sistemática e incorporada como estratégia de reprodução das famílias. Foi esta a trajetória adotada pela mercantilização

das relações produtivas, sejam estas relações de trabalho ou serviços, como artesanato, turismo, trabalho assalariado, pois passou a ser um complemento familiar para o autoconsumo. “Em termos analíticos, nos diz o autor, não se trata mais de uma produção de valores de uso, mas de valor de troca que visa ao intercâmbio e, no geral, à obtenção de remuneração monetária” (SCHNEIDER, 2006, p.8).

Entretanto, qual é a diferença desta forma de remuneração monetária mercantil de outras remunerações não agrícolas? Justamente a distinção está na ação familiar, por isso os autores acima citados definem a ação operacionalmente como pluriatividade familiar, num fenômeno que supõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, numa mesma unidade de produção do grupo doméstico ligado por laços de parentesco.

Consideramos importante a sugestão de Schneider, ao afirmar que esta definição de pluriatividade descarta a noção de tempo de trabalho e renda que exerce a família ou um membro na combinação de duplas atividades, afastando-se dos tópicos tratados com exclusividade pelo projeto Rurbano, especialmente no volume I (2000). Segundo o autor, não é o tempo de ocupação parcial ou integral nem o lugar da residência que definem a pluriatividade, mas os diversos tipos de renda que uma família ou membro consegue por meio de trabalho dentro ou fora do estabelecimento. Deve-se considerar para uma família pluriativa o grau com que esta segunda ocupação gera uma “**nova atividade**”⁴⁷ e que esteja combinada com a agricultura”, do contrário “não se pode falar em pluriatividade” (SCHNEIDER, 2006, p.4).

A idéia está relacionada na distinção entre o trabalho não agrícola e a pluriatividade, dado que o primeiro é entendido como ocupação em ramos extra-agrícolas e está relacionado com as formas de trabalho adotadas pelas alterações dos mercados. Entretanto, seu aumento não implica crescimento de pluriatividade, nem mesmo “se devem confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade” (SCHNEIDER, 2006, p.12), dado que os

⁴⁷ O grifo em negrito é nosso.

indivíduos familiares que optam num momento por praticar a dupla atividade podem escolher deixar o trabalho agrícola e podem passar a ocupar-se em exercer apenas atividades não-agrícolas.

A diferença da ocupação pluriativa é que ela está caracterizada pela associação de diversas ocupações que pertencem a uma mesma família, ou seja, é causa e efeito das ocupações não agrícolas ao mesmo tempo, e que sua trajetória depende das decisões das estratégias das famílias que podem ou não optar pela combinação de múltiplas estratégias. E o mais importante é que aquelas duplas atividades permitam gerar novas ocupações dentro do estabelecimento para garantir a reprodução biológica da família, a diferença do trabalho assalariado que pela especialização da divisão do trabalho garanta apenas a reprodução do capital, particularmente o agrícola.

Entretanto, o que nos interessa ressaltar é que apesar de esta corrente estar condicionada à prática pluriativa e à ocupação familiar, observamos que os sujeitos desclassificados das cidades, nosso objeto de estudo, sejam ou não pertencentes a núcleos familiares, podem também apresentar certas características pluriativas, na medida em que eles se fixam no campo, e com seu trabalho contribuam com a reprodução social do meio rural nos termos de Schneider (2006) sobre gerar uma nova atividade voltada para o meio rural. Mas, sobretudo, vão depender as interpretações que os sujeitos atribuem ao espaço e às práticas salariais ali produzidas. Portanto, parece eficiente, nós nos localizarmos teoricamente na linha da micronarrativa simbólica desenvolvida por esta corrente de pensamento para explicar os significados dos autores nas práticas de trabalho extra-agrícola e da pluriatividade, considerando as limitações dos pressupostos economicistas para interpretar a realidade.

Outra preocupação desta corrente é a reprodução de identidades e símbolos culturais no atual processo de acumulação de capital no campo. Na atualidade, a revisão bibliográfica brasileira permite observar um consenso ao considerar as relações objetivas que historicamente determinaram a ação pluriativa, sejam essas relações produtivas, residenciais ou geográficas, que lentamente começaram a considerar as

situações subjetivas de índole cultural, identidade, interpretação de sentidos que os indivíduos outorgam à eleição das práticas pluriativas fora da propriedade rural, ainda que nela permaneçam residindo. Este foi o caminho escolhido por Teixeira (1998) e Paula (2000).

Destacamos nesse aspecto a síntese bibliográfica que Wanderley (2000) realiza sobre as posturas sociosimbólicas que imperam no cenário europeu, no contexto de crise da agricultura moderna, fenômeno que estimula a formação de agricultores polivalentes ou pluriativos, capazes de atribuir múltiplos significados ao meio rural. Mas eles dependem de dois fatores, nos diz a autora: da capacidade de adquirir competência cada vez mais complexa no ofício agrícola e da capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural (Wanderley, 2000, p. 121). Portanto, os signos gerados dependem estreitamente da base material que os sustentam e não operam em abstrato.

Nesse aspecto, uma das contribuições significativas foi o estudo micro-sociológico realizado por Carneiro em 1998 que mostra os mecanismos de reprodução da população do campo num processo de transformação da sociedade rural, que, retomando a Lamarche (1998, p.161), acontece num fenômeno portador de valores próprios que não são nem urbanos nem rurais. Nele, a autora constata que os itinerários da reprodução social na aldeia dos Alpes de Theys se transformaram pela intensidade dos contatos urbanos e eventual rurbanização mediante o agro turismo. Entretanto, os pequenos agricultores abriram um novo mercado para seus produtos e símbolos culturais num contexto de reinvenção da aldeia modificada pelas aquisições da sociedade industrial, conseguindo, não apenas disseminar as costumes locais, mas também redefinir os padrões de reprodução social e os repertórios de identidade (CARNEIRO, 1998, p. 207).

No caso dos estabelecimentos do MST na região metropolitana de Belo Horizonte abordados neste trabalho, interpretamos como um fenômeno de rurbanização, entendido como “processo de reestruturação dos elementos da cultura local, incorporando novos valores, hábitos e técnicas”

(CARNEIRO, 1998, p 175). Segundo Carneiro, a análise por esse prisma implicaria entender o processo de apropriação da cultura dos habitantes e a reinterpretação de seus componentes em dois sentidos, isto é, tanto dos próprios setores rurais como dos setores urbanos, que se apropriam dos bens simbólicos e materiais da cultura local, permitindo assim a preservação e a reprodução rural.

Estes argumentos confirmam a idéia há um ano exposta pela autora no Congresso da Sober, ao colocar que Placide Rambaud (1981), no estudo sobre a aldeia de *Albiez-le-Vieux*, da região alpina francesa, viu que a expansão do turismo não abalara a identidade aldeã, ou seja, que em situações de conflito as heterogeneidades sociais não provocam uma descaracterização da cultura local (CARNEIRO, 1997). Assim, a reprodução social estaria vinculada a um sistema de relações de redes pessoais entre o agricultor e seus clientes, num processo de reinvenção da profissão agrícola para permanecer no campo (CARNEIRO, 1998, p. 162).

A elaboração de micronarrativas interpretativas para conter os múltiplos significados da pluriatividade não representa um fato dado, é uma noção, um processo que depende das tensões da própria dinâmica da agricultura familiar, segundo Sacco dos Anjos (2001). Nele, como processo, convivem situações sociais distintas e até contraditórias, (CARNEIRO, 2000, p. 128). E neste campo orbitam os significados que adquirem as ocupações pluriativas na base econômica da agricultura familiar, que, para autora, não se limita a grupos de pessoas formadas por laços de aliança ou de consangüinidade, no momento em que, como grupo doméstico que tem como eixo a produção e reprodução social, recria os valores dos indivíduos, em que, segundo a autora, tais significados elaborados pela família escapariam ao reducionismo econômico que habitualmente limita a relação de trabalho aos laços de parentesco como se um sistema fosse redutível a outro.

2.3 - Reflexões da representação rural na bibliografia da pluriatividade contemporânea: imaginários sociais flexíveis que reconstróem a rurbanidade nas áreas do MST na RMBH.

As orientações acima descritas permitem considerar no processo a dimensão cultural do espaço socialmente construído na interação entre grupos urbanos em espaços rurais, que é o objeto do presente estudo. Localizamo-nos na esfera da rurbanidade, mas não sob uma ótica do reducionismo econômico que definiu esta categoria como extensão do urbano ou como efeito de um simples deslocamento habitacional como estratégia comercial (BAUER e ROUX, 1976)

Nesse sentido, nos identificamos com a idéia de Benimelis (2000), ao afirmar que a interação urbana-rural não depende de uma definição espacial, mas vai depender sim dos sentidos atribuídos pelos atores daquelas ações, sejam elas produtivas ou sociais (BENIMELIS, 2000, p.96). Estes sentidos vão ressignificar as características do espaço rurano que, segundo Wanderley, é marcado por uma baixa densidade, desenvolvendo diversas ocupações como pesca, indústria e serviços.

Portanto, se a tarefa é considerar os sentidos que os atores sociais atribuem a determinados comportamentos como um fenômeno culturalmente elaborado, então, são também culturalmente construídas as representações sociais que eles atribuem a esse espaço em permanente interação. Nesse aspecto, as linhas teóricas vindas das correntes simbolistas europeus podem fornecer um patamar teórico interessante para efeitos do presente estudo, pois as interfaces que eles realizam no atual cenário consideram a pluriatividade não apenas como instrumento que forja condições produtivas de vida, mas que constrói representações sociais tanto em termos de sistemas classificatórios práticos como teóricos (MORMONT, 1996 e RÉMY, 1989).

O balaço teórico tem por objetivo dialogar com a literatura acadêmica para entender a questão rural como representação social, para

compreendermos os significados que surgem da relação entre grupos de interesse diferentes no espaço urbano no questionamento de fronteiras espaciais e identitárias em contextos do reordenamento produtivo das sociedades agrícolas modernas.

A reconceitualização simbólica em sociedades rurais contemporâneas teve seu ponto de partida na inconclusa separação campo/cidade e na parcial hegemonia do modelo industrial no campo e igualmente parcial na urbanização do meio rural, colocado em certos momentos, como um caminho inevitável (SOROKIN, ZIMMERMAN, GALPIN, 1981), ou seja, a distância simbólica entre dois universos: o rural identificado com a produção agrícola e o urbano identificado ao trabalho industrial, estando este caminho cada vez mais estreito.

Lentamente, as categorias indústria e agricultura perdem valor analítico, especialmente quando se observa que a crise do padrão fordista de desenvolvimento tecnológico, fruto do suprimento da demanda de alimentos no mercado, levou a uma ruptura da imagem oficial do camponês entre a relação agricultura/natureza e agricultura/alimentação (HERVIEU, 1996). Esta crise de superprodução lentamente gerou a imagem de agricultor como “jardineiro da natureza” (RAMBAUD, 1969, p.213-216) diminuindo o peso ao fazer produtiva a arte agrícola.

Alguns autores que se debruçaram na análise do contexto francês perceberam que a reativação econômica do campo deixa de ter centralidade na atividade agrícola. No entanto, as novas relações sociais de reinvenção de tradição e cultura camponesas delas geradas não se diluem no processo de acumulação do capital, mas adquirem outras características que não podem ser compreendidas como um simples processo de urbanização (RAMBAUD, 1969). A orientação dos estudiosos franceses esclarece os sentidos que os atores sociais atribuem a determinadas atitudes para encarar o campo. Isso levou a Mormont (1987) e Rémy (1989) a se ocuparem dos significados e do universo simbólico gerados naquelas fronteiras espaciais. Para a antropóloga belga Mormont (1996), a proximidade da relação urbana-rural não esgotou a questão rural, pois o

rural é uma questão de apropriação do espaço, e por tal motivo a correlação do espaço rural e a ecologia podem amplificar os símbolos que nele circulem.

Neste contexto, o eixo central que mobilizou o debate entre estes pensadores para entender as novas representações sobre o rural foi a relação com o meio ambiente/natureza. Essa representação procura abarcar as novas formas de ocupar o espaço identificado na ruptura entre campo como produção agrícola e do campo visto como paisagem. Por essa ótica, entende-se a relevância da preservação ambiental para o turismo rural, que se constitui em um mecanismo útil para repovoar o espaço rural controlando a migração campo-cidade (HERVIEU, 2001, p. 73).

Essa idéia foi trabalhada por Mormont (1987), que analisou o surgimento de parques nacionais no Canadá, aproximando assim a noção de rural com a natureza enquanto preservação ambiental. Entretanto, segundo Chamborredon (1985, p. 558), a noção de rural como naturalização traz um contraditório processo de preservação e museificação que cria um modelo de imagem de camponês decorrente da idealização romântica que traduz um olhar essencialmente urbano (MATHIEU, 1998, p.19). Segundo Mathieu e Jollivet (1989, p.15), trata-se de representações do espaço natural e sobre o espaço construído, visto que a natureza rural, justamente por ser rural e objeto de múltiplas atividades e usos humanos, é a menos natural possível (WANDERLEY, 2000, p. 88). Este contexto se encontra num permanente processo de reorganização espacial da vida camponesa em concomitância com o valor ecológico paisagístico e com a preservação ambiental como patrimônio cultural, mas também pelo contrário, podem-se observar outras utilidades desse espaço rural no desenvolvimento capitalista (JOLLIVET, 1997, p.107 e 112).

Segundo Lacasse (1999, p. 480), estas idéias servem não apenas como uma reconfiguração socioespacial, mas também estimulam uma pluralidade de espaços rurais e a emergência de múltiplas identidades, fruto do rural como representação do espaço socialmente apropriado por diferentes categorias de atores sociais.

Claramente se observa um questionamento quase unânime por estes autores sobre o conceito de espaço rural como lugar restrito e estático definido apenas pelas funções materiais. Esse espaço, caracterizado pela produção tipicamente agrícola, dá lugar a espaços apropriados por atores capazes de construir identidades territoriais distintivas.

Nessa linha, consideramos pertinente a sugestão de Rémy (1989) que afirma que o espaço rural deixa de ser compreendido como lugar unívoco, para abarcar uma diversidade de conteúdos e repertórios de identidades rurais, de comportamentos sociais com características próprias, formuladas a partir de novas relações de alteridade em um contexto de modernidade avançada. Ou seja, o espaço ocupado, seja ele qual for, permaneceria em permanente reformulação a partir das diversas relações geradas pelos diversos sujeitos que passam a ter como referência um mesmo espaço (MURDOCH, 1994). Em definitivo, o que está em jogo para estes autores não são as definições do espaço rural, são as redefinições que adquirem ao longo do processo as diversas traduções que circulam nas narrativas das posições divergentes da natureza, trabalho e do habitar (MORMONT, 1996, p. 40, apud WANDERLEY, 2000, p. 132).

Surgem, assim, múltiplas construções simbólicas em um mesmo espaço, correspondentes aos diversos universos culturais que lhes atribuem significados distintos, operando, segundo Mormont (1996), as diversas classificações em que a sociedade constrói a representação do mundo.

Como registra Remy (1996), este processo de construção da representação social num determinado tempo e espaço, qualquer que seja a imagem e sentido que ela gere, não se dilui com a aproximação simbólica e espacial entre a cidade e o campo, pois as mudanças da sociedade rural contemporânea não expressam apenas uma nova configuração socioespacial, mas também as novas identidades sociais que surgem de relações e representações conflituosas na disputa de imagens e interesses distintos sobre os espaços. Isto porque as diferenças entre campo e cidade são heterogêneas e transmutadas. Assim, as diferenças vão se manifestar

não apenas na esfera material, e sim nas relações e identificações da vida cotidiana, nos estilos de vida (RÉMY, 1993, p 29-33).

Essa reflexão dialoga com a Michel de Certeau (1996) sobre as retrações que sofre a sociedade moderna, pois esta se faz mais complexa e facilita aos sujeitos a capacidade de seleção de identidades, visto que as práticas anteriormente reguladas por unidades estáveis se desmoronam, e, dessa maneira, a prática diária do sujeito cria estratégias na hora de fazer e escolher para obter certa utilidade da situação adquirida, gerando assim uma multiplicidade de sociabilidades inestáveis e abertas (CERTAU, 1996, p 36-48). Isto tem relação com o caráter transitório com que os sujeitos desclassificados das cidades decidem ocupar espaços rurbanos ao experimentar na lavoura agrícola como trabalhador sem terra, sem descartar os vínculos que o amarram à cidade.

Desta maneira, as representações sociais do rural operam como estruturas que delimitam os comportamentos sociais dos atores, mas também são sistemas estruturantes, pois são possibilidades práticas sobre um determinado espaço em que os sujeitos intervieram, de acordo com os significados simbólicos que lhes são atribuídos. E em vez de diluir, estas possibilidades se reproduzem. São, pois, categorias que determinam as dinâmicas rurais em contextos contemporâneos, pois as ações de preservação ambiental, de lazer e contemplação paisagística mudam o significado da terra e passam a ser equivalentes ao valor que se outorga a este espaço como meio de produção agrícola (MORMONT, 1996).

Isso significa que as condições estruturadas da vida social do sujeito são objetivadas pelas diversas esferas das relações materiais da sociedade, sejam elas econômicas, institucionais ou jurídicas. E quando elas são concomitantes com as condições subjetivas dos sujeitos (como as experiências anteriores que eles acumulam, chamadas de *habitus*)⁴⁸, elas não se perderiam, dado que também estas práticas cotidianas seriam condições estruturantes da vida social e espacial que afetariam outros

⁴⁸ Mais informações em BOURDIEU, Pierre. Capital cultural escuela y espacio social. DF-México, Siglo XXI, 2000. p37-40.

sujeitos que ocupam e compartilham o mesmo espaço. Esses fatores apontam a capacidade de seleção dos atores tanto das identidades quanto das representações sociais do campo, cada uma com caráter descartável, portátil ou estável permitindo ao sujeito reocupar o espaço social.

Resgatamos, então, o caráter estruturante da construção de imaginários que operam nas co-relações entre grupos diferentes, pois permitem que as características identitárias e os hábitos cotidianos dos desclassificados e marginalizados das cidades não se percam em espaços rurais ou semi-rurais ocupados nas áreas do MST; pelo contrário, elas se reafirmam e adquirem novas tonalidades, reconfigurando o universo simbólico sem perder as experiências pessoais trazidas de seus lugares de origem.

Neste sentido, esta situação é possível porque o rural para Mormont (1996, p. 174-180) é uma categoria que representa apenas o social. E ela permite definir e interpretar o social, pois é uma categoria ideológica do mundo social, e por meio dela, é possível caracterizar sujeitos, comportamentos sociais, organizar o tempo e o espaço, ou seja, é uma representação social que gera eventos sociais. Portanto, esta classificação, na prática, nos permite, para o presente estudo, manipular metodologicamente o espaço rural, onde poderemos indagar se este espaço engendra não mais famílias e sujeitos agrícolas de strito-sensu⁴⁹, e sim famílias e sujeitos rurais e rurbanos.

Visto sob esse ângulo, a situação permitira a Mormont (1996) analisar a construção de identidades territoriais, ancoradas ao pertencimento a uma localidade, mas que é diferente da noção de espaço, pois cobre uma diversidade de lugares, como aldeias, povoados, e cidades, numa situação marcada por resignificações e construções paradoxais do rural (MORMONT 1987, p.16), em definitiva são construções culturais independente do espaço em questão. Tal visão esta vinculada com as descrições de Champagne (1987), ao constatar que os indivíduos franceses cujas vidas estão distantes

⁴⁹ Idéia utilizada por Teixeira (1998,p167); no entanto, nós incorporamos a noção de rurbanidade no processo.

do meio rural se apropriam e recriam, por meio do turismo invernal, os estilos de vida tidos como tradicionalmente camponês.

Contudo, para o presente estudo, talvez seja mais pertinente nos distanciarmos da noção geográfica, considerando que as estruturas que fixam os significados dos atores ligados ao MST estão ancoradas na terra mais do que um território, localidade, município ou espaço. Isso explicaria a alta mobilidade dos acampados no trânsito de um lugar a outro, até chegar ao destino final: a terra.

Assim, em termos teóricos do presente estudo, nós nos localizamos no repertório conceitual revelado por Mormont (1996), que coloca as situações de disputas e consensos que surgem na interação entre grupos com interesses diferentes, em que, por um lado, as comunidades se vêm obrigadas a atuar no palco da reinvenção da tradição, gerando situações ambíguas, mas por outro, esse teatro de fronteiras diluídas gera trabalho e renda, ou seja, são limites contraditórios e de consenso que permitem questionar e gerar diversos repertórios e conceitos do espaço rural, ampliando o universo simbólico ali construído.

A alternativa que a autora propõe é observar as interpretações do rural definidas diretamente pelos grupos sociais capazes de criar uma realidade própria como suporte de imaginário, atribuindo sentido às ações que desenvolvem. Ou seja, para compreender a mudança rural, não é suficiente procurar os aspectos físicos, ecológicos, econômicos, ou apenas ficar fixados no imaginário que faria do rural uma construção abstrata (MORMONT, 1996, p.19) ou gráfica. Para a autora, o rural é mediado por situações de construção dialética. Interpretamos que são as práticas e as interações sociais concretas que os sujeitos estabelecem que permitem captar os múltiplos imaginários rurais que se constroem e se desconstroem em situações de interação entre grupos com interesses diferentes, neste caso, entre os sujeitos desclassificados das cidades com o MST na área urbana a ser ocupada.

Assim, a questão rural analisada como representação coletiva apresenta um campo profícuo de investigações, uma vez que nos possibilita

compreender como os diferentes grupos se apropriam dos lugares que passam a ser ressignificados pelas práticas sociais.

Alem disso, diversas representações do rural podem conviver num mesmo período de tempo, como mostraram Mansinho e Schmid (1997). Esses autores destacaram a presença de cinco tipos de percepções sobre o rural em Portugal: o rural como sinônimo de subdesenvolvimento, uma visão positiva do subdesenvolvimento relacionada à tradição familiar, a visão industrializante do agrário moderno, um rural como natureza-preservação e, por último, um rural como qualidade ambiental. Esta última percepção decorre diretamente da primeira como consequência dos desajustes ambientais em que ocorreram a degradação progressiva da paisagem e a poluição tanto de área de superfícies como subterrâneas (MANSINHO e SCHMID, 1997, p.289).

A convivência desses imaginários corresponde no mesmo período de tempo, a uma situação semelhante à rural do Brasil, não obstante a situação rural brasileira se distinguir da realidade europeia quando consideramos a migração inversa de campo-cidade, com a incorporação de setores pobres e desclassificados urbanos em direção ao campo. Nesse sentido, tomando como referencial as contribuições teóricas acima delineadas, pretendemos aprofundar o estudo sobre as situações de interação de grupos diversos, que, em certos aspectos, ampliam as dimensões da construção de imaginário social sobre o campo de forma multifacetada. Observar, então, as elaborações de representação social do campo em permanente ressignificação como efeito da interação entre as camadas pobres da periferia e setores rurais, será o desafio do presente estudo, desafio gerado, como foi colocado no primeiro capítulo, em espaços semi-rurais indeterminados. O consenso entre grupos de interesses diversos como a população de desclassificados das cidades com os sem-terra em áreas semi-rurais é facilitado em parte pelo caráter dinâmico e criativo da ação do imaginário social.

Segundo Duran (2002), foi a contribuição de Bachelard que orientou a noção do imaginário como um processo flexível e criativo, pois considerou o

imaginário como um símbolo homogeneizador que agrupa o significante e significado (DURAND, 2002, p 29). Num dinamismo organizador da representação, isto significa adjudicar-lhe competência para criar a realidade (PESAVENTO, 1995, p. 20). Ao invés de considerar o imaginário como elemento estático proposto por Sartre (1950) em seu já clássico livro “A Imaginação” que reduz a imagem à experiência da consciência humana como expressão de um hiper-naturalismo racional (DURAND, 2002, p.25), que nega a realidade da imaginação, ela é reduzida a simples insignificâncias mentais, ou como um acontecimento semi - observado.

Dialogando com Duran, o historiador Baczko (1985) define o imaginário social como visões de mundo que modelam o estilo de vida em movimentos contínuos e descontínuos de preservação da ordem e da mudança. Ou seja, não são definitivos como os únicos possíveis e podem ser consideradas outras fórmulas (BACZKO, 1985, p.403) graças à sua estrutura complexa e graças ao tecido simbólico que intervém nos diversos níveis da vida coletiva. Assim, realiza, pois, várias funções simultaneamente como: legitimar/invalidar, justificar/acusar, tranquilizar/perturbar, mobilizar/desencorajar incutir/excluir (BACZKO, 1985, p.312). Isto resulta de uma construção coletiva chamada comunidade da imaginação, cuja significação dos homens define a referência simbólica e os meios de intercâmbio com as instituições sociais⁵⁰ a que pertencem.

No Brasil, Roger Bastide (1957) contribui para a reflexão do imaginário como função criadora, ao relativizar o termo do sincretismo e de miscigenação racial (BARBOSA, 2002) para explicar a adaptação entre culturas diversas, quando em sua essência se trata do paradoxo de convivência e preconceito racial, mediadas por descontinuidades históricas desde o Brasil colonial até as relações modernas de trabalho polarizado.

Para Bastide, o que acontece de fato é uma "interpenetração cultural" como aquelas características em que convivem forças de cisão, forças de antagonismo, forças de adaptação, de acomodação e de assimilação

50 Mais informações em De Moraes, Dênis. Imaginário social e hegemonia cultural. Julho 2002. in Gramsci http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=297. Capturado em maio de 2007.

(Bastide, 1980, p.15). Desta forma, conforme o autor, pode-se entender desde esta perspectiva como o índio e branco e logo o homem negro com branco intercambiaram hábitos em constante conflito, interpenetrados em opostos complementares. Um exemplo disso é a cozinheira negra, diz o autor, que serve na mesa dos patrões brancos os pratos sagrados do peji. E mesmo o aroma de azeite de dendê perfuma a sala de jantar dos burgueses baianos (BASTIDE, 1980, p.82).

Concordamos com Pesavento (1995) que o imaginário como função criadora, segundo Yves Durand (1988), se constrói pela via simbólica que expressa a vontade de construir o real num universo paralelo de sinais, mas destacamos que nesta construção medeiam os escoamentos mencionados por Gilbert Durand (1999). Estes escoamentos dirigem, segundo Baczko (1985), a função criadora do imaginário, pois pertencem ao campo da construção simbólica coletiva. E é coletiva porque opera no efeito que produz nas mentalidades e o comportamento que exerce na vida social, ou seja, na vida do grupo; do contrário, operaria em abstrato como colocou Mormont no item acima. Isto permite a convivência entre grupos com interesses diversos como urbanos e rurais, desclassificados, subempregados, população de rua, interagindo nas relações de trabalho pluriativo, trabalho urbano e trocas simbólicas urbano-rurais em áreas do MST e indefinidas na RMBH, como foi colocado no capítulo anterior.

A construção de símbolos e narrativas de representação social adquire propriedades mais ambíguas quando vemos que, além de ser o espaço urbano um lugar indefinido⁵¹, são iguais e ambivalentes às temporalidades geradas nesta ocupação sem terra. Esse contexto marca as

⁵¹ A idéia tem relação com a teoria de Victor Turner (1967) que entende o espaço ritual indígena como um espaço liminar, e nele perpassam três estágios de rito de passagem de um grupo social: a) preliminares (de separação), b) liminares ou límen (de margem), c) e pós-liminares (de agregação). “A primeira fase supõe um conduta simbólica que significa separação do grupo. A segunda fase o período liminar, o estado do sujeito prestes a participar do rito, o passageiro, é ambíguo, atravessado por um espaço quase sem nenhum atributo, tanto do passado como do que vira. Na terceira fase, o passo do sujeito se consume já” (TURNER, 1990, p.104). Relação entre liminaridade de Turner com acampamentos sem terra em (TURATTI, 2005, p.69) a área estaria numa situação intermédia ou liminar que espera passar a situação de assentamento marcada pelas situações ambigüidade, e inestáveis.

construções simbólicas e as representações do rural na ocupação rurbana geradas de forma coletiva subsidiadas pela referência teórica da escola francesa do subitem acima citado.

CAPÍTULO 3.

Os desclassificados urbanos na mobilidade inter-regional da ocupação rurbana do MST: repensando a migração rural na RMBH.

O processo de reocupação do espaço rural da região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, que atualmente envolve os desclassificados e desagregados do campo e da cidade, reflete o contexto de mudança sociogeográfica da região sudeste do país, aprofundando as transformações socioprodutivas da sociedade rural da RMBH. No entanto, o fenômeno não é recente, pois há dez anos Furtado (1998) denunciava a falta de preocupação governamental em gerar políticas empregatícias adequadas a este setor da sociedade. Conforme o autor, “os movimentos da população sempre foram do campo para a cidade, mas estamos vendo o oposto. O governo deveria refletir profundamente sobre isso, pois em toda a parte está colocada a discussão de como criar empregos na Europa estão tentando alterar a matriz de ocupação” (FURTADO apud TEIXEIRA.1998, p. 99). Nesse contexto, o movimento migracional da RMBH não é um fenômeno isolado das mudanças socio-geográficas da região sudeste, pelo menos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pois operou, nesta região, num extremo o esvaziamento das áreas rurais pelos desagregados da terra nos últimos 50 anos, e no outro, a reruralização⁵² por parte de setores empobrecidos urbanos em direção a espaços rurais do interior. No que respeita à ocupação de espaços agrícolas na RMBH, o processo estudado no presente capítulo se desenvolve nos contornos das áreas semi-urbanas e rurais, distinguidas pelo fenômeno da migração intrametropolitana incorporada ao fenômeno da reruralização. Para interpretar esta interseção, serão desenvolvidas duas etapas.

A primeira etapa pretende localizar socioprodutivamente os motivos pelos quais passou o processo de desagregação dos camponeses em relação à expulsão das fazendas e posteriormente pelo complexo

⁵² Quando falamos de reruralização, nós nos referimos apenas às áreas sem terra na RMBH, pois não temos indicadores para medir nem afirmar que esteja acontecendo uma reruralização no Estado de Minas Gerais como um todo.

agroindustrial (CAIs), provocando um esvaziamento das áreas rurais que formaram o processo de metropolização tanto das cidades do interior quanto da metrópole central.

O segundo momento pretende descrever quais fatores mobilizam os desclassificados das cidades para reocupar espaços semi-rurais na RMBH, no sentido da rerruralização e contextualização da migração interna que envolve a região metropolitana, e que na discussão especializada é entendida como migração ou como movimentos pendulares intrametropolitanos ou ainda periferização.

Pelo processo de periferização, cruzam-se transversalmente três fatores: o crescimento populacional, a especulação imobiliária e o deslocamento interno da população da periferia rumo a outras periferias e a áreas rurais da RMBH. Para os especialistas que se encarregam deste tema próximo da tradição econômica, as migrações seriam provocadas por fatores próprios da expansão das periferias das cidades do interior, como marco da metropolização de Belo Horizonte. Ao invés disso, para o presente estudo, o deslocamento adquire outras formas, pois na ação de rerruralização que se vem processando em áreas sem terra, dificilmente se pode interpretar a interação entre os desclassificados do campo e cidade nos moldes ditos metropolitanos. Além da importância da geração de renda e moraria, pretendemos refletir sobre o valor que tem a mobilidade dos desclassificados pelos diversos espaços, podendo fixar formas de adaptação aos diversos lugares transitados, incluindo os semi-rurais ou a área urbana em construção.

3.1.- Desagregação rural mineira.

A desagregação da população rural mineira foi marcada num primeiro momento pelas formas de penetração do capital no campo. Este capital, no fim da década de 1960-1980, desenvolveu mudanças na matriz produtiva no interior das fazendas, modificando a organização do emprego agrícola pela diminuição do trabalho no espaço rural, tanto nas ocupações da pequena quanto na grande propriedade, sendo inversamente

proporcional ao aumento do trabalho temporário. Esta situação estimulou a dispersão do pequeno agricultor do meio rural em direção às áreas metropolitanas.

Um dos efeitos imediatos deste fenômeno se produz na diminuição do número de estabelecimentos rurais de pequeno porte em 1960, que, de um total de 371.859 na região, 4.395.012 propriedades de até 50 ha apresentaram um crescimento negativo de -52.529 pontos na década 1970-1975. E para o mesmo período, 50.620 estabelecimentos de até 50 até 100 ha apresentaram em 1975 um crescimento negativo de -318 pontos (MENDOÇA, 1996, p 27).

A diminuição de fazendas e com ela a eventual diminuição de empregos permanentes para meeiros, posseiros etc, é concomitante à diminuição do trabalho rural no estado de Minas Gerais, que no ano de 1960 alcançava 1.055.600 pessoas, decrescendo em 78 mil para o ano 1975. Ao contrário disso, os 511.251 empregados temporários nesse mesmo período ampliam sua base para 108 mil empregados, ou seja, o percentual foi um tanto maior que os trabalhadores permanentes, alcançando nessa época um crescimento de 89 mil postos de trabalho fixos. Apesar das variações que existiram entre os períodos, os percentuais se inclinaram pela tendência de aumento de trabalho irregular e temporal no espaço rural mineiro, pois, para a década de 1980, este tipo de ocupação aumentou de 428.121 para 502.340 no ano 1985. Houve um aumento de 17 mil pessoas, diferenciando-se do trabalho familiar que, para o mesmo período, passou de 1.339.736 para 1.552.726, crescendo, apenas, em 15 mil pessoas (MENDOÇA, 1996, p 59).

No que diz respeito à região metropolitana, a tendência entre a relação êxodo rural com a eventual perda de trabalho permanente e o aumento do trabalho temporário se comporta de forma similar ao estado mineiro. Ocorre uma ação conjugada da intervenção mercantil no processo de produção agrária, e a diminuição de fazendas agrícolas não é exclusiva da região central, pois a ação do capital industrial de base agrária se expande para certas regiões do estado mineiro. No entanto, os efeitos são similares, transformando-se a terra em instrumento especulativo desprovido

da base produtiva e da oferta de trabalho, afetando a organização da produção da pequena agricultura familiar e incrementando o desemprego rural.

Dessa maneira, a região Metropolitana de Belo Horizonte, constituída pelas microrregiões de Belo Horizonte, Siderúrgica, Bacia do Cuaçu e Espinhaço, Divinópolis e Calcários, de Sete Lagoas apresentaram um ligeiro declínio de pessoal ocupado na década de 1960, correspondendo apenas a uma retração estadual de 2,5%, especialmente o trabalho temporário em relação ao trabalho familiar que teve um leve aumento. Tanto os empregados permanentes quanto os temporários comparecem ao lado do trabalho familiar da região contribuindo para o emprego rural, num crescimento dentro o período 1960 a 1980 de 5% do primeiro grupo e o segundo cresceu um 7% para o ano 1980, Tabela 8.1.

Tabela 8.1 - Pessoal ocupado em atividades rurais na RMBH.

Períodos	Responsáveis Membros da Família	Empregados permanentes	Empregados temporários
%			
1960	49,54	8,18	28,23
1970	60,8	8,43	13,98
1980	59,82	12,78	19,89
Totais			
1960	115713	19093	65933
1970	140523	19450	42524
1980	154243	32942	51291

Fonte: MENDOÇA, Laura. 1996, p 76. Adaptações do autor.

Com respeito à difusão da modernização agrícola na região central, esta manteve graus distintos nas diversas áreas da região metropolitana, destacando-se uma nítida apropriação de terras na região além do cordão industrial caracterizado por empresas siderúrgicas e gaseiras, pois operam também as sociedades anônimas que começaram a possuir frações significativas de áreas já em 1960, com tendência ascendente ao longo das últimas décadas, principalmente na região siderúrgica e em Belo Horizonte nas microrregiões de Divinópolis, e de Sete Lagoas.

Como se constata, a ação conjugada da intervenção mercantil no processo de produção agrária afetou a tradição de extração vegetal que identificou a produção agropecuária regional, que representava, por exemplo, para a região siderúrgica 20 % do valor bruto dessa produção e que caiu para 15% em 1989 (MENDOÇA, 1996, p55). No entanto, como já foi mencionado, o fenômeno de mercantilização das relações de produção levou à desapropriação de terra para sua eventual especulação, não tendo sido este fenômeno exclusivo de um pólo regional, neste caso o central metropolitano. Este processo de expansão foi fortemente identificado no Norte do estado na ação de empresas associadas a atividades de reflorestamento, porém com percentuais elevados de matas naturais e terras produtivas não utilizadas, representando 40,9% de apropriação pelas SA, e 30% do total das áreas do Estado em 1980 (ROMEIRO, 1994, 72-76).

De igual forma, ao final dos anos 70, esta tendência se torna particularmente vigorosa nas regiões Sul e Oeste do estado, ao passo que sinais de retração em relação à área total se manifestam em grande número das microregiões do estado em um intenso processo de substituição de áreas plantadas por pastagens, aproveitando a tradição da pecuária extensiva do estado. Esses são sinais que favoreceram a expansão posterior das sociedades anônimas nas áreas, representando uma reserva de terra e de mão-de-obra aproveitada no futuro.

Esta díade, de diminuição de emprego formal e de aumento do trabalho informal, corresponde a fatores decisivos, se bem que não sejam os únicos responsáveis pelo aumento da queda da população rural nas áreas, estimulando os agricultores a se deslocarem para perímetros urbanos intermediários ou centrais. Por exemplo, na região do triângulo mineiro, a variação positiva de quase 12 mil postos de trabalho na década de 60/70 poderia ter acarretado a retenção de 30 mil pessoas do acréscimo populacional de 97 mil nessa época, o que teria significado a necessidade de emigração de 67 mil pessoas por insuficiência dinâmica de geração de empregos rurais por parte do capital agrário. E em relação ao crescimento

rural da população vegetativa, a estimativa de êxodo foi maior que uma evasão de 102 mil pessoas (MENDOÇA, 1996, p120).

O que nos interessa enfatizar aqui é que a dispersão populacional mineira teve variações de magnitudes e graus, não tendo sido concentrada num pólo central pela diversidade regional na forma de concentrar capitais (MINAS GERAIS DO SÉCULO XXI V.II, p.96). Esta dispersão é diferente daquela de outros estados da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, com características populacionais altamente metropolitanaizadas, com igual concentração de mercado, de fluxos de capitais financeiros e serviços, e uma especulação imobiliária voltada para o turismo e casas de lazer. Ao invés disso, na região metropolitana de Belo Horizonte, a especulação imobiliária de lotes rurais transformados em áreas de lazer e de descanso para setores de classe media é recente e tardia, muito adentrada nos anos 90, e muito menos o turismo rural que como processo embrionário adquiriu visibilidade ao final de 90 e início de 2000.

Assim, uma das bases da desagregação do campo rumo a cidades mineiras teve sua raiz na mudança da base produtiva, diminuição de emprego permanente e na expansão do capital industrial especialmente na região metropolitana. Assim, uma das maiores estimativas de êxodo rural para o período 1960/1970 se concentrou no triângulo compreendido pela microrregião de Alto Paraíba, Jequitinhonha e norte Mineiro. No entanto, a RMBH teve um êxodo de 12,85% do total da população de 358674 para o período de 1980 (Tabela 8.2).

Tabela 8.2: Participação Regional na população rural no êxodo rural de Minas Gerais 1960/1980.

	População rural				Êxodo rural			
	1960		1980		1960		1980	
Regiões	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Triangulo	252923	4,32	171152	3,89	-102441	3,26	-143491	5,14
Alto Paraiba	514259	8,78	397163	9,02	-252063	8,03	-258047	9,24
Jequitinhonha								
Norte Mineiro	5214473	8,9	556761	12,64	-171897	5,48	-252022	9,03
RMBH	833109	14,22	647717	14,71	-379798	12,1	-358674	12,85

Fonte: IBGE Centro demográfico de Minas Gerais, 1960,1980.

Para Mendonça (1996), o elevado crescimento vegetativo rural em um contexto de fraca geração de emprego representa o padrão de determinação do êxodo rural dos anos 60. Mas este processo não é fixo segundo Moura (1988), pois existem outros fatores que explicam o processo da dispersão populacional mineira, além da mudança que sofre a base agropecuária tradicional e a estrutura de emprego rural pelo avanço dos complexos agroindustriais. Conforme Linart (2002), já na década de 40, antes de o modelo industrial operar, existia um processo de expulsão de meeiros ou posseiros, atribuído ao empreendimento agropastoril das fazendas do noroeste de Minas, fomentado pela mudança da base produtiva de café e milho substituído por superfícies de pastagem e áreas de reflorestamento com fins comerciais e especulativos (LINART, 2002, p. 11). Este processo, ainda em curso há mais de três décadas, iniciou a expulsão dos agregados das fazendas, limitando as terras cedidas em parceria, transformando-se assim num processo de desagregação das grandes propriedades.

Vale mencionar que Linart utiliza os conteúdos de desagregação elaborados por Moura há quatorze anos no estudo sobre as fazendas do Jequitinhonha, através de dois movimentos: no primeiro a perda de agregação dos agricultores da fazenda e com ele os conteúdos simbólicos e direitos precários do trabalhador como a moradia; e no segundo momento, com o afastamento das questões relacionadas com a terra (MOURA, 1988, p. 115). Assim, o trabalhador fica exposto a enfrentar simples relações mercantis para sobreviver, características que foram aprofundadas pela ação e avanço dos complexos agroindustriais não apenas para o Norte do estado, mas também de igual maneira para áreas rurais da região metropolitana.

Até aqui observamos que os principais fatores que marcaram esta primeira fase do êxodo rural mineiro e em especial a região metropolitana se embasaram na ação contínua do emprego informal, na especulação de terras pelo capital industrial especialmente siderúrgico-florestal, via desapropriação e compra de propriedades, e na diminuição de fazendas de médio e grande porte, cujos efeitos no conjunto destes fatores são similares

para todo o estado, compreendendo a desagregação social dos trabalhadores rurais das fazendas e o desemprego rural.

3.1.1 - Rerruralização intrametropolitana; mobilidade espacial rurbana dos desclassificados da cidade para área de MST na RMBH.

A segunda etapa decorre da primeira pela reinversão do padrão de dispersão populacional mineira de décadas anteriores entre duas camadas organizadas num fim comum: uma, a dos desagregados do campo e a outra, a dos desclassificados da cidade de Belo Horizonte em direção ao campo. Denominamos esse processo de rerruralização, concordando com (ALENTAJANO, 2003, p. 161) para designar que esse contexto está mediado por um contraditório processo em que a esfera da produção se dilui fora da cidade, mas a circulação se intensifica no campo, quando ele transporta serviços e trabalho urbano para o espaço rural. Em definitivo isto não é uma desmobilização do capital financeiro, dado que ainda se reproduz dentro dos contornos urbanos, e menos ainda é um processo de desterritorialização populacional. O que está em jogo não é um território específico, se considerarmos a alta mobilidade que significa transitar de um lugar a outro no processo de acampamento até lograr se fixar no assentamento. No entanto, para o presente estudo é mais eficaz falar de um fenômeno de reruralização intra-metropolitana, considerando que a reocupação rural não opera no interior do estado e sim nos contornos perirurais da região metropolitana.

Pela atividade de reocupação rural intra-regional decorre o processo da migração intra-metropolitana. Para os estudos tradicionais, o fenômeno da migração intrametropolitana é compreendido como a expansão das populações das periferias das cidades para as áreas rurais, entendido como periferização da RMBH. Ao invés disso, o presente estudo entende esse processo como uma ação que reforça o espaço camponês na interação de trocas e práticas de trabalho entre o segmento rural e o urbano nas diversas esferas sociais, sejam elas culturais, simbólicas ou produtivas. Então,

difícilmente o fenômeno pode ser interpretado como uma mecânica da modernização urbana ou uma extensão do aglomerado das periferias rumo ao espaço rural.

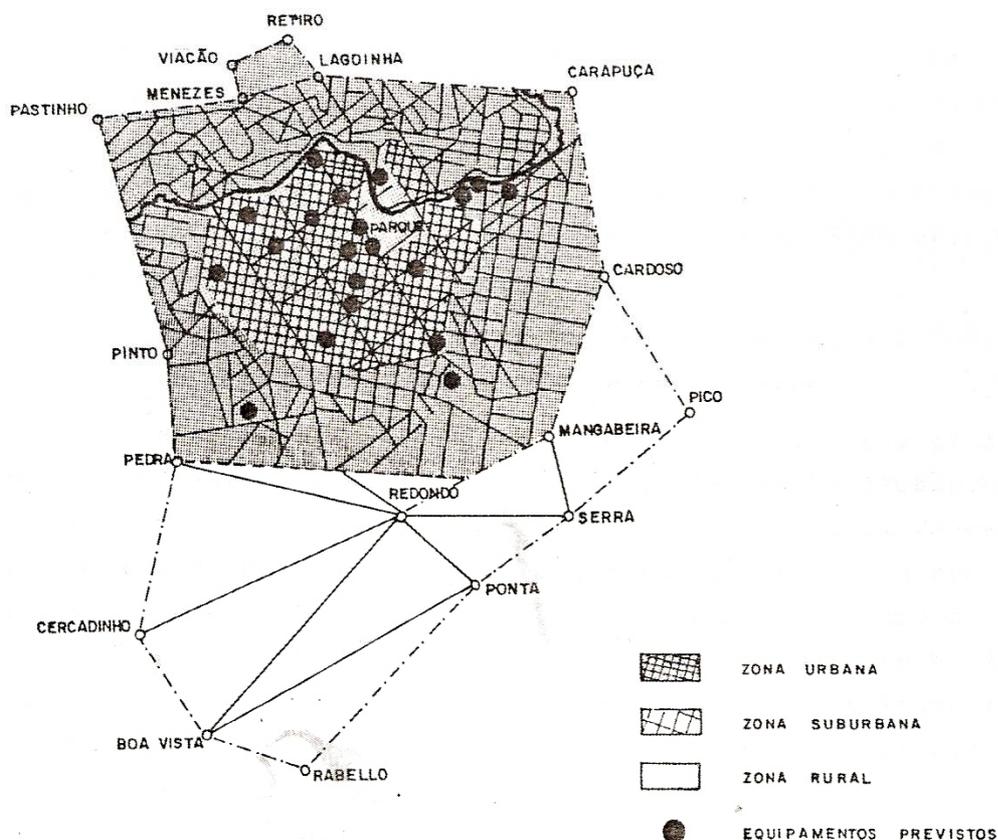
Nesse aspecto, serão descritos os conteúdos da noção de periferação da RMBH que tem suas bases no estudo da pesquisa Origem e Destino (2002), desenvolvida pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, pois os diversos fatores ali identificados vão subsidiar os suportes que operam no processo da reruralização intra-metropolitana da RMBH. Para a pesquisa Origem e Destino (2002), a periferação da RMBH se desenvolve na medida em que as camadas pobres realizam um movimento pendular passando de um extremo a outro da cidade e da região para obter melhores preços de moradia e, em alguns casos, trabalho. Isto acontece de forma emergencial para enfrentar os efeitos da especulação imobiliária e do desemprego que se acentua até o período atual na RMBH. Segundo o estudo Origem e Destino (2002), o processo tem vínculo histórico desde os primórdios da fundação da cidade, marcada pela segregação social.

3.2. - Belo Horizonte: espaço planejado de segregação social.

Desde a fundação da cidade como espaço planejado, em fevereiro de 1894, a metrópole de Belo Horizonte teve como característica a marca da segregação social, pois em que pese estar o controle do estado ligado à atividade agro-exportadora, foi a elite industrial quem projetou o espaço urbano, imprimindo-lhe o princípio da segregação físico-espacial (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE, 2000, p.1, e 29). Por meio de um plano original, a cidade foi dividida em três zonas: urbana, suburbana e rural.

Figura 3: Traçado do Plano Original de Belo Horizonte 1897.

O TRAÇADO DO PLANO ORIGINAL



Fonte: PLAMBEL. A estrutura urbana da RMBH diagnóstico e prognóstico O processo de formação do espaço urbano da RMBH, 1897-1985. V1, 1985, Belo Horizonte, p31.

A zona urbana era simetricamente traçada, nela se localizando os equipamentos institucionais e serviços que dariam início à infra-estrutura, que se caracterizava por uma privilegiada topografia com baixa declividade e utilizada, claro, pela elite como local de residência, formando bairros como Funcionários e sítios de recreios nos contornos próximos a Serra.

A zona suburbana que circunda a urbana, desenvolvia-se em terrenos mais acidentados, com traçados adaptados à topografia irregular, lotes irregulares, maiores dimensões e ruas estreitas. A zona rural, que por sua vez circundava a Zona suburbana, destinava-se a sítios de pequena lavoura. A emergência das camadas de operários da construção civil, e em função de

reservar o traçado urbano para as elites, provocou a redução da área urbana, convertendo em suburbana parte da área interna da Avenida do Contorno já ocupada pela população pobre. Outra opção foi ampliar o raio suburbano para empurrar esta camada em nome da prevenção de doenças e preservação paisagística (PLAMBEL, 1985, p.32). O grande contraste, nos diz Matos (1992), foi a formação de duas cidades representadas pela zona urbana e demais setores de despossuídos em espaços sem infra-estrutura que constituiriam os embrionários bairros marginais (MATOS, 1992,p.13-14). Externamente à zona urbana, desenvolvem-se as periferias da zona oeste, Bairro Preto, Calafate, Carlos Prates, que além dos operários contava com imigrantes italianos em condição miserável. Na zona norte, estava a região da Lagoinha que foi reduto de operários desempregados na primeira guerra. Na zona Leste, como prolongamento do bairro Quartel, desenvolveu-se a região de Santa Efigenia, com população pobre destinada a satisfazer a demanda da área militar e serviço hospitalar.

Os desequilíbrios e as dificuldades de assentamento de áreas urbanas com estas populações pobres acima citadas contribuíram para a desativação de colônias agrícolas criadas nos subúrbios de Belo Horizonte no início de século. Lentamente, a prática de produção de alimentos para fornecer à cidade foi trocada pelo povoamento populacional. Eram cinco estas unidades semirurais: a colônia Alfonso Pena (Vale do Córrego de Leitão), a Alberto Ferraz (Vale do Acaba Mundo), a Américo Wernek (Vale do Córrego da Mata), a Bias Fortes (Vale do Córrego do Cardoso), e a última, a colônia Carlos Prates (Vale do Córrego Pastinho). Assim, foi se formando um rápido processo de assimilação dessas colônias rurais na zona suburbana (PLAMBEL, 1897-1985, p.35). Em relação a nosso estudo, podemos interpretar que esta circulação foi de forma embrionária o primeiro movimento campo-cidade intrametropolitano entre as camadas pobres da cidade. Assim, o crescimento, ao invés do que esperava o plano original da cidade, fluiu da periferia para o centro. Dos 38 mil habitantes para o ano de 1912, apenas 30% moravam no perímetro urbano e o restante se distribuíam nos limites das áreas suburbanas e rurais.

3.3.- Metropolização e periferização da RMBH: especulação imobiliária e fatores econômicos da segregação espacial.

O crescimento populacional inter-atuando com a dinâmica do mercado imobiliário e o desemprego foram, por consenso, para literatura especializada, um dos pontos transversais que orientaram o comportamento da mobilidade espacial da população ou dos fluxos de migração intrametropolitana. Houve uma preocupação pelo deslocamento interno, pois 42% dos fluxos de migrantes na RMBH acontecem no interior da própria região. Conforme o censo de 1991, das 740.021 pessoas que migraram para a região central, em torno de 37,74% delas têm origem em outros municípios do estado mineiro. Foi um movimento de migração intenso pela diminuição do valor do solo em áreas periféricas e áreas rurais da RMBH (CENSO DEMOGRÁFICO IBGE, 1990-1995).

Na primeira metade do ano de 1950, houve um crescimento acelerado dos preços médios da RMBH devido à implantação industrial no município de Contagem, que reativou o processo industrial da região como um todo. Igualmente deu a Belo Horizonte margem para extravasar os limites municipais até então instalados naquele município e na região, principalmente em direção a Oeste para o município de Betim, apresentando as maiores taxas de crescimento dos preços de terras. Surgem também outras frentes rumo ao Noreste e Norte, como são as áreas de Santa Luzia e Ribeirão das Neves, Vespasiano e Ibirité (PLAMBEL, 1987; p.135). A dinamização do mercado de terreno urbano ocasiona situações tidas como ocupação extensiva, segregação espacial e momentos de valorização e retração de preço das áreas ocupadas (PLAMBEL, 1987, p 10).

Portanto, a aglomeração populacional na região metropolitana a partir dos anos 1960 é sempre superior nas áreas incorporadas à expansão descontínua do município de Belo Horizonte, pois o preço da terra na RMBH variou de maneira inversamente proporcional à distância da área central, e positivamente em relação à densidade populacional. Existe acordo entre a bibliografia consultada que a maior parte de migrantes da região, no período

1970/1990, se deslocou em direção a áreas da região Norte/Nordeste (Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e Lagoa Santa). No decorrer do período 70/80, foram confirmados os menores preços de terra por metro quadrado, tendo o setor norte variado entre R\$40 e R\$64,81 o m², em comparação com valores da zona Sul e Centro que variaram de R\$ 180 a R\$220 o m² (MARQUES, 1999, p.46).

A década de 1970 marcou baixa nos preços de terrenos e moradias para a população de baixa renda, colocando o caráter restrito da medida, dado que podia ceder apenas algumas áreas da periferia da RMBH, contribuindo para isso a legislação municipal de controle do uso e ocupação de solo conjuntamente atuando com o mercado imobiliário (PLAMBEL, 1998, p. 120).

As novas frentes de expansões que o mercado imobiliário realiza na periferia de forma descontínua e distante do eixo central responde às medidas de crises econômicas que afetaram o crescimento industrial da época e que, conseqüentemente, afetaram a inflexão de preços dos terrenos mais nobres, e com ele os esgotamentos dos assentamentos da classe média que levou os investidores imobiliários a se voltarem para as faixas de rendas baixas. (PLAMBEL, 1998, p 121)

O que nos interessa ressaltar aqui é que a extensão do capital financeiro no mercado imobiliário se expande e impõe a racionalidade econômica, administrativa e empresarial ao setor público, cooptando áreas sociais através da reforma administrativa (PLAMBEL, 1989, p.122). O programa financeiro habitacional de caráter público é regido pela correção monetária que assegura o retorno do capital aplicado (PLAMBEL, 1987, p. 30). Esta lei se impõe aos vários mercados, segundo as faixas de renda, mesmo para salários mínimos como salários meios. Em definitivo, as medidas de correção monetária eram aplicadas de forma homogênea para os diversos segmentos de consumidores.

Assim, desde ano 1970 se manifesta pela primeira vez a questão de compatibilizar o reajuste de prestações na correção dos valores financiados com o reajuste salarial, o que na prática significa que na década de 1980 se

inicia o crescente financiamento a setores médios voltados para o mercado econômico, setor que capta 60.2% dos empréstimos, havendo uma retração para o mercado de interesse social que para a mesma época captura 39,8% dos créditos (PLAMBEL, 2007, p. 46). A partir daí, o financiamento para este setor perde importância até o período atual em permanente concomitância com os desequilíbrios econômicos que afetam os setores de baixa renda, pois o setor imobiliário está subordinado completamente à especulação do mercado.

A restrição à importação de bens de consumo subsidia a produção interna para equipamentos de exportação e insumos através de taxas diferenciadas de câmbio, estimulando a implantação de um número significativo de estabelecimentos industriais de bens duráveis, que demarcariam o período de industrialização metropolitana na década de 1950, caracterizada pela mineração, no contexto de pós-guerra.

O esgotamento deste modelo de substituição de importações e as respostas aos choques externos de petróleo, juros de capital e a espiral inflacionária alteram o sistema de incentivo macroeconômico, os procedimentos comerciais das empresas e do mercado local. O Estado se viu na mais séria das crises, incapaz de regular as linhas de crescimento a médio e longo prazos, abandonando suas função histórica de promover desenvolvimento, industrialização e resguardo social (MINAS GERAIS DO SÉCULO XXI, 2000. p.34), marcando o início do período dos anos 80, conhecido como da década perdida. A crise afeta de forma imediata os setores primário e secundário da economia que concentravam na década anterior 70% e 67% de empregos, este último setor caracterizado pelos serviços de mercadorias se reduz em 43%, aumentando o desemprego aberto de 26 para 93 mil pessoas, sendo o ramo da construção o mais afetado (PLAMBEL, 1987, p119). Isto em concomitância com o crescimento dos oligopólios de capital estrangeiro em ramos comerciais.

Em termos espaciais, se as áreas de residência no cordão industrial do município industrial de Contagem concentravam quase 80% da mão-de-obra, essa participação cai ao longo dos anos quase três vezes, porém são

as periferias que apresentam um crescimento da população inversamente proporcional no período 1970/90, dobrando a participação do setor terciário na periferia em vinte anos. A renda deste setor concentrou 43,1% em 1982, diferenciando-se dos setores secundário e terciário, desenvolvidos nas áreas centrais, que concentravam apenas 31,3% dos salários gerados na região metropolitana (FAPEMIG, 2000, p.161).

Concordamos com Marques (1999) quando associa o conceito de mobilidade dos homens no espaço metropolitano de Belo Horizonte ligado à produtividade e à expansão física das forças produtivas do capital, que, aliás, são exercidas nesse espaço sob diversas formas. E isto ocorre como resultado da diferenciação da procura de trabalho nascida da variação dos lucros retirados das diversas esferas da atividade econômica (MARQUES, 1999, p.57). Além de serem expressos em momentos de ruptura de capital, os reflexos sociais refletidos nos fluxos de acumulação ocorrem de maneira desigual nos espaços econômicos (SINGER, 1976).

Para Souza (2002, p. 48), apesar dos efeitos retroativos da economia após ano 1980, que não freou o crescimento populacional, eles serviram de indicador para definir o fenômeno de metropolização, inclusive em áreas rurais. Como exemplo, citamos Belo Horizonte que, ao longo de meio século cresceu seis vezes e meia, e a população que era 340.853 habitantes na área urbana em 1950, passou para 2, 1 milhões no ano 1995 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE, 2000, p.1.29).

Tabela. 8.3: Crescimento da População Urbana Aglomerado Metropolitano 1970 – 2000.

Municípios	1970	1980	2000
Belo Horizonte	1.228.342	1.775.082	2.232.747
Betim	17.536	76.081	298.116
Contagem	108.028	278.081	533.119
Esmeraldas	4.098	5.311	38.179
Ibirité	1.221	23.485	132.262
Ribeirão das Neves	5.547	61670,0	245.143
Santa Luzia	19.410	51.813	184.026

Fonte: IBGE Centro demográfico de Minas Gerais, 1960,1980.

Tabela 8.4: Taxa de Crescimento da população urbana RMBH

Municípios	Taxa de crescimento			
	1980-1991		1990-2000	
	População Urbana	Domicílios Urbanos	População Urbana	Domicílios Urbanos
Belo Horizonte	1,15	2,67	1,16	2,35
Betim	7,12	8,64	7,0	7,8
Contagem	3,82	5,66	2,69	3,35
Esmeraldas	2,6	4,39	20,6	20,01
Ibirité	11,51	13,81	6,07	6,84
Ribeirão das Neves	6,23	8,0	8,27	9,02
Santa Luzia	8,74	11	3,92	4,89

Fonte: IBGE Centro demográfico de Minas Gerais, 1960,1980, 2000.

Em termos econômicos, no período 1970/1990 houve a descentralização industrial de Contagem, que concentrava uma considerável porção da população substituída por outros eixos como habitações e produção como as áreas periféricas da região Norte e Leste. Assim, a descentralização das atividades industriais, o processo de ocupação de solo sob as regras da especulação imobiliária imerso nas desigualdades sociais nele contidas, e o crescimento populacional foram os componentes que delimitaram o fenômeno da metropolização. Este último fator gerou consenso entre os especialistas por entenderem a situação como fenômeno de periferização, em que as camadas de baixa renda para lá se dirigiram nas duas últimas décadas, particularmente em razão do menor valor de solo.

Esse foi o motivo pelo qual uma forma de avaliação do papel da mobilidade espacial das populações da região metropolitana durante os últimos anos foi a de retratar o papel de crescimento populacional de alguns municípios da região que assumiram função de dormitórios (MARQUES, 1999, p 61). Para ilustrar uma situação em particular, Souza (2002) estuda a situação do município de Ribeirão das Neves localizado no eixo norte da região metropolitana, pois este pólo regional concentrou o maior número de deslocamento populacional. Para esta autora foram o crescimento

populacional nas áreas urbanas com o decréscimo inversamente proporcional nas áreas rurais e o deslocamento interno intrametropolitano de Belo Horizonte os fatores que marcam a expansão da periferia urbana no município de Ribeirão das Neves. O contexto de baixos preços de terrenos, na década de 1990 fez com que Neves atraísse a população de baixa renda que estava fora do mercado habitacional.

TABELA 8.5: Crescimento da População Rural de Ribeirão das Neves 1960 – 2000.

Municípios	1960	1970	1980	1990	2000
Ribeirão das Neves	6.391	9.707	67.257	143.853	246.589
Urbano	4.189	5.547	61.670	119.925	245.143
Rural	2.202	4.160	5.587	23928	1.446
Sede	4.165	4.909	14.050	54387	110.089
Urbano	3.260	3.792	11.397	34376	108.807
Rural	905	1117,0	2.653	20011	1.282

Fonte: MENDOÇA, Laura. 1996, p 76. Adaptações do autor

Como se observa na Tabela 8.5, a população urbana nos anos 1960-2000 passa de 4.189 para 245.143, e a queda de crescimento na área rural passa de 2.202 para 1446, mostrando um crescimento de -4,4 para o mesmo período, isto em comparação com Belo Horizonte que exibe uma taxa de crescimento negativo de 24,84% demonstrando, segundo (SOUZA, 2002, p.73), uma indiscutível periferização da metrópole rumo à área rural. Conforme o estudo da fundação João Pinheiro (GESTÃO, DESIGUALDADE SOCIAL, GOVERNANÇA, 2000, p58), o crescimento do aglomerado foi de 5,2% no período 1970-1991.

O atributo da expansão da periferia foi a descontinuidade em direção ao eixo norte, com a presença de grandes vazios entre as áreas parceladas sem infra-estrutura, ocasionada pela da legislação municipal de controle e uso de solo (SOUZA, 2002, p. 130). Ambigüidades de regulação como estas levaram o município de Ribeirão das Neves a intermediar a compra de terras da fazenda Castro, de vocação rural, divisa com o município de Esmeralda,

para o movimento dos sem-casa dessa região, e instalar ali um bairro com características próprias de dormitório e da periferia urbana, cuja população provê de mão-de-obra a metrópole de Belo Horizonte. Esta é uma forma de avaliar o papel da mobilidade espacial pela região, retratando o deslocamento da população, denominado pelos economistas de intramigração de movimento pendular.

Souza revela que 54,55% da população que reside no município de Ribeirão das Neves provém das regiões pobres de Belo Horizonte (SOUZA, 2002, p. 144). São estas camadas de baixa renda as que se deslocam para áreas de baixa infra-estrutura social nos denominados movimentos pendulares, que adquirem este caráter desde os fins dos anos 70 e definem o sentido da periferização rumo a áreas rurais metropolitanas, pois são aqueles que, de certa forma, estão expostos aos movimentos pendulares.

3.4. Da mobilidade inter-regional à reocupação rurbana sem terra: contribuição dos desempregados urbanos para repensar a migração metropolitana e a periferização urbana nos espaços rurais da RMBH.

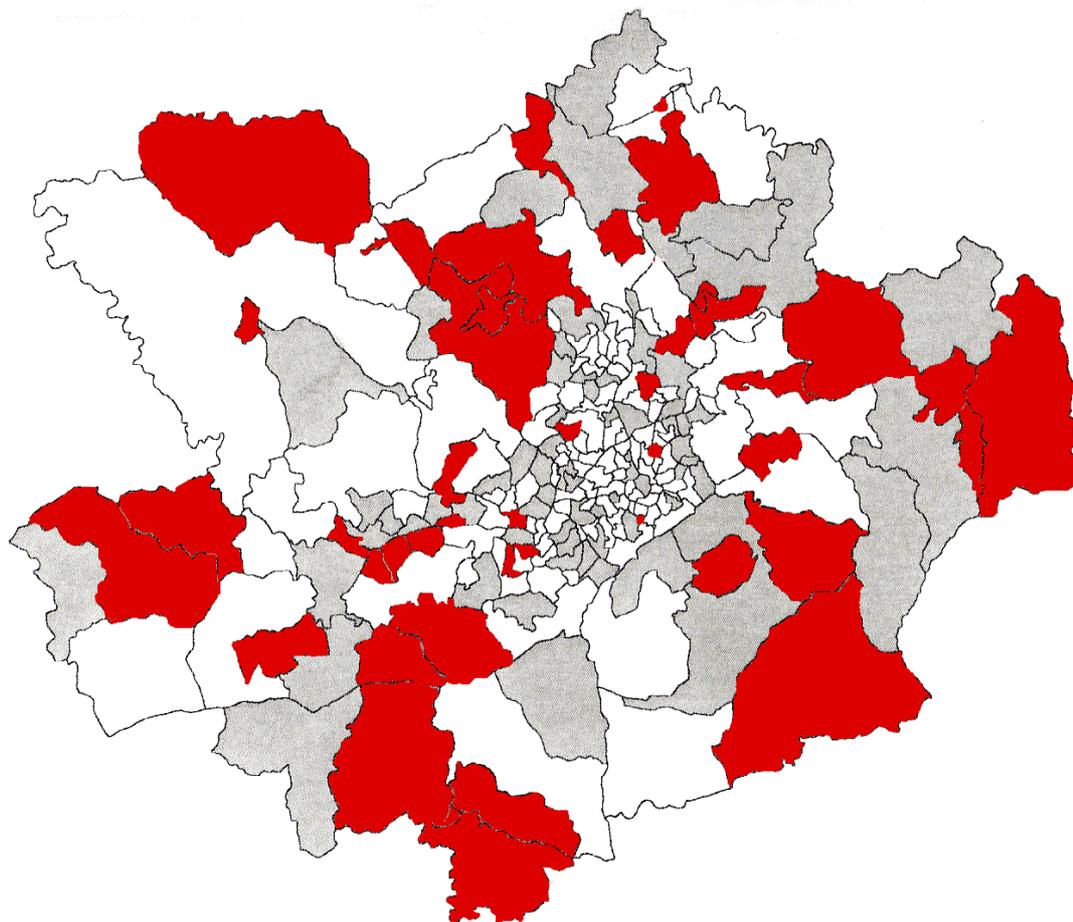
A presente seção discute as formas que adquire o fenômeno migracional intrametrópole por meio do deslocamento populacional em direção a espaços rurais metropolitanos, pois esta ação permite relativizar os conceitos tradicionais com que os estudos urbano-econômicos vêm tratando o assunto, interpretando o fenômeno apenas como uma periferização metropolitana ou uma extensão dos contornos marginais da cidade em direção ao campo, desconhecendo a capacidade de troca e intercâmbios entre os sujeitos de origem urbana e rural que participam destes movimentos migracionais, além das apropriações por parte de trabalhadores urbanos dos ofícios rurais, como forma de geração de salário e renda.

Nos últimos anos, a pesquisa Origem e Destino, da Fundação João Pinheiro FJP, vem construindo indicadores através dos diversos tipos de movimentos pendulares da população de baixa renda que serviram de base para gerar os princípios da periferização metropolitana, que, por meio da

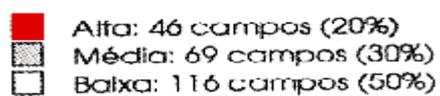
mobilidade do domicílio de residência, identifica os fluxos internos que convergem para os diversos municípios, ao longo de um dado período na RMBH, por meio de dois indicadores: a mobilidade intracampo, entendida como as mudanças de residência efetuadas dentro de um mesmo espaço municipal e a intercampo como aquela que se desenvolve em diferentes municípios (MAGALHÃES, 2002, p.98).

Para o estudo do ano de 1992, na relação salário e posse de imóvel dos chefes familiares a categoria de casa alugada é a que tem maior percentual como motivo de deslocamento, alcançando tanto no intracampo (intraespaços) 40,2% e no intercampo (entre espaços) 59,8%. Conforme Marques, isto significa que proporções mais significativas de pobres que trabalham fora do município de sua residência habitam as denominadas áreas dormitórios da região norte como Ribeirão das Neves, Santa Luzia, e Vespasiano, mencionando as mais importantes. Em função de ilustrar as tendências de mobilidade intra-metropolitana, Magalhães faz diversos mapas para ilustrar a intensidade do fenômeno por meio de moventes chefes de família com tempo de residência menor que 5 anos em um determinado município que o autor denomina de campos.

Figura 4. Mapa da RMBH Proporção de chefes moventes intracampo, com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.



Mapa RMBH: Proporção de chefes moventes intracampo.
Intensidade



Fonte: MAGALHÃES, 2002, p113. Baseado na pesquisa Origem e Destino (OD) 1992.

Figura 5. Mapa da RMBH Proporção de chefes e-moventes com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.

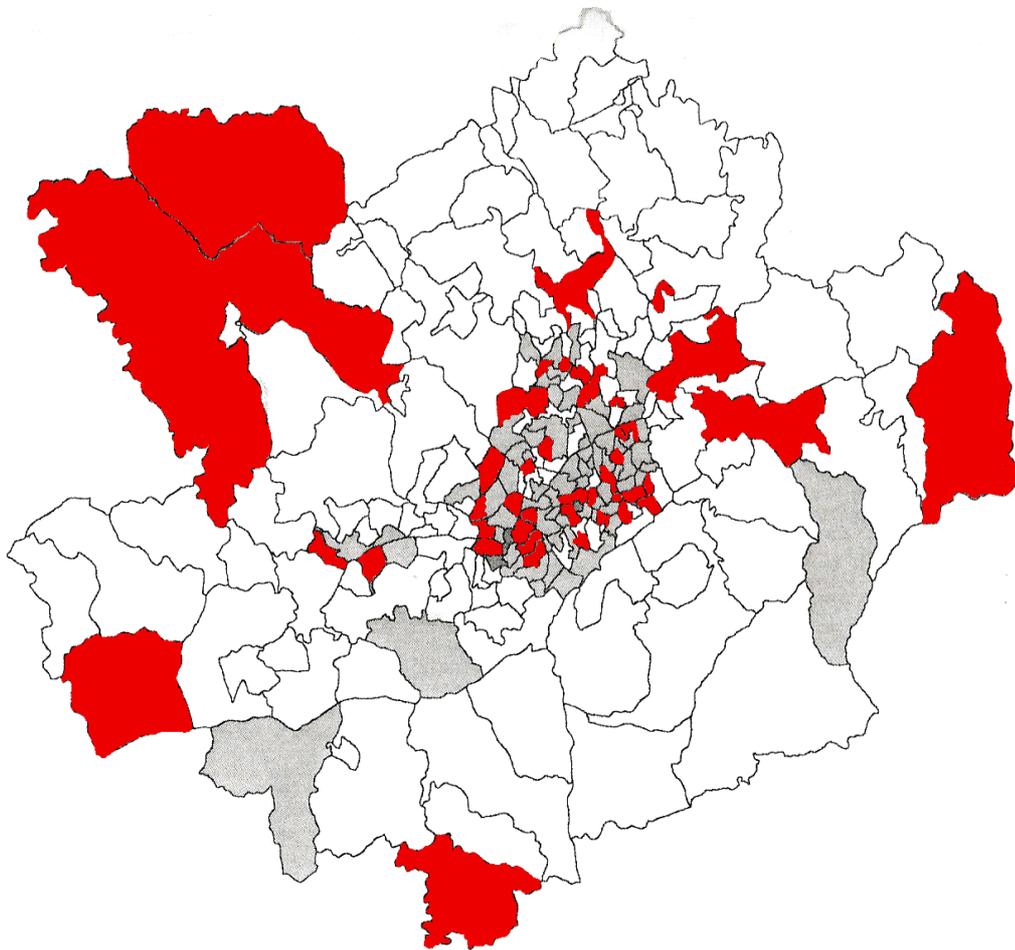
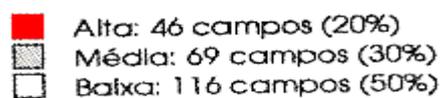


Figura 5. RMBH: Proporção de chefes moventes intracampo.
Intensidade



Fonte: MAGALHÃES, 2002, p114. Baseado na pesquisa Origem e Destino (OD) 1992.

Figura 6. Mapa da RMBH Proporção de chefes e moventes com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.

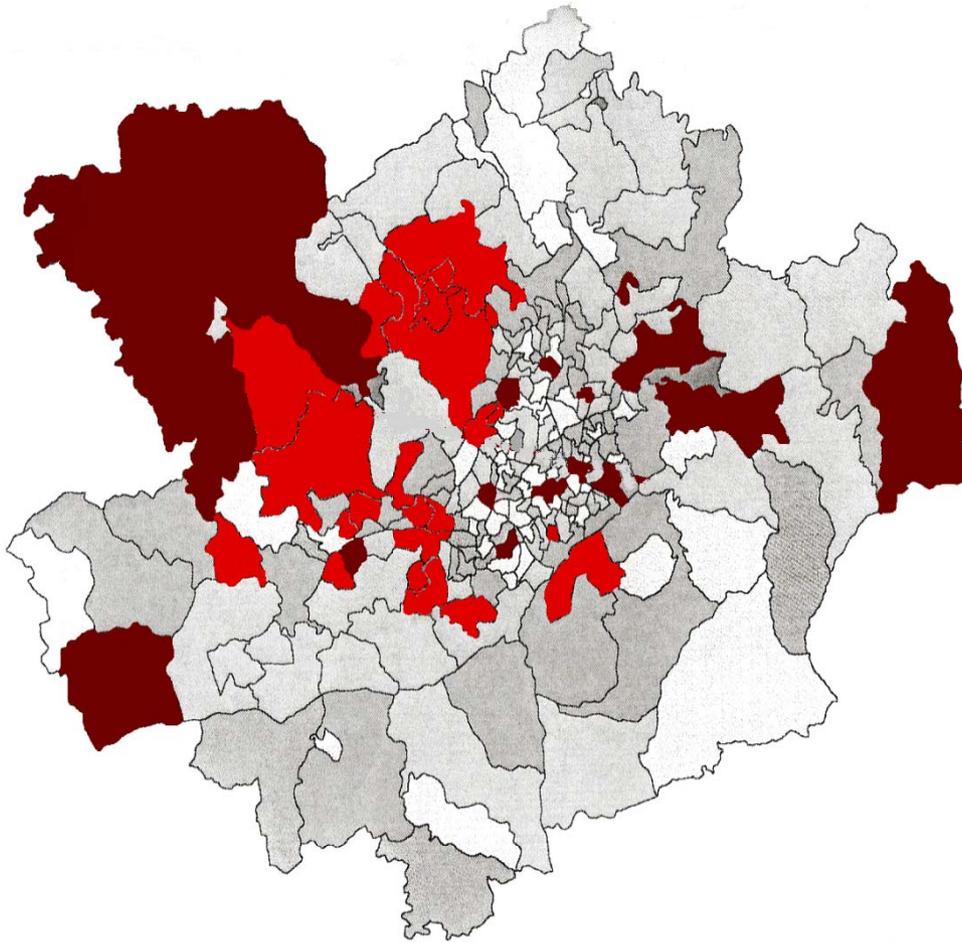
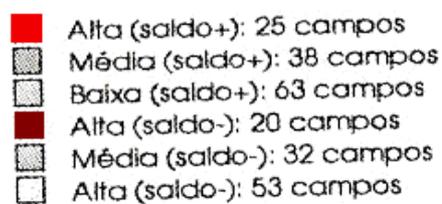


Figura 6: Proporção do saldo de Chefes moventes (TLM), com menos de 5 anos de residência no domicílio, 1992.

Intensidade



Fonte: MAGALHÃES, 2002, p115. Baseado na pesquisa Origem e Destino (OD)1992.

Como vemos, na figura 4 apresenta uma intensa mobilidade das pessoas intra-espacos no entorno central de BH, e de forma inversamente proporcional se comporta o deslocamento da população da área central para os contornos municipais de área metropolitana. O que nos interessa identificar aqui é que segundo a figura 5, as maiores concentrações de espacos com alta intensidade na proporção de moventes para o ano 1992 encontram-se ao norte e a oeste da RMBH, e na figura 6 a tendência é similar nos últimos cinco anos, ou seja, o movimento de população intrametropolitano se expande para áreas de vocação rural na RMBH, (MAGALHÃES, 2002, p.108-109).

Para Souza (2002), as informações deste tipo ilustram a expansão do tecido urbano em áreas de tradição rural na região norte de Belo Horizonte como o município de Ribeirão das Neves ou Santa Luzia. Noção que reafirma os conteúdos da pesquisa Origem e Destino (2001), pois considera os movimentos pendulares de população como uma extensão natural da periferia metropolitana em espacos semi-rurais ou rurais, nos moldes da inserção do povoado rural no perímetro da cidade, caracterizado pelo acesso a ocupações e serviços ditos urbanos, como a procura de aluguéis de baixo custo nessas áreas.

Não obstante, estes moldes explicativos de deslocamento populacional intrametropolitano são insuficientes, quando diversos fatores entram em cena, de forma tal que os conteúdos de outrora adquirem outros rumos e significados, pois hoje, não operam apenas a procura de moradia de baixo preço e a reprodução mecânica de serviços e trabalhos das cidades no campo. Ou seja, entram na órbita geográfica fatores como a mudanças da base produtiva e de serviços, quando os trabalhadores urbanos incorporam ofícios rurais como fonte de renda e salário, ou quando se considera que esses deslocamentos humanos é fruto do anseio de recuperar as tradições rurais perdidas nos processos do êxodo rural de décadas anteriores. Nesse contexto, dificilmente pode-se falar de um processo de periferização metropolitana em áreas rurais de Belo Horizonte no sentido estrito, pois se produz uma troca de conhecimentos e ofícios de

mão dupla em que a esfera urbana se vê influenciada de igual forma pelas práticas socioprodutivas do campo.

Esta situação oferece conteúdos significativos para interpretar o objeto do presente estudo, pois a ocupação rurbana que vem se processando na RMBH está mediada por diversos graus de interação produtiva entre segmentos urbanos e rurais que dificilmente se incorporaram nos moldes de geração de renda ditos metropolitanos. Aliás, se objetivam processos construtivos onde funcionam significações e seleções de práticas socioculturais entre um e outro segmento. Portanto, para o presente estudo é mais pertinente entender o processo como **reruralização intrametropolitana** e não apenas de movimentos pendulares de periferização, nem de desmetropolização.

Nesses termos, a noção de reruralização intrametropolitana está objetivada pelo processo de acumulação de capital ligado a duas oscilações espirais. Num extremo se articula a desagregação do capital com os eventuais efeitos da exclusão dos sujeitos que atuam nos setores formais da economia. No outro, a reprodução e manutenção da força de trabalho da camada pobre que atua em diversos ramos da economia informal empurrada para os contornos perirurais da região metropolitana.

Dessa maneira, se outrora era habitual relacionar o trabalho a uma unidade produtiva fixada espacialmente, seja a um estabelecimento, seja pelo ramo, hoje as formas de produção se diversificaram e se fazem mais flexíveis, exigindo dos setores que exercem a economia precarizada maior criatividade e uma alta plasticidade para gerar estratégias de adaptação produtiva.

Uma dessas alternativas portáteis das camadas da população que exercem economia informal é a alta mobilidade pelos diversos espaços da região metropolitana (Mapa 04) para garantir a subsistência salarial, estimulados vertiginosamente a gerar circuitos de mobilidade espacial nos contornos metrópole-campo, desenvolvendo mecanismos de adaptação permanente de venda de força de trabalho e serviços paupérisados em espaços semi-rurais da região metropolitana mineira. Ora, paradoxalmente

este contexto poderia significar um aspecto positivo da iniciativa dessas camadas excluídas da economia formal da cidade, para se organizar numa ocupação rurbana nos contornos periurbanos da RMBH como forma de enfrentar o desemprego da metrópole.

Portanto, a situação produtiva acima citada, que ancora as bases para o deslocamento dessa parcela da população urbana em direção a espaços rurais, está objetivada também pela ação estável do desemprego urbano, porém possui ações diferenciadas para os desagregados sem teto e moradores de rua da metrópole de Belo Horizonte, que será abordada no seguinte subitem.

O desemprego vem se agravando na RMBH, conforme Barrio e Soares (2006), pois, apesar de o país ter tido uma taxa de crescimento de 5,2% no período de 2004, esteve marcado por uma conjuntura econômica tal como a abertura do mercado, as privatizações, o avanço tecnológico, e a terceirização, que afetaram de forma conjunta a vulnerabilidade salarial e o aumento da precarização das ocupações, mudando a estrutura do mercado de trabalho local (BARRIO e SOARES, 2006,p 6). Assim, descreveremos brevemente as duas etapas acima assinaladas que marcam o quadro de desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte: a primeira contextualiza a estabilidade salarial e o equilíbrio empregatício formal e a segunda indica o crescimento inversamente proporcional do desemprego dos setores informais da economia, afetando os trabalhadores sem-teto, moradores de rua e ex sem terras, objetivando assim condições concretas que estimulariam a participação destas camadas na ocupação rurbana na região metropolitana de Belo Horizonte.

Num extremo, conforme Oliveira (2006), aparentemente percebe-se uma relativa estabilidade na taxa de desemprego para 2004, isto pelo comportamento equilibrado das duas categorias com que se mensura o comportamento de desemprego metropolitano: a) desemprego aberto; b) desemprego oculto seja pelo trabalho precário, e seja pelo desalento (OLIVEIRA, 2006, p.106). A categoria de desemprego aberto e oculto pelo trabalho precário se referem a aquele segmento que procurou trabalho de modo efetivo dentre os últimos 30 dias a 12 meses; e desemprego oculto por

desalento compreende as pessoas que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias ou 12 meses, seja por desestímulo do mercado de trabalho, seja por circunstâncias fortuitas (PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO mês nov, 2007, p. 5), TABELA 8.6.

Tabela 8.6: Taxa de desemprego segundo tipo RMBH 1996-2004

Taxa de desemprego	Ano e Percentagem			
Tipo de emprego	1996	2000	2002	2004
Total	12,7	17,8	18,1	19,3
Aberto	7,8	11,5	11,5	12,6
Oculto	4,9	6,3	6,6	6,7
Pelo trabalho precário	3,3	4,2	4,1	4,1
Pelo desalento	1,6	2,1	2,5	2,6

Fonte: Fundação João Pineheiro. FJP. (2006)
Oliveira, 2006.

Como se observa na Tabela 8.6, a faixa de desemprego no grupo dos serviços terceirizados apresenta um crescimento nas categorias de trabalho oculto e trabalho precário no decorrer do período de 2006, (OLIVEIRA, 2006, p.107). Estes índices se reverteram um ano após, pois, segundo o boletim de Pesquisa Emprego e Desemprego do mês de novembro, aconteceu uma diminuição do desemprego em Belo Horizonte, passando de 298 mil para 288 mil pessoas entre o período novembro de 2006 e novembro 2007. O que significa uma redução percentual de 11,9% a 11,1%, como resultado do estímulo à produção e consumo por parte das medidas do Banco Central. Assim, o aumento de emprego de 0,9% foi considerado importante pelos especialistas, pois aponta uma melhora de vida de uma das camadas sociais mais expostas da economia.

No segundo momento, chama atenção uma observação sobre este crescimento percentual, pois, apesar do aparente controle da falta de trabalho, o índice de desemprego oculto por desalento aumentou de 32 mil pessoas para 36 mil no mesmo período (Tabela 8.7). Isto é, a rigor para o presente estudo, uma cifra preocupante, pois esta categoria concentra o

maior percentual de trabalhadores sem-teto e moradores de rua que participam da ocupação urbana na grande Belo Horizonte.

Tabela 8.7: Estimativa do número de pessoas de 10 anos e mais e taxas segundo a condição de atividade RMBH. Novembro 2006 a novembro 2007.

Condição de atividade	Estimativa em milis de pessoas			Variação relativa	
	nov/06	out/07	nov/07	nov/2007 out/07	nov/2007 out/07
População em idade ativa	4.140	4.243	4.253	0,2	2,7
População economicamente ativa	2.505	2.588	2.594	0,2	3,6
Ocupados	2.207	2.290	2.306	0,7	4,5
Desempregados	298	298	288	-3,4	-3,4
Em desemprego aberto	218	212	210	-9,0	-3,7
Em desemprego oculto pelo trabalho precário	48	44	42	-4,5	-12,5
Em desemprego oculto pelo desalento	32	42	36	-14,3	-12,5
Inativos em dez anos e mais	1.635	1.655	1.659	0,2	1,5
Taxas					
Desemprego Total	11,9	11,5	11,1	-3,5	-6,7
Participação PEA	60,5	61,0	61,0	0	0,8

Fonte: Fundação João Pinheiro FJP, Centro de Estatísticas e Informações (CEI) Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH. Convenio FJP/DIESSE/SEADE/SINE-MG. 2006

Desta maneira, chama a atenção o índice de trabalhadores “desalentados”, pois é justamente este segmento social que participa da ocupação dos sem-teto (e que formam o público base para a ocupação urbana), além que se concentrarem no ramo da construção civil. E nesse aspecto, a Tabela 8.7: revela dados controversos, pois o nível ocupacional se elevou em 4,5%, tendo o setor da construção civil apresentado um dos maiores números de geração de emprego no mercado de trabalho: 28 mil (12,6) em relação a serviços registrando 4 mil vagas (3,7%); na indústria, 22 mil (6,7%); e no comércio, 20 mil, correspondentes a 6,2% (BOLETIM DE PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, 2007, p. 4). Apesar do aumento de postos de trabalho no setor de construção civil, não conseguiu absorver uma porção de trabalhadores que desenvolvem atividades nesse

ramo, alias são classificados na categoria de desemprego oculto pelo desalento, que, ao invés do esperado, cresceu em 4.000 mil pessoas entre novembro de 2006 e novembro de 2007.

A situação é paradoxal, pois o mercado de construção alegou falta de mão-de-obra qualificada para esse período, o que gerou medidas emergenciais que tentaram reverter esta falta vaga, pelos programas de qualificação governamental, para o ano 2007⁵³, alegando que existia mercado para absorver este setor. Porém tal absorção de postos de trabalho não contempla os desempregados sem-teto, como os trabalhadores da ocupação João de Barro II, na região da Pampulha, em que quase 80% dos chefes das 40 famílias que dela participam, exercem trabalhos na construção civil. Entre eles, 60,7 % possuem qualificação técnica profissional em seus diversos ramos: marceneiros, carpinteiros, eletricitas, pedreiros, forneiros, pintores entre outros. Ou seja, esta camada estaria à margem do mercado de trabalho, alguns há 18 meses, por falta de endereço real, sem importar que a grande maioria tenha comprovação do grau de qualificação e tempo de experiência profissional.

Enfrenta-se uma exclusão de caráter estrutural que não se explica apenas na esfera econômica, ou pelos programas emergenciais de qualificação governamental: trata-se de uma exclusão socioespacial, habitacional, produtiva e de desemprego nas fases de acumulação do capital. Conjugando o aumento de ocupações terceirizadas em diversos ramos informais, (WACQUANT, 1998, p. 172), os trabalhadores são empurrados a se desenvolver nos anéis periféricos das grandes cidades, modificando, não apenas as formas de vida dos bairros, mas provocando mutações do papel do Estado na forma de administrar a pobreza na troca de políticas públicas estratégicas por planos emergenciais estratégicos, o que se denominou era da administração do desemprego em massa e do emprego precário (WACQUANT, 2003, p. 76). Como assinala Machado (2003, p. 151), o processo de fragmentação do trabalho informal afetou não

⁵³ Mais informações site ministério do Trabalho Minas Gerais
<http://www.mte.gov.br/delegacias/mg/default.asp> acessado dezembro de 2007.

apenas setores desqualificados, mas também a composição técnico-profissional, levada a se transformar em economia de serviços no Brasil.

Concordamos com a bibliografia tradicional⁵⁴ que os fatores de exclusão econômico-produtivos como a falta de emprego, a falta de acesso ao trabalho formal, e a falta de programas básicos de moradia são sem dúvida, um estímulo significativo que abre margem ao sujeito sem vínculo com o campo a se incorporar na ocupação da terra na área urbana mobilizado pelo movimento sem-terra e pela organização “Brigadas Populares”. Estes fatores estruturais não são exclusivos, pois por si mesmos não explicam a capacidade de adaptação do sujeito a esse novo espaço, considerando que existem outras dimensões que intervêm como as de caráter socio-cultural.

Neste aspecto, podemos afirmar timidamente que existe um embrionário processo de cultura migratória com picos de fluxos e deslocamentos dos desempregados de um ponto a outro da região e da cidade, tanto em áreas semi-rurais, quanto em áreas urbanas; esses movimentos poderiam permitir o desenvolvimento de uma convivência e uma relativa adaptação social dos atores nos diversos lugares transitados, inclusive nos contornos peri-rurais, além das possibilidades de construção de significados dos sujeitos pelo caráter ambivalente e experimental das relações geradas nesse processo de reruralização intrametropolitana na área urbana do MST.

⁵⁴ Mais informações em Mançano (2000), Furtado (1997) e Graziano(1997).

CAPÍTULO 4.

Reforma agrária rurbana no MST– RMBH: uma forma de pensar a questão fundiária e a terra improdutiva no espaço rural metropolitano.

A ocupação do espaço rural na região metropolitana de Belo Horizonte, por parte das camadas pobres da cidade, enfrenta duas marcas sócio-históricas: a concentração fundiária e a concentração da população urbana. Apesar disso, a população rural ainda é significativa. Trataremos nesse capítulo de identificar o peso destes fatores para ter uma medida dos efeitos da prática pluriativa nas áreas de assentamento e acampamento do MST. Serão tratadas particularmente as situações de consenso e de impasses que esta forma de produção gera, num cenário de ambivalência, em que os movimentos sociais que participam da ocupação rurbana - tanto o movimento sem terra como a organização dos sem-teto de Belo Horizonte - desenvolvem métodos experimentais de ação, num contexto marcado pela falta de políticas de créditos adequados à realidade urbana e rural da área metropolitana.

4.1.1. - Concentração fundiária na RMBH.

A propriedade rural da RMBH apresenta características específicas que a distinguem da maior parte dos proprietários rurais do entorno de outros centros do país, pois a área metropolitana mineira se caracteriza pela significativa presença de pequenos produtores rurais. O caráter da cidade de Belo Horizonte, que foi fundada no final do século XIX para ser a capital mineira em uma região onde existia uma economia agrícola precarizada e em que as distribuições de heranças entre proprietários ocorriam de maneira a fragmentar a propriedade da terra, fez com que os proprietários tradicionais se fragilizassem e perdessem poder, o que se agravou com o estímulo da indústria extrativista e a conseqüente concentração de grandes parcelas de terras em mãos de empresas mineradoras.

As pressões do mercado e o caráter de baixa produtividade dos grandes proprietários da RMBH levaram já no ano 1970 a que ocorresse uma transferência de terras para grandes comerciantes e outros agentes econômicos no mercado de loteamentos, como empresas estrangeiras destinadas à especulação da terra (PLAMBEL, 1987, p. 79).

A concentração da propriedade rural na RMBH, para este período, é relevante, seguindo uma trajetória similar à da região sudeste (NOVICKI 1992). A Tabela 9 evidencia que, apesar de haver uma significativa presença de pequenos imóveis rurais, as médias e grandes propriedades representam mais de quatro quintos da terra ocupada na Região Metropolitana.

TABELA 9 - Número de área total das propriedades rurais na RMBH

Classes de Áreas (ha)	RMBH			
	Nº de Propriedade		Área	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 50	3.691	80,4	45.314	17,7
50 a 500	843	18,4	111.613	43,6
500 a 10.000	54	1,2	64.416	25,2
acima de 10.000	2	0,0	34.399	13,5
Total	4.590	100,0	255.742	100,0

Fonte: INCRA estatística cadastrais. 1972

Uma interessante informação nos oferece o PLAMBEL (1987) a respeito da perda de vocação produtiva das terras ocupadas pelas 56 maiores propriedades (acima de 500 ha). Dentre essas propriedades, 14 estão em mãos de pessoas jurídicas, sendo 13 propriedades de empresas mineradoras, indústrias siderúrgicas e outras indústrias, e apenas uma delas é empresa agropecuária (PLAMBEL, 1987, p. 80), conforme a tabela abaixo.

Tabela 9.1 – Distribuição das maiores propriedades na zona da rural da RMBH: número, área e natureza de propriedade.

Municípios	Propriedades			Nº de propriedades segundo a natureza de proprietário		
	Nº de Propiedade	Area (ha)	%	Pessoa Jurídica	Ativid. não agrícola	Ativi. Agrícola
Belo Horizonte	1	2.144	2,9		1	
Betim	2	3.449	7,4	1	1	
Caeté	5	10.875	14,9	4	1	
Nova Lima	4	37.061	50,7	4		
Pedro Leopoldo	3	7.489	10,2	1	1	1
Rib. Das Neves	1	1.472	2,0		1	
Sabará	2	5.977	8,2	2		
Santa Luzia	1	1.210	1,7	1		
Vespasiano	1	1.492	2,0	1		

Fonte: INCRA estatística cadastrais. 1972
In: PLAMBEL, 1987, p 81.

Estas informações mostram o caráter mercantil que adquire a propriedade rural na RMBH, uma vez que a terra perde a vocação agrícola tradicional, subordinada pelos fluxos de capital financeiro, transformando-se assim em mercadoria especulativa, situação concomitante com a evolução do capital no estado de Minas Gerais. Na região de Uberlândia, por exemplo, da mesma forma que em outras partes da região sudeste, repete-se a tendência de os produtores de baixo padrão técnico venderem suas terras a empresas de reflorestamento que têm acesso a incentivo fiscal.

A dinamização do mercado de terras nessa região foi incentivada pelo poder público. Para isso, criou-se no final dos anos 60 um aparato fiscal de estímulo à formação de reservas florestais que, por meio de programas de baixos impostos, incitou num extremo a reprodução de empresas para essa atividade, e no outro, o beneficiamento de compra de terras de pequenos produtores por oligopólios financeiros como o Banco Itaú e o grupo Gazeta Mercantil. Assim, ocorreram impactos no uso e apropriação de terras locais (ROMEIRO, 1994, p.52-53) para diminuir sua base produtiva e submetê-la às regras do mercado financeiro.

Como foi verificado por Mendonça (1996), no período 1960–1980, a redução de terras produtivas não utilizadas no estado de Minas Gerais tem

uma variação pouco significativa: de 1.446.583 no ano 1960 para 1.137.109 em 1980 (MENDOÇA, 1996, p. 58). Este quadro vem seguindo essa tendência até a atualidade no estado, verificando-se também na região metropolitana de Belo Horizonte uma notória concentração fundiária e uma alta improdutividade da terra.

4.1.2-Concentração Fundiária, terra improdutiva e população rural na RMBH.

A tendência de concentração fundiária pode ser verificada na RMBH quando vemos as estratificações do tamanho do módulo fiscal que os órgãos governamentais realizam para dividir a propriedade na região em Minifúndio - Menor de 1 MF; Pequena - de 1 a 4 MFs; Média - de 4 a 15 MFs; e Grande - Maior de 15 MFs. O cadastro de 2005 do INCRA permite identificar os seguintes pesos de fração de parcelamento dos 34 municípios da RMBH; o maior número de propriedades está concentrado nos 22 municípios que têm um módulo fiscal de 7 ha, (incluídos os municípios do cordão central da metrópole) e nos 10 municípios que têm um módulo fiscal de 20 ha. Itaguara e Belo Horizonte são exceções extremas: o primeiro tem um MF de 30 ha e o segundo de 5 ha. Com esta estratificação, Mazzetto (2007) elabora uma divisão das grandes propriedades em produtiva e improdutiva. Esta última é dada pela fiscalização da equipe do INCRA relacionando-se a dois índices estipulados na lei agrária: Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência da Exploração (GEE).

Os dados da Tabela 9.2 destacam que o município de Esmeraldas é o que possui maior número de latifúndios improdutivos da RMBH, com 128 imóveis rurais nesta condição. Em seguida vem Pedro Leopoldo, Taquaraçu de Minas e Sabará que possuem entre 30 e 40 latifúndios improdutivos, de um total de 519 identificados pelo INCRA na RMBH, o que significaria um enorme potencial para a criação de assentamentos de reforma agrária, pois, naquela categoria, se baseia a disposição legal que poderia desapropriar as

áreas para fins de reforma agrária por não atenderem à função social da propriedade. A partir da Tabela 11, o autor elabora um mapa (Figura 7) que retrata as intensidades⁵⁵ relativas ao número de grandes propriedades improdutivas dos municípios da RMBH, demarcando quase 85% dos imóveis rurais da RMBH como minifúndios ou pequenas propriedades. Já as grandes propriedades somam cerca de 3% do total de imóveis rurais da RMBH, apresentando um incremento em relação ao censo de 1972, em que as grandes propriedades da RMBH representavam apenas 1,2% do total de imóveis (PALMBEL, 2007).

Tabela 9.2. Classificação dos imóveis rurais Municípios RMBH, Cadastro INCRA 2005.

MUNICÍPIO	Minifúndio	Pequena Propr.	Média Propr.	Grande propriedade		TOTAL
				Produtiva	Improd.	
Baldim	343	171	59	14	10	649
B. Horizonte	79	49	28	1	11	176
Betim*	847	224	111	17	22	1247
Brumadinho	1.021	263	80	1	6	1431
Caeté	483	335	155	9	28	1047
Capim Branco	171	58	60	8	16	316
Confins	94	40	14	2	2	154
Contagem**	287	126	60	-	15	496
Esmeraldas	992	559	442	52	128	2186
Florestal	351	197	40	-	1	598
Ibirité**	149	94	25	1	11	291
Igarapé	341	63	18	1	1	434
Itaguara	1.337	298	23	-	-	1677
Itatiaiuçu	679	222	46	3	1	1231
Jaboticatubas	1.094	374	107	8	16	1630
Juatuba	162	36	16	-	3	218
Lagoa Santa	320	151	101	8	27	625
Mário Campos	62	45	5	-	2	116
Mateus Leme	696	249	56	5	4	1017
Matozinhos	180	77	46	24	19	347
Nova Lima**	160	74	38	1	24	332
Nova União*	483	154	2	1	2	642
P. Leopoldo	142	142	98	13	39	453
Raposos	8	15	4	1	2	38
R. das Neves**	167	94	44	4	15	329
Rio Acima	146	93	40	5	14	308
Rio Manso	642	147	19	-	-	820
Sabara**	436	198	99	12	31	794
Santa Luzia**	413	166	123	9	22	744
S. J. da Lapa	57	31	11	3	3	111
S. J. de Bicas	121	41	10	-	1	178
Sarzedo	43	39	13	2	4	110
Taq. de Minas	479	155	100	6	37	479
Vespasiano**	86	52	21	4	2	168
RMBH	13.071	5.032	2.114	215	519	21.392
	61,10%	23,52%	9,88%	1,00%	2,43%	100,00%
Minas Gerais	443.871	181.706	60.451	6.593	6362	709030

Fonte: Com base do cadastro do INCRA, dez/2005.

In: Mazzetto 2007

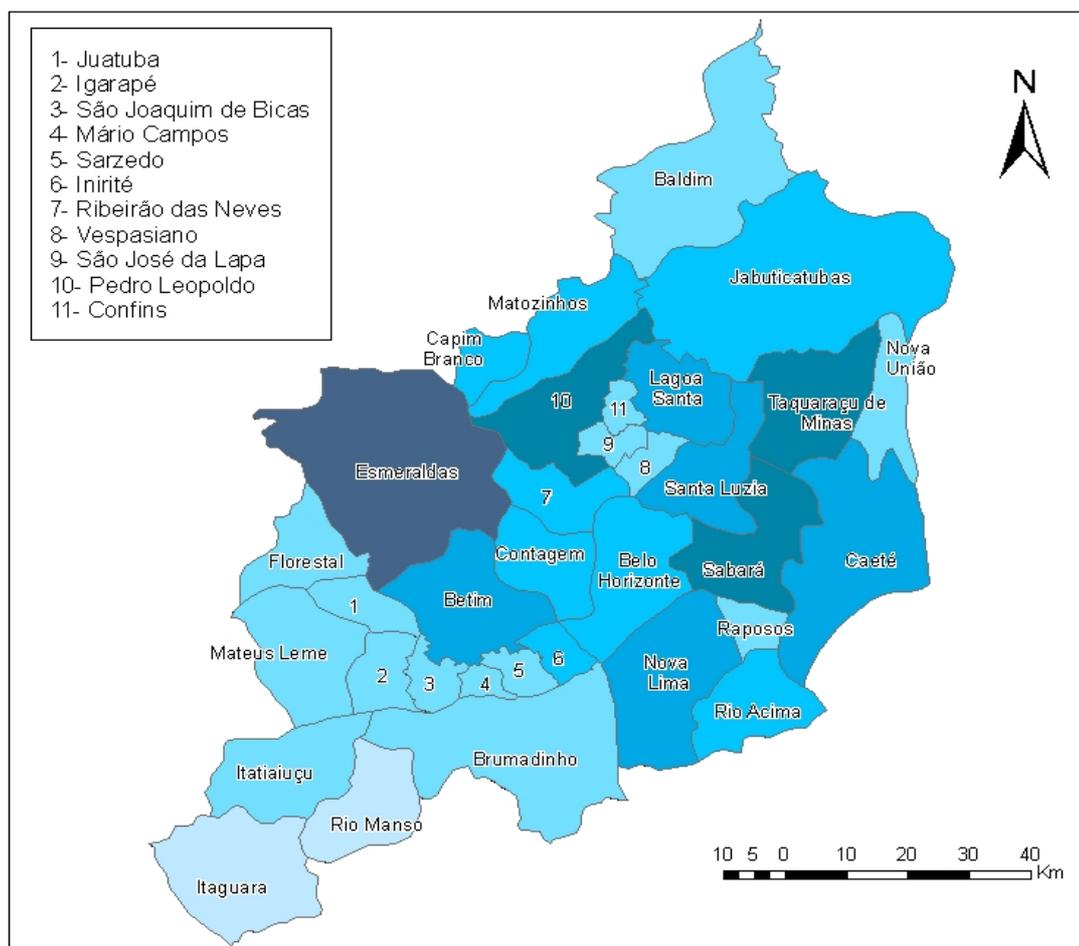
*Municípios que tem áreas de MST

**Municípios do contorno metropolitano com características Rurbanas.

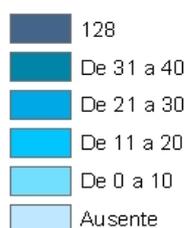
⁵⁵ Intensidade refere-se às manchas mais escuras ou claras na Figura 7.

Figura 7 - Grandes Propriedades improdutivas na RMBH

GRANDES PROPRIEDADES IMPRODUTIVAS NA RMBH



Número de Grandes Propriedades Improdutivas



Definições das categorias de tamanho:

Minifúndio □ < 1 módulo fiscal (MF)
Pequena propriedade □ De 1 a 4 MFs
Média propriedade □ De 4 a 15 MFs
Grande propriedade □ > 15 MFs

Total de grandes propriedades improdutivas
RMBH: 519
Minas Gerais: 6.362

Fonte: Cadastro INCRA 2005.
Autor: Estêvão Benfica Senra

Fonte: Mazzetto, 2007

Estudando os censos dos últimos 30 anos, Mazzetto (2007) observa que os estabelecimentos e a população rural aumentam em número na

medida em que vão se afastando do núcleo da RMBH. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/06, os municípios de Brumadinho (1.203) e Itaguara (1.101) se destacavam pelo número de estabelecimentos rurais, Em seguida vinham Esmeraldas (781), Rio Manso (577) e Mateus Leme (471). O autor verifica a mesma seqüência crescente em relação à população do ano 2000 (Tabela 12). Nova União e Taquaraçu de Minas se destacaram, pois o primeiro tinha 73,67% de sua população e o segundo 60,53%. Em toda a região metropolitana existia em 1995/9 uma população rural que representava apenas 1,89% do total dos habitantes.

Tabela – 9.3 Extensão territorial, percentual de população rural (2000) e número de estabelecimentos rurais dos municípios da RMBH (1995)

No. de ordem(est. rurais)	Município	No. est. Rurais 1995	Extensão territorial (km ²)	% pop. rural-2000
1	Brumadinho	1.203	640,15	27,21
28	Itaguara	1.101	410,719	30,94
2	Esmeraldas	781	909,592	18,92
33	Rio Manso	577	232,102	38,4
3	Mateus Leme	471	302,589	15,53
4	Caeté	369	541,094	12,79
5	Ibirité**	347	73,027	0,53
27	Florestal	295	194,356	32
29	Itatiaiuçu	293	295,062	40,84
30	Jaboticatubas	289	1.113,77	47,41
6	Igarapé	246	109,93	7,49
7	Betim*	245	345,913	2,74
25	Baldim	269	554,029	40,92
34	Taquaraçu de Minas	232	329,363	60,53
32	Nova União*	230	171,482	73,67
8	Pedro Leopoldo	145	291,038	19,42
26	Capim Branco	102	94,147	9,54
9	Santa Luzia**	88	233,759	0,38
10	Sabará**	83	303,564	2,3
11	Lagoa Santa	79	231,994	6,54
31	Matozinhos	72	252,908	8,29
12	Ribeirão das	60	154,18	0,58
13	Juatuba	56	96,789	2,81
14	Contagem**	46	194,586	0,87
15	São José da Lapa	31	48,636	40,64
16	Rio Acima	18	230,143	14,13
17	Nova Lima**	9	428,449	2,1
18	Vespasiano**	6	70,108	1,58
19	Belo Horizonte	4	330,954	0
20	Raposos	1	71,85	5,84
21	Confins		42,008	35,94
22	Mário Campos		35,115	24,52
23	Sarzedo		61,892	14,68
24	Bicas		72,455	24,44
	RMBH	7748	8.898,50	1,89

Fonte: Com base do cadastro do INCRA, dez/2005.

In: Mazzetto 2007. Adaptado por Riquelme (2007)

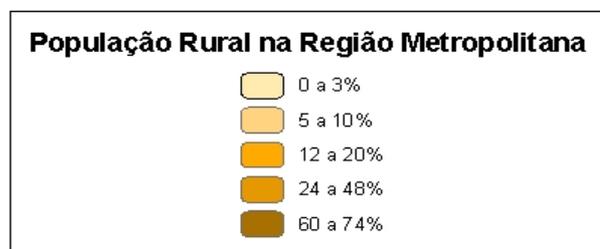
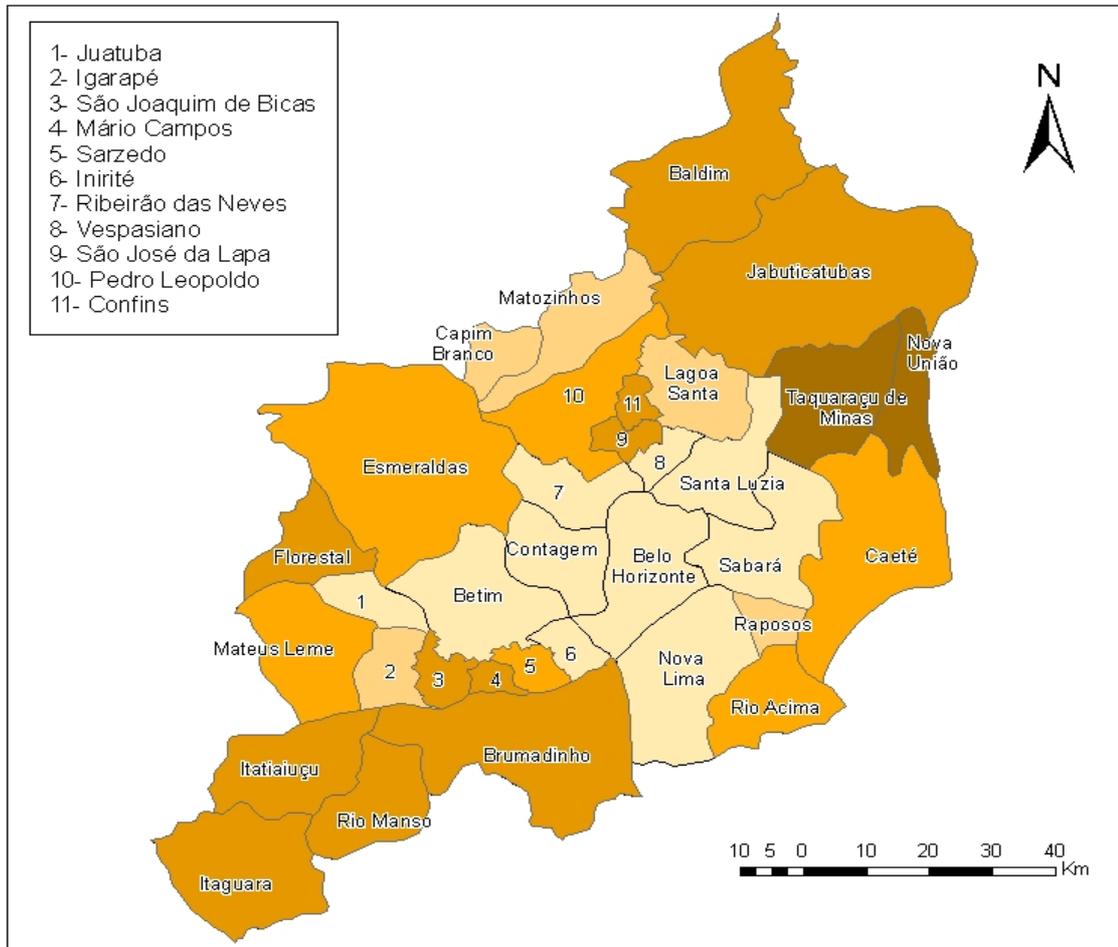
*Municípios que tem áreas de MST

**Municípios do contorno metropolitano com características Rurbanas.

Com os percentuais de população rural que diminuem à medida que se aproxima do município de Belo Horizonte, o autor constrói um interessante mapa, Figura 8, que identifica um núcleo de 8 municípios que contornam Belo Horizonte. São eles, Betim, Contagem, Nova Lima, Sabará, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano. Nesses municípios, o percentual da população rural era menor que 3%, e 13 municípios da RMBH tinham acima de 20% de população rural.

Figura 8 - População Rural na RMBH

POPULAÇÃO RURAL NA RMBH

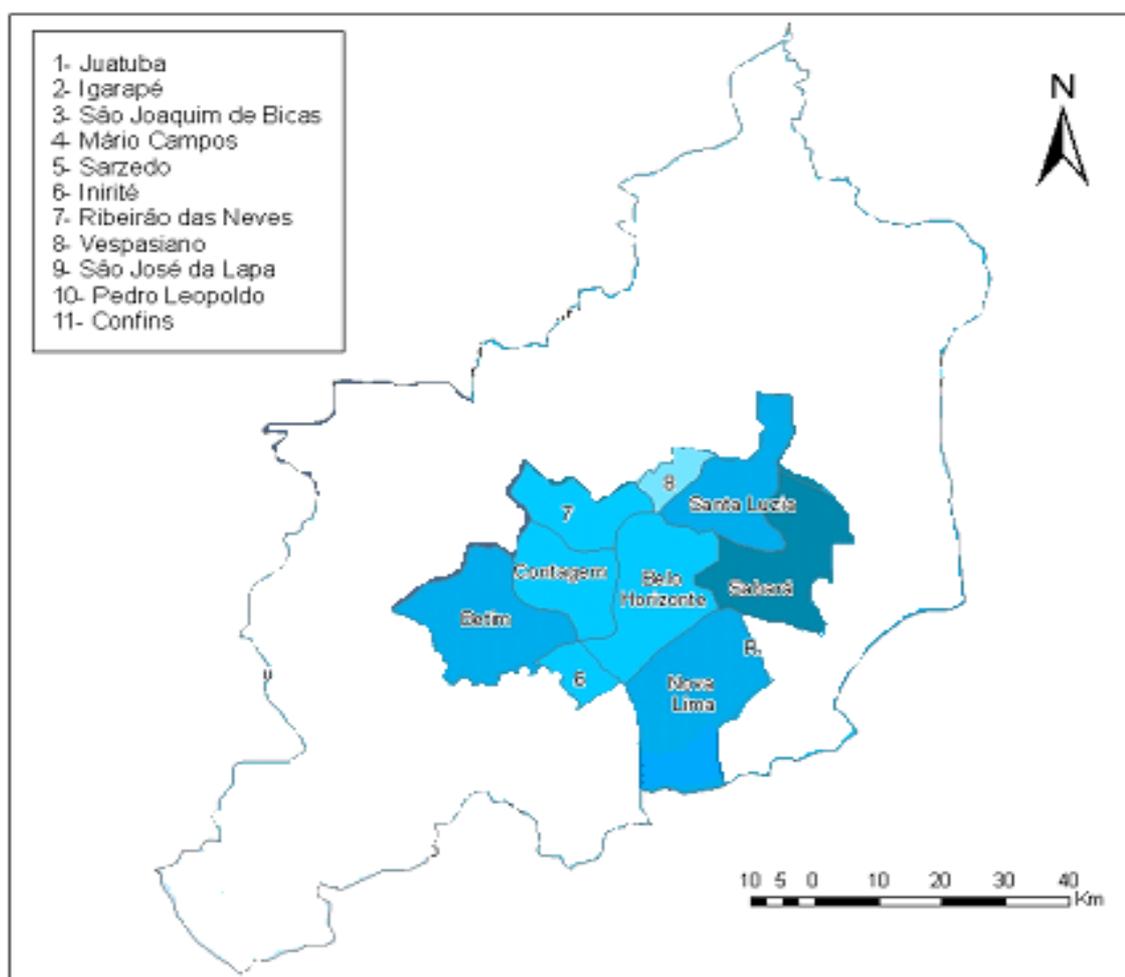


População Total: 4.357.942
População Rural: 109.993
População Urbana: 4.247.949
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.
Autor: Estêvão Benfica Senra

Fonte: Mazzetto, 2007

O que nos interessa ressaltar aqui é que quando os dois mapas são superpostos, na Figura 09, as manchas de baixa população rural concordam com as manchas da grande propriedade improdutivo. Os oito municípios que contornam Belo Horizonte têm de 21 a 40 latifúndios improdutivos. Portanto, são conjugados dois fatores objetivos que sintetizam o fenômeno da rerruralização rurbana do MST-RMBH: por um lado, acrescenta o número da população rural nas áreas de baixa intensidade, e, por outro, ocupa áreas improdutivas no perímetro central, sejam elas periurbanas ou sub-rurais, para reorganizar o desequilíbrio da estrutura fundiária na RMBH.

Figura 09 População Semi-Rural em áreas de concentração fundiária na RMBH



Número de Grandes Propriedades Improdutivas



Definições das categorias de tamanho:

Minifúndio < 1 módulo fiscal (MF)
 Pequena propriedade < De 1 a 4 MFs
 Média propriedade < De 4 a 15 MFs
 Grande propriedade < > 15 MFs

Total de grandes propriedades improdutivas

RMBH: 519

Minas Gerais: 6.362

Fonte: Cadastro INCRA 2005.

Autor: Estêvão Berfica Senra

Fonte: Mazzetto, 2007 Adaptado por Riquelme 2008.

4.2-Reforma Agrária Pluriativa e Rurbana na Área do MST–RMBH.

Existem diversas etapas e categorias para classificar o fenômeno da reforma agrária. No entanto, existe consenso entre a literatura especializada no país de que a Reforma Agrária que vem se processando no Brasil não tem sido a do tipo clássico capitalista na forma institucional. Ao invés disso, ocorreram processos de intervenções governamentais pontuais na distribuição da propriedade de terra (SAMPAIO, 2005). Uma Reforma Agrária convencional se caracteriza pela limitada idéia de distribuição da propriedade da terra, de forma massiva, rápida e centralizada, com aplicação de consideráveis volumes de investimentos em grande escala para tecnologia pesada o que significa apenas a reorganização da propriedade agrícola para acelerar de forma eficiente o processo de desenvolvimento industrial. Pelo menos esse foi o patamar anglo-francês.

Este tipo de política institucional mobilizou as burguesias locais de diversos países da América Latina como Guatemala, Peru, Nicarágua, na metade do século passado para desenvolver sua base tecnológica e sua economia industrial (JANVRY, 1990, p.111). Ao contrário disso, as elites rurais brasileiras, amparadas desde os finais do período colonial por um eficiente aparato legal, não implantaram este modelo de acumulação capitalista, pois ele atentava contra os privilégios da grande propriedade, baseada num capitalismo dependente e mono-exportador (SMITH,1990, p.350). Ou seja, implantou-se outro padrão de acumulação de capital no campo, cujas reformas governamentais não tinham por objetivo modificar a estrutura agrária. Com isso, questiona-se o caráter desenvolvimentista destas reformas (GRAZIANO, 1994, p.196).

O caminho traçado pelo modelo agrícola atual no Brasil foi imitar o padrão rural norte-americano, baseado em grandes propriedades mono-produtoras, altamente mecanizadas e em um número considerável de pequenas propriedades intensamente especializadas, com uso ativo de capital para satisfazer a absorvente demanda dos complexos agroindustriais (STÉDILE, 1999, p.157). A medida mais eficiente para o setor agroindustrial

foi a denominada reforma agrária de mercado, em que a obtenção de terras seria via bancos, além da negociação de propriedades por meio do Banco da Terra para implantação de assentamentos rurais supervisionados pelo Banco Mundial (GRAZIANO, 1994, p.140-141). De acordo com Mançano (1999), o que aconteceu no processo brasileiro foi uma mudança no padrão de produção agrícola, privilegiando a reprodução do capital financiado pelo sistema nacional de crédito rural, incrementando assim a modernização tecnológica sem desestruturar a concentração fundiária (MANÇANO, 1999, p.74).

Portanto, esta estratégia de mercado ao invés de ser considerada como uma política de Reforma Agrária é mais próxima de um programa fiscal de políticas de assentamentos há dez anos, conforme Mançano (1996) Medeiros (1999) e Leite (2004). Estas medidas tiveram ainda um caráter precário, como por exemplo, o PNRA⁵⁶, Plano Nacional de Reforma Agrária, do governo Sarney na década de 80, que tinha como meta assentar 1,4 milhão de famílias sem-terra, e não obstante foram assentadas apenas 80 mil.

Conforme nos indica Leite (2004), o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) se voltou desde sua fundação para a colonização e administração da cobrança e distribuição do imposto territorial rural ITR, e a função de desapropriação era reclamada com muita pressão por parte dos setores sociais rurais (LEITE et all, 2004.p 38). Vale mencionar que esta estratégia era um instrumento legal amparado no uso social da terra em áreas improdutivas, que permite aos setores sociais pressionar a esfera governamental a intervir no acesso à terra, quer mediante a desapropriação quer mediante a compra (MEDEIROS et all, 1999, p.13).

Em síntese, os impactos do fenômeno decorreram em dois extremos: para reativar os oligopólios da economia rural e fragilizar o pequeno produtor

⁵⁶ Programa Nacional da Reforma Agrária da Nova República tinha como objetivos a distribuição de terra por meio da eliminação do latifúndio e minifúndio, e o fomento de medidas sociais e de crédito. Mais informações em MEDEIROS et all. (1999) Luta pela terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro in MEDEIROS e LEITE (1999) (Org). A formação de Assentamentos Rurais no Brasil, Processos Sociais e Políticas Públicas. Editora da Universidade,UFRGS, 1999.

sujeito às regras de juros do mercado sem regulação fiscal e subordinado às lógicas de refluxos financeiros do capital, fragilizando a delicada situação em que já se encontrava o pequeno produtor há décadas, especialmente quando verificamos que o acesso à terra na RMBH está caracterizado pela alta concentração fundiária e alta concentração de população urbana.

Reverter esse quadro é o objetivo que o Movimento Sem-Terra se propôs ao longo do processo da interiorização pelo Estado e na RMBH. Em uma primeira etapa, ao final dos anos 80, o movimento sem-terra surge na arena política na região de Jequitinhonha com a primeira ocupação na fazenda Aruega (com cento e cinquenta famílias). Para incrementar o impacto político na região, não apenas sindical, a organização se expandiu para o triângulo mineiro, em Ituruma, na fazenda Colorado (com duzentas e cinquenta famílias). Logo rumou para a região Vale do Rio Doce, em 1991, na fazenda Califórnia, município de Tumiritinga, e posteriormente para o norte de Minas.

Este deslocamento na região leste e noroeste do estado responde à estratégia de territorialização do movimento no cenário nacional (MANÇANO,2000,p.33) em concomitância com a expansão territorial de assentamentos rurais da reforma agrária em nível nacional, indicada por Leite (2004). O movimento prioriza estas áreas, pois lá se concentrava o maior número de população que respondia ao padrão próximo à base original da organização, composta por pequenos agricultores tradicionais, diferentemente da região metropolitana, onde a presença desse agricultor era, em número, inversamente proporcional às áreas do interior do estado mineiro.

Não obstante, os impactos políticos da primeira etapa são limitados, levando o movimento a mudar a estratégia há dez anos, quando, após primeira ação no estado, se decide articular uma segunda etapa para se territorializar na região metropolitana. As informações primárias indicam que estas ações foram realizadas para se inserir de maneira mais eficaz na sociedade e fortalecer as relações políticas com outros setores, cuja distância das regiões do interior não permite. Foi um período de lucros

políticos, pois a presença na área central no período 1999-2001 estimulou coordenações em permanente diálogo do Sindicato de Metalúrgicos e da Central Única de Trabalhadores (CUT) com a administração de governos do PT da época. No entanto, reverter o quadro da alta concentração fundiária e adaptar a alta percentagem de população urbana ao processo da reforma agrária foi um desafio, o que nos leva a examinar a participação do setor pluriativo e rurbano no contexto da reforma agrária.

Se outrora a discussão visou à adaptação do setor urbano no campo por meio da pluriatividade como geradora de salário e renda para indicar a utilidade dessa camada ao processo da reforma agrária, hoje a preocupação se desloca para indicar a ação pluriativa e rurbana como aquela instância que permite fixar o sujeito, pelo menos na área rural da RMBH. Os aportes de Guanzioli (1991), e Alentejano (1997) e (2003) se encarregaram de verificar essa primeira afirmação. Este último autor observou em dois assentamentos da região sul do estado fluminense que a renda agropecuária no ano 1991 era menor que a do ano 1996. Além disso, com a prática da pluriatividade perante as dificuldades dos assentados de origem urbana, a pesquisa verificou que este segmento seria capaz de se tornar produtor agrícola tão eficiente quanto o de origem rural (MEDEIROS et al, 1999, p.148). Assim, esse estudo mostrou a eficácia do grupo urbano para a reforma agrária e sua adaptação no meio rural. Trabalhando com dados recentes derivados do presente estudo, será mostrado que a adaptação a terra, em relação ao produtor propriamente dito rural por meio da pluriatividade, vai dar passo a uma estratégia, não apenas de adaptação e reprodução ao meio rural, mas de permanência no assentamento sem terra.

Um dos princípios econômicos que sustentam a incorporação de setores urbanos ao processo de assentamentos sem terra para a Reforma Agrária perpassa pelas diversas formas de trabalho associado que o sujeito é capaz de incorporar em qualquer tipo de produção, seja simples ou complexa, como cooperativas e agroindústrias. A idéia sugere assimilar a especialização do trabalho sem vocação de lucro para trabalhar em qualquer parte da cadeia produtiva, seja na cadeia agrícola, seja na cadeia industrial

(como motorista, agricultor ou carregador), pois qualquer trabalhador, independentemente de sua profissão e moradia, ainda que habite na cidade, será considerado trabalhador rural sempre e quando a riqueza produzida circule na comunidade (STEDILE e MANÇANO, 1999, p.106-108).

Concordamos que a idéia de que uma intensa divisão de trabalho permite a ampliação na produção rural, institucionalizando a prática pluriativa em áreas sem-terra, pois parte do princípio que pode operar eficientemente com trabalhadores urbanos com uma tradição em divisão de tarefas produtivas. Embora esta idéia seja parcialmente correta, isto não ocorre na região metropolitana quando se incorporam na luta pela terra setores terceirizados, subdesempregados e moradores de rua, pois se trata de trabalhadores sem tradição em produções capitalistas dessa natureza. Dessa forma, considerar a fórmula de divisão de trabalho como uma estratégia exclusiva para incorporar os setores pluriativos e rurbanos na Reforma Agrária significaria subordinar as heterogeneidades pelas homogeneidades produtivas que acontecem no cenário atual da área rurba formada pela organização sem-terra e a organização sem-teto da RMBH.

Em definitiva quando se aumentam as práticas pluriativas no interior da área rurba do movimento social na RMBH, multiplicam-se as formas produtivas do estabelecimento, da mesma maneira que se aumentam as ambivalências para ministrar este tipo de trabalhos e seus efeitos imediatos na área, como as saídas periódicas dos chefes das famílias rumo às cidades em busca de emprego. Esta mobilidade dos trabalhadores acampados, à procura de emprego na cidade, é gerada pela falta de políticas de créditos adequados à realidade urbana e rural da área metropolitana e à precária geração de renda das famílias mais próximas da produção de subsistência. Estes fatores levam os movimentos a criar métodos experimentais para enfrentar a situação, em alguns casos, de forma desregulada, com a falta de uma política regional de trabalho urbano nas áreas. Ao invés disso, existe uma normativa particular em cada estabelecimento para resolver situações tanto de consenso como de impasses, o que causa desequilíbrios e

desconfiança na relação de trabalho, por parte dos camponeses mais convencionais para com os trabalhadores urbanos, pois, para o setor camponês de corte tradicional, o limite está na capacidade de o sujeito da cidade se fixar na terra e evitar a mobilidade campo-cidade.

CAPÍTULO 5

5.1. – Análise.

Introdução Geral

Este capítulo tem como foco estabelecer práticas e esclarecer as categorias rurais que surgem das conexões entre as dimensões da esfera produtiva, da mobilidade e da estrutura política com as dimensões subjetivas, culturais e simbólicas dos atores que contornam a construção sociosimbólica do espaço urbano. A análise conjunta dessas esferas produtivas, objetivas e simbólicas permitirá delinear as implicações diretas dessas estruturas na construção da representação social do espaço rural, na medida em que permitem corroborar os objetivos específicos⁵⁷ e as hipóteses propostas e que estas por sua vez vão permitir revelar a pergunta da pesquisa que mobiliza o estudo. A orientação metodológica será estruturada a partir dos princípios qualitativos em que se articula por meio das narrativas consideradas como as mais significativas das entrevistas selecionadas. Elas permitirão alcançar um nível descritivo e interpretativo conjunto para manejar o campo de análise das informações. Dessa maneira o presente capítulo de análise está dividido em quatro partes e os itens são distribuídos da seguinte forma:

O primeiro segmento tem por objeto traçar o perfil etnográfico dos assentados e acampados das áreas sem terra em questão, que por meio do roteiro descritivo pretende traçar as características geográficas, produtivas e sociais das áreas que marcaram o traço por onde vai se desenvolver a ocupação urbana.

A segunda parte analisará, apenas, as interpretações subjetivas e objetivas com que os atores sem terra constroem suas interpretações sobre as ocupações não agrícolas nas áreas. Serão manipuladas as relações de

⁵⁷ Lembramos ao leitor que os objetivos específicos estão no item 1.5.1 do primeiro capítulo eles são: a) Indagar como a imagem rural do MST e a da instituição pública facilitam ou dificultam a inclusão dos sujeitos que praticam ofícios não-agrícolas na ocupação urbana; b) Investigar de que forma a permanência dos sujeitos na área urbana implica ou não a perda de práticas cotidianas, repertório de identidade e do universo simbólico da cidade; c) Analisar como a diversidade de ofícios não-agrícolas na ocupação urbana e na cidade e a mobilidade dos sujeitos afetam a fixação na terra; d) Mapear as trajetórias percorridas pelos desclassificados da cidade no processo de ocupação da área urbana do MST.

trabalho não agrícolas em interação com suas práticas cotidianas. Esta estratégia analítica permitirá delinear as mudanças e antagonismos que sofrem as relações sociais, sejam elas simbólicas e identitárias dentro do MST, como efeito do trabalho não agrícola desenvolvido por um conjunto desses assentados e acampados sem terra.

O terceiro segmento pretende descrever exclusivamente a esfera política que articula a ocupação urbana entre o movimento sem-terra e a organização sem teto. Por este segmento cruzam transversalmente quatro dimensões: a organizativa, a econômica, a orgânica e a de alteridade. A primeira dimensão orienta a classificação das condições que objetivam de fato a ocupação urbana entre as organizações atuantes, como a motivação política, a deficiência de políticas públicas de Reforma Agrária para o setor semi-rural, e as eventuais iniciativas do movimento social para enfrentar a situação.

Por meio deste segmento, se justificará a pergunta de investigação e a hipótese 01 do estudo a respeito do caráter ambíguo da situação urbana que contextualiza o manejo experimental da situação por parte das organizações atuantes na ocupação, estimulando, portanto, a construção de representações rurais de forma igualmente experimental. A dimensão econômica permite ilustrar os diversos olhares e pontos de vista dos atores sobre as divergências que atuam no planejamento da produção. As últimas duas dimensões tratam da organização interna e da alteridade permitindo ilustrar a plasticidade e a flexibilidade das duas organizações quanto aos métodos a aplicar na ocupação urbana, mediadas por fenômenos culturais.

Por fim, a última seção deste capítulo tem como foco principal descrever as interpretações subjetivas eminentemente urbanas dos sem teto e dos moradores de rua que participam da ocupação urbana, por meio do análise de duas estruturas uma de caráter vertical que interpreta o cruzamento entre suas experiências de vida nas dimensões produtiva, de mobilidade espacial, e das experiências práticas da dinâmica do cotidiano na construção de identidade e representação rural na dimensão da cultura. E a outra linha de análise se optou pelo cruzamento transversal que analisa essas mesmas dimensões urbanas junto com narrativas sínteses que

provêm dos sujeitos sem-terra dos itens anteriores. Este cruzamento de variáveis permite confirmar a maioria das hipóteses propostas no presente estudo baseados no pré-suposto deste estudo: **Que as práticas não agrícolas e a mobilidade socioespacial dos atores incrementa a representação do campo nos diversos níveis produtivos culturais e simbólicos, pois essa categoria rural construída passa a designar não apenas as populações, os espaços ou funções, mas também os sistemas de valores.**

De igual forma permitirá delinear as implicações diretas dessas estruturas na construção da representação social do espaço rural, na medida em que para o presente estudo e análise o espaço urbano é compreendido enquanto ruralidade-representação. Contudo para ilustrar a situação será descrito a seguir um breve contexto socio-produtivo da ocupação urbana para trazer o perfil das personagens que nela atuam.

PARTE I

5.1.2-Localização etnográfica das áreas do Movimento Sem Terra da Região Metropolitanas: Breve descrição da entorno urbano no MST.

Descrever as características geográficas, produtivas e sociais das áreas sem terra facilitam entender o contexto por onde vai se desenvolver a ocupação urbana. Daí a importância de traçar um semi-perfil etnográfico dos sujeitos sem terra da região metropolitana de Belo Horizonte que pela proximidade com o polo metropolitano distingue-os dos outros sem terra das diversas regiões do estado de Minas Gerais. Há uma série de singularidades deste tipo de sujeitos que serão descritas a seguir em um assentamento e dois acampamentos sem terra na RMBH.

5.1. 3-Breve Contexto Socioeconômico do Assentamento Ho Chi Minh.

O assentamento Ho Chi Minh pertence ao município de Nova União, localizada na microrregião geográfica de Itabira da RMBH, ambos pertencem

à Regional Grande BH⁵⁸ articulada pelo MST, atuando em uma região com muitas características ditas de agrícola, mas muito marcada pelo êxodo rural e pela proximidade com a cidade de Belo Horizonte a menos de 2 hrs da capital mineira.

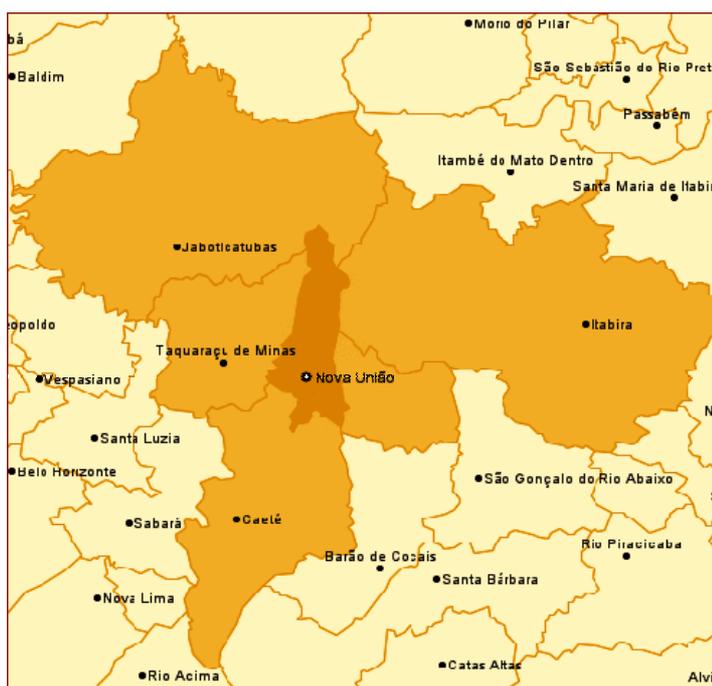
A migração campo-cidade está intimamente ligada às origens do município de Nova União. Ele forma parte do Colar periférico da Metrópole de Belo Horizonte, marcada por uma notória migração interestadual para a capital mineira, cujo fluxo corresponde a 70,82% do número total de imigrantes. A amostra por domicílio da população do município para o ano 2000 alcança a 5.427 habitantes. Desse total, apenas 1.429 são residentes na zona urbana e 3.998 na zona rural, num percentual de 74, 73%, (IDH Brasil, 2003). O fato é expressivo se consideramos que o município se encontra a 41,8 km da capital metropolitana de Minas Gerais, Belo Horizonte. Assim o perfil do sujeito que habita o espaço rural está marcado pela agricultura de subsistência e pelo esvaziamento juvenil da área rural, e pelo alto número de habitantes urbanos. O nível do indicador de pobreza de renda de Nova União atinge a 838 famílias agrícolas e semi-agrícolas das 1.429 famílias do município, compreendendo 58,38% do total das unidades da amostra (censo demográfico IBGE 2000.). Deste grupo, a maior parte tem acesso aos programas governamentais de combate à fome como Bolsa Família ou Bolsa Escola.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA, 2003), existiam 398 propriedades rurais cadastradas no município em 2001. Desse total, 158 são de imóveis de 10 até 100 (ha) com uma área total ocupada de 5.234,90 (ha) e apenas 07 propriedades de mais de 500 até 1000 (ha) que ocupam uma área 1.628,50 (ha). o Assentamento Ho Chi Minh é uma das mais de 300 áreas ocupadas para agricultura familiar e forma parte das 200 propriedades e desde o ano 2005 ocupa uma área de 460,2630 (ha). Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro (2000),

⁵⁸ Segundo antecedentes informais, da secretaria de MST, para melhor planejar estratégica, política e burocraticamente suas áreas em cada Estado, o MST faz subdivisões geográficas, agrupando seus acampamentos e assentamentos em regionais que às vezes acaba refletindo a subdivisão geográfica do próprio Estado. Neste caso: Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Grande BH, Mucuri/Jequitinhonha e Noroeste.

apesar de as grandes propriedades de terra concentrarem 31,10% da área ocupada do município, a agricultura familiar ocupa cerca de 67% de empregos rurais. Não obstante, os trabalhos desenvolvidos pelos pequenos agricultores, entre eles os assentamento de Ho Chi Minh, são desqualificados, sazonais e de subsistência, sem capacidade produtiva e carecendo de tecnologia industrial. Além disso, o pequeno produtor familiar que tem dificuldade de acesso a créditos de produção (como a caso das famílias Ho Chi Minh) se encontra limitado a um tipo de lavoura municipal de caráter permanente e temporária, de monocultura da banana e, em menor grau, do feijão e café em grão e amendoim em casca (Emater município Nova União (2007), sendo quase nula a produção de hortaliças no município.

Figura 10. Município de Nova União onde se localiza o Assent. Ho Chi Minh.



<http://muninet.org.br/banco/index.php>. Acessado junho 2007

O Assentamento Ho Chi Minh está constituído por 42 famílias originárias das vilas e favelas de diversos municípios de Minas Gerais, principalmente de Belo Horizonte, do Triângulo Mineiro, Goiás, São Paulo, dentre outros estados. Antes de virem para o assentamento, 63% dos homens trabalhavam na área

rural, 14% na construção civil e os outros 17% trabalhavam nas mais diversas áreas. Entre as mulheres, antes do assentamento, 43% trabalhavam na área rural, 29% eram donas de casas, 14% eram domésticas e as demais 14% trabalhavam nas mais diversas áreas de serviços. Há cerca de dois anos receberam a legitimação da posse do Assentamento. Em termos de organização, estão divididos em 03 núcleos de discussão e produção: o Núcleo Manuelzão composto por 20 famílias; Paulo Freire de 10 famílias; e Patativa do Assaré de 12 famílias. Cada núcleo possui um casal coordenador e pessoas responsáveis pelas diversas atividades do Assentamento, como saúde, educação infantil, educação de jovens e adultos, cultura, higiene, produção e meio ambiente.

Segundo informações na área, a situação das famílias apresenta números precários, ou seja, altos índices de pobreza, baixa escolaridade, baixa capacitação profissional, com uma produção agrícola reduzida e destinada apenas ao auto-consumo, com exceção da produção artesanal em pequena escala de rapadura e uma precária experiência semi-agroindustrial de cana de açúcar e alambique, que não atinge o volume de renda pelo alto custo do investimento.

De acordo com as três famílias entrevistadas, a não efetivação do parcelamento da área impede que elas se dediquem a atividades comerciais de forma mais intensa. Por exemplo, o plantio de culturas permanentes, hortaliças e produção de pequenos animais, uma vez que ainda não sabem o local definitivo onde irão morar e produzir, pois o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) está em processo de finalização, o que dificulta os primeiros créditos de produção. Estão em operações certos créditos PRONAF para a produção para as famílias que se enquadram no perfil de seleção, como as que participam do Núcleo Paulo Freire, que produzem coletivamente e que administram a agroindústria do assentamento, estando em espera dos créditos de consumo para a comercialização de produção. Como a situação de produção é de subsistência, a renda familiar média mensal foi equivalente a R\$ 179,00, variando de R\$ 40,00 a menor renda declarada e R\$ 500,00 a maior (PDA 2007).

A maioria deste rendimento provém de trabalhos diaristas, de serviços pluriativos como tratoristas em fazendas encostadas ou próximas ao assentamento na lavoura de banana. Para enfrentar a situação do baixo padrão de renda, os benefícios governamentais são fontes significativas na renda familiar. Das famílias assentadas, 06 recebem bolsa-família, 02 recebem bolsa-escola, 02 recebem bolsa-alimentação, 03 recebem auxílio-gás, 03 recebem pensão e 01 família recebe aposentadoria. Portanto, 40,47% das famílias dependem diretamente dos benefícios do estado para sobreviver.

Contudo, a maioria das famílias do assentamento desenvolve lavouras tradicionais ou venda de serviços diários ligados ao campo, inclusive desde o início da ocupação. Isto mostra uma baixa mobilidade fora da área e trabalho nas cidades próximas e o baixo número de trabalhos não agrícolas desenvolvidos nas cidades próximas em grande parte pela tradição e procedência rural da maioria das famílias, como será analisado mais adiante em relação à tabela de ocupação e ao trabalho extra-agrícola. Esta situação se distingue do acampamento João Pedro Teixeira que se caracteriza justamente pela alta mobilidade e pelo aumento do trabalho extra-agrícola na cidade de Belo Horizonte.

5.1.4.-Contexto etnográfico do acampamento João Pedro Teixeira.

A cinco km do assentamento Ho Chi Minh, encostado na fazenda ao lado, localiza-se o acampamento João Pedro Teixeira, que desde julho de 2007 ocupa uma área de 620 (ha), aproximadamente. Poderíamos dizer que é o acampamento mais recente da Regional Milton Freitas da RMBH, como fruto da mobilização do Movimento Sem Terra junto a famílias e à associação de bairro dos moradores de São Gabriel na Zona Norte de Belo Horizonte.

Pelo caráter urbano de todas as famílias ou de quase todas, elas têm seu salário proveniente de trabalho na cidade, aliás, a maioria dos acampados moram ainda no bairro, motivo pelo qual foi escolhido este lugar para realizar a presente pesquisa. O acampamento encontra-se encostada

na parte de trás do assentamento Ho Chi Minh, por isso fica mais difícil seu acesso, além da demora transporte, pois da rodoviária de Belo Horizonte só tem ônibus para Nova União duas vezes por dia, tendo que se enfrentar uma estrada de terra e curvas por ladeiras e morros até chegar lá.

Segundo os moradores, a ocupação dessa terra surgiu da intenção de venda por parte do dono o que facilitou a negociação com INCRA. Ela está cercada por morros férteis, mata fechada e abundantes nascentes e cachoeiras e flora nativa, tornando-se assim um espaço ideal para projetos de preservação ambiental. A água utilizada para a alimentação é fornecida pela nascente que está na entrada da parte baixa da área e o problema do esgoto é resolvido com fossas sépticas. Pude observar que existe uma preocupação pelo cuidado com as nascentes e pelo cuidado com o meio ambiente. Na parte alta do morro, acima da nascente, está a ocupação que, pela falta de infra-estrutura básica como luz, faz com que os acampados morem em condições rústicas. A maioria das moradias é feita de lona e bambu, e poucas têm hortas, pois o acampamento fica praticamente vazio durante a semana.

Pela proximidade com o assentamento Ho Chi Minh e conectado à estrada que corta os morros próximos, a área do assentamento é ponto de referência natural das 25 famílias de acampados. A ocupação surgiu como uma iniciativa da associação de bairros que articulou reuniões conjuntas com o movimento sem terra para organizar as famílias que tiveram vínculos com o campo, o que significaria para MST resgatar sua base na cidade. Desde o início do primeiro semestre se realizam reuniões na sede da igreja do bairro e na casa da liderança da associação, que por condições naturais se transformou na coordenadora atual do acampamento.

O acampamento tem sua renda principal do trabalho realizado na cidade em diversos ramos da construção civil entre outros serviços, o que significa ter um acampamento de base feminina durante a semana, pois apenas são dois homens que trabalham de forma fixa em fazendas próximas. O acampamento, como as outras áreas, está organizado segundo os princípios do movimento em três núcleos que variam de número, conforme as famílias desistem da ocupação. No começo, eram 38 e

atualmente são 25 que se organizam com uma coordenação geral em setores de saúde, alimentação e segurança. A situação de esvaziamento permanente que este acampamento tem, conforme aumenta o trabalho na cidade, foi o motivo principal da escolha da área, pois pode mostrar as situações geradas da interação entre sujeitos de base camponesa mais tradicional e os setores da cidade. Situação similar acontece com o acampamento Dois de Julho no município de Betim.

5.1.5.-Contexto etnográfico do acampamento Dois de Julho no Município de Betim.

Semelhante à ocupação acima citada, o acampamento Dois de Julho se localiza no município de Betim e pertence à Regional Grande BH, fruto da ação mobilizadora do Movimento Sem Terra junto a famílias moradoras das periferias de cidades como Betim, Ibirité e Belo Horizonte (SUPTITZ, 2003). Poderíamos dizer que para o MST na região metropolitana tudo começou aqui, seria uma espécie de lugar de origem, sendo o acampamento mais antigo da Regional. Tem quase dez anos, apesar de todo este tempo, apenas sofreu uma redução de 15% de sua população original. Fato não menor, se consideramos que são poucos os acampamentos no estado de Minas com esse tempo de vida urbana, aliás, grande parte de suas famílias participaram da ocupação. O fato de ser uma ocupação cuja renda vem da cidade, foi um dos motivos de sua escolha para complementar a presente pesquisa.

Figura 11. Município de Betim onde se localiza o Acamp. Dois de Julho.



<http://muninet.org.br/banco/index.php>. Acessado junho 2007

Da mesma forma que as anteriores áreas, esta é uma região marcada pelo êxodo. No entanto o valor do fato foi o laboratório que significou criar frentes de luta com o MST junto com às famílias urbanas que queriam se integrar na luta pela reforma agrária (SUPTITZ,2003). Sua diferença das áreas do município de Nova União, Betim é a facilidade do transporte. O ônibus 1180 C Eldorado/Juatuba, que tem ponto de parada na estação de metrô Eldorado em Contagem, situada na região Metropolitana de Belo Horizonte, passa em frente à entrada do Dois de Julho. Segundo a Direção Estadual do MST, o acampamento Dois de Julho constituiu-se a partir das ocupações das Fazendas Ponte Nova e Vinhático, em 1999. O nome do acampamento, segundo os moradores, é uma referência ao dia que entraram na terra. A área total é de 715 hectares. De acordo com alguns dirigentes, no ano de 1998 o INCRA procedeu à vistoria em áreas destas fazendas e constatou-se que as terras eram improdutivas. Participaram da ocupação 110 famílias, e hoje são 60 famílias que esperam para ser assentadas. Atualmente os acampados, num processo desgastante continuam aguardando a decisão de venda do dono da terra, pois ele não

está disposto a vender por um valor abaixo daquele valor colocado pelo INCRA, o que faz perigar seriamente a real possibilidade de assentar essas famílias.

O acampamento é cortado pelo Rio Paraopeba e pelo Ribeirão Pimenta. Lugar que permanentemente é visitado por turistas para a pesca, após contribuir com algum tipo de recurso para o assentamento. Também existem algumas nascentes na área da fazenda. Mas a água dos rios não é utilizada para alimentação, apenas para higiene e limpeza, e no caso da água das nascentes, para a irrigação de lavouras. Da área da Fazenda, 40% são de mata, e os moradores falam em onças, macacos e cobras como alguns dos "habitantes" daquela área verde. Entre as plantas nativas está o palmito que, inclusive, tem sua extração proibida, sendo que a área da fazenda é constantemente vigiada pelo IBAMA. Por dentro do acampamento passa um trecho da Ferrovia Centro-Atlântica, por onde trafegam trens cargueiros.

Interessante descrever que ainda contam com as cestas básicas distribuídas pelo Governo Federal para sobreviver, e houve a oportunidade de presenciar a distribuição coletiva. Pelas informações dos coordenadores, todas as famílias são de origem urbana, mas é uma base social que há muito tempo estava afastada do trabalho no campo. De forma similar ao acampamento João Pedro Teixeira, o trabalho assalariado e a renda se conseguem na cidade ou em fazendas próximas ao acampamento. Há ainda a participação em programas sociais dos Governos Federal e Municipal, de onde, muitas vezes, provém o sustento das famílias. Mas estas famílias têm, ao que parece, uma boa convivência com a roça, pois em quase todos os quintais das famílias acampadas existem plantações de feijão, arroz, milho, mandioca, hortaliças etc, mas os alimentos plantados servem principalmente para a subsistência.

Na época em que foram realizadas as observações, constatou-se que, no acampamento, funcionam quatro núcleos, agregando entre dez e doze famílias. Cada núcleo segue a orientação do MST com sua organização interna, igual ao que ocorre em outras áreas, funcionando setores de limpeza, saúde, alimentação, segurança, além do setor de

educação. Esta organização tem uma hierarquia orgânica composta por uma Coordenação Geral, de dois membros de cada núcleo de base, e as assembleias e atividades de encontros das famílias se realizam no galpão comunitário. O tipo de trabalho na cidade fora da área praticada por uma porção de moradores provocou, de certo modo, alguns tipos de situações que alteraram as relações sociais no que respeita à imagem produtiva do campo, que serão observadas à luz da dimensão do trabalho e da mobilidade dos acampados e das implicações na identidade sem terra.

PARTE II

5.2. Análise da esfera produtiva, mobilidade, identidade e representação social dos Sem Terra.

5.2.1 Introdução.

O presente item analisará as interpretações subjetivas que os atores sem terra utilizam para construir as áreas do MST e que são objetivadas pelas diversas relações de trabalhos não agrícolas nas áreas. A interação entre relações objetivas e subjetivas nas práticas cotidianas dos atores é a estratégia analítica que permitirá delinear as mudanças, disputas e antagonismos que sofrem as relações sociais, sejam simbólicas ou identitárias dentro das áreas de MST, como efeito do trabalho não agrícola desenvolvido por um segmento dos assentados e acampados sem terra. Começaremos por descrever a primeira dimensão que aborda trabalho extra-agrícola, com a mobilidade dos atores fora da área, subsidiada pelas tabelas mensuráveis do contexto econômico do local, junto com a análise da esfera organizativa da comunidade. Em seguida abordaremos a dimensão subjetiva da cultura dos atores interpretando a elaboração de identidade e as representações sociais.

As tabelas que serão analisadas a seguir permitem medir o peso que as ocupações não agrícolas têm nas áreas sem terra estudadas, marcando o contexto das dimensões acima citadas e dos conteúdos do fenômeno pluriativo provenientes das narrativas dos atores.

5.2.2-TABELAS 10.1 - Assentados de MST por ocupação e atividade rural RMBH-2007

Quadro Assentados MST por ocupação rural. RMBH-2007									
RURAL TOTAL	Fam. Decl.	Fam. Indet.	Agrícola	(%)	Pluriativo na	(%)	Não-agric.f	(%)	Data Ocup.
Trabalhadores ocupados até 2 sal.									
Margarida Alves**	49	43	5	11,6	6	14,0	31	72,1	1999
Trabalhadores ocupados até 2 sal.									
Ho Chi Min**	42	35	15	42,9	9	25,7	11	31,4	2005
TOTAL	91	78	20	54,5	15	39,7	42	104	

Quadro Assentados MST discriminação por ocupação e atividade 2005/2007									
RURAL TOTAL	Assentamento Margarida Alves				Assentamento Ho Chi Min				
	2005 Out	(%)	2007 Out	(%)	2005 Out	(%)	2007 Out	(%)	
Trabalhadores ocupados até 3 sal. (total fam.)	49	100	43	100	42	100	35	100	
Agrícola	8	16,3	5	11,6	26	61,9	15	42,9	
Sub total		16,3		11,6		61,9		42,9	
Pluriativo na área									
Comércio de Mercadorias	2	4,1	2	4,7	0	0,0	1	2,9	
Prestação de Serviços, técnicos e industriais	3	6,1					2	5,7	
Aposentados, e outras Rendas	4	8,2	4	9,3	1	2,4	6	17,1	
Sub total		18,4		14,0		2,4		25,7	
Não-agrícola fora da área									
Indústria da Construção	26	53,1	27	62,8	6	14,3	5	14,3	
Comércio de Mercadorias	3	6,1		0,0	4	9,5	1	2,9	
Prestação de Serviços	2	4,1	3	7,0	5	11,9	5	14,3	
Administração Pública	1	2,0	1	2,3		0,0			
Sub total	32	65,3	31	72,1		35,7		31,4	
TOTAL	49	100,0	42	97,7	42	100,0	35	100,0	

Fonte: Riquelme, Mario. 2008 dados de pesquisa de campo.

TABELA 10.2.- Acampados de MST por ocupação rural RMBH-2007

Quadro Acampados MST por ocupação rural. RMBH-2007										
RURAL TOTAL	Fam. Decl.	Fam. Indet.	Agrícola	(%)	Pluriativa	(%)	Não-agric.f	(%)	Data Ocup.	
Trabalhadores ocupados até 2 sal.										
Acamp. 2 de julho	50	45	11	24,4	17	37,8	17	37,8	2/7/1999	
Trabalhadores ocupados até 2 sal.										
Acamp. João Pedro Teixeira	38	25	3	12,0	1	4,0	21	84,0	1/7/2007	
TOTAL	88	70	14	36,4	18	41,8	38	121,8		

Quadro Acampados MST discriminação por ocupação e atividade 2002/2007									
RURAL TOTAL	Acampamento 2 de julho				Acampamento João Pedro Teixeira				
	2002 Jul	(%)	2007 Dez	(%)	2007 Jul	(%)	2007 Dez	(%)	
Trabalhadores ocupados até 3 sal. (total fam.)									
	57	100	45	100	38	100	25	100	
Agrícola	13	22,8	11	24,4	2	5,3	3	12,0	
Sub total		22,8		24,4		5,3		12,0	
Pluriativo na área									
Comércio de Mercadorias	10	17,5	8	17,8	0	0,0	0	0,0	
Aposentados, ou outras Rendas	13	22,8	9	20,0	5	13,2	1	4,0	
Sub total		40,4		37,8		13,2		4,0	
Não-agricola fora da área									
Indústria da Construção	13	22,8	8	17,8	17	45	11	44,0	
Comércio de Mercadorias	5	8,8	2	4,4	7	18,4	8	32,0	
Prestação de Serviços	2	3,5	6	13,3	6	15,8	2	8,0	
Administração Pública	1	1,8	1	2,2	1	2,6			
Sub total		36,8		37,8		81,6		84,0	
TOTAL	57	100,0	45	100,0	38	100,0	25	100,0	

Fonte: Riquelme, Mario. 2008 dados de pesquisa de campo.

5.2.3 Análise do peso das ocupações não agrícolas nas áreas.

As informações das tabelas sobre a ocupação não-agrícola quanto à pluriatividade nas áreas estudadas no movimento sem-terra da região metropolitana apresentam, para o período 2002 a 2007, um aumento de percentual no que respeita à matriz produtiva das famílias. Para o ano 2005 a 2007, as práticas não-agrícolas e pluriativas no assentamento Ho Chi Mim no município de Nova União aumentaram de 38,1% para 57,1%, respectivamente, e inversamente proporcional nas ocupações estritamente rurais mesmo que sejam para subsistência apresentaram uma queda de 61,9% para 42,9% para o mesmo período, dado relevante, pois, para o período 2007 foram consideradas somente 35 famílias identificadas das 45 que formam o assentamento. A tendência de crescimento das ocupações não agrícolas se manteve ainda em limites além da região metropolitana, como o assentamento Margarida Alves localizado no município de Bambuí, que comportou um crescimento anual de quase 3,75%, passando de 75,5% a 81,4% para o mesmo período.

No que respeita ao acampamento Dois de Julho do município de Betim, houve uma leve queda no percentual de crescimento das ocupações extra-agrícolas, passando de 77,2% para 75,6%, de julho de 2002 a dezembro de 2007. Tendência similar se observou no acampamento João Pedro Teixeira do município de Nova União, que passou de 94,8% para 88,0%, de julho de 2007 a dezembro do mesmo ano. Tendência de crescimento, que mesmo apresentando oscilações relativas indica que as ocupações extra-rurais absorvem o maior percentual de geração de renda das famílias em relação a ofícios ditos tipicamente agrícolas, tanto para o acampamento Dois de Julho quanto para o acampamento João Pedro Teixeira, que, para dezembro de 2007, alcançaram 24,4% e 12,0% respectivamente.

É interessante considerar que também as ocupações tradicionalmente agrícolas apresentaram um crescimento no decorrer de julho de 2002 a julho 2007; o primeiro acampamento aumentou 1,6% por ano, e o segundo acampamento teve um incremento de percentual mais expressivo de 6,7%

de julho 2007 a dezembro 2007. Portanto, sucintamente podemos afirmar que, em percentuais absolutos, as práticas extra-agrícolas comportam uma tendência considerável em relação às ocupações ditas tipicamente agrárias e que para nossa surpresa, o indicador de crescimento mais estável se manifestou no assentamento Ho Chi Mim, passando de 38,1% para 57,1% no ano 2007.

Essas informações fornecem os primeiros elementos da pertinência da pergunta de investigação a respeito do aumento da importância dos ofícios extra-agrícolas quanto à geração de renda em áreas do movimento sem terra na região do entorno da metrópole de Belo Horizonte. O conjunto destes indicadores corrobora os conteúdos selecionados das seguintes entrevistas que a seguir apresentamos;

Entrevistas.

Sr. Caio. Segurança-Camponês Acamp. Dois de Julho. 55. anos.
Trabalho na empresa de vigilância de Betim, dois por dez, um dia sim um dia não, por isso dá para mexer com a roça. Aqui na roça é o seguinte, se não tem recurso se não tem gado não dá para tirar sustento. Por exemplo, o pai de Amarildo trabalha por cinco contos ou por seis para outro, e isso serve para quê E a cesta de fome zero chega cada 7 meses, por isso que o povo trabalha fora, minha condição é tirar coleta para levar para meu povo lá, mas assim dá não, mas assim que puder quero ficar aqui na roça.

Sr Antônio Pedreiro-Campônes. Acamp. João Pedro Teixeira. 44 anos
Minha renda é da cidade porque aqui não podemos plantar nada. Sem condições de ficar não dá. Os que estão aqui direto são desempregados, e a grande maioria trabalhamos lá na cidade. Lá trabalho de diarista na obra e ganho uma faixa de R\$30, às vezes ganho carteira, é duro o serviço, é de segunda a sábado das oito às seis da tarde, só dá para vir aqui o fim de semana.

Sr. Gustavo Vendedor-Camponês. Coord. Acamp. 2 de Julho. 60 anos
Minha renda é da roça, eu já plantei quatro hectares. Desde o início, eu vendo minha colheita. Eu planto muito, vendo lá fora, não dá muito retorno, mas dá pra me virar aqui, e também tenho aqui minha venda. Mas não é renda principal, ela me serve para aplicar dinheiro na roça e só para comprar o que não se obtém da roça: um sal, fubá, macarrão. Isso eu vendo para atender à população.

Como se observa nos conteúdos dos entrevistados existe unanimidade para afirmar que as ocupações não agrícolas são peças fundamentais para permanecer nas áreas ocupadas, e com ela se constata a importância que este tipo de renda oferece, ainda quando é prática pluriativa de salário complementar, como informou o entrevistado de 60 anos

do acampamento Dois de Julho, no contexto de falta de subsídios governamentais. No entanto, dentro de outra perspectiva, as informações dos entrevistados indicam também que as práticas não-agrícolas estão atreladas diretamente à mobilidade dos trabalhadores para realizar os ofícios fora da área, ou seja, em relação aos atributos particulares das áreas estudadas, as ocupações extra-agrícolas adquirem contornos mais evidentes quando estão conectadas àqueles deslocamentos.

Como indica a tabela de acampamentos, se existiu uma queda no percentual de ocupações pluriativas dentro da área de Dois de Julho, que passou de 40,4% a 37,8% para o período de julho de 2002 a dezembro de 2007, existiu também um aumento das ocupações não-agrícolas fora da área, expressas em 36,8% a 37,8% para o mesmo período, apresentando quase 14 pontos a mais que o percentual do trabalho dito agrícola na área, que absorve somente 22,8% e 24,4% dessa população para o mesmo período. Tendência similar se observou no acampamento João Pedro Teixeira que, das 25 famílias, 81,6% se ocupava fora da área em julho de 2007, passando para 84,0% em dezembro de 2007. Vale mencionar que no assentamento Ho Chi Mim a renda extra-agrícola fora da área alcançou somente 31,4% das famílias em comparação com as atividades agrícolas dentro da área que absorve a 42,9% das famílias. Contudo, não deixa de ser significativo que o trabalho característico da cidade seja uma segunda estratégia de sobrevivência para estas famílias. Para ilustrar as afirmações acima citadas são apresentados alguns dados das famílias acampadas, pois elas apresentam significativos níveis de mobilidade.

TABELA 10.3.- Mobilidade fora da área sem-terra de acampamentos de MST RMBH 2007.

Mobilidade e saída da área dos acampados de MST-RMBH. 2007																
RURAL TOTAL	Acampamento 2 de julho Tempo de Saída da área Mês de Nov. 2007								Acampamento João Pedro Teixeira Tempo de Saída da área Mês de Nov. 2007							
	1-2 dias	(%)	1 a 5 dias por semana	(%)	de 2 a 3 semanas	(%)	mais de 4 semanas	(%)	1-2 dias	(%)	1a 5 dias por semana	(%)	de 2 a 3 semanas	(%)	mais de 4 semanas	(%)
Trab. (total fam.)	45	100	45	100	45	100	45	100	25	100	25	100	25	100	25	100
Agrícola	9	0,2	2	4,4					2	8,0	1	4,0				
Sub total		0,2		4,4						8,0		4,0				
Pluriativo na área																
Comércio de Mercadorias	2	4,4	5	11,11	3	6,7										
Aposentados, ou Outras Rendas	6	13,3	2	4,4							1	4,0				
Sub total		17,8		15,6		6,7						4,0				
Não-agrícola fora da área																
Indústria da Construção			1	2,2	1	2,2	5	11,1			7	28,0	3	12,0	1	4,0
Comércio de Mercadorias							1	2,2			1	4,0	4	16,0	3	12,0
Prestação de Serviços					1	2,2	6	13,3			2	8,0				
Administração Pública	1	2,2														
Sub total		2,2		2,2		4,4		26,7				40,0		28,0		16,0
TOTAL	18	38,2	10	42,2	5	17,8	12	26,7	2	16,0	12	56,0	7	28,0		16,0

Fonte: Riquelme, Mario. 2008 dados de pesquisa de campo.

Como se constata no quadro de mobilidade discriminado por atividades no mês de novembro de 2007, na área de Dois de Julho o maior percentual está naqueles indivíduos que desenvolveram ofícios urbanos fora da área por mais de quatro semanas, alcançando 26,7% dos trabalhadores, concentrados nos ramos da construção e prestação de serviços, seguidos pelas ocupações pluriativas cujos trabalhadores retiram-se da área por um dia, o que representa 17,8% dessa população. O acampamento de João Pedro Teixeira concentra o maior peso das ocupações desenvolvidas até cinco dias fora do estabelecimento alcançando 40% dos trabalhadores que se dedicam aos ramos da construção e prestação de serviços, seguido por 28% de trabalhadores que se ausentam até 15 dias fora do imóvel, nos ramos de comércio e construção civil. Ou seja, não é de estranhar que esse acampamento, como todo início de ocupação, comporta uma seqüência de perda de população menos periódica fora da área que o acampamento Dois de Julho, com oito anos de desgaste, apresentando um alto percentual de trabalhadores fora da área por mais de quatro semanas.

As informações acima mensuradas nos permitem afirmar que na interseção dos índices de trabalho e mobilidade dos indivíduos fora dos estabelecimentos sem terra sintetizam a dimensão não agrícola e pluriativa das famílias nas áreas. Portanto, é nessa interface que indagaremos a respeito das formas que adquirem as relações socioprodutivas e sociosubjetivas dos atores em contextos extra-agrícolas nas áreas. Se a conjuntura de ocupações extra-agrícolas está nos pontos de interseção entre a dimensão espacial e o trabalho, estas duas dimensões podem, então, oferecer pistas para a compreensão das eventuais transformações ou permanências das representações sociais sem terra. Pretendemos alcançar este nível de análise interpretativo nos conteúdos mais significativos revelados pelos entrevistados divididos em três seqüências: a primeira, a respeito das relações de trabalho; a segunda, sobre a dimensão da mobilidade socioespacial; e a terceira, sobre as dimensões de identidade espacial e política, como a representação social do campo.

5.2.4-Esfera de trabalho: Dimensão de dificuldade e benefício econômico.

Na interação dos diálogos entre trabalhadores que praticam atividades extra-agrícolas nas áreas, descreveremos as condições objetivas em que se desenvolve a geração de renda, mas preocupados por marcar os pontos de convergência como diferenças de conteúdos dos atores.

Sr. Caio. Segurança-Camponês Acamp. Dois de Julho. 55. anos.
Não tem como trabalhar exclusivamente em trabalho de marceneiro, carpinteiro, motorista e só viver disso mesmo que seja assentamento, aquele moço não tem como, porque vai descuidar a roça e não vai ter tanto serviço, e se tiver é absurdo ocupar a terra e não produzir. Aí tem que ir fora.

Sr. Seco. Aposentado-Camponês. Acamp. Dois de Julho. 61 anos.
Eu acho que não tem condições de desenvolver trabalho urbano porque a roça é a roça. Se quer fazer uma serrereria não dá no acampamento. Não vai dar, a não ser construir uma cidade aqui. Então, a partir do momento que vira assentamento o pedreiro, eletricista, caldeireiro soldador vai ter porque quando chegue isso sempre vai ter serviço para ele, agora não imagino outras contribuições.

Sr Alberto. Camponês-Marceneiro. Assent, Ho Shi Min. 48anos.
Oh, nós temos uma agroindústria de cana e beneficiamento de rapadura que funcionam meio a meio. Eu digo é um benefício mesmo que dê para as sete famílias que trabalham, porque funciona poucas vezes por ano e pela coleta de cana que é pouca. O restante do ano as famílias tocam sua terra. No futuro vamos precisar tocar o negócio com contador, com vendedores, o assunto é que a pessoa não descuide a roça.

Carlos. Mecânico-Venda. Acamp. Dois de Julho. Betim. 21 anos.
Oh! Moço, sempre falei de trabalhar em meu ofício com um grupo de pessoas com oficinas de mecânica para estar contribuindo com eles na renda. Essa pode ser minha contribuição. Se eu chego lá e não dou conta de plantar, minha contribuição é de ensinar outro ofício a quem tiver lá, dá para esse moço juntar um dinheirinho.

As informações mostram a suspeita por aqueles que desenvolvem trabalhos exclusivamente não agrícolas nas áreas consideradas inaptos para trabalho braçal. Chama a atenção que tais suspeitas provêm de camponeses pluriativos. De igual modo, entre os conteúdos dos entrevistados se destaca a dimensão temporal, enquanto a aceitação do trabalho dito urbano fica determinada pela passagem de acampamento a assentamento num processo seletivo, pois nem todas as ocupações extra-agrícolas são úteis. Já na fase de assentamento, foi identificada nas falas uma aceitação por este tipo de ofício, mas sempre condicionado à produção

da terra. Contudo, também se comprova um auto-reconhecimento por quem exerce trabalhos extra-rurais nas áreas no que respeita à importância de suas experiências na área para geração de renda. Estas informações nos colocam na relação entre as dimensões de trabalho e o conhecimento urbano sobre geração de salário, como mostram os conteúdos selecionados que apresentamos a seguir.

Sr. Gustavo Vendedor-Camponês. Coord. Acamp. Dois de Julho, 60 anos.
Se tiver um pedreiro aqui é importante porque se alguém precisar de uma construção, porque se a pessoa não sabe fazer uma casa não pode tentar, porque essa casa vai terminar caindo em cima dele. Então tem que entrar em parceria com esse pedreiro que mora aqui dentro e trocar dia, ele pode capinar a roça dele e o pedreiro vai fazer um dia sua casa. Eu entendo por esse lado o importante que esse conhecimento seja para aumentar a produção da terra.

Sr Antonio Pedreiro-Camponês. Acam. João Pedro Teixeira. 44 anos.
Agora os ofícios urbanos servem na roça, motorista, eletricitista. Se tem esse conhecimento de pedreiro dá, sempre que esse cara fique na roça, para o campo para o plantio. Tem que ser discutido para a terra, se não esse conhecimento não serve para nós.

Rafael setor de educação MST Acamp. Dois de Julho, 23 anos.
O que tem que se discutir é o trabalho, ou seja, ele pode não ser camponês, nem trabalhar a terra, mas pode contribuir em outros espaços e experiências. Puxa, sempre bato na mesma tecla, mas para mim é o diálogo. Por exemplo, pode não ser camponês, mas pode ajudar com o que sabe, construir nossas casas no futuro próximo nunca discutimos isso é muito novo, mas o assunto é o diálogo. Ele pode não ser camponês, mas pode dirigir o carro que vai levar nossa mobilização.

Os diálogos permitem afirmar que existe consenso entre os camponeses não- agrícolas de que o conhecimento adquirido no exercício das práticas extra-rurais é proveitoso para a comunidade. Entretanto, os conhecimentos urbanos estão restringidos à terra e adquirem validade na medida em que estejam voltados para a produção dita agrícola. Mas também se constata um auto-reconhecimento dos trabalhadores urbanos pelo saber além da terra, gerado na cidade, e não apenas condicionado à produção dita agrícola, o último entrevistado alenta a discussão argumentando a falta de diálogo.

A síntese da análise sobre o trabalho nos permite interpretar que existe consenso na opinião de trabalhadores não-agrícolas de que a ocupação urbana esteja, nas dimensões de aceitação, desconfiança e conhecimento na contribuição econômica, condicionada à produção agrícola.

As observações apontam um perfil de trabalhador que mesmo desenvolvendo ações extra-agrícolas aproxima-se de um camponês convencional. Não entanto, outro segmento de jovens trabalhadores não-agrícolas reconhece a utilidade da sabedoria urbana em si mesma, mostrando a dificuldade de diálogo entre estas duas esferas. Outro fator que tem destaque na dimensão econômica é a adaptação à terra por parte dos setores vindos da cidade e a desconfiança dos agricultores convencionais, como mostram os seguintes entrevistados.

Chico, camponês-motorista. Acamp.2 de julho. 55 anos

Se mover daqui para a cidade, é difícil viu. Para quem tem um veículo é mais fácil acomodar-se, para quem não tem é impossível porque é pesado. O fulano tem que ter muito amor por seus antepassados, porque quando melhorar a situação, se pintar uma coisa na cidade ele vai, se não tiver tradição.

Juvenal, camponês. Coord. Acamp. Dois de Julho, 53 anos.

A pessoa criada na roça ele já sabe o que tem que fazer, é mais fácil conviver. Ser criado na capital tem mais dificuldade. Temos que fazer muita reunião diferenciada com eles, numa hora ele vai cair na real, um entende outro não.

Romildo, Pedreiro-Camponês. Acamp. João Pedro Teixeira, 39 anos.

Tive que aprender de novo a ser camponês. O coordenador de Ho chi Minh está ajudando a gente a entender a cultura daqui, com oficinas para plantar e mexer com abelhas e banana. O mais difícil é a falta de infra-estrutura e acompanhamento técnico. Sem ele, a gente não avança. E muito difícil se manter mesmo que a vontade seja muito grande.

Rafael setor de educação MST Acamp. Dois de Julho, 23 anos.

O electricista que vem, tem que ter vontade de aprender mesmo. Por mais que não seja legítimo ou camponês puro, eu acho que é legal porque a profissão se apreende. Aqui teve uma moça que plantou alho errado e não deu. Meu pai bateu na tecla até agora. Enfim, se eu vou e sou pedreiro, mas quero aprender, ele vem também para não ser o que era antes na cidade. O que vem tem essa característica.

As informações nos indicam que a raiz camponesa é de vital importância para facilitar que setores urbanos se adaptem à terra, e a desconfiança para aqueles que não possuem tal vínculo, mas se observa a iniciativa de um tratamento diferenciado para esse setor. No entanto, vemos uma reafirmação por parte do setor urbano no aprendizado de se adaptar à terra, que poderia ser facilitada pela assistência técnica do estado inexistente na área de João Pedro Teixeira.

5.2.5-Esfera da mobilidade espacial: Dimensão Trabalho e temporalidade.

À continuação, será analisada a dimensão da mobilidade espacial dos trabalhadores extra-agrícolas fora da área, pois esta esfera sintetiza as diversas facetas das relações subjetivas e objetivas dos indivíduos envolvidos numa interação de viver o cotidiano entre campo e cidade, no que diz respeito aos acordos, consensos e negociações tanto na prática de trabalho, na convivência diária, quanto na esfera política. Essa idéia foi processada na bibliografia consultada sobre a experiência da vida cotidiana que permite a seleção e a convivência das diversas atividades desenvolvidas pelos indivíduos, inclusive as antagônicas (MORMONT. Marc, 1989), como aquelas do trabalho extra-agrícola fora da área. Como apresentamos nas seguintes entrevistas:

Alexandre, Func. Prefeitura de Betim Acamp. Dois de Julho 55 anos.
Trabalho uma noite sim, uma noite não, em preservação de bens públicos, por isso que o povo me aceita nesse regime, mas acho que é um problema a pessoa que trabalha fora e volta cada 15 dias ou 30 dias, ele vai ter dificuldades para conciliar as duas coisas porque vai ficar inadimplente tanto lá como aqui.

Sr. Gustavo, Vendedor-Camponês . Coord. Acamp. Dois de Julho. 60 anos
Dá para negociar um dia lá um dia aqui, e contribuir com os gastos do acampamento pelo menos uma vez por semana. Agora quando a gente vai ser assentada a coisa vai ficar como a gente está aqui. Não vai poder sair porque segundo a reunião que tivermos, assim que foi liberada a terra, o regimento é mais ainda que o acampamento, a luta é pior para obter créditos.

Sr. Caio, Segurança-Cmpones Acamp. Dois de Julho, .55 anos.
Por trabalhar na cidade eu contribuo com 10%. Agora tem muita gente ao ponto de dar a gente o título de turista propriamente, especialmente para aqueles que contribuem pouco ou não planta. Parece que os camponês puros não olham que nós temos família e filhos e que queremos terra especialmente para quem tem origem da roça

Renata, Vendedora ex-acampada de João Pedro Teixeira. 32 anos.
Não vejo problema nenhum no trânsito na cidade. Por exemplo, se pode fazer uma fábrica de costura para geração de renda, podemos juntar a discussão com outras mulheres. Agora, se o entendimento político do grupo se eles aceitar poderia trabalhar, se pode vender diretamente na cidade numa loja da reforma agrária e o dinheiro vem para a comunidade.

No cruzamento das dimensões trabalho e mobilidade, há consenso entre os entrevistados do acampamento Dois de Julho na variável da periodicidade, já que é aceita a saída da área, mas não por longos períodos, pois compromete o trabalho rural na área. A temporalidade identifica a variável de estranhamento entre os trabalhadores não agrícolas na área, na medida em que inclui ou exclui os sujeitos que continuam com essas práticas após assentamento que é expresso na discriminação do estereótipo “turista”. Contudo, identificou-se a contribuição dos setores urbanos, neste caso, dentro da variável gênero, com empreendimentos comerciais dentro e fora da área garantindo a produção e venda num processo único.

5.2.6-Esfera da mobilidade: Dimensão participação e organização política.

As informações constataam a ocorrência entre a mobilidade espacial daqueles que desenvolvem atividades na cidade e a participação política das áreas, como apresentamos nos seguintes conteúdos:

Alexandre, Func. Prefeitura de Betim Acamp. Dois de Julho. 55 anos.
O importante é participar e uma das formas é contribuir com o 10 %do salário porque alguns têm inadimplência e não conseguem atender aos anseios do acampamento, especialmente ficar longe 30 dias. Isso não pode acontecer, o acampamento não participa da luta, o acampamento fica vazio.

Samuel, Eletricista-Camponês. Acampado de João Pedro Teixeira. 44 anos.
Para MST foi difícil aceitar sair a trabalhar fora porque a gente não podia participar das reuniões semanais, mas fazer o quê! Não temos outra saída e chegamos a entendimento de fazermos reuniões marcadas.

Sr. Juvenal, camponês. Coord. de Núcleo. Acamp. Dois de Julho. 53 anos
Os que não vêm por muito tempo, se não participam ficam fora e essa coisa toda, ninguém cuida da terra, o barraco fica largado, agora se precisa fazer uma lapidação das pessoas lá fora porque o campo é diferente do urbano aqui a gente participa, se cuida, é mais delicado as atitudes se fazem na base da amizade, da compreensão, da fé em Deus, as pessoas das periferias não entendem isso.

Segundo os conteúdos, a participação dentro da área legitima o sujeito, seja pela tributação ou pela atuação na instalação da organização, caso contrário, compromete a preservação orgânica da área e afeta a esfera social da reciprocidade na exclusão das relações de vigilância entre os atores. Também se confirma a capacidade de negociação dos atores com o

movimento sem-terra em contextos espontâneos ou de baixa discussão. Como tal, os atores geram e propõem diversas formas estratégicas de resolução de situações, como vemos a seguir:

Rafael, setor de educação MST Acamp. Dois de Julho 53 anos.
Tem um segmento desses que trabalha fora que tem um diálogo com a roça. Fica, toma banho, ao outro dia vai a trabalhar na cidade. Ali cria uma relação com o camponês que fica com quem está aqui dentro, mas penso que tem que potencializar a organicidade do movimento lá fora para dar visibilidade a eles. Indiferente de ser urbano ou rural se está aqui por um dia ou mês, regular isso.

Guilherme, Vendedor. Acamp. Dois de Julho. MST. 24 anos.
Moço estar fora não significa não participar. Assim como eu tem, outros que podem contribuir os fins de semana em atividades para mostrar o movimento lá na cidade, mas parece que os mais antigos acham que existe uma única forma de contribuir. Estar de corpo presente na ocupação não significa contribuir com o movimento.

Existe consenso entre os trabalhadores de que quem tem renda na cidade deve valorizar sua contribuição participativa com formas alternativas de organização, não apenas no assentamento, mas fortalecendo sua atuação na cidade e ampliando a forma tradicional de participação dentro da área defendida pelos camponeses tradicionais, estabelecendo pelo diálogo a possibilidade de múltiplas estratégias de atuação política, tanto fora como dentro da área.

5.2.7-Esfera da mobilidade: Dimensão de organização política.

As falas anteriores permitem descrever o papel da organização política para ministrar o trabalho não-agrícola fora da área, num intrincado contexto de relações organizativas e produtivas. Como confirmamos nas seguintes entrevistas:

Sr. Gustavo, Vendedor-Camponês. Coord. Acamp. Dois de Julho. 60 anos.
Vamos ter uma reunião para discutir as saídas das pessoas, porque as pessoas que ficam lá, mas pega a cesta e volta de aqui a 30 dias, e aparece uma vez por semana, e ali tem oito anos e vamos seguir desse jeito! Por isso que temos que ter uma palestra com esse tipo de gente, nunca se fez, não foi negociado com eles.

Sr. Caio, Segurança-Camponês Acamp. Dois de Julho. 55. anos.
Se eles fazem uma assembléia para diminuir esse povo, deve ficar vazio, só umas tres famílias que não trabalham fora de serviços gerais. Uns trabalham e deixam alguém da família e voltam, outros não têm a quem deixar e vêm

uma vez por semana porque não têm como ficar aqui e não trabalhar lá fora. A pessoa que colhe e planta não dá para viver

Rafael, setor de educação MST Acamp. Dois de Julho. 53 anos.
Na época nós não tínhamos um regimento de tipo rural/urbano, agora não existe uma regra política e cada caso é resolvido individualmente e não se discute. Por exemplo, meu pai está pensando em vender algodão doce na cidade e não está pautado. Enfim, não se discute politicamente porque não se reconhece a realidade metropolitana que é o trabalho urbano. Isso leva a dificuldades como fazer um comentário simplório que o cara não entrega dinheiro, e se esquece da realidade que estamos de lado de uma cidade.

Renata, Vendedora ex-acampada de João Pedro Teixeira. 32 anos.
A coordenação do acampamento não aceitou eu trabalhar fora, mas tenho que trabalhar pela minha filha, por isso não dá para voltar sempre. Se tiver um entendimento político a discussão seria bacana, mas há uma ignorância muito grande. Não existe uma regulação, é mais da palavra e na prática não funciona. Se aceita que passados uns dias, a pessoa tenha que voltar, mas fica ambíguo e só isso. Se a pessoa volta todo bem! Eu penso para mim e para outras pessoas que estão nessa situação. Olha que logo no início se defina isso.

Confere-se a divergência entre os agricultores não-agrícolas no manejo das situações de permanência e expulsão dos sujeitos do imóvel por exercer ofícios na cidade. Segundo informações dos acampados, o número de pessoas que está nessa situação é significativa. Um fator determinante da situação é a falta de regulação política no manejo da mobilidade dos indivíduos, pois existe consenso entre os acampados de que cada coordenação da área determine as saídas dos sujeitos de forma espontânea e individual. Podemos afirmar que a falta de uma linha política para manejar ofícios urbanos fora da área sintetiza a dimensão organizativa, já que fragiliza a estrutura do movimento e reforça a ambigüidade na esfera econômica no momento em que restringe os sujeitos na elaboração de propostas alternativas de períodos trabalho na cidade além daqueles já definidos no local, observando-se uma possível deficiência na discussão e absorção do espaço e trabalho urbano na área. Também se visualiza uma disposição entre os acampados para dialogar e alcançar consenso para reverter a situação.

5.2.8-Esfera da Identidade: Dimensão socioespacial.

No que diz respeito ao sentido de pertencimento dos atores, será analisada a elaboração de alteridade e identidade sob os efeitos

experimentais da pluratividade na dimensão do trabalho. Constata-se a ativação de um repertório de identidades, e por tanto permite responder o objetivo geral do presente estudo que pretende indagar esse tipo de situações experimentais, como veremos nas seguintes narrativas:

Alexandre, Func. Prefeitura de Betim Acamp. Dois de Julho. 55 anos.
Eu carrego meu estilo de vida rural e urbana ao mesmo tempo. Me adapto como se fosse uma linguagem, como outro ator. Convivo com fogão de lenha, falo meio caipira, fico sujo. Lá no trabalho, ando limpinho, falo diferente como se fosse uma dupla personalidade do artista e isso não vai mudar.

Conceição, Coord. Acamp. João Pedro Teixeira. 43 anos.
Quero terra para mim e para os que querem casa também, então essa é minha divisão porque sou parte do movimento sem-terra e do movimento sem-casa. A ocupação de casa faz parte de minha vida, é uma mistura entre o rural e o urbano, isso o MST vai ter eu saber. Sou livre, sempre vou estar no bairro.

Jose. Pedreiro-Campones. Acamp. João Pedro Teixeira. 43 anos.
Eu quero ser sem-terra agora. Por enquanto prefiro ser camponês isso eu sou. Agora me camufo na cidade. Posso fazer isso porque ninguém proíbe nem se fala, nem os da coordenação, nem os do MST.

As informações confirmam a relação do trabalho na elaboração dos diversos repertórios de identidades nos estilos de vida dos atores, pertencas de caráter circunstancial, maleável e utilitário que permitem a seleção ou a combinação do ser camponês e urbano de forma portátil, pois está ancorada na flexibilidade política do movimento sem-terra. A instalação a influência política no processo é analisada a seguir:

Sr augusto, Marceneiro-camponês. Acamp. Dois de Julho. 51 anos.
Não me considero turista moderno nem tradicional porque eu estou sempre no acampamento, participo e compartilho. O verdadeiro turista é aquele que não compartilha, por isso sou sem-terra porque participo, se você não participa, dificilmente os outros mais puros vão te reconhecer.

Rafael, setor de educação MST Acamp. Dois de julho 53. anos.
É possível que um fulano seja sem terra na cidade, mas com essa injeção de organicidade, está muito atrelado ao trabalho e à organização do povo. Se está no núcleo, se sabe o grito de ordem, então a identidade não se perde, se reforça na cidade numa relação mais orgânica, nem que eu que cumpro tarefa política fora da área, porque não é só o trabalho o que define a identidade de MST, mas os camponeses mais puros parecem não aceitar.

Renata, Vendedora ex-acampada de João Pedro Teixeira. 32 anos.
Minha identidade na cidade não se perde, porque segui a linha política da cooperação. Quando comercializa uma mercadoria, quem dirige o carro e quem vende na cidade é um trabalhador rural. Isso não é compreendido por falta de acesso à discussão. Então quem é trabalhador rural? Eu sou

trabalhadora rural do momento em que estou na organização e não importa se estou na cidade, e já tem livros do movimento sobre o tema.

Confirma-se a importância da participação política na elaboração de identidade por consenso entre os entrevistados, sendo um verdadeiro catalisador de alteridade que incorpora ou exclui o sujeito do estabelecimento. Mas também opera externamente à área, ao ponto de existir acordo entre os informantes de que a identidade do sem terra adquire caráter múltiplo, e pode se reproduzir na cidade, inclusive morando nela, pois depende do manejo orgânico-político e não exclusivamente do trabalho rural. Afirmamos que os repertórios de identidade estão ancorados num patamar político e não estritamente produtivo, o que nos permite responder parcialmente ao objetivo geral da presente pesquisa, pois o caráter experimental da pluriatividade gera diversas formas de expressar a pertença coletiva, faltando comparar as elaborações de identidade com a ocupação urbana, que será analisada no item três deste capítulo.

5.2.9-Esfera do Imaginário: Dimensão socioespacial

O imaginário rural será analisado em relação ao caráter agrícola do campo, para aproximar seu peso no estímulo da permanência no campo, como veremos nas seguintes entrevistas:

Alexandre, Func. Prefeitura de Betim Acamp. Dois de Julho, 55 anos.
Nunca trabalhei na roça, esta é minha primeira vez, agora estou com a expectativa de produzir e voltar a minha origem, porque sou de Ipatinga, mas estou aqui não por uma decisão econômica, estou aqui para lembrar a tradição de meu pai pela terra, porque sempre imaginei a roça como terra para plantar, o natural e viver melhor sem poluição da cidade.

Sra Lis, Serviços Gerais. Acamp. João Pedro Teixeira. 36 anos.
Era muito nova quando meu pai perdeu a terra, por isso sempre tive vontade de voltar ao campo, ter meu lote e as lembranças boas que ficaram, mas vou construir a vida do bairro aqui também, não tem como perder isso, porque todo Primeiro de Maio está aqui, e por isso também estou aqui, olha vou construir a roça e o bairro ao mesmo tempo, e as coisas ruins do bairro deixar para lá.

Conceição, Coord. Acamp. João Pedro Teixeira. 43 anos.
Na minha infância na terra de meu pai o veneno estava proibido, a vida da roça era saudável, a coisa era preservar, por isso plantar é com meu esposo. Eu vou mexer com cuidar as nascentes de água de nossa terra, porque as empresas das cidades estão matando as águas... Lá eu vou tomar conta disso, e como tudo está perto, vou fazer apresentação de minha ideia a

outras propriedades. Quem sabe se mexo com turismo rural nas cachoeiras de nossa terra!

As informações selecionadas admitem que a esfera econômica não é um fator determinante para gerar imagens do campo, pois indicam a diversidade de imagens do espaço rural, entre elas a fala da Sra Conceição que representa o campo como preservação da natureza, confirmando a linha teórica de Mansinho e Schmid (1997), utilizada no presente estudo, em que o caráter produtivo do campo dito agrícola perde valor na área ocupada. De igual forma, confirma a noção de recuperação de comunidade esquecida, especificamente aquelas vivências perdidas dos filhos de terceira ou quarta geração de camponeses, que habitaram a periferia da cidade, idéia já instalada por Bengoa (2002). As informações indicam a capacidade que têm os fragmentos recuperados de memória afetiva para mobilizar o sujeito a permanecer no campo. No entanto, não são exclusivos, pois os pedaços recuperados do passado se elaboram no presente ressignificado, como nos informa a Sra. Liz, sobre a construção do bairro no espaço rural, ou seja, a experiência urbana do presente não se perde, ao contrário se reforça no campo. Assim, a presença da experiência urbana no campo explica em parte os fatores do porque ocupar o campo.

PARTE III

5.3. Análise da esfera político-organizativa na dimensão econômica, e alteridade.

5.3.1- Introdução.

No seguinte item será analisada a esfera política que articula a ocupação rurbana, cruzando por ela transversalmente quatro dimensões: a organizativa, a econômica, a orgânica e a de alteridade. A primeira dimensão orienta a classificação das condições que objetivam de fato a ocupação rurbana entre as organizações atuantes, como a motivação política, a deficiência de políticas públicas de Reforma Agrária para o setor semi-rural, e as eventuais iniciativas do movimento social para enfrentar a situação. A dimensão econômica permite ilustrar os diversos olhares e

pontos de vista dos atores sobre as divergências que atuam no planejamento da produção da ocupação rurbana, situação caracterizada pela falta de consenso sobre a forma de geração de renda das famílias. As últimas duas dimensões sobre a organização interna e a alteridade permitem ilustrar a plasticidade e a flexibilidade das organizações que participam do processo tanto do MST e das BP respeito aos métodos e a forma de intervir na ocupação rurbana, mediadas por fenômenos culturais.

O conjunto dessas dimensões permitiu entender as condições objetivas que mobilizam as estruturas políticas do campo e da cidade para coordenar a ocupação rurbana num processo de interação entre duas naturezas organizativas diferenciadas. A relação estabelecida entre as organizações subsidiará o suporte bibliográfico da rurbanidade mediada por processos experimentais que cristalizam os desdobramentos e complexidades entre o fenômeno da realidade social e os patamares teóricos que caracterizam o debate, especialmente os fatores da cultura que interferem no processo político. Estas dimensões serão descritas e interpretadas conjuntamente segundo a orientação metodológica da presente pesquisa, por meio das narrativas e olhares dos atores políticos mais focados nas lideranças das duas organizações que participam do processo.

5.3.2-Análise das Entrevistas.

Esfera política: Dimensão de motivação para ocupação rurbana.

A interação dos diálogos entre as lideranças que participam da organização política da ocupação rurbana facilita descrever as motivações que marcam os fundamentos para mobilizar as famílias a participar da proposta, como se observa nos seguintes olhares.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.
A luta no campo estava travada, chegou a um esgotamento de massificação, e só vai para frente se conseguir articular os movimentos urbanos nas lutas em direção ao poder real para destravar a luta no campo. O MST tem que avançar na direção das cidades e as cidades também pedem isso pelo esgotamento da vida na cidade com a violência. É um bom desafio organizar o povo da cidade.

Iria, Liderança do Setor de comunicação e de frente de massa das Brigadas populares. 25 anos

Acredito que estamos vivendo um período de reconfiguração social no avanço do capital no espaço urbano fabril, sendo mais especulativo na minha avaliação os setores desempregados das favelas que vão para ocupação rurbana para ampliar as expectativas econômicas das famílias e habitação, negadas pela cidade em parte porque a agricultura precisa de menor quantidade de recursos.

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.

Ao momento de conquistar a terra um sem teto que era um desempregado vai conquistar quatro dimensões que a cidade oferece: moradia, emprego educação e comida para sua família. Esse convencimento tem que ser feito pelas lideranças. Então vejamos; você conquista casa garantida, uma escola, um lote para trabalhar, você pode ter uma vaquinha para garantir seu leite, vai criar umas galinhas e com isso garantir sua comida, incluindo esses aspectos de serviços mais urbanos como a cooperativa.

Existe consenso nos pontos de vistas dos atores de que a cidade para o movimento urbano e o campo para o movimento rural são espaços que para o primeiro não garantem o desenvolvimento econômico e para o segundo não permitem a massificação política na RMBH. São duas dimensões sociais que estão esgotadas, e ali os diálogos apontam na necessidade de uma política de alianças que permita reverter esse quadro, mas que apresenta por parte de MST uma motivação mais ideológico-político que econômica, como será analisado a seguir:

5.3.3-Esfera política: Dimensão de aliança.

Segundo os olhares dos atores entrevistados, a aliança política entre as duas organizações surge como uma síntese a partir do campo e da cidade, e a ocupação rurbana será um sintoma dessa situação. No entanto, esta ação está determinada eminentemente pela esfera política sobre a preservação dos princípios políticos que orientam o atuar de cada organização, pois MST se apresenta como organização que superou a luta gremial pela terra; portanto, são fatores ideológicos, rígidos e inflexíveis que mobilizam e dão coerência a estratégias de unidade dessa coalizão, como será confirmado nas falas a seguir:

Yuri, Liderança do setor prisional e frente de massa das Brigadas Populares RMBH. 28 anos

O campo pode deixar de ser como se conhece vinculado à produção da terra, a ocupação rurbana pode ser uma síntese nova a partir de uma re-fundação do campo e da cidade, que não passa apenas pela ampliação de

divisão de tarefas no campo. A totalidade seria mudar essa noção tão estereotipada que existe do campo e da cidade, e como já se diz é inviável a cidade e o campo da forma em que estão colocadas. Construir um acampamento rurbano é um sintoma dessa situação. Por isso, não é à toa que o MST e as Brigadas Populares que trabalham de forma completamente diferente começam a construir um debate para uma intervenção conjunta. Isso vai significar avaliar as políticas públicas rurais e urbanas nessa síntese do qual que falo.

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.
O movimento tomou uma decisão política para trabalhar com setores urbanos. Ao longo destes, anos virmos elaborando métodos diferenciados de outras regiões, mas o desafio é sistematizar esses métodos e sistematizar um planejamento maior. E justamente acho que essa não é mais a tarefa de MST. Ou envolvemos outros atores sociais que têm vínculo com mais urbano mesmo na luta pela reforma agrária ou não vamos ter sucesso. Ou seja, ampliar a base da Reforma Agrária para setores urbanos é urgente. Essa foi a lição que o MST apreendeu, por isso surgiu a idéia de fazer trabalho com as lideranças de bairros e com as Brigadas Populares.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.
O MST pode se descaracterizar com a ocupação rurbana, mas o MST já se descaracterizou de um movimento camponês tradicional porque a gente quer uma reforma política, então a gente não está preso das formas, mas sim do conteúdo. A maior característica nossa é a luta pela justiça social, além da luta pela terra. Isso explica a parceria com as práticas das Brigadas Populares. Eles são bons parceiros porque praticam a ação direta, formam núcleos, se apropriam da teoria, esses princípios é o que interessa à gente

Arnaldo, Liderança nacional de MST. 48 anos.
Primeiro fato que não podemos abrir mão (não importa qual seja a organização) dos princípios que nos mobilizam como organizar a luta e a decisão coletiva. Veja, se temos que negociar com o prefeito, esses princípios vão ter que ocorrer mesmo pela imposição nossa e pela necessidade, por mais que a gente queira não temos como abrir mão. Os outros podem ser flexíveis sobre a produção, individual coletiva etc.

De igual forma, os diálogos apontam que a atuação dos movimentos está atrelada à mudança das políticas públicas voltadas para o setor urbano e rural. Esses dados colocam a necessidade de ilustrar a situação das políticas públicas voltadas para a população rurbana da RMBH como será interpretada no seguinte item, com foco nos limites da reforma agrária para a população urbana, por meio dos diversos programas que a compõem.

5.3.4-Esfera política: Dimensão de Política Pública.

Este item analisará as limitações das políticas públicas para a população que pratica ocupações extra-agrícolas utilizando-se as reflexões

teóricas de Schneider (2006) e Belik. (2000), já referidas como referência bibliográfica no Capítulo I do presente estudo. Essas noções serão confirmadas nas narrativas dos atores e quadros estatísticos de programas governamentais para a RMBH:

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.
As políticas de preços de créditos são insuficientes, a falta de terra parcelada produz uma paralisia geral da reforma agrária, desestimula a produção de todo mundo. O trabalhador não vai investir nessa área que não é dele, então não temos projeto concreto para mobilizar o povo urbano. Se nós tivéssemos uma política séria de Reforma Agrária, poderíamos oferecer agroindústria que absorvesse esse povo, tanto quanto uma fábrica da cidade. Então, o assunto não é culpar o urbano para explicar a baixa produtividade, é a baixa de alternativas para produzir além da terra, porque urbano não vai para terra apenas para não pagar aluguel, vai como projeto de vida.

Yuri, Liderança do setor prisional e de frente de massa das Brigadas Populares
RMBH. 28 anos.

É possível a reforma agrária e os programas de governo contribuírem com as pessoas que vão participar da ocupação urbana, mas para isso acontecer não é simplesmente pela repartição da terra. Para nós, o assunto não é terra nem a produção agrícola, é mudar as estruturas de desenvolvimento do campo que incorporem acesso à saúde, escola e trabalho, adaptado à realidade das pessoas, mesmo sendo urbanas. Hoje, isso está longe de acontecer ainda para o setor camponês.

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.
O Estado tem uma estrutura velha e pesada, não avança em assuntos do campo, o INCRA e o Pronaf, frente a situações novas preferem ficar parados. Por exemplo, nos já temos pequenas parcelas produtivas e eles nem consideram. O fato é que no campo político, os avanços para os trabalhadores foram nulos. Não teve reforma agrária, não teve reforma urbana. Mas, nessa batalha, é necessário avançar melhor nos créditos Pronaf, tanto para os assentados como para esse novo público urbano, mas no pior dos casos, se ficar esse que está ali que é uma conquista do trabalhador brasileiro, vamos ter que criar uma nova modalidade só possível pela nossa força política.

Segundo os pontos de vista explanados pelos entrevistados, existe consenso em avaliar que uma das deficiências do programa da Reforma Agrária é não conseguir absorver a população urbana pela falta de créditos para empreendimentos agroindustriais, num contexto de deficiência estrutural de burocracia interna do INCRA que demora no parcelamento de áreas, dificultando o acesso ao crédito. Dessa forma, seria uma situação estrutural que limita as alternativas para a população urbana da RMBH atuar em ações produtivas rurais, não sendo a própria capacidade produtiva do setor. Não obstante, as informações dos entrevistados apontam que, apesar

da situação, é possível que os programas governamentais contribuam como o Pronaf, mas depende de aprofundar as modalidades de créditos existentes. Estes olhares corroboram as informações dos créditos PRONAF⁵⁹ para agricultura familiar do Estado Minas Gerais dos últimos 04 anos.

Das 432 famílias beneficiadas pelo Pronaf - crédito inicial para o ano de 2005, apenas 43 pertencem ao MST, distribuídas pelas regiões do Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e RMBH. Nesse mesmo ano, das 131 famílias que tiveram acesso ao programa AC de investimento, apenas 18 estavam fora de MST na região de Vale do Rio Doce. De igual modo, das 125 famílias que tiveram acesso aos créditos iniciais de consumo para o ano de 2006, apenas 18 eram de MST da região de Governador Valadares. Para o ano 2007, das 1.122 famílias que aplicaram recursos de créditos iniciais de consumo, apenas 25 famílias eram do MST, e das que tiveram acesso ao recurso de crédito para investimento AC, apenas 12 famílias das regiões de Vale do Rio doce e Oeste mineiro. Para o ano 2008, das 4265 famílias que tiveram acesso a créditos iniciais de consumo, apenas 260 pertenciam ao MST, distribuídas pelas regiões Centro-oeste, Triângulo, Jequitinhonha e Valo do Rio Doce. Por fim, no ano 2008, para as atividades não-agrícolas propriamente ditas, apenas 01 família - que não pertence ao MST – teve acesso a créditos para mulheres (classificadas de outro) da região Metropolitana de Belo Horizonte no município de Betim. De igual maneira, 01 família teve acesso a recursos do para programa de Biodisel na região Norte do estado. Portanto, segundo as 09 tabelas analisadas e fornecidas pelo

⁵⁹ O Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996 pelo Governo Federal. No programa, existem várias linhas de crédito (como, por exemplo, o Pronaf A, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf Floresta), sendo que o Pronaf A é uma linha destinada a agricultores assentados em programa de reforma agrária e cadastrados no INCRA e para a pequena agricultura familiar. O acesso a esta linha de crédito constitui o sexto procedimento técnico administrativo a ser adotado na fase de implantação de um projeto de assentamento MIRANDA, 2008, p 53. Esta linha incentiva, por meio de recursos financeiros, as primeiras ações produtivas ditas de rural primeiro passo obrigatório para acessar créditos posteriores, inclusive os não agrícolas. As outras linhas de financiamento pretendem subsidiar ações produtivas em áreas já capitalizadas.

MDA-BH e INCRA-BH⁶⁰, em anexo, que vão desde o ano 2005 até 2008, não foi identificado nenhum investimento para ações não agrícolas em áreas do MST na região metropolitana, que aliás se reduziu a 02 famílias da agricultura familiar em programas de caráter temático.

Estes indicadores estão de acordo com as afirmações de Schneider (2006), ao denunciar que um dos obstáculos que o ofício pluriativo tem que enfrentar na esfera de políticas públicas para se incorporar aos planos de Reforma Agrária é a dificuldade das famílias que praticam ocupações não-agrícolas em obter os créditos de órgãos governamentais, como o PRONAF que destina grande parte de seus recursos às unidades que praticam atividades agrícolas ditas tradicionais. Especificamente, “a norma de execução nº 33 de agosto de 2005 do INCRA, que dispõe sobre a seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, no artigo 6º, parágrafo segundo, prevê que não pode ser beneficiário o agricultor (a) cujo conjunto familiar auferir renda proveniente da atividade não-agrícola superior a (3) salários mínimos” (Schneider:2006:p.25).

Seis anos antes esta situação já era analisada por especialistas do tema, que questionavam que este tipo de programas que instala um tipo ideal de agricultura familiar no cenário rural Brasileiro, pelas medidas de obtenção de créditos nos tipos de contratos (Belik.W.2000:100-1001), deixam de fora todos aqueles que praticam atividades não-agrícolas cuja renda ultrapassa 20% do total da ingresso familiar. Segundo CARNEIRO (2000), o agricultor meta de tal programa é aquele cujo rendimento de trabalho dito agrícola seja responsável por, no mínimo, 80% da renda familiar (2000:123).

Estatisticamente, estas informações se reduzem -segundo os índices analisados para as famílias sem terra do estado de Minas Gerais- que de um universo de 6075 famílias beneficiadas pelos diversos programas de créditos Pronaf, apenas 376 famílias sem terra tiveram acesso a créditos nas linhas

⁶⁰ As 09 tabelas analisadas sobre acompanhamento de créditos iniciais, créditos de AC-Investimentos, programas de Pronaf Mulher e Biodisel, não foram ilustradas neste capítulo porque não indicam valores respeito das ocupações não agrícolas nas áreas de MST, daí que achamos improdutivo realizar tabelas de comparação de 04 anos desses ofícios para chegar ao nível de expressão cujo valor é 0.

de consumo e investimento inicial de base agrícola, representando 5,1% do total dos recursos distribuídos para esse período. Desse total populacional não se constatou benefício para as famílias ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas e pluriativas das áreas sem terra, tanto por não cumprir com o perfil de agricultor ideal traçado pelos autores acima mencionados, mas também pela estrutura do programa que obriga as famílias primeiramente a cumprir com o acesso ao investimento inicial. Este está destinado, num primeiro momento, para a capitalização das famílias em atividades de base ditas agrícolas num processo longo e demorado.

Uma vez cumprida essa fase, as famílias poderiam ter acesso a outros programas como os créditos destinados a ações não-agrícolas. Essa noção tem como princípio desconhecer a capacidade produtiva não-agrícola da pequena agricultura familiar, que na situação das famílias sem terra analisada neste estudo (ver tabela 10.1 e 10.2) afeta 106 famílias de produtores da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dessas 106 famílias 79 exercem ações não agrícolas e 09 exercem a pluriatividade, representando 39,4% do total das famílias sem terras beneficiadas pelo programa do Pronaf. Estes fatores analisados oferecem elementos para confirmar o princípio que mobilizou o problema da presente pesquisa, em relação à: **falta de políticas públicas destinadas às famílias incorporadas a programas de Reforma Agrária que praticam ocupações não agrícolas.** Esta confirmação adquire coerência quando se constata o considerável percentual da população que desenvolve estas atividades, tanto dentro como fora das áreas, com se verifica no item 4.1 e 4.2 da seção de análise anterior.

5.3.5-Esfera política: Dimensão da autogestão econômica rurbana do MST.

Como foi constatado no item anterior, frente às limitações do programa governamental para absorver a população não agrícola em ações de desenvolvimento econômico, surgem informações sobre a possibilidade de o movimento social pautar e aprofundar as demandas rurbanas nos

programas de políticas públicas e no conjunto da reforma agrária, como se observa nas seguintes narrativas:

Yuri, Liderança do setor prisional e de frente de massa das Brigadas Populares RMBH. 28 anos.

O urbano está pautado pela impossibilidade de dar emprego e trabalho. Esse é o fator objetivo que vai permitir as pessoas de se apropriar de alguns meios de produção para sobreviver em sintonia com políticas públicas adequadas, mas acredito que não existem essas políticas públicas que entendem esse fenômeno de forma mais estrutural para ocupar áreas semi-urbanas. Eu acho que é o movimento social que vai pautando políticas voltadas para esses dois grupos diferentes, mas ninguém sabe como.

Marisa, Técnica do setor de Produção do MST. RMBH. 31 anos

Aqui a vantagem para a reforma agrária é aumentar os números em termos de quantidade, ou seja, se antes se assentavam 3 famílias, com a ocupação urbana, a reforma agrária pode assentar 6 vezes mais. Outra é a diversidade da produção se aumentar a área pode produzir chinelo, lingüiça, pode produzir roupa, sapato, serviços, vassoura etc, etc., etc...Eu acho que é uma argumentação boa para a defesa da reforma agrária também, mas não sei se nossos projetos para agricultura semi-rural vão sensibilizar o INCRA para argumentar a potencia dessas atividades na reforma agrária. E outra, para o MST claramente tem limitações porque não vamos dizer que essas mercadorias não-agrícolas vão competir livremente no mercado capitalista porque não vão, vão ser iniciativas sempre subordinadas ao capital, ou seja, para nós vai ser tudo muito incerto.

Contudo, quando observamos as iniciativas internas do movimento sem-terra para abordar a temática do trabalho extra-agrícola ou da agricultura periurbana na RMBH, observamos que apesar de serem ações significativas, são embrionárias, ambíguas nas falas de da liderança Yuri e da técnica Marisa, além de serem de pouco alcance em termos percentuais, dificultando a influência nas políticas públicas voltadas para a população urbana, afirmada pelos entrevistados acima. Estas informações podem ser confirmadas nas tabelas de execução de projetos econômicos do MST dos últimos 04 anos destinados as atividades não agrícolas dentro das áreas da RMBH do movimento:

Tabela 10.4 - Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático ano 2004 / MST- MG.

Caráter Temático Nº projetos 15	Título	Entidade	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada Nº Áreas (279)	Municípios	Região
Educação do campo	Pedagogia da Terra - Curso de pedagogia UFMG	UFMG	Fev	24 áreas	15	Vale do Mucuri, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, RMBH, Sul, Norte, Triângulo.
	Curso de História Universidade Federal de Paraíba	UFP	Fev	8 áreas	4	Estado MG
	Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra de Minas Gerais	Caritas Brasileira	Fev	26 áreas	7	Estado MG
Qualificação profissional para Agricultura Familiar	Formação de educação profissional dos/as trabalhadores rurais assentados do estado de Minas Gerais	FAT Minist. do Trabalho	Fev	45 áreas	32	Estado MG
Formação saúde agroecológica agricultura familiar	Formação de agentes de saúde popular em áreas de acampamento e assentamento rural.	Fundo Nacional de Saúde	Mar	25 áreas	28	Estado MG
Capacitação e produção para acampamentos	Projeto Emergencial para o Acampamento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra	Cáritas Brasileira	Mar	01 área	1	RMBH
Produção extra-agrícola: Capacitação para produção digital	Projeto de telecentros para CFFV.	FURNAS	Abril	01 área	8	Estado MG
Capacitação e produção para acampamentos	Desenvolvimento Sustentável nos Acampamentos de Reforma Agrária da Região do Vale do Jequitinhonha/MG	Congregação Central Franciscana MG	Maio	26 áreas	24	Estado MG
Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	Formação de agentes agroecológicos para uma produção sustentável	MDA Emenda Parlamentar	Jun	35 áreas	32	Estado MG
Produção Investimento e Custeio Meio ambiente-agricultura familiar	Projetos de recuperação ambiental MST/MG	Terra Sol	Jun	12 áreas	11	Vale do Rio Doce, Triângulo, Jequitinhonha
Formação saúde agroecológica agricultura familiar	Prevenção às DST/AIDS, através da informação e educação, nas áreas de Acampamento de Reforma Agrária	Mins. Saúde Programa DST/AIDS	Agost.	45 áreas	32	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	Programa de instalação de equipamentos para produção agropecuária	PROSAM	Agost.	28 areas	9	Triângulo Mineiro, Jequitinhonha e Norte de Minas
Segurança alimentar para agricultura familiar	Desenvolvimento Sustentável e Combate a Desnutrição Infantil no Assentamento Franco Duarte	Congregação Agostiniana	Set	01 área	1	Jequitinhonha
Instalação e obras	Instalação de uma Cozinha Comunitária no Assentamento Oziel Alves Pereira.	Banco Brasil	Out	01 área	32	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	Melhoramento da agroindústria integrada de produção de açúcar mascavo, rapadura e álcool no Assentamento Dom Orione – Betim MG	Terra Sol	Out	01 área	1	RMBH
TOTAL	15	13	8	279	237	Estado MG

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados pelo MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

Tabela 10.5 - Agrupação dos pesos de valores por eixo temático – 2004

Carater Temático Nº projetos (15)	Nº unidade e Absoluto (15)	Temas Agrupados (%)	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada Nº absoluto. Áreas (279)	Município	Região
Educação do campo	1		Fev	24 áreas	15	Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, RMBH, Sul, Norte, Triângulo
	1		Fev	8 áreas	4	Estado MG
	1	20,0	Fev	26 áreas	7	Estado MG
Qualificação profissional para Agricultura Familiar	1	6,7	Fev		32	Estado MG
Formação, saúde agroecológica agricultura familiar	1		Mar	25 áreas	28	Estado MG
	1	13,3	Agost.	45 áreas	32	Estado MG
Capacitação e produção para acampamentos	1		Mar	01 área	1	RMBH
	1	13,3	Mai	26 áreas	24	Estado MG
Produção extra-agrícola: Capacitação para produção digital	1	6,7	Abril	01 área	8	Estado MG
Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	1		Jun	35 áreas	32	Estado MG
	1	13,3	Jun	12 áreas	11	Vale do Rio Doce, Triangulo, Jequitinhonha
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1		Agost.	28 areas	9	Triângulo Mineiro, Jequitinhonha e Norte de Minas
	1	13,3	Out	01 área	1	RMBH
Segurança alimentar para agricultura familiar	1	6,7	Set	01 área	1	Jequitinhonha
Instalação e obras	1	6,7	Out	01 área	32	Estado MG
TOTAL	15		8	279	237	Estado MG

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

Tabela 10.6- Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2004.

Divisão Temática	Carater Temático Nº absoluto de projetos (15)	Nº absulto unidade	Temas Agrupados (%)	Região
Educação do campo	Educação do campo	1		Estado MG
		1		
		1		
	TOTAL	3	20,0	
Agricultura Familiar	Qualificação profissional para Agricultura Familiar	1	6,7	Estado MG
	Formação saúde agroecologica-agricultura familiar	2	13,3	
	Capacitação e produção agroologica para agricultura familiar	2	13,3	
	Capacitação e produção para acampamentos	2	13,3	
	Segurança alimentar para agricultura familiar	1	6,7	
	TOTAL	8	53,3	
Produção Extra-agrícola	Produção extra-agrícola Capacitação para produção digital	1	6,7	Estado MG
	TOTAL	1	6,7	
Infraest. Agroind.	Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1		Triangulo Mineiro, jequitinhonha e Norte de Minas e Estado MG
		1	13,3	
	TOTAL	2	13,3	
Obras	Instalação e obras	1	6,7	Estado MG
	TOTAL	1	6,7	

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007
 Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

Tabela 10.7 - Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático ano 2005 / MST-MG

Carater Temático	Título	Entidade	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada	Municípios	Região
Instalação e Obras	Reforma do Centro de Formação Francica Veras assentamento Ozziel Alves	PTM Mundubat	Jan	45 áreas	32	Estado MG
Educação do campo	Pedagogia da Terra - Curso de pedagogia UFMG	UFMG	Fev	24 áreas	15	Estado MG
	Curso de História Universidade Federal de Paraiba	UFP	Fev	8 áreas	4	Estado MG
Segurança alimentar para agricultura familiar	Segurança alimentar e saúde complementar nas áreas de pré - assentamentos e acampamentos da reforma agrária do norte de minas.	CIMA	Març	7 áreas	6	Norte de Minas
Qualificação profissional para Agricultura Familiar	Projeto de Qualificação Social e Profissional	FAT Minist. do Trabalho	Abril	45 áreas	32	Estado MG
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	Apoio financeiro a projetos de assistência técnica e extensão rural/ capacitação de agricultores familiares e agentes de desenvolvimento	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Maio	01 área	1	Triângulo Mineiro
Produção e capacitação meioambiental	Manejo de reserva legal e áreas de preservação permanente do projeto de assentamento Flávia Nunes.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Jun	01 área	1	Triângulo Mineiro
	Formação de Educadores e Educadoras Ambientais em áreas de Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais	MMA	Jun	45 áreas	32	Estado MG
Instalação e Obras	Reforma do Centro de Formação Francica Veras	Setem Navarra Espanha	Set	45 áreas	32	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	Melhoramento da agroindústria integrada de produção de açúcar mascavo, rapadura e álcool no Assentamento Ho Chi Mim	Terra Sol	Out	01 área	1	RMBH
TOTAL	10	10	8	221	354	Estado MG

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007 Elaborado por Riquelme 2007.

*Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

Tabela 10.8- Agrupamento dos pesos de valores por eixo temático 2005

Carater Temático Nº absoluto de projetos (10)	Nº unidade e Absoluto (10)	Temas Agrupados (%)	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada. Nº absoluto. Áreas (221)	Municípios	Região
Instalação e Obras	1		Jan	45 áreas	32	Estado MG
	1	20,0	Set	45 áreas	32	Estado MG
Educação do campo	1		Fev	24 áreas	15	Estado MG
	1	20,0	Fev	8 áreas	4	Estado MG
Segurança alimentar para agricultura familiar	1	10,0	Març	7 áreas	6	Norte de Minas
Produção extra-agrícola	0					
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	1	10,0	Maio	01 área	1	Triangulo Mineiro
Produção e capacitação meioambiental			Jun	01 área	1	Triangulo Mineiro
	2	20,0	Jun	45 áreas	32	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1	10,0	Out	01 área	1	RMBH

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela 10.9 - Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2005.

Divisão Temática	Caráter Temático Nº absoluto de projetos (10)	Nº absoluto unidade	Temas Agrupados (%)	Região
Obras	Instalação e Obras	1	10	Estado MG
		1	10	
	TOTAL	2	20,0	
Educação do Campo	Educação no campo	1	10,0	Estado MG
		1	10,0	
	TOTAL	2	20,0	
Produção extra-agrícola		0	0,0	Estado MG
	TOTAL	0	0	
Agricultura Familiar	Segurança alimentar para agricultura familiar	1	10,0	Norte, Triângulo e Estado MG
	Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	1	10,0	
	Produção e capacitação meioambiental	1	10,0	
		1	10,0	
TOTAL	4	40,0		
Infraest. Agroind.	Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1	10	RMBH
	TOTAL	1	10	

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007.

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela. 10.10-Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático - ano 2006 / MST-MG

Carater Temático	Título	Entidade	Período de Aprovação do convênio	Nº de áreas beneficiadas	Municípios	Região
Educação do campo	Pedagogia da Terra - Curso de pedagogia UFMG	UFMG	Fev	24 áreas	15	Estado MG
	Curso de Historia - Universidade Federal de Paraiba	UFP	Fev	08 áreas	4	Estado MG
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	Produção e comercialização de produtos vindos de assentamentos de reforma agrária do estado de Minas Gerais	INCRA Terra sol	Fev	28 areas	20	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	Pré-projeto sobre microdestilaria	INCRA Terra sol	Fev	25 áreas	15	Estado MG
Formação saúde agroecológica-agricultura familiar	Manejo de fitoterapia como elemento estratégico da saúde nas áreas rurais e na gestão participativa de Políticas Públicas de Plantas Medicinais no estado de Minas Gerais	FURNAS	Maio	18 áreas	18	Vale do Rio Doce, Jequitinhonha, Sul de Minas, RM, Oeste, Norte, Triângulo
Produção extra agrícola: Produção e Artesanto	Agroindústria de violão caipira no norte de minas	Setem Navarra Espanha	Maio	03 áreas	3	Norte de Minas
Produção e capacitação meioambiental	Manejo da Agrobiodiversidade no norte de Minas Gerais	MDA Programa Conviver	Maio	03 áreas	3	Norte de Minas
Cultura para agricultura familiar	Cultivar Cultura na Reforma Agrária (Pontos de Cultura)	Secretaria de Programas e Projetos Culturais – MinC	Jun	01 área	1	Vale do Rio Doce
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	Capacitação de agentes locais em agroecologia e gestão ambiental em assentamentos de Reforma Agrária do estado de Minas Gerais	MDA Emenda parlamentar	Jun	13 áreas	8	Estado MG
Produção e capacitação meioambiental	Fortalecimento da produção agrícola familiar na região do semi-árido mineiro, utilizando alternativas de convivência com o semi-árido, através da organização de grupos e agroindustrialização	PETROBRAS	Jun.	07 áreas	12	Jequitinhonha e Norte de Minas
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	Inserção dos agricultores familiares e assentados da região norte de Minas Gerais na cadeia produtiva do biodiesel	PETROBRAS	Jun	14 áreas	12	Norte de Minas
Produção extra agrícola: Produção e pesca	Prestação de serviços de assistência técnica para o desenvolvimento da aqüicultura em assentamentos de reforma agrária de Minas Gerais	Ministério da Pesca	Jun	03 áreas	3	Sul de Minas, e Vale do Rio Doce
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	Curso de agentes agroecológicos para agricultura familiar	ITER	Agos	02 áreas	2	RMBH
	Curso Estadual de Capacitação em Desenvolvimento Rural Sustentável	INCRA-ITER	Set.	01 área	32	Estado MG
Educação do campo	Mobilização das famílias rurais visando a inclusão produtiva e a solidariedade social às pessoas com deficiência nas áreas da Reforma Agrária de Minas Gerais	Fundo Nacional de Solidariedade Campanha da Fraternidade	Out.	30 área s	16	Estado MG
Direitos Humanos	Acompanhamento Jurídico as Famílias do Massacre de Felisburgo	Cooperação internacional Itália	Out.	01 assent.	1	Jequitinhonha
	Acompanhamento Jurídico as Famílias do Massacre de Felisburgo	Cooperação internacional Itália	Nov	01 assent.	1	Jequitinhonha
TOTAL	17	15	7	191	165	Estado MG

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela. 10.11 – Agrupação dos pesos de valores por eixo-temático 2006

Caráter Temático Nº absoluto de projetos (16)	Nº unidade e Absoluto (17)	Temas Agrupados (%)	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada Nº absoluto Áreas (222)	Municípios	Região
Educação do campo	1		Fev	24 áreas	15	Estado MG
	1		Fev	08 áreas	4	
	1	18,8	Out.	30 áreas	16	
Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	1		Fev	28 áreas	20	Estado MG
	1		Jun	13 áreas	8	
	1		Jun	14 áreas	12	Norte de Minas
	1		Agos	02 áreas	2	RMBH
	1	31,3	Set.	01 área	32	Estado MG
Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1	6,3	Fev	25 áreas	15	Estado MG
Produção extra agrícola: Produção e Artesanto	1		Maio	03 áreas	3	Norte de Minas
	1	12,5	Jun	03 áreas	3	Sul de Minas, e Vale do Rio Doce
Formação saúde agroecológica- agricultura familiar	1	6,3	Maio	18 áreas	18	Vale do Rio Doce, Jequitinhonha, Sul de Minas, RM, Oeste, Norte, Traingulo
Produção e capacitação meioambiental	1		Maio	03 áreas	3	Norte de Minas
	1	12,5	Jun.	07 áreas	12	Jequitinhonha e Norte de Minas
Cultura para agricultura familiar	1	6,3	Jun	01 área	1	Vale do Rio Doce
Direitos Humanos	2	12,6	Nov	01 assent.	1	Jequitinhonha

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela 10.12- Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2006

Divisão Temática	Nº absoluto de projetos (16)	Nº unidade e absulto (17)	Temas Agrupados (%)	Região
Educação do Campo	Educação do campo	1		Estado MG
		1		
		1	18,8	
	TOTAL	3	18,8	
Agricultura Familiar	Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	5	31,3	Norte, RMBH e Estado MG
	Formação saúde agroecológica-agricultura familiar	1	6,3	
	Produção e capacitação meioambiental	2	12,5	
	Cultura para agricultura familiar	1	6,3	
	TOTAL	9	56,4	
Infraest. Agroind.	Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1	6,3	Estado MG
	TOTAL	1	6,3	
Produção extra agrícola	Produção extra-agrícola Produção e Artesanto	1		Norte, Vale do Rio Doce e Sul de Minas
	Produção extra-agrícola: Produção e pesca	1	12,5	Vale do Rio Doce e Sul de Minas
	TOTAL	2	0	
Direitos Humanos	Acompanhamento Jurídico as Famílias do Masacre de Felisburgo	2	12,6	Jequitinhonha
	TOTAL	2	12,6	

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela 10.13 - Projetos de investimento Social Executados e Discriminados pelo Título Temático - ano 2007

Caráter Temático	Título	Entidade Financiadora	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada	Municípios	Região
Educação do campo	Pedagogia da Terra; Curso de pedagogia UFMG	UFMG	Fev	24 áreas	15	Estado MG
	Curso de Historia Universidade Federal de Paraíba	UFP	Fev	8 áreas	4	Estado MG
Produção extra-agrícola Agricultura Urbana e Peri Urbana	Construindo o Comércio Solidário em Nova União - MG	MDS	Jun.	01 área	1	RMBH
Qualificação profissional para Agricultura Familiar	Curso sobre gestão solidária e manejo da cadeia produtiva agropecuária de matriz agroecológica	FAT Minist. do Trabalho	Jun	45 áreas	32	Estado MG
Produção extra-agrícola Agricultura Urbana e Peri Urbana	Implantação de Sistemas Integrados de Consumo	EdiMDS	Jul.	01 área	1	RMBH
Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	Promoção de empreendimentos solidários pelo desenvolvimento rural sustentável no Vale de Rio Doce "	Emenda Parlamentar	Agost	09 Assent.	6	Vale do Rio Doce
Produção e capacitação meioambiental	Promoção de empreendimentos agropecuários solidários e da biodiversidade da mata atlântica no Vale de Rio Doce"	ITER	Agost	08 Assent.	8	Vale do Rio Doce
Capacitação e produção agroecológica para agricultura familiar	Manejo da produção pecuária no cerrado de Bambuí	IITER	Set	02 áreas	1	RMBH
Instalação e Obras	Instalação e reforma do Centro de Formação Francisca Veras para a promoção profissional da pequena agricultura familiar de Minas Gerais.	ITER-INCRA	Out.	01 área	1	Vale do Rio Doce
Segurança alimentar para agricultura familiar	Promovendo a segurança alimentar em áreas de reforma agrária de Minas Gerais	INCRA-ITER	Out.	20 áreas	32	Estado MG
Capacitação e produção agroecológica agricultura familiar	Formação de agentes de desenvolvimento agroecológico para a pequena agricultura de MG	IITER	Nov	10 áreas	10	Vale do Rio Doce e Norte de Minas
Direitos Humanos	Acompanhamento Jurídico as Famílias do massacre de Felisburgo	Cooperação internacional Itália	Out.	01 assent.	1	Jequitinhonha
			Nov	01 assent.	1	Jequitinhonha
TOTAL	13	8	7	130	112	Estado MG

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

*Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela 10.14 - Agrupação dos pesos de valores por eixo temático – 2007

Caráter Temático Nº absoluto de projetos (12)	Nº unidade e Absoluto (12)	Temas Agrupados (%)	Período de Aprovação do convênio	Área beneficiada Nº absoluto Áreas (130)	Municípios	Região
Educação do campo	1		Fev	24 áreas	15	Estado MG
	1	16,7	Fev	8 áreas	4	Estado MG
Produção e capacitação meioambiental	1	8,3	Agost	08 Assent.	8	Vale do Rio Doce
Qualificação profissional para Agricultura Familiar	1	8,3	Jun	45 áreas	32	Estado MG
Produção extra-agrcola: Agricultura Urbana e Peri Urbana	1		Jun.	01 área	1	RMBH
	1	16,7	Jul.	01 área	1	RMBH
Segurança alimentar para agricultura familiar	1	8,3	Out.	20 áreas	32	Estado MG
Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar			Agost	09 Assent.	6	Vale do Rio Doce
			Set	02 áreas	1	RMBH
	3	25,0	Nov	10 áreas	10	Vale do Rio Doce e Norte de Minas
Instalação e Obras	1	8,3	Out.	01 área	1	Vale do Rio Doce
Direitos Humanos	2	16,6	Nov	01 assent.	1	Jequitinhonha

Fonte: Arquivos internos do MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

Tabela 10.15 - Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG 2007

Divisão Temática	Carater Temático Nº absoluto de projetos (12)	Nº unidade e absulto (12)	Temas Agrupados (%)	Região
Educação do Campo	Educação do campo	1		Estado MG
		1		
	TOTAL	2	16,7	
Agricultura Familiar	Capacitação e produção agroelógica para agricultura familiar	3		Estado MG
	Qualificação profissional para Agricultura Familiar	1		
	Produção e capacitação meioambiental	1		
	Segurança alimentar para agricultura familiar	1	27,4	
TOTAL	6	27,4		
Obras	Produção Invest. Cust. Agroindustrial	1	8,3	Vale do Rio Doce
	TOTAL	1	8,3	
Produção extra agrícola	Produção extra agrícola: Agricultura Urbana e Peri Urbana	1		RMBH
	Produção extra-agrícola: Agricultura Urbana e Peri Urbana	1	16,7	
	TOTAL	2	16,7	
Direitos Humanos	Acompanhamento Jurídico as Famílias do massacre de Felisburgo	2	16,6	Jequitinhonha
	TOTAL	2	16,6	

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região

Tabela 10.16 - Peso de projetos de investimento para a ocupação extra-agrícola por divisão temática / MST- MG anos 2004 - 2007.

Divisão Temática	Ano 2004		Ano 2005		Ano 2006		Ano 2007		Ano 2004-2007 valor produção extra-agrícola RMBH		
	(%)	Região	(%)	Região	(%)	Região	(%)	Região	Nº total (53)	(%)	Região
Educação do Campo	20,0	Estado MG	20,0	Estado MG	18,8	Estado MG	16,7	Estado	10	19,5	Estado MG
Agricultura Familiar	53,3	Estado MG	40,0	Estado MG	56,4	Norte, RMBH e Estado MG	27,4	Estado MG	27	51,9	Estado MG
Produção extra-agrícola	6,7	Estado MG	0,0		12,5	Norte, Vale do Rio Doce e Sul de Minas	16,7	RMBH	2	3,8	RMBH
Infraest. Agroind.	13,3	Estado MG	10,0	RMBH	6,3	Estado MG	0,0		4	7,6	Estado MG
Obras	6,7	Vale do Rio Doce	20,0	Estado MG	0,0		8,3	Vale do Rio Doce	4	7,6	Estado MG
Direitos Humanos	0,0		0,0		12,6	Jequitinhonha	16,6	Jequitinhonha	4	7,6	Jequitinhonha

Fonte: Arquivos internos de MST- MG. Ano 2007. Elaborado por Riquelme 2007

* Projetos ministrados e executados por MST Estadual, não inclui projetos ministrados em cada região.

A tabela 10.16 mostra a síntese do conjunto das tabelas discriminadas por ano, fornecendo o peso de projetos de investimento do MST-MG para trabalhos extra-grícolas com presença percentual no percorrer do período 2004-2007⁶¹, especialmente quando as comparações são anuais, como se observa no ano 2004 que apresenta um indicador de 4,6%, similar ao percentual de investimento obtido para o item de construção e obras, no mesmo período. De igual forma, para o ano 2006, o fornecimento de recursos para a produção extra-agrícola tem uma porcentagem similar aos recursos obtidos para Direitos Humanos que envolveram um percentual de 12,5% dos fundos desse ano, e tem uma porcentagem superior à rubrica de infra-estrutura de 6,3% e a obras de construção que para esse período não tiveram subsídio. Nessa linha, o investimento da ação não-agrícola para a RMBH no ano 2007 apresenta um percentual de 16,7% do fundo anual que é um índice significativo em relação a 27,4% dos valores absorvidos pela rubrica de trabalho da agricultura familiar tradicional, que concentra o maior percentual de recursos desse período.

Embora os índices mostrem certa estabilidade no provimento de recursos para as ocupações não agrícolas no decorrer do período analisado, a situação é apenas aparente quando se comparam os índices absolutos e totais. Dos 53 títulos de projetos aprovados no período 2004-2007, apenas 02 correspondem a ocupações não-agrícolas na RMBH, representando 3,8% do total do fundo, sendo o menor peso temático por atividade dos quatro anos analisados, seguido pelas rubricas de obras, infra-estrutura e direitos humanos que alcançam um percentual de 7,6%, e pela atividade da agricultura familiar tradicional que absorveu 51,9% do valor total dos fundos ministrados pelo movimento, sendo o maior peso temático da média total da amostra analisada.

Isso confirma, pelos indicadores analisados, que as iniciativas do movimento sem-terra para abordar a temática do trabalho extra-agrícola ou

⁶¹ A tabela 10.16 fornece os percentuais da ocupação não agrícola por ocupação temática como síntese das tabelas por eixo temático que sua vez se desprende das tabelas classificadas por título temático nos últimos quatro anos.

periurbano na RMBH são medidas embrionárias, e que apesar de serem ações significativas, são de pouco alcance em termos percentuais, pois envolvem apenas 91 famílias, ou seja, 0,6% do total das 1483 famílias assentadas pelo movimento sem terra, dificultando a influência da geração de políticas públicas voltadas para população urbana. Os alcances para incorporar as famílias que praticam ações não-agrícolas nas áreas são quase insignificantes, na medida em que envolvem um número limitado de famílias, como afirmam os entrevistados no item anterior. Estas informações são confirmadas nas tabelas de execução de projetos econômicos do MST dos últimos quatro anos destinados às atividades não-agrícolas dentro das áreas RMBH do movimento.

Dessa maneira, os indicadores da amostra analisada das tabelas 10.5, 10.8, 10.12, 10.15 permitem traçar a linha de prioridades de investimento do movimento sem-terra concentradas nas práticas produtivas voltadas para agricultura familiar no fomento da geração de renda nos princípios da agroecologia. Instalam assim uma imagem produtivista sob uma única forma de entender as relações socioeconômicas das áreas que limitam as ações não agrícolas nas áreas de MST. Estes fatores permitem responder a pergunta da pesquisa sobre as formas com que o movimento social e as entidades governamentais representam o campo por meio das ocupações não agrícolas.

De maneira similar se confirma a imagem produtivista nos modelos tradicionais desenvolvidos pelos programas de créditos governamentais que limitam o sujeito que pratica ações não-agrícolas a receber um tipo de crédito, pois os investimentos para setores não-agrícolas foram praticamente nulos para a RMBH, noção confirmada no ponto 5.3.4, deste item.

Estas imagens produtivistas com que as instituições enfrentam o trabalho não-agrícola, por meio das tabelas analisadas e junto às entrevistas do item 5.3.5 da liderança Yuri e Marisa, técnica de MST, confirmam a hipótese de que a representação da ocupação urbana surge das ambigüidades dos atores na esfera da produção, pois as entrevistas apontam as limitações que têm o movimento social para difundir as vantagens do trabalho não-agrícola tanto no interior do movimento como nas

políticas públicas, fruto das incertezas do processo. E que se reafirma no cruzamento das variáveis do item 5.3.6. e 5.3.7 na dimensão da temporalidade espacial sobre a perda do protagonismo da agricultura como renda principal das famílias, pelo efeito do exercício econômico fora da base agropecuária na ocupação urbana, como se constatará nas entrevistas a seguir.

5.3.6-Esfera Econômica: Dimensão de trabalho, benefício e dificuldade.

A continuação analisará a dimensão econômica que permite entender os pontos de convergência e as diferenças dos atores e de que maneira estas últimas contornam as decisões políticas da ocupação urbana, como indicam as narrativas dos entrevistados a seguir:

Arnaldo, Liderança nacional de MST. 48 anos.

Se os que vão para as áreas e como não têm perfil não trabalham a terra podem alugar o lote ou ter renda exclusiva fora da agricultura. Se isso acontece lá, nós vamos ter problemas, mas não temos acúmulos de experiências para repensar como a comuna da terra, porque nós não temos nenhuma experiência completamente urbana desse tipo aqui em MG, que seja bem-vinda e necessária!

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos

Veja bem, a experiência que temos trabalhado desde os primeiros tempos de MST era ter acessos aos centros urbanos para vender mais rapidamente com porções de terra menores, tendo em vista que talvez a lavoura possa não ser como renda principal de toda a família, mas um membro da família tem que cuidar desse lote. O pai a mãe podem se dedicar na lote produzindo hortigranjeiro, cultivando verdura, industrializando alguma coisa e os filhos poderiam ter um serviço na cidade como agregação de renda das famílias, caso contrário descaracteriza o MST.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.

O significado da terra tradicional é produção primária para alimento. Ao contrário disso, para o movimento é que serve não apenas para produzir alimentos e sim para gerar homens numa nova sociedade. Então, agroindústria na cadeia produtiva não-agrícola não descaracteriza terra, entendida desta maneira inclusive chegando ao ponto que área não produza a terra e até comprar matéria prima de outra área. Ou seja, temos experiências de geração de renda agroindustrial e da comercialização de venda direta como remédios, shampoo, sabonetes, mas não temos um esforço sistematizado. É mais na intuição política, não temos uma linha política clara, ela é construída dependendo da demanda.

Marisa, Técnica do setor de Produção do MST. RMBH. 31 anos

A agroindustrialização tem uma complexidade na roça, porque o trabalho urbano é com mercadoria e nós batemos muito a tecla de subsistência, nós não temos capacidade de gerar excedente. O trabalho não-agrícola em

nossas áreas é sempre de forma atípica como cabeleiras, artesã, padarias como o grupo de costura de mulheres e fabricantes de vassouras em Governador Valadares, mas que o setor não acompanha segundo minha opinião não são excluídas pelo fato de serem atividades não-agrícolas, é por serem mulheres e jovens, que não estão nos poderes de decisão, porque quando a prática de venda acontecer é administrado pelos homens. Fica então numa atividade invisibilizada. É preciso fortalecer o trabalho não-agrícola, porque são as mulheres que fazem.

Os diálogos selecionados permitem afirmar que não existe um consenso entre as lideranças do MST sobre a idéia da perda de protagonismo do papel da agricultura como renda principal da família na ocupação rurbana. Parte das lideranças com perfil mais tradicional do movimento sem-terra que aponta uma dificuldade de não acontecer uma divisão da tarefa familiar, pois pode descaracterizar o movimento, como afirma a liderança do setor de finanças da organização. De igual maneira, constata-se no extremo oposto a opinião da liderança do setor de produção de MST, ao afirmar o benefício do trabalho não-agrícola por meio da agroindústria, chegando ao ponto de prescindir de produção de matéria-prima na ocupação rurbana, tencionando a divisão de trabalho rural.

Vale destacar a opinião da técnica do MST, que questiona a capacidade da produção manufaturada nas áreas sem-terra, dado que está caracterizada pela produção de subsistência, marcada pelo trabalho não-agrícola desenvolvido pelas mulheres, mas como trabalho “invisibilizado”. Assim, ao fortalecer a ocupação não-agrícola se fortalece a autonomia financeira das mulheres e o debate do gênero nas áreas. Portanto, o assunto de dissenso na ocupação rurbana se sintetiza no desenvolvimento de renda exclusiva fora da agricultura, o que nos localiza na dimensão da mobilidade espacial do trabalho extra-agrário fora da área, como será analisado a seguir.

5.3.7-Esfera do Trabalho: Dimensão temporalidade espacial.

Como se constata no tema anterior, o trabalho extra-agrícola está implicitamente marcado pelo trabalho fora da agricultura e implica diversas formas que o trabalho pode adquirir nesse aspecto. As discussões sobre o trabalho desenvolvido fora da área marcam a pauta política na ocupação

rurbana, tencionando posições e interpretações dos atores sobre o tema, como se observa nas seguintes narrativas:

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.

Que as pessoas têm no lote um lugar para morar e sua principal fonte de renda nas cidades, gera problemas porque nessa lógica de desemprego não poderíamos ir, teríamos que trabalhar a lógica de fixar as pessoas e trazer condições para esse espaço de domínio nosso, como uma agrovila que, além da agroindústria, não impede que num assentamento de 200 famílias tenha escola, tenha posto de saúde, alguém que corte cabelo. Que vai gerar emprego para os que não sai do campo, e vai ter que ser por ali porque se não tem alguém, quem vai produzir no lote? Isso se torna luta pela moradia apenas, e nossa luta é maior, é para garantir a subsistência de nossa família.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.

A ocupação rurbana abriria frentes de trabalho de cooperativas de agroindústria de serigrafia, de pão, abriria mais diálogo com sociedade, além do que a gente não fez. Nos não termos noção da potência do processo, além que seja um instrumento de massificação do movimento. Temos que nos apoiar na experiência histórica dos sujeitos. Eu vejo, por exemplo, comercialização direta em espaços urbanos em bairros, nas favelas, nas feiras e assim por diante. Galinha caipira, ovos, queijos, imagina se a gente organizar e permitir que todo o mundo saia para ir a trabalhar na cidade! Esse cara pode levar um produto para comercializar no bairro, se todo o dia sai um ônibus para levar trabalhador para a cidade, desse mesmo ônibus -ou um caminhão- pode levar produto, e além dessa de gerar múltipla geração de renda...vamos fazer um baita processo, vamos campesinar a favela!

Marisa, Técnica do setor de Produção do MST. RMBH. 31 anos

Me dá um alento que em reuniões políticas do setor fica claro que vamos ter que pensar num acampamento de novo tipo rurbano, na RMBH., Nossa! Isso tem que ser discutido urgentemente! Por que quando mais próximo à cidade a forma de trabalho lá vai se dar, e não adianta bater na tecla, de ali vai tirar seu sustento. Temos que pensar a forma de regular esse trabalho para essas famílias. Agora isso é contraditório para mim, ocupar uma terra e não plantar nada! Mas eu acho que o trabalho nosso é valorizar o trabalho não-agrícola, que existe e que esta invisibilizado, pode ser que a mulher que é artesã, e a cabeleira não vão plantar. Então temos que ver de que forma agregamos essa pessoa à comunidade e impulsionar o que já existe na frente de trabalho. Por exemplo, que o pedreiro faça oficinas e se apresente ao mercado como uma equipe.

Yuri, Liderança do setor prisional e de frente de massa das Brigadas Populares RMBH. 28 anos.

As condições de trabalhar ou não da terra, vai depender de discutir isso com as famílias, com as bases, as regras tem que ser impostas no trabalho de base, não é principio nosso manter a pessoa lá trabalhando, vai depender da discussão com eles, fazer trabalho de formação, e acredito que MST vai ter que se flexibilizar para isso de ouvir as pessoas. Reafirmo, o trabalho é político conseguir de diversas formas manter as pessoas nas áreas se for a produção melhor, se não, pelo menos achar a forma onde elas habitam.

As falas sintetizam de forma precisa as diversas formas com que é encarado o debate da produção não-agrícola e a rurbanidade pelo setor

político. São identificados dois extremos no processo. Num extremo, aquele setor de MST que entende a produção de caráter não-agrícola como uma instância que pode ser levada para fixar as pessoas das cidades ao campo, e no outro, o discurso da liderança da organização urbana que relativiza a condição de trabalho na terra como requisito para participar da ocupação rurbana. Numa posição intermediária se observa a postura que defende a conformação e a regulação desses ofícios em frentes de trabalho em cooperativas de agroindústria, como mecanismos de venda direta de mercadorias típicas do campo em espaços urbanos, num processo de “campesinar a favela” nas palavras de Gil, liderança do setor de produção do MST. Dessa maneira se confirma o olhar teórico da “ruralização da cidade” (MENDRAS,1969, p.57), utilizado no Capítulo I deste estudo, quando citamos a reflexão do autor ao colocar a existência de uma dupla relação do campo em direção à cidade, considerando fatores além da esfera econômica de salário e serviços, como os intercâmbios sociais que operam numa troca de interação recíproca.

No entanto, as narrativas dos atores constatam que o processo está marcado pela controvérsia, como se observa no conteúdo da técnica Marisa do MST, que, apesar de aceitar a regulamentação do trabalho não-agrícola fora da área, considera o processo de não exercer trabalho dito agrário numa terra ocupada como um fato contraditório. Por tanto, a situação em seu conjunto demanda uma série de medidas flexíveis em termos organizativos e dialógicos por parte das organizações, como foi exposto pela liderança das BP.

5.3.8-Esfera da Participação Política: Dimensão da flexibilidade organizativa.

Como está analisada a situação, a flexibilidade estratégica e a adaptação política são os pontos de convergência na estrutura orgânica da ocupação rurbana, pois são demandas conjuntas das organizações, que permitirão estabelecer futuros acordos nas diversas esferas sociais que

contornam a situação rurbana. As adaptações reforçam a dimensão política acima de outras esferas da sociedade como se observa a seguir.

Yuri, Liderança do setor prisional e de frente de massa das Brigadas Populares RMBH. 28 anos.

A classe trabalhadora que vai participar da ocupação tem outra configuração e precisa de outros métodos. Para mim o rurbano tem que ver com isso, vai ter um filho que trabalha de motoboy, vai ter uma filha que estuda na cidade e na metade do dia trabalha como Telemar num shopping, e vai ser isso mesmo. Mas ele vai estar dentro de um território de resistência, ou seja, a proposta do MST é construir uma alternativa porque nós estamos abertos para abrir mão de qualquer tipo de produção agrícola, não agrícola ou mista. O que importa é garantir a participação democrática que é nosso princípio político. Podemos, por exemplo, aceitar que nossos quadros fiquem na área direto, coisa que não é nosso estilo, diferente do MST. Mas tudo isso vai ser construído a partir do diálogo com MST. É uma postura tática.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.

A relação com os urbanos vai fazer mudar muita coisa, mas não os princípios históricos do MST, a divisão de poderes, centralismo democrático, não exploração humana, mas as dinâmicas, as instâncias, até na forma de fazer luta. Isso vai pela sobrevivência da ocupação rurbana. E a gente tem medo da relação com os urbanos porque são poucas as organizações com que se pode confiar. São fisiologistas, quando começar a crescer são cooptados. Por isso que estamos nessa situação meia esquizofrênica, vamos ou não vamos, com setores urbanos. É isso ou não é! E em certa maneira não é uma coisa que se constrói não na teoria e na prática, está difícil imaginar como fazer e também fazer. Por que não está muito na nossa natureza, ou seja, essa situação assusta, mas a gente está disposto a mudar, mas vamos ter que mudar muita coisa para fazer essa ocupação.

Arnaldo, Liderança nacional de MST. 48 anos.

Pela característica histórica que tem ocorrido aqui no MST, tentativa seria levar ou tentar encaixar dentro da estrutura organizativa nossa como os núcleos e os setores que são nosso estilão. Mas não vai ser assim, vai ser uma mistura com outra organização urbana, será um diálogo permanente, temos em todo momento que enquadrar a esse povo dentro de seu perfil, não impor nada, temos que ser flexíveis no fazer. Agora não é à toa que a frente de massa nossa já tem pauta nos cursos de formação de discutir e se adaptar a novos perfis que surgem no MST, que é um jeito de abordar o trabalho de forma diferente daquele camponês de antigamente.

As narrativas constataam consenso sobre a importância dos princípios políticos das organizações, pois norteiam as linhas filosóficas e a coesão das organizações, e na sua preservação está a sobrevivência da ocupação rurbana. Ao contrário disso, se observa uma significativa plasticidade nos métodos e na forma de fazer, especialmente na adaptação da estrutura organizativa de cada movimento, a fim de evitar imposições para as famílias participantes. Assim, a flexibilidade metodológica é o selo do processo ao ponto de se distender para evitar fraturas na aliança, ao ponto de adquirir

novas características como a geração de uma outra organização como se observa a seguir:

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.

Por mais que seja urbana ela é a luta pela reforma agrária e transformação social, e então, mesmo que nos contribua nessa luta, nós não vamos abandonar nossos principais objetivos. A metodologia pode mudar toda, aliás deve, tanto assim que daria até para contribuir na construção de um outro projeto, se vai ser partido de um tipo, ou outra organização, não sei. Isto é o que em parte mobiliza a MST para atuar com ações diretas na cidade, como a ocupação rurbana. As pistas já estão dadas. No campo conseguimos fazer a via campesina, na cidade poderíamos trabalhar a via urbana, daria uma aglutinação grande, não daria?

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.

O futuro vai exigir participar de uma organização maior que abarca todas as dimensões do trabalhador não apenas luta pela terra: os catadores de lixo, os jogadores de futebol, assalariado rural, o garimpeiro, os atingidos e, nesse, sentido até criar uma terceira organização mais ampla da classe trabalhadora. E o rurbano seria uma dimensão intermediária entre a luta do MST pela terra e essa organização. Mas não é para organizar os urbanos, mas sim participar juntos. Neste primeiro passo é possível dialogar porque na nova dimensão da reforma agrária, o MST traz muita questão rural, e é possível porque não estamos organizando ocupação de fábrica, nem de hospital, nem de prédio de moradia, Estamos organizando os urbanos para luta pela terra e quando as organizações urbanas vêm a cobrar isso da gente, nós deixamos claro que não é nosso papel.

Arnaldo, Liderança nacional de MST. 48 anos.

É muito tranqüilo a possibilidade de surgir uma outra organização, mesmo que nem por isso nos vamos furtar da possibilidade de dizer aqui não é MST. Isso já aconteceu, fomos nós que ajudamos no Norte de Minas. Ajudamos, organizamos e ocupamos a área quilombola. Aqui, a rurbana seria uma área dupla que ajudaria conquistar moradia, não necessariamente vai virar uma área MST, e se vira, tudo bem, se não nem por isso vamos deixar de estar lá.

As narrativas confirmam a noção de o MST ampliar os métodos de atuação, a ponto de ser necessário propor a geração de uma terceira organização com um caráter mais abrangente além dos domínios estritamente rurais, por meio da ocupação rurbana, que serviria de instrumento intermediário entre as demandas do campo e da cidade. Vale mencionar que, como indica a liderança do setor de produção, esta proposta é possível porque o MST está incorporando a dimensão rurbana na compreensão atual da reforma agrária, pois de fato, a população da cidade é convocada para assumir a conquista pela terra.

A população urbana contribui para revitalizar o campo enquanto espaço político e geográfico, embora a articulação de MST esteja marcada

num permanente contexto de experimentação incógnita e de desconfiança. Sob outra perspectiva, podemos constatar que quando se relacionam as variáveis de trabalho e geração de renda urbana com a participação política, confirma-se que o limite da flexibilidade metodológica na ocupação urbana está na produção agrícola. Ou seja, confirma-se uma plástica adaptação metodológica na esfera política ao nível de aceitar a constituição de uma terceira organização além do caráter rural, e pelo contrário, uma rígida e inflexível postura sobre a renda extra-agrícola como principal fonte salarial. Esta situação incomoda e dificulta o consenso, especialmente no que diz respeito à mobilidade de trabalho fora da área por parte dos camponeses mais tradicionais, ancorados na idéia de trabalho agrícola no espaço rural como lugar privilegiado de reprodução rural.

A interpretação desta dimensão é vital para o presente estudo, pois será comparada -na parte III deste Capítulo - com a dimensão da mobilidade dos atores urbanos na geração de renda não-agrícola fora da área urbana, porque justamente nessa mobilidade de trabalho está a característica de reprodução rural do povo urbano. Esta perspectiva permitirá relativizar as posições que tratam o debate da pluriatividade e da ocupação não-agrícola de forma convencional, no instante em que estas práticas são consideradas mecanismos de reprodução do campo por meio da fixação do sujeito no espaço rural (Carneiro, 2000; Schneider, 2006).

5.3.9-Esfera da alteridade-Identitária: Dimensão Política e Institucional.

O processo de construção de alteridade urbana das organizações sociais tem como marca a plasticidade e a recriação, num fenômeno de interação conflituosa entre as dimensões culturais e políticas. Confirma-se, pois que o processo de elaboração identitária está atrelado à adaptação metodológica que os movimentos sociais desenvolvem e ao caráter experimental, como se observa nas diversas posturas dos atores:

Arnaldo, Liderança nacional de MST. 48 anos.
Antes de nada, da identidade e da cultura camponesa, há duas organizações dispostas a fazer política: as da BP e o MST. No atual momento, quem pode fortalecer sua identidade política com a atual conjuntura são as BP. Dentro

desse princípio, nós não temos problema nenhum dentro de MST. Em caso de tensão, aparecer apenas como colaboradores e não como organização, o importante é fazer trabalho conjunto. Agora, essas formas vão nos levar a mudar a forma de ser do MST ou são simples mudanças metodológicas, mas que no fundo essas famílias vão se adequar à nossa cultura ou nós a elas? Difícil, né!

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.
A identidade sem-terra na ocupação urbana não vai ser se afilia ou não ao MST, vai ser na postura que ele tiver na luta, na ação política. Nesse processo de transição é esse sujeito com tríplice identidade de cidade e campo um sinal que MST vai devagarzinho construindo outra organização. Eu acho o que caracteriza a identidade de MST é o princípio político organizativo: de núcleos, poder vindo da base. E então, a identidade sem-terra não está na condição de perda ou ganho da terra. O que define a identidade de MST é uma condição política pela transformação. Então, não me preocupa tanto se esse sujeito tiver uma dupla identidade na cidade, mas sim que o sujeito acumule com os princípios políticos.

Yuri, Liderança do setor prisional e de frente de massa das Brigadas Populares RMBH. 28 anos

É natural que a organização social transforme seu ser organizativo, para nós, de forma alguma significa um medo a partir da discussão de idéias, como troca de métodos, trabalho fora da área. Então não é risco nenhum assumir um debate tão espinhoso como esse com MST. Nossa pretensão é contribuir com um bloco político, capaz de disputar uma agenda de luta dos movimentos sociais. Isso tem riscos, mas não podemos fazer com que esse risco imobiliza na nossa prática. Por exemplo, para nós, ser sem teto não é vantagem, é quase um mandar. Então deixar de ser sem-teto e passar a ser sem-terra, para nós, não é um problema. Isso não descaracteriza nossa identidade organizativa porque nossa centralidade não é exclusivamente a luta econômica, para nós a luta é pela construção do poder popular, é política.

Nesse contexto, as informações confirmam que existe uma motivação por parte das organizações sociais de ampliar a plasticidade que pode adquirir a identidade política na ocupação urbana, sendo importante para o MST fazer política por meio da ocupação indiferente da forma identitária que as famílias assumem, como informa Arnaldo, liderança nacional de MST. Nesse sentido, existe consenso entre os entrevistados na aceitação de uma dupla ou tríplice identidade dos sujeitos que participam da ocupação urbana, porque, segundo a liderança Gil do setor de produção de MST, o fator que define o ser sem-terra está na condição política que o sujeito adquire quando da apropriação dos princípios e não da adaptação na terra propriamente dita; portanto, a participação política é um fator que define a identidade do sujeito.

Por tal motivo, o recorte analítico nos diálogos escolhidos permite afirmar que no cruzamento das variáveis entre cultura e política não existe intenção de resguardar a identidade orgânica que cada movimento político possui. A identidade sem terra tem um histórico construído nos últimos 20 anos, e nesse sentido chama a atenção a identidade da organização urbana Brigadas Populares que, ao contrário de preservar sua jovem identidade - ainda em processo - não tem temores de absorver mudanças internas, ou seja, as duas organizações estão dispostas à experimentação e ao risco.

Contudo, nas entrelinhas do texto, se encontra uma preocupação sobre os efeitos que a elaboração de identidade rurbana desencadeia na esfera da cultura camponesa, como diz Arnaldo, liderança nacional de MST. Portanto, o processo de re-elaboração de identidade política rurbana tem uma vinculação direta com a mudança nas relações cotidianas dos atores e, como tal, com a forma de representar o campo e a forma de fazer política partidária. Como se confirma seguir.

5.3.10-Esfera da representação social: Dimensão político e cotidianidade.

A seguir se classificam as falas mais significativas sobre o processo que relaciona a noção de mudança na esfera política, fruto da interação social e a troca simbólica que se desenvolverá na ocupação rurbana:

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.
Existe uma reciprocidade para organizar a cidade, temos que enfrentar a simbologia que o capitalismo instalou nos últimos anos que o campo é atrasado é Jecatatu, que não tem escola, internet, não tem luz, é possível ter todo isso. Mas também nesse momento existe uma satanização da cidade. E então, essa luta desses novos atores rurbanos vai ter que passar por essa dimensão. Por exemplo, os símbolos do movimento para reafirmar o campo reproduz essa imagem da cidade como coisa ruim. Vamos ter que rediscutir e passar pelo diálogo.

Gil, Liderança do setor de Produção do MST. RMBH. 29 anos.
Se você fala a uma família caipira tradicional do interior convidando eles para uma ocupação, e fala que daqui a dois meses eu volto, tá!, Daqui a dois meses eles vão estar esperando. Ali no morro você fala a semana que vem a gente volta é capaz de família não estar. A dinâmica é outra. No morro você fala daqui a seis meses vamos fazer a ocupação. Eles falam:...mano eu preciso amanhã, não posso ficar esperando não! Vamos formar um negócio aqui ali tal! A roça não tem essa a dinâmica rápida, é muito diferente. Ou

seja, qual é a moral da história, não é apenas os métodos de trabalho, ou fazer política o que muda. Temos que nos adaptar à cultura do povo da cidade, sua linguagem, seus códigos, caso contrário a ocupação rurbana não vai dar certo.

As narrativas selecionadas informam que a ocupação rurbana pode servir para enfrentar o conjunto simbólico que a atual ordem social impõe tanto para o campo como para a cidade. Segundo Tônico, liderança do setor de finanças do MST, os dois espaços são representados e interpretados socialmente como uma dimensão avessa da mesma moeda, e a opinião a respeito do espaço vai depender do lugar social onde o indivíduo esteja situado.

Neste caso, o espaço simbólico sem terra reproduz a satanização da cidade, que serve como instrumento para sua reprodução do campo. No entanto, a ocupação rurbana faz com que aquele lugar exclusivamente agrário adquira outros significados, facilitando ao sujeito rural reforçar aqueles aspectos positivos da cidade, considerada historicamente como um lugar negativo. Dessa maneira, confirma-se a noção teórica da comunidade da imaginação (BACZKO 1985) - utilizada no Capítulo II do presente estudo - que define os efeitos imprevisíveis da representação social na esfera institucional. Neste caso há a perda dos imaginários convencionais do espaço agrícola utilizados pelos sem terra para se reproduzir e a incorporação de outras fórmulas como considerar os aspectos positivos da cidade na representação social, situação impensável em tempos de outrora.

Constata-se na afirmação do autor que o imaginário social realiza várias funções simultaneamente como legitimar/invalidar, justificar/acusar, tranquilizar/perturbar, mobilizar/ desencorajar, incluir/excluir (BACZKO; 1985, p.312), dependendo da significação que os homens definem nos meios de intercâmbio com as instituições sociais a que pertencem (MORAES; 2002). Esta noção confirma a liderança Gil, do setor de Produção do MST, e esta situação aprimora a adaptação dos sem terra à linguagem, ao código e à cultura urbana no fazer político do MST.

Dessa compreensão e maleabilidade dependerá a sobrevivência orgânica da ocupação rurbana, o que aprofunda a complexidade da relação entre a esfera da cultura e da política, mediada pela troca e adaptação

simbólica da representação social dos sujeitos na ocupação rurbana. Esses indicadores nos situam nas dinâmicas cotidianas e intra-culturais da representação social entre os indivíduos exclusivamente urbanos que participarão da ocupação em questão e que serão analisados na última seção do capítulo a seguir.

PARTE IV

5.4. Análise da esfera cultural e produtiva do setor urbano na ocupação rurbana.

5.4.1- Introdução.

Este item tem como foco interpretar as construções produtivas e simbólicas que surgem exclusivamente das narrativas entre os indivíduos sem teto e moradores de rua respeito das co-relações entre o fenômeno da mobilidade e as experiências de vida desenvolvidas por esses atores metropolitanos que participam da ocupação rurbana. A análise conjunta desses dois níveis de interpretação da realidade tanto da esfera produtiva como a simbólica permitem delinear as implicações diretas dessas estruturas organizadoras de sociedade na elaboração da identidade e na construção da representação social do segmento urbano no espaço rural. Na medida em que para a presente análise, o espaço rurbano é compreendido enquanto ruralidade–representação, segundo as linhas conceituais teóricas que orientam este estudo.

Para alcançar este objeto, serão analisadas inicialmente as relações produtivas, econômicas e da mobilidade dos atores que facilitam o desenvolvimento de suas práticas de trabalho no espaço rural. Posteriormente, serão interpretadas as dimensões da política, da cultura e da identidade no contorno dos estilos de vida cotidianos dos sujeitos sem-teto e moradores de rua. Estes aspectos da realidade social da população urbana, em questão, serão comparados com os discursos mais representativos dos assentados e acampados sem terra que participaram da ocupação rurbana e que foram sistematizadas como narrativas sínteses dos itens anteriores. Narrativas sínteses que permitem confirmar as hipóteses 02

e 03 propostas no presente estudo sobre que: **as práticas não-agrícolas e a mobilidade socio-espacial dos atores urbanos incrementam a representação do campo nos diversos níveis culturais e simbólicos**, pois essa categoria rural construída passa a designar não apenas populações, espaços ou funções, mas também sistemas de valores em concordância com as propostas conceituais de Laçasse (1999) e Jollivet (1997).

Por meio dessas confirmações hipotéticas, pretende-se responder a perguntas investigativas que mobiliza a presente pesquisa; **1)Quais são as formas de representar o espaço e o trabalho rural gerados pelo MST e os desclassificados da cidade na área rurbana?;2) Como a pluriatividade afeta os significados atribuídos pelos atores ao espaço e ao trabalho rural na interação entre o MST com os desclassificados das cidades na área rurbana?;3) De que maneira a característica do desclassificado rurbano, como a alta mobilidade pelos espaços da RMBH, afeta a adaptação do sujeito na terra e a geração de diversas representações do campo?**

Isto na medida em que ela está atrelada ao nível prático com os pressupostos teóricos que orientaram a bibliografia consultada, especialmente nos termos de Mormom (1989), ao considerar que assim pensada tal categoria rural enquanto representação social constitui-se numa produção simbólica que se mobiliza em torno de oposições entre campo e cidade e ao mesmo tempo entre as intra-ligações que constroem o social a partir dessa complementaridade, mesmo que sejam segmentos sociais opostos como setores urbanos e rurais ocupando e significando um mesmo espaço. Tal situação torna possível compreender as limitações e as possibilidades do rurbano na região metropolitana de Belo Horizonte.

5.4.2.-Breve contexto socioprodutivo da ocupação rurbana.

A ocupação rurbana é uma área que, em questão, está sendo construída entre o movimento sem teto "Brigadas Populares" e o movimento sem terra. Cujas execuções estão planejadas entre os meses de julho-agosto do

ano 2008 numa área semi-rural⁶² de aproximadamente de 800 (ha), na zona norte da região metropolitana. As alternativas vão desde o município de Santa Luzia, Confins, Ribeirão das Neves até o município de Vespasiano, municípios escolhidos pelo grande volume de terrenos inutilizados e pelo alto grau de latifúndios improdutivo de médio porte como foi descrito no ponto 4.1.2 do capítulo quarto do presente estudo. Indiferente ao território em questão, o que será analisado e interpretado no presente item é o processo que contorna a ocupação como as linguagens, os conteúdos, as expectativas, as disputas e os acordos que caracterizam os interesses dos personagens tanto sem terra, como sem tetos e moradores de rua que elaboram a trama dessa peça simbólica do rural-representação chamado ocupação rurbana.

Desde o ponto de vista da cidade, a ocupação rurbana, envolve 300 famílias dos diversos bairros e periferias da metrópole de Belo Horizonte, sendo 1.200 pessoas entre homens, mulheres, anciãos e crianças sem-tetos e moradores de ruas, da mais diversa composição cultural, como religião, nível escolar, cor, origem regional e estilo de vida, expressando uma diversidade social para interpretar o espaço urbano, duplicando as incertezas sobre as formas com que será significado o espaço rural.

Até o momento, as pessoas da cidade, dentre sem tetos e moradores de rua, que participaram da organização e ocuparam o acampamento rurbano pertencem ao movimento sem teto "Brigadas Populares" e que momentaneamente estão morando em diversas ocupações espalhadas pelas periferias da cidade a espera da ocupação rurbana acontecer, porém estas pessoas estão articuladas no planejamento da ocupação rurbana desde no percorrer do segundo semestre do ano 2007. As pessoas sem teto que vão ocupar o acampamento estão momentaneamente morando nos bairros dos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia e o bairro El Dorado do município de Contagem. E as pessoas sem teto entrevistadas que compõem a amostragem do presente estudo porque vão ocupar a área ruabana, moram momentaneamente, também, nas ocupações Novo Lajedo

⁶² Respeito da classificação espacial descrita no ponto 1.2 do capítulo primeiro do presente estudo.

do bairro com o mesmo nome, e João de Barro II centro de Belo Horizonte. No caso da população de rua que também forma parte da amostragem, além de morarem nesses lugares, dorme em albergues ou em praças e viadutos, (ver o item de método e de entrevistas no capítulo 1 deste estudo).

Para administrar esta considerável porção de famílias no que será a maior ocupação em termos populacionais de que já participou o MST-RMBH, junto com BP constituiu-se uma equipe coordenadora de quinze pessoas, entre essas duas organizações em questão, que se reúnem desde o mês de outubro de 2007 até a presente data, pelos menos três vezes por mês, divididos em comissões de coordenação encarregada de traçar as linhas políticas da ocupação. A comissão de método está encarregada de planejar as estratégias práticas da ocupação; a comissão de projetos tem como missão captar recursos para programar as ações produtivas e a liberação de militância que atuará na ocupação, especialmente no trabalho de base; finalmente se articulou a comissão de frente de massa encarregada de desenvolver trabalho de base e organização direta com as famílias. A equipe de frente de massa se reúne permanentemente com as associações de bairros e familiares que participaram das anteriores ocupações mobilizadas pela organização sem-teto. Então, o mecanismo de mobilização das famílias faz contatos já pré-existentes com a organização das Brigadas Populares. O mecanismo mais efetivo para mobilizar e convocar as famílias é feito por meio de reuniões pré-marcadas com as lideranças dos núcleos dos bairros e encontros nos dias de reuniões na associação de bairro.

Pelo volume considerável de famílias que serão mobilizadas para participar na ocupação rurbana, optou-se pelo método de envolvimento direto de 45 coordenadores de núcleos representantes das associações de bairro envolvidos na proposta. Eles terão a responsabilidade de mobilizar o conjunto das famílias dos bairros interessadas na ocupação. Dessa forma, o primeiro seminário geral com os coordenadores de núcleos dos bairros está programado para fim de junho do ano 2008. A preocupação com uma problematização sobre questões da rurbanidade, o trabalho não-agrícola, a re-ruralização e a agricultura urbana como estratégia de sobrevivência serão

uns dos tópicos principais a serem tratados para levantar alternativas práticas para a ocupação rurbana.

Como a situação da área rurbana não tem um contorno definida o Movimento Sem Terra e o movimento sem teto-Brigadas Populares acordaram certos critérios para selecionar uma área. Ela deve responder; a) proximidade da área ao centro da cidade cuja distância não pode exceder os 40 Km da metrópole de Belo Horizonte; b) garantir a proximidade estratégica do local à estrada para facilitar a via de acesso dos trabalhadores das cidades; c) construção de casas provisórias de material leve tentando evitar lona preta; d) promover de fato ações produtivas agrícolas e não-agrícolas na área; e) complementar oficinas de trabalho urbano com construção de hortas com pomares coletivos.

Ao colocar a situação produtiva dessa maneira, o movimento sem-terra se propõe desenvolver oficinas de ré-ruralização para aqueles ex-camponeses que voltam a recuperar sua memória histórica, e oficinas de agricultura urbana para a população estritamente da cidade que se desafie a incorporar conhecimento rural. Por meio do desenvolvendo de tópicos como manejo de leitura de estrelas e lua para a melhora do plantio, melhoramento de recuperação de solo, oficinas de agroecologia e biodiversidade para manejo de hortaliças. Por sua parte, a organização sem teto se propõe desenvolver ações de capacitação voltadas para ofícios estritamente urbanos como sapataria, costura, mecânica, artesanato e reciclagem para setores urbanos e rurais, por mencionar os ramos de trabalho mais destacados.

Por tanto, se descreve uma diversidade de ramos de ofícios na ocupação, porém não existiu consenso sobre desenvolver trabalho fora da área pelas implicâncias que o processo gera na prática, mesmo que este tema seja um dos pontos mais discutidos nas reuniões de organização da ocupação. De igual forma, houve acordo nessas reuniões para flexibilizar ao máximo o regimento interno da ocupação em relação à participação dos acampados no local.

Dessa maneira, escolher esta fase da ocupação rurbana como instrumento metodológico justifica-se como etapa que concentra as micro-

narrativas pré-existentes dos personagens que antecedem a ocupação. Isto porque é a primeira vez que uma ocupação de área assume uma característica de longo planejamento, o que permite que a elaboração de linguagens e conteúdos simbólicos seja gerada da interação entre os personagens no percorrer dos quase oito meses do projeto. Assim, as representações sociais construídas pelos atores emergem de maneira independente dos limites territoriais e espaciais da ocupação em si.

Dessa maneira, as interpretações simbólicas dos atores surgem como fruto das relações sociais e das formas de interpretar o espaço urbano num processo anterior à própria ocupação. Portanto, esta etapa é um momento fértil para ser analisada porque agrupa um repertório significativo de imagens desse espaço a ser ocupado. Ao invés das ocupações de terra convencionais marcadas por um planejamento mais imediato e por tal a elaboração de narrativas são construídas nos limites da própria ocupação.

Todos estes fatores diferem completamente das formas de organização dos acampamentos tradicionais sem terra, especialmente no que diz respeito ao tamanho do lote que varia como média de 8 a 15 (ha) por família, diferente da ocupação urbana que projeta lotes de 1 a 2 (ha) por família. O aspecto produtivo também apresenta diferenças interessantes de descrever, porque o espírito que leva aos movimentos sociais envolvidos na ocupação a desenvolverem um número considerável de atividades econômicas, já no momento de instalar o acampamento urbano, responde ao aproveitamento máximo do tempo de trabalho, evitando o tempo livre e o ócio das famílias acampadas, fator impensável para os acampamentos tradicionais de outrora do MST em que o lazer e tempo vago são os selos desgastantes do acampamento sem terra.

Dessa maneira, para complementar o contexto socio-produtivo da ocupação urbana, descreveremos o perfil dos personagens urbanos que conformam a trama narrativa e aproximam o peso da diversidade sociocultural no jogo da disputa e das convergências das representações sociais do urbano na RMBH.

5.4.3-Esfera de trabalho: Dimensão da motivação e fatores culturais para participar na ocupação rurbanda.

Tomando como referência as contribuições delineadas pela dimensão da cultura e as relações geradas das práticas cotidianas dos atores para delimitar o campo de estudo da ruralidade a partir do viés do rurbando como representação rural, consideramos fundamental traçar o perfil da população urbana que participará da ocupação do espaço rural da região metropolitana. Dentre os personagens atuantes na ocupação, destacaremos a seguir apenas os que participam das narrativas selecionadas para análise:

Célio, Pedreiro. Sem-Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 31 anos.
Eu sou da construção e há um ano que não trabalho. Só faço bicos, porque eu desisti, e caí na real. Estou fora do mercado de trabalho, sem endereço. Quem dá trabalho a um sem-teto he! Igual que todos aqui, então o campo é uma alternativa para esse cara, vai depender de se adaptar, ainda mais para quem vai recuperar sua origem e voltar ao rural como eu.

Sra Glória, Domestica; Sem Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 49 anos.
Eu tenho problema de saúde, por isso não quero mexer com roça, mas gosto da natureza da roça, por isso lá também vai ter serviço para mim porque, sempre vai ter alguém precisando uma domestica, ou sempre vai ter um restaurante na cidade perto. Por isso gostei da idéia dessa ocupação rurbanda porque vai ser como uma coisa intermédia entre a roça e a cidade, porque vou recuperar a natureza da roça as lembranças boas e ficando perto da cidade.

Como se confirma em este primeiro momento a participação dos sem-tetos na ocupação rurbanda, fica contextualizada por condições objetivas e precisas como a falta de endereço que marginaliza estes desempregados do mercado de trabalho como se delineou no Capítulo IV do presente estudo. De igual maneira observamos condições de interpretação individual que motivam os atores que além de recuperação da memória rural como no caso do sem teto, constata-se a motivação da mulher a não perder a memória urbana. Para ela, a ocupação rurbanda seria uma situação “intermédia” entre o campo e a cidade, que em ambas as situações de vida estão determinadas pela continuidade de seus ofícios urbanos e pela capacidade de adaptação no novo espaço de fatores que serão confirmados a seguir:

Tano, Bombeiro-Hip-Hop. Sem Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 34 anos.

Ocupar o espaço rural não é simplesmente pela moradia porque ao momento que você ocupa tem que produzir alguma coisa. Por isso, para mim, agricultura urbana é uma boa porque eu não tenho prática nenhuma. Eu não sei plantar nada, para mim vai ser complicado. Eu acho que não vou conseguir assimilar quando plantar, mas com o passar do tempo vem fase de adaptação. Mesmo ao fazer coisas que não gosta de fazer, existe um ditado em terra de gregos reage como gregos.

Guimba, Trecheiro. Liderança do Movimento Pop. de Rua BH. 38 anos.

O Trecheiro é o cara que está muito no campo, pode ser! , a BR é uma rodovia pavimentada rural e as ruas e avenidas são vias pavimentadas urbanas, o Trecheiro anda muito na BR, então o Trecheiro toma muito café na casa dos empregados do fazendeiro, come muito essa galinha de molho pardo he!. Eu mangueo conto uma história e não falta alguém que diz: assenta aqui moço essa historia toda!. Então o campo é lugar que roubo mandioca do fazendeiro para fazer comida, apanho na roça e pego para mim os negócios dele. No interior de Rio de Janeiro, em Macuco, Cordeiro, Catagalo, o que predomina é hortifrutigranjeiro. Tem muito tomate, pimentão, abobrinha, então é um espaço onde o Trecheiro tem uma fatura danada! , Passa a pegar até pra vender na cidade....Por isso eu vou com facilidade a ocupação rurbana, veja outros também vão porque o Trecheiro vai ficar curioso de conhecer essa mescla de dois mundos urbana rural.

Chico, Trecheiro. Reciclagem Movimento Pop. de Rua BH. 55 anos.

Passei de Vitória a Rio de Janeiro e Bahia, e mexi com gado e plantação, até chegar aqui em BH, mas quando o Trecheiro chega à cidade, aí chega uma hora que começa a se sentir abafado e faz a famosa fuga geográfica. Ele vê a vaquinha lá pastando, ele vê um cachoeira, toma uma cachaça artesanal. Então aquela alegria que faz a gente até ficar no campo, mas acaba caindo na mão da cidade consumista porque é onde a gente vive do papelão, do restaurante que dá comida para gente, mas depois volto de novo ao campo como se for um ciclo. Os caras da ocupação vão ter entender nossa situação.

Pagode, Pardal, técnico em informática. Movimento Pop.de Rua BH. 41 anos.

O Pardal é o cara que transita por todos os bairros de BH, da Serra a Floresta, porque na maioria das vezes é obrigado a mexer com doações para fazer negócio. Então o que vale, a dizer a verdade, é a informação o que o Pardal circula como moeda, é a troca de informação o tempo todo. Então meu pai é caminhoneiro, por isso conheci outros lugares e gostava de viajar. Eu tenho muito contato com a roça, porque quando não viajava eu ia para a fazenda de meu avô, e curtia mesmo. Lá encontrava paz porque a cidade é um caos. por isso que na roça me daria bem, pela tradição com a família, mas como pardal, nascido e criado em BH preciso da cidade. Eu sou apaixonado de informática, para mim seria difícil aprender um curso de informática lá. Tenho necessidade de aprender e ensinar. Pego a metodologia do professor e passo para frente, invento outra, ensino mesmo para esse cara que está mal, que está viciado, mesmo que seja difícil Tô nessa!.

Diante do exposto, foi possível compreender o peso da diversidade do universo social que ocupará o espaço rural. Por um lado, sujeitos sem teto que não têm experiência agrícola, mas que estão abertos a adquirir

conhecimentos da agricultura urbana como fase intermediária para adaptação rural, o que questiona a aquisição da moradia como fator exclusivo que motiva esse segmento social. Por outro lado, moradores de rua com uma desenvolvida cultura rural que não apenas serviria para sua adaptação ao campo, pois o espaço rural faz parte da vida urbana desses sujeitos. Esse complexo segmento social se reconhece como Trecheiros, um povo de rua que tem como característica uma permanente mobilidade entre as cidades por meio do trânsito dos espaços rurais.

E nesse trânsito, este sujeito adquire a cultura rural como própria, numa espécie de nomadismo urbano-rural. No entanto, para o segmento dos Trecheiros, análise acima, a capacidade de adaptação à situação urbana dependerá da aceitação da mobilidade dos atores pelo espaço rural-urbano. Na condição da população de rua auto-reconhecida como Pardal, essa exigência tem uma ênfase maior, pois eles possuem características urbanas marcadas por deslocamentos de curto alcance, porém, intensos. Portanto, os perfis dos atores que compõem o cenário urbano estão marcado pela ótica da mobilidade socioespacial que interfere no fazer produtivo e simbólico da ocupação como se constata a seguir:

5.4.4-Esfera de trabalho: Dimensão; dificuldade e benefício econômico.

A análise da dimensão econômica permite entender os diversos aspectos que contornam a esfera produtiva da ocupação urbana e a formação do rural da representação que se constrói de maneira permanente e de forma conflituosa entre sem terras e população urbana nas relações sociais num rural-espaço, como mostra as narrativas dos atores:

Sr Raul, Construção-camponês.Sem Teto.Ocupação Nova Lajedo, BH. 55
anos

Com certeza eu vou trabalhar com a construção como pedreiro, pintor lá e com esse dinheiro aplico lá na roça, no frango. Tudo vai ser aplicado lá porque a roça é meu sonho. Para mim tem que ter outras profissões da cidade na roça. Isso aí não tem nada a ver, é muito fácil é para sobreviver uma com outra, agora se ele não conhece a terra vai se dar mal, o cara tem que mexer com a terra de fato, é a terra é a terra e a cidade é a cidade. Agora trocamos o dia, ele pode fazer para mim outro serviço, como eletricitista. A moça do salão, por exemplo, me faz manicure.

Rafael, setor de educação MST Acamp. Dois de Julho, 23 anos.
O sentido da comunidade é a posse, e o trabalho da terra é a produção que está à mercê do lote, pelo perfil dos acampados aqui....Mas eu acho legal que pessoas que não sejam camponês, que não tenha relação mesmo, venham ao campo porque a profissão se aprende.....A dimensão que tem que se discutir é o trabalho, ele pode não ser camponês, mas pode construir nossas casas no futuro próximo, pode dirigir o carro que vai levar nossa mobilização ou mercadorias para venda.

As narrativas estão constatando a existência de uma representação do rural produtivo em relação à dicotomia do campo/cidade por parte da visão do camponês mais tradicional, no qual o rural é a negação, mas também a complementaridade do urbano, em que se expressa a desconfiança da capacidade de adaptação do trabalhador urbano ao espaço rural, idéia que está em sintonia com o sentido de terra marcada pela produção e posse da propriedade dos acampados da área de Dois de Julho de MST denunciada pelo militante de MST do setor de educação. Segundo sua interpretação, ele reconhece o benefício das ocupações não-agrícolas no espaço rural como já foi constatada no item 5.2.4 da análise deste capítulo. No entanto, no atual cenário de ruralidade se constata um auto-reconhecimento do ofício não- agrícola pelos sujeitos urbanos sob a mobilidade dos atores pelos diversos espaços campo-cidade que confrontam a imagem convencional do rural gerada pelos camponeses propriamente ditos, como indicam as informações a seguir:

Regiane, Cabeleleira. Sem Teto. Ocupação Nova Lajedo, BH. 26 anos.
Eu quero montar um salão de beleza lá, ou na ocupação ou no bairro perto. Depois estaria disposta a mexer com a terra, mas o que fazer na roça seria um complemento, e com certeza eu faria oficina para ensinar cabeleireira para toda a mulherada da roça e da cidade he!, Porque independente de ser do campo ou da cidade, a mulher é vaidosa e além de mais aprende um ofício para tirar um troco, dá para e ser mais independente do marido, se tiver.

Tano, Bombeiro-Hip-Hop. Sem-Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 34 anos.
A parte de hidráulica serve para sistema de irrigação e serviria para minha adaptação. Mas nesse processo seria possível estar saindo do campo a partir do momento que estiver na área rural, porém trabalhando na área urbana, isso me permitira adaptar do meio ruralista, e a partir do momento que fica num determinado tempo inerente de morar na área urbana ou rural você via passar a se adaptar a meio onde vive.

Ailson, Pintor-obras. Homem da rua, Albergue Tia Branca. 25 anos.
Acho que dá para contribuir com meu trabalho adquirido e incentivaria várias pessoas a várias funções que não sabe. Por exemplo, eu já tenho umas dez funções de vários trabalhos diferentes. Cada pessoa pode trabalhar com

certo tipo de trabalho. Eu mexi quatro anos com fotografia e filmagem. Por exemplo, eu posso fazer fotos de documentos, para festas, lembranças geral lá na ocupação, inclusive vender serviço fora da ocupação.

Airton, Trecheiro. Diarista-eletricista. Albergue Tia Branca 52 anos
Olha, minha origem é do porto de Santos, São Paulo, não sou da roça não. Fui portuário oito anos e cai na rua há 15 anos por coisas de família, e no trecho peguei o gosto pela roça. Em todo lugar que passei trabalhava em horta, plantava em sítio. Você sabe em todo lugar tem trabalho, agora eu gosto do mato cara! Da terra, mas vai ser difícil tirar a cidade de mim cara! Aqui aprendi a mexer com geladeiras, seria uma sacada boa, uma economia consertar os artefatos lá. Todos ganham.

Ao comparar as informações dos atores se confirmam as diversas representações construídas do rural por meio da ocupação rurbana tanto na reafirmação de um espaço agrícola convencional e a confirmação do auto-reconhecimento dos ofícios extra-agrícolas por parte de homens e mulheres sem-teto e moradores de rua na área rurbana. Por meio dessas práticas, se contribui com a reprodução do meio rural como de manicure, hidráulica, conserto de geladeiras: um aspecto concreto de geração de renda e economia para os próprios acampados, inclusive camponeses propriamente ditos.

Contudo, estes benefícios se encontram atrelados à mobilidade produtivo-espacial dos atores, confirmando assim, a existência de uma cultura de deslocamento espacial pela região metropolitana que apoiaria a conformação da categoria de re-ruralização intra-metropolitana das camadas excluídas da economia formal, proposta no ponto 3.5 do Capítulo III do presente estudo, pois não seriam apenas movimentos migracionais conjunturais dos setores das periferias das cidades e sim estruturas sociais forjadas nos desequilíbrios dos processos de acumulação do capital na região metropolitana de Belo Horizonte de caráter permanente e cíclico. Além que não seriam movimentos populacionais para fortalecer ou criar outra periferia urbana em áreas de fronteira rural, e sim espaços de recriação da realidade síntese de um espaço-campo re-significado.

Podemos então afirmar que a adaptação dos diversos atores que compõem o universo da ocupação rurbana depende da incorporação do fenômeno da mobilidade socioespacial intra-metropolitana desses personagens no processo produtivo da ocupação. Desta forma, há uma encruzilhada para os setores urbanos que participaram da ocupação rurbana

sob essa situação: a disputa das diversas representações sociais que contornam a esfera econômica no contexto produtivo de mobilidade espacial como se constatará a seguir:

5.4.5- Esfera de trabalho: Dimensão mobilidade, dificuldade e benefício econômico.

Nosso interesse de analisar a ruralidade e a percepção da mobilidade dos atores na dimensão econômica surgiu da nossa compreensão delas como instrumentos importantes de construção de representações do rural na interação entre o universo produtivo do urbano do morador de rua e as práticas do camponês convencional em espaços indefinidos, retratada na seguinte imagem unilineal do campo:

Sr. Gustavo, Vendedor-camponês. Coord. Acamp. 2 Julho, MST. 60 anos
É bom que as pessoas da cidade venham para cá, porque o futuro está aqui, a carestia da cidade vai crescer e é aqui onde vai se produzir, assim vejo eu; a terra é produção; a roça é produção da terra...Agora se nós chegar na terra e cruzar o braço, e vamos trabalhar fora em outras coisas, aí não tem jeito, aí perde seu direito aqui pelo menos, porque teve o estatuto do acampamento.

Renata, Vendedora ex-acampada de João Pedro Teixeira. MST. 32 anos.
Não vejo problema nenhum no trânsito na cidade, por exemplo, se pode fazer uma fábrica de costura, para geração de renda, podemos juntar a discussão com outras mulheres, agora se o entendimento político do grupo se eles aceitar poderia nosso trabalho se pode vender diretamente na cidade numa loja da reforma agrária e o dinheiro vem para a comunidade.

A representação pelo camponês, semitradicional da área sem-terra, retratada um campo produtivo restringindo a terra apenas à produção agrícola sem margem para outras opções produtivas, ao mesmo tempo que se constrói uma complementaridade entre o rural e urbano, na medida em que o campo a- parece como fornecedor de alimentos e a cidade como lugar de consumo. Tal oposição aproxima-se das contribuições primeiras da sociologia rural que desenham o rural como lugar agrícola (Sorokin et al 1986; Wirth 1938) e que ainda em termos de representação rural continuam ativas conforme enfatizou Mansinho e Schmid (1997). No entanto, outras imagens produtivas do campo são levantadas pelos setores urbanos, ampliando os traços convencionais pela produção não- agrícola por

intermédio da mobilidade dos atores, como afirmou a ex-acampada da área MST e são reafirmadas pelos retratos a seguir.

Guimba, Trecheiro. Liderança do Movimento Pop. de Rua BH. 38 anos.
O Trecheiro contribuiria nessa ocupação pela própria mobilidade do Trecheiro pelo espaço rural. É um personagem que maneja diversos conhecimentos da roça, conhece horticultura, suinocultura, coleta, plantio, conhece o ciclo da cana, do café, maneja produção bovina, tipo de solo, mecânica agrícola, é um produtor multifacético, porque também maneja o lado moderno da coisa, as etapas da produção industrial, ou seja, se dá bem em qualquer situação.

Pagode, Pardal, técnico em informática. Movimento Pop. de Rua BH. 41 anos.
Para o Pardal que vai buscar o passado de infância, porque muitos deles vieram do interior, a ocupação urbana vai ser uma porta a mais, vai ser uma coisa muito boa porque com o conhecimento da cidade, sabendo onde compra as coisas mais baratas busco ali levou para lá na ocupação, busca o vínculo inverso, vai e volta vai e volta e se cumpre com os dois lados. Por exemplo, uma bomba de irrigação é um material de campo só que dá uma especializada um pouco mais. Então eu vou voltar para cidade para dar uma basculhada, ali eu pergunto:; fulano tem, tá ficando aonde? Na praça de Rio Branco, deixa ir então! Tem não, mas tem outro cara e tal! Deixa perguntar, ha! O cara de contato é de contagem, o cara liga e tal, quero seis e novas, o cara dá um valor 50% a menor da casa é obvio, beleza! E ali fica, entendeu qual é o lance? E assim, o cara vai gostar porque vai ter que cair a ficha e vai falar puxa, a roça também pode ser um lugar para mim.

Márcio, Reciclagem, Movimento Pop. de Rua BH. 48 anos
Estava pensando a questão de lixo orgânico, o lixo nosso aqui da cidade poderia ser coletado por nós para fazer adubo do campo, para ajudar a terra, lá na roça se pode ter um galpão, lá nos fazer oficinas de transformação, aproveitar cadeiras, a televisão, a geladeira que não presta e transformar ela em uma coisa que serve, um reciclagem para não degradar a natureza, hai! E o que a gente faça na roça vende aqui na rua seria uma difusão da roça aqui.

Chico, Trecheiro. Reciclagem Movimento Pop. de Rua BH. 55 anos.
Lá no albergue municipal, temos umas quinze pessoas que conversamos a idéia de participar da ocupação e pensamos da criação de um setorial da rua na roça. Dentro dela seria uma espécie assim como um espaço de discussão do campo na cidade e da rua no campo, nós mesmos faz cursos para nossas turmas sobre as coisas do campo, um espaço que nós os moradores de rua seríamos uma espécie de multiplicadores do campo na cidade. Além dali da para discutir como fazer para trabalhar fora, trabalhar com coisas da rua, também seria um retiro urbano de população de rua na roça para discutir essas propostas e interação entre o campo e a cidade e politicamente as pessoas da rua sempre recebendo apoio do campo em suas atividades urbanas.

Batata, Trecheiro. Reciclagem Movimento de Pop Rua Bh 57 anos.
Eu vejo que os caras da rua vamos mudar o visual da roça porque para minha turma de trecheiros, e acho que para todos, a roça vai sumar. Isso que tanto gosta a gente que é preserva a natureza, comer no ar livre essa galinha caseira, ver a coqueira, com o que a gente sabe fazer a reciclagem. Isso é novo para mim porque nós fazemos as duas coisas por separado. Agora podemos juntar as duas e tem tudo que ver com o campo porque reciclar significa cuidar essa coisa linda, e além tirar um trocado, e vai ser

bom para mexer a cidade que está muito mole! E para o caipira, o campo pode também significar reciclagem.

Dessa forma, o desenvolvimento dos trabalhos não-agrícolas na área ruabana pelos moradores de rua, em contexto de permanente mobilidade, vai facilitar sua adaptação e a reprodução no espaço rural por meio dos diversos ramos acima citados em especial pelo acesso ao mercado de produtos manufaturados manejados pelo “Pardal”, pela sua característica de circulador de informações na cidade.

Contudo, a adaptação ao meio rural, fruto do reconhecimento da mobilidade do setor urbano por diversos espaços, além da área rural, facilitará uma multiplicidade de outras ruralidades representadas não apenas produtivas. Há um apelo às questões pelo meio ambiente (Mathieu e Jollivet, 1989) relativa à tomada de posições sobre problemas ambientais e o papel do rural para qualidade ambiental, para o qual o morador de rua Márcio chama a atenção da sociedade para a intervenção antrópica em defesa do meio ambiente por meio da transformação de matérias descartáveis para a preservação da natureza. E o Trecheiro Batata conjuga os dois fatores de produção de reciclagem com a representação natural do campo numa esfera integrada. Não apenas as questões referentes ao meio ambiente estão presentes na proposta dos moradores de rua, mas também aparece claramente a imagem da reprodução do conhecimento do campo por setores urbanos na cidade, no apelo à questão da “ruralização da cidade”, exposta pelos clássicos da sociologia (MENDRAS, 1969, p.58)⁶³ e Lefebvre (1970). Na atual conjuntura, a situação se articula por meio do intercâmbio do conhecimento e sabedoria rural adquiridos pelos moradores e divulgados por eles para os outros moradores de rua que participam dos cursos de formação na organização política desse movimento.

São situações produtivas que amplificam a representação rural do campo, e que por elas podemos confirmar a hipótese número 02 do presente estudo que aponta: **um aumento das representações sociais no meio**

⁶³ Idéia que diz relação sobre que “as regiões agrícolas fazem viver pequenos centros urbanos” através dos serviços que esses centros lhes fornece e “esses centros fazem, certamente, parte do meio rural na medida em que suas funções industriais permanecem como acessórios”

rural por meio das práticas não-agrícolas. Contudo, a hipótese além de corroborar foi ampliada porque a situação produtiva de ocupação não agrícola servirá de reprodução e difusão do espaço rural por parte dos moradores de rua da cidade, não apenas no campo, mas sim no espaço urbano.

5.4.6- Esfera política: Dimensão da mobilidade e participação política.

Delineamos outras fases da representação sobre o rural que estão em disputa na construção da realidade rurbana. Trata-se dos diálogos que surgem na relação entre a dimensão da mobilidade dos atores e a esfera da participação política marcados pela dinâmica de estereótipos na interação cotidiana entre o setor de camponês tradicional e setores urbanos:

Sr Juvenal, camponês. Coord. de núcleo. Acamp. 2 de julho 53 anos
Os que não vêm por muito tempo, se não participam, ficam fora e essa coisa toda. Ninguém cuida da terra, o barraco fica largado, agora se precisa fazer uma lapidação das pessoas lá fora porque o campo é diferente do urbano. Aqui a gente participa, se cuida, é mais delicado as atitudes se fazem à base da amizade da compreensão, da fé em Deus, as pessoas das periferias não entendem isso.

Rafael, setor de educação MST Acamp. 2 de julho 23 anos.
Tem um segmento desses que trabalha fora que tem um diálogo com a roça, fica toma banho, ao outro dia vai a trabalhar com a cidade, ali cria uma relação com o camponês que fica com quem está aqui dentro, mas penso que tem que potencializar a organicidade do movimento lá fora para dar visibilidade a eles, inerente de ser urbano rural se está aqui por um dia ou mês, regular isso.

Podemos destacar que o camponês tradicional associa a falta de participação na área à mobilidade do sujeito urbano e, por conseguinte, ao rural. Nestes apelos, em geral, ele constrói um tipo de estático de rural congelado pelas relações primárias da organização tradicional baseadas no parentesco e na religião (WOLF; 1963), acentuando a distância do campo, cada vez mais longe da civilização moderna da metrópole, pois nega essas relações sociais em espaços urbanos, apelando para uma dicotomia simbólica entre o campo e a cidade. Não apenas as questões da separação campo cidade se constata no diálogo com o militante de MST, mas também aparece uma referência a uma integração entre o espaço urbano

rural, permanecendo assim o rural representado de forma plástica, e maleável. A participação do sujeito urbano na área se articula inerente ao espaço ocupado, e passa pelo fortalecimento de sua capacidade organizativa em seu espaço natural.

Pagode, Pardal, técnico em informática. Movimento Pop.de Rua BH. 41 anos. A maloca do Pardal em BH é uma coisa mais organizada debaixo da ponte ou na praça., A gente leva comida para cozinhar. Essa é a república da gente. Ali sempre tem alguém nosso acordado, para vigiar, tem uma organização interna porque a diferença de maloqueiros que não tem nada, só tem a roupa do corpo e todo sujo. Geralmente o pardal anda com uma mochila bonitinha, roupa limpinha, também tem um saco de dormir para não se sujar, e acordar antes que qualquer pessoa ver....Às vezes usamos uma casa de um conhecido que fizemos amizade, uma pessoa pobre que sempre vai ajudar se você tem fome vai estar ali, ela vai te ajudar a guardar os documentos de maior valor que são nossas fotografias de nossas pessoas queridas e aí que a gente se organiza.

Tano, Bombeiro-Hip-Hop. Sem Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 34 anos

Vimos da ocupação João de Barro nº 1. Eram cem famílias. Fomos despejados e os que ficaram foi para não sair do local de origem. Aqui somos trinta famílias mais ou um menos. De lá que aqui está dividido pelas comissões de limpeza, infra-estrutura e segurança. Apenas 40% das famílias participam, a limpeza do esgoto do banheiro poucas fazem, e traz benefício para todos, mas o meio aumenta a organização, mas quem participa está dentro quem não esta fora.

Assim, a participação do morador de rua e sem-teto reforça o apelo do militante de MST. O rural pode progressivamente adquirir uma importância por absorver a população organizada, mesmo atuando politicamente em espaços da cidade. Contudo, no meio da situação, se representa o viés da imagem construída politicamente na qual o componente “estereótipo” apresenta um peso na manutenção das estruturas de exclusão e inclusão social dos sujeitos urbanos na área política da ocupação rurbana:

Tonico, Liderança do setor de finanças de MST-MG. 28 anos.

A ocupação rurbana vai fazer surgir muitos métodos novos no MST porque a realidade rural hoje não é tão longe da realidade urbana, ou seja, quem vai para o campo aqui na RM é da cidade, então não vamos ter tanta dificuldade. Por isso, por exemplo, pode ter um morador de rua ou sem-teto que talvez não seja um desempregado tão degradado e que ainda tem muitos valores, com pouca organização. Mas ao contrário não é uma pessoa tão degradada nem que outros moradores de rua que a gente vê por ali, ou seja, vai depender da comunidade para criar outros espaços de recuperação das pessoas.

Pagode, Pardal, técnico em informática. Movimento Pop.de Rua BH. 41 anos. A terceira revolução industrial aumentou a mão-de-obra ociosa, ela mudou o perfil do morador de rua, hoje não é mais um grupo de alcoólatras, viciados

de 50 anos sem perspectivas de vida, diferente do que pensa as pessoas da sociedade. Hoje são formados por pessoas das mais diversas idades de todos os níveis escolares. Por exemplo, temos caras manejando lei habitacionais é muito forte para o estado! Enfim, esse perfil participa de nosso movimento em comissões, de moradia, de saúde, de direitos humanos, de cooperativa de catadores e reciclagem.

Sangão, Homem da rua. Pedreiro-bicos. Movimento Pop.de Rua BH. 54 anos.

A gente conversou a ocupação rurbana e é possível com os pés no chão, nós vamos fazer formação, vamos peneirar, inclusive a droga, a coisa vai minar e os fiquem vão estar mais cientes. Vamos conversar, discutir expectativas sem exclusão, vamos fazer uma para isso vamos levar as pessoas com maior interesse seja perfil rural ou não, ou podemos usar as ocupações dos sem-teto ali como escola de adaptação por uns meses para depois levar eles para lá, ou seja, são vários métodos possíveis.

Dessa forma, há várias maneiras de interpretar a capacidade participativa do setor urbano construída à base do estereótipo para definir o povo de rua e sem tetos, que mesmo sendo inclusivo está marcado pela discriminação como o retrato que elabora a liderança do MST. Mas há outra imagem organizativa que estes setores urbanos estereotipados constroem como a mudança de perfil de morador de rua composto sujeitos de diversos ramos de trabalho, profissão e escolarização, que além de demonstrar uma organização interna podem contribuir para fortalecer a organização dos movimentos sociais que atuam na ocupação rurbana, contribuindo na reprodução rural em que uma organização urbana incorpora sujeitos da cidade para ocupar o campo.

Assim, as informações dos sujeitos da cidade retratam que os aspectos das relações cotidianas são fatores que geram coesão social e organização participativa percebida como elemento gerador de inclusão ao grupo em questão, situação vinculada as múltiplas formas de representar o rural que estão em disputa na construção da realidade cotidiana dos atores.

5.4.7-Esfera cultural da ruralidade imaginário: Dimensão participação política e representação social.

Assim, a participação do morador de rua e sem-teto reforça o apelo do militante de MST em que o rural pode progressivamente adquirir uma

importância por absorver a população organizada, mesmo atuando politicamente em espaços da cidade.

Podemos dizer que o rural é uma construção social que está em permanente relação com o espaço urbano, mas não é de sua exclusividade. Diferentemente do que afirmou Weber (1974) na idéia que liga a ruralidade à produção agrícola ao modo de vida das pequenas comunidades, neste caso a o rural representa uma realidade original, uma procura de uma identidade ideal que se oporia ao artificialismo da sociedade urbana. No entanto, há no cenário atual uma relação mais plástica da construção de pertença no espaço rural subsidiada pela esfera da construção social nas práticas da cotidianidade dos sujeitos que atuam nas diferentes dimensões como a política no rural representada como se constata a seguir:

Célio, Pedreiro. Sem-Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 31 anos.
No campo seria camponês, na cidade seria urbana. Para mim não é problema porque eu sei mexer o campo e ou urbano e vice-versa, porque eu não nego de onde moro eu falo sem problema na ocupação João de Barro. Agora eu sou militante das BP, se na ocupação se juntam com MST, então vou ser parte das duas.

Rafael, setor de educação MST Acamp. Dois de Julho 23 anos.
Vamos discutir que têm eles para trazer a nós, porque se é para transformar esse cara em sem-terra vamos expulsar a todo mundo e vamos perder a moral, enfim, temos que aproveitar as bagagens deles. Mas não poderemos perder nossa linha, porque algumas coisas são cruciais como a luta pela terra. Isso mais histórico, mas temos coisas ultrapassadas, que temos buscar desse povo também um exemplo: veio os pintores de Belo Horizonte, eles poderiam retratar nossa luta, ou as costureiras, tem que ser de aprendizado mútuo, do contrário não adianta, nós vamos ter um mesmo corpo velho tentando fazer o novo, a identidade está mudando aqui na RMBH, ou nos damos conta e damos intencionalidade política ou ela vai fazer.

Chico, Trecheiro. Reciclagem Movimento Pop. de Rua BH. 55 anos.
A ocupação semi-rural vai passar por uma fase de adaptação, porque vai ter trecheiro, maluqueiro, pardal, população local que ocupa a cidade por muito tempo. Se quero ocupar é porque quero uma mudança, porque ninguém está na rua porque quer. Nós fomos empurrados para rua, eu acho que seria até uma reparação pelos danos causados por esse sistema maluco que está ali! Na cidade, eu vou ser pardal e no campo vou ser trecheiro da roça, vou ser um protetor da natureza na cidade e na roça ao mesmo tempo, vou ser sem-terra, vou ser sem-teto, ademais, não quero virar jecatatu.

Desta forma, as narrativas nos indicam que há uma representação de identidade que se constrói de maneira quase independente de um rural–espaço, que é levado pelas relações políticas dos atores e pela participação

social, numa grande diversidade, plasticidade⁶⁴, e reflexibilidade em prestarmos permanentes que facilitam elaborar identidades descartáveis. Mas também há idéia de reforçar a noção rural-espaço quando se considera a noção do Trecheiro de se tornar protetor da natureza. Isso em relação a Laçasse que considera o rural como um lugar ideal da representação da natureza e meio ambiente instituindo-se o espaço rural como espaço de controvérsias sociais (LACASSE; 1999; 467). Mas a noção do autor é parcialmente correta quando consideramos que a proteção da natureza por parte do Trecheiro vale tanto para o espaço rural quanto na cidade não circunscrito num espaço determinado.

5.4.8- Esfera da Identidade: Dimensão mobilidade socio-espacial e representação social.

O interesse em analisar a ruralidade e as percepções de construção de identidade na esfera das práticas cotidianas dos atores surgiu pela compreensão que as experiências diárias dos atores são fonte fértil da geração de multiplicidade da representação do rural como se constatara a seguir:

Guimba, Trecheiro. Liderança do Movimento Pop. de Rua BH. 38 anos. Trecheiro tem uma identidade meia mista, eu sempre digo ele passa pela cidade, não está nela, ele passa por ela., Se não está na roça em si, numa lagoa, numa cachoeira, ele está no meio rural, lavoura de lado, gado do outro. O Trecheiro se dá bem em qualquer mundo...quando está na cidade é da cidade, quando está na roça é da roça. Para mim não gera trauma, para mim é versatilidade mesmo, acho que é um homem versátil, é como aquele jogador coringa que joga em varias posições. Trecheiro se adapta a várias coisas. Para ele, ser trecheiro tem que deixar várias coisas, lógico que tem que deixar, e necessário que deixe.

Sr.Margarida, aposentada.Sem Teto.Ocupação João de Barro II, BH. 61 anos.

Sou sem teto, eu não vou deixar de ser sem-teto porque eu gosto da cidade porque eu prefiro a cidade porque é melhor para os estudos para os meninos, tem mais garantias. Se Deus abençoar, compro uma casa aqui na cidade. Agora se não dá, ficaria também na roça, porque eu gosto também

⁶⁴ Em relação as noções de Frederic Barth sobre a perda de elaboração de identidade local de maneira estável e estática, mas sim construídas na interação flexível e plástica permanente dos atores, In, Barth F. 19976. Los grupos Étnicos y sus Fronteras. FCE, México. p 10.

da roça, da saudade não esqueço as amizades. Mas não tenho coragem de voltar, então por isso que essa ocupação meia mutante me interessa porque seria recuperar um lugar de mim o que é a roça mas sem sair da cidade. Ppor exemplo, lá no Lajedo eu já plantei milho feijão, e foi aqui na cidade, e porque existe lugar no interior que não tem luz, apenas tem rádio a pilha. Porque se é assim, eu vou para lá não, por que eu não vou cozinhar a lenha não, esse trem não é para mim, sem luz, sem tv vou morrer, não fico não.

Tano, Bombeiro-Hip-Hop. Sem Teto. Ocupação João de Barro II, BH. 34 anos

Participo de um grupo na UFMG, "Hip-Hop Chama", eles mexem com temas de inclusão social, homossexualismo, êxodo rural. Por exemplo, se tivesse a oportunidade de repente de montar letras acima do ambiente onde moro, puxa vida! Não interferia em nada, seria uma espécie de Hip Hop rural, e não perderia minha identidade urbana, porque um grupo da cidade se interessa pela letra e coloca em prática entendeu. e não estaria deixando de participar do meio Hip-Hop, nem do meio rural, e eles estariam passando para o meio urbano a convivência do meio rural, aí uma vertente de hip-hop urbano e rural, se tornariam uma coisa só, um mutante.

Alexandre, Funcionário Prefeitura Betim Acamp. Dois de Julho. MST 55anos
Se o fulano da cidade não está disposto a perder seu estilo de vida não dá porque os hábitos da cidade podem prejudicar a roça; uso de tóxico e essas coisas, ou seja, o Hip Hop, não cabe na roça, porque aqui a tradição aqui é mais natural. Por exemplo, o caipira, o modo de ser caipira é a simplicidade, música sertaneja, coisa de amor, simples, mesmo sendo um semicaipira ou um tradicional, o Hip Hop, Rock não são da roça mesmo! A diferença de expressão é muito grande a linguagem é outra, sempre vamos chocar.

A capacidade de apropriação, de reutilização, de descarte e da seleção por parte dos atores dos diversos elementos que o espaço rural oferece, pode ser percebida como um elemento identitário da ocupação rurbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capacidade que permite a mobilidade dos atores pelos diversos espaços urbanos rurais e sua fixação pelos diversos espaços apropriados.

Assim, o rural e o urbano passam a constituir, para os entrevistados, espaços demarcados e ao mesmo tempo difusos, que facilitam, por conseguinte, a apropriação diversificada das relações sociais no entorno, contribuindo para sujeito na elaboração de identidades vinculadas às diversas representações com que eles interpretam o rural. Assim, a representação de roça como "natureza" dá sentido à dupla identidade urbano-rural ao Trecheiro.

De igual forma, a Sra aposentada consegue reafirmar sua identidade sem-teto e rural na ocupação rurbana porque o espaço rurbano representa um "lugar intermédio" entre a possibilidade de recuperar sua memória rural -

marcada pela imagem de atraso - sem perder sua experiência de vida da cidade. De igual maneira, há representação rural como o “resgate de cultura camponesa” por meio de expressões artísticas musicais ditas urbanas do Hip Hop como suporte que permitirá a reprodução e difusão da cultura da roça na cidade com os setores hip-hop metropolitanos. E então, por meio desse sofisticado mecanismo de re-significação da representação da cultura rural, este sujeito reforça sua identidade urbana na roça e ao mesmo tempo sua identidade rural na cidade. Contudo, há também a imagem do rural estático original, antagônico entre campo cidade que impossibilita a convivência com as diversas identidades acima citadas. No entanto, como foi confirmado por meio dos diversos repertórios de identidades construídos no espaço rurbano, responde-se ao objetivo específico 02 do presente estudo, pois: **ao invés das identidades se diluírem, reforça-se na esfera rural ainda sendo um mecanismo de reprodução da roça na cidade.**

Podemos sugerir então que as ruralidades expressas no contexto rurbano constituem representações co-partícipes num processo de construção de múltiplas identidades e subseqüentemente da apropriação diversificada do espaço e das relações ali construídas. Estas idéias confirmam as noções de De Certou (2002), Remy (1989), e Mormont (1989), sobre a co-relação das identidades vinculadas à construção de rural, representação em processos de construções sócias desestabilizadas e indefinidas e com disputa simbólica e social pelo espaço apropriado.

5.4.9-Esfera de imaginário do cotidiano: Dimensão estilos de vida.

Assim, os delineamentos acima citados traçam o peso da esfera do cotidiano na elaboração da construção da ruralidade, mas há ainda várias possibilidades que são instaladas pelas imagens do campo como resgate de cultura que retratam a multiplicidade de representação sobre o rurbano:

Romeu, Homem de Rua. Pedreiro- músico. Albergue Tia Branca 31 anos
Eu participo de setor de arte e cultura popular na oficina de teatro e tambores, que se faz junto com a pastoral de rua. A gente é um grupo de sete a oito pessoas entre Trecheiros e homens de rua que sempre participam. Com a ocupação, o campo para mim significa um lugar bacana para difundir nossa arte para fazer música de tambores, rok ou teatro com as

crianças sem-terra. Lá a criança vai estar com a mente ocupada. Assim, nós leva a cultura da rua para a roça, e isso é bom porque é uma contribuição sana dos moradores de rua e nos passa o que aprendemos do centro de referência. Agora o bacana seria trazer a visão das crianças para difundir as coisas boas da roça para as crianças da rua que nos tempos aqui, nessa doidera toda!.

Joãozinho, Maloqueiro, Zona Hospitalar. Catador de papelão-latinhas. 19 anos.

O estilo da vida da gente tem tudo a ver com a roça, a gente mora como você vê na maloca da zona hospitalar, entendeu cara. Eu não me daria bem numa ocupação de prédio porque eu faço fogão a lenha para me esquentar eu nem uso fogão, e como vou fazer fogueira no prédio! não dá! o povo vai ficar nervoso! Entendeu qual é o lance. Outra, a comida nossa é assim bem primitiva mesmo: um macarrão, um cara chega com uma cebolinha e já era!, a gente dorme baixo das estrelas como se for uma roça da cidade, por isso eu acho que a gente se daria bem na ocupação, sacó!.

Sr Caio, Camponês-Segurança Acamp. Dois de Julho. MST. 55 anos.

Ele não se acostuma com o estilo de vida da roça com a fumaça da comida, não sabe fazer barraco ele não aceita desiste, só quando tem sangue e isso com pessoas da cidade não agüentam, mesmo que alguma aceite. A pessoa que vai e vem fica uma semana lá e volta e nunca adapta a terra então para mim não é sem terra.

O que se percebe ao longo da análise das imagens retratadas é que existe uma reafirmação da expressão artística urbana para desenvolver essa arte no espaço rural, a modo de intercâmbio em que os dois setores estejam dispostos ao risco, à experimentação, uma apropriação de suportes culturais das duas esferas sociais que sintetizaram relações de reprodução de seus espaços de forma consensual. Portanto, se reafirma a idéia de que o rural/ruralidade mais do que realidades fixas trata de uma representação social, que neste caso a ocupação rurbana permite representar o espaço na dimensão da cultura de “resgate camponesa”, e “reafirmação de cultura da rua”.

Ingrediente importante é a presença das crianças como mediadoras do processo como equivalência da imagem da continuidade dessa relação no futuro que virá. Conforme mencionado, a premissa está de acordo com o proposto por (Remy, 1989), em que as construções simbólicas construídas no campo não são unívocas nem definidas, se constroem numa diversidade de conteúdos estritamente relacionados aos distintos modos de apropriação do espaço, ou seja, passam a constituir uma multiplicidade de espaços com características identitárias próprias, que neste caso são marcadas pelas

relações cotidianas dos atores na esfera da cultura em contextos indefinidos como a ocupação rurbana.

Nesse espaço construído, há ainda outras formas de representar o rural que são retratadas pela reprodução do estilo de vida da rua na roça, pois as duas formas de sobreviver diariamente são compatíveis, ou seja, o sujeito de rua tem condições não apenas de se adaptar ao espaço rural, e sim pode se apropriar do estilo de vida de um acampamento rurbano como próprio, pela equivalência na forma precária de viver de comer, de dormir, a ponto em que o sujeito de rua não se adapta a ocupações de prédios que poderiam ser opções propriamente rurbanas. Ou seja, o morador destaca os aspectos tradicional e rústico do campo como mecanismo de representação que facilita a inclusão do sujeito ao campo, contudo a mesma representação do campo tradicional em oposição à cidade construída pelo camponês sem-terra serve como suporte de exclusão do sujeito da cidade ao espaço rural.

Tomando por base essas representações dos atores entrevistados neste contexto rurbano e as contribuições de Mormont (1989), Lacasse (1999), podemos sugerir que as ruralidades expressas na ocupação rurbana na dimensão do cotidiano constituem múltiplas representações, e que tais fatores não são excludentes, podendo participar em uma mesma etapa de apropriação do espaço concebido como rural. De tal maneira, quando estas afirmações são cruzadas com a confirmação do objetivo específico 02 sobre que: **as ruralidades no contexto rurbano e que formam representações co-partícipes num processo de construção de múltiplas identidades**, se confirma a hipótese número 03 sobre que: **a alta mobilidade dos atores que permite fixar os sujeitos na terra e incrementar a representação do campo.**

São estes fatores de deslocamentos dos atores que permitem a construção das múltiplas representações e múltiplas identidades rurbanas no espaço rural até agora confirmado. Ainda mais se confirma que estas dimensões distinguem à construção de identidades e representações sociais do rural reproduzidas no espaço urbano, estendendo o marco de análise da hipótese aqui corroboradas, pois estava restrita apenas ao aumento da representação social do campo no espaço rural.

2.-Resultados e Considerações Finais.

Diante do exposto, foi possível compreender que a interação urbana-rural constitui um interessante instrumento de problematização das percepções e valores que formam o universo rural da RNBH, formado não apenas por uma, mas por diversas representações do rural que permanecem em constante disputa para construir a realidade urbana da região Metropolitana.

As considerações finais surgem da análise transversal que agrupa as narrativas sínteses dos personagens urbanos e sem terra que se encontram pelas diversas dimensões distribuídas nas quatro partes que separam o capítulo cinco. Importa-nos delinear as dimensões analíticas aqui manipuladas, tanto a objetiva – a produtiva, a mobilidade espacial, e a política – quanto a dimensão subjetiva – a cultural, o cotidiano e a construção de identidade. Assim, as dimensões entendidas integralmente permitiram delimitar a construção deste espaço como rural-representação.

Podemos destacar os seguintes elementos principais que constituem o rural-representação presentes no processo urbano da RNBH, identificados no capítulo cinco de análise: a) um rural constituído como espaço de produção presente na figura dos camponeses sem terra propriamente ditos; b) um rural dicotomia de oposição campo/cidade na qual o rural é negação, mas ao mesmo tempo é complementaridade produtiva da cidade; c) um rural como meio ambiente que apela à preservação, seja na sua fase produtiva, ecológica e política; d) um rural natureza que às vezes se confunde com meio ambiente e que deve ser preservada de forma quase idealizada; e) um rural de atraso, identificado pela figura de trabalhadores sem terra, que pretende preservar as tradições culturais camponesas de forma estática e; f) finalmente se identificou um rural de resgate camponês presente na figura dos setores sem teto e moradores de rua que valorizam a cultura camponesa, mas re-significada e reconstruída na dimensão cotidiana e de elaboração de identidade.

Como vimos ao longo do capítulo de análise, a noção de representação do rural na dimensão econômica do trabalho é produzida e

reproduzida não apenas na geração de renda estritamente agrícola, mas também atrelada ao fenômeno de mobilidade espacial dos atores. As narrativas dos camponeses sem terra, mesmo com características pluriativas, mostraram a existência de uma representação do rural como produção agrícola atrelada à dicotomia campo/cidade, no qual o rural é a negação, mas também a complementaridade do urbano, em que se expressa a desconfiança da capacidade de adaptação do trabalhador urbano ao espaço rural, idéia que está em sintonia com o sentido de terra marcada pela produção e posse da propriedade por parte dos acampados das áreas de Dois de Julho e João Pedro Teixeira do MST.

Contudo, as falas dos acampados sem terra que praticam atividades urbanas para sobreviver reconhecem o benefício das ocupações não-agrícolas no espaço rural como comércio, pedreiro, bombeiro. Isto em concomitância com o auto-reconhecimento dos personagens sem teto e moradores de rua por um link maior de atividades urbanas adaptadas ao espaço rural como manicure, hidráulica, artesanato, reciclagens entre outras. Mas esses repertórios de atividades no campo estão atrelados sob a mobilidade dos atores pelos diversos espaços campo-cidade que confrontam a imagem convencional do rural, gerada pelos camponeses propriamente ditos, e aumentam o repertório de representações rurais.

Dessa forma, constatou-se que o desenvolvimento dos trabalhos não-agrícolas, tanto numa área sem terra como numa área urbana, por parte dos moradores de rua e sem tetos está atrelada ao contexto de permanente mobilidade espacial. Este trânsito vai facilitar sua adaptação ao espaço em questão, e reforça os benefícios obtidos pelos personagens que desenvolvem ofícios extra-agrícolas no espaço rural. Contudo, este fenômeno está condicionado à aceitação dos camponeses propriamente ditos, como foi apresentado na figura do “Pardal”, que como morador de rua se caracteriza como um circulador de informações na cidade, facilitando o acesso a produtos manufaturados no mercado, e de igual maneira, atua na venda direta de produto da roça na periferia da cidade; esse movimento foi entendido por estes entrevistados como fator vantajoso, pois permite

diminuir o impacto dos atravessadores, como foi afirmada também pela liderança do setor de produção do MST.

Desta forma, a aceitação da mobilidade da população urbana por parte do camponês facilitará a construção de outras ruralidades, além da esfera produtiva, pelos personagens urbanos, como as questões do meio ambiente, onde se constatou a conformação de um rural representado como natural; isso como foi representado por o Trecheiro, que levanta a bandeira da defesa do meio ambiente por meio da transformação de matérias descartáveis e recicláveis para a preservação da natureza na ocupação urbana, ação que conjuga duas práticas que estes sujeitos fazem em separado: a preservação ecológica e a atividade produtiva como forma de geração de renda. Ação que leva uma à multiplicidade de outras ruralidades, representadas, em conexão com o meio ambiente (Mathieu e Jollivet, 1989).

Em resumo, afirmamos que as vantagens que os ofícios urbanos alcançam tanto na ocupação sem terra como na ocupação urbana estão atrelados à mobilidade produtivo-espacial dos atores, confirmando assim, a existência de uma cultura de deslocamento espacial, que envolve a grande maioria dos personagens entrevistados e onde o segmento cultural de rua denominado Trecheiro é sua máxima expressão. Aliás, essa extrema mobilidade permite que este personagem não apenas se reproduza no campo, mas também seja capaz de gerar mecanismos de difusão do campo na cidade. Portanto, está em construção uma cultura nômade de sem tetos e moradores de rua, dentre homens e mulheres da região metropolitana; assim, podemos corroborar que a adaptação dos sujeitos na ocupação urbana depende da incorporação do fenômeno da mobilidade no processo produtivo da ocupação.

Este processo da cultura de mobilidade da população desclassificada da cidade em direção a espaços semi-rurais, leva em seu interior uma reflexão a destacar: atualmente estamos frente a um processo de re-ruralização intra-metropolitana das camadas excluídas da economia formal, e que nos permite entender o fenômeno dentro de uma perspectiva reflexiva que possa contribuir nas discussões da sociologia urbana. Esta disciplina analisa os deslocamentos populacionais na região metropolitana de Belo

Horizonte dentro de uma única perspectiva, que é a extensão da periferia da cidade para o campo, ignorando as conotações rurais que operam no processo, pois estas populações urbanas em espaços semi-rurais ou rurbanos contribuem a reproduzir o espaço agrário, seja com as ações econômicas, seja com as representações rurais ali elaboradas. Assim, entendemos o fenômeno não como uma descaracterização do rural, e sim como um processo em que o campo adquire outras conformações e significados.

Esta sugestão pode servir como um fértil campo de reflexão para um próximo estudo, onde se conjugue a disciplina sociológica com as ciências rurais para potenciar os olhares e os instrumentos metodológicos gerados de forma integral que permitam ampliar os alcances analíticos, pois estudos segmentados não conseguem descrever a complexidade da realidade social em espaços de fronteira, neste caso, o rurbano. Quaisquer que sejam as diferenças metodológicas que as disciplinas apresentam, há um chamando comum para intervir em espaços de fronteira urbano-rural que é de mão dupla inerente à abordagem que cada linha teórica enfatize. Como foi colocado no capítulo três, os estudiosos da ciência rural dificilmente teriam sucesso para corroborar suas práticas e pesquisas em áreas semi-rurais em caso de não se apropriar das abordagens sobre planejamento e reforma urbana, e igualmente as intervenções urbanas dificilmente alcançariam objetivos desejados se desconhecem os diversos programas que contornam a questão rural especialmente para estas áreas semi-rurais.

Dessa forma, o conjunto de informações analisadas por meio da capacidade de mobilidade e o trabalho urbano permitiram corroborar a segunda hipótese elaborada pelo presente estudo, tendo como pressuposto que as práticas não agrícolas reproduzem representações rurais por meio da ocupação rurbana.

Contudo, vale destacar que, se por um lado os deslocamentos da população urbana em direção ao espaço rural e a geração de renda não agrícola trazem aspectos positivos para facilitar a adaptação dos personagens da cidade ao campo, por outro lado esses fatores reúnem uma série de interrogações dentro da esfera política do movimento sem terra que

articula a ocupação rurbana a respeito da capacidade organizativa da população urbana na área, no contexto marcado pela experimentação, pela incógnita e a desconfiança.

Contudo, o MST assume esse espaço de atuação política com uma alta flexibilidade metodológica disposta a se adaptar às formas organizativas do setor urbano, ao ponto de aceitar a constituição de uma terceira organização além do caráter rural, ou como apresentaram alguns sem terras, que de uma forma ou outra, aceitaram a participação política do sujeito urbano fora da área rural como mecanismo de reprodução orgânica da ocupação na cidade. Mas o limite desta flexibilidade metodológica do movimento sem terra está na produção agrícola, ou seja, o movimento sem terra conota uma rígida e inflexível postura sobre a aceitação da renda extra-agrícola e a mobilidade dos atores fora da área como principal fonte salarial.

Sem dúvida esta esfera concentra disputas e concessões num jogo de interpretações permanente sobre a forma de significar o espaço rural, situação que incomoda e dificulta o consenso por parte dos camponeses mais tradicionais ancorados na idéia de que o trabalho agrícola no espaço rural é o lugar privilegiado da imagem do campo.

Como vimos no capítulo cinco, a dimensão cultural na elaboração de narrativas identitárias estava atrelada à capacidade de apropriação, de reutilização, de descarte, da seleção e da criação de múltiplos repertórios de identificação por parte dos atores com os elementos que espaço rural oferece. Isto significa que os espaços urbanos rurais são apropriados pelos personagens de diversas formas, pois estes lugares adquirem contornos demarcados e ao mesmo tempo difusos contribuindo ao sujeito na elaboração de identidades vinculadas às diversas representações com que eles significam o rural.

As diversas formas de representar o espaço dá sentido às construções de identidade; isso explica porque a representação de roça como “natureza” objetiva à dupla identidade urbano-rural do Trecheiro. De igual forma, explica por que uma senhora aposentada reafirma sua identidade sem-teto e rural na ocupação rurbana, pois este espaço representa um “lugar intermédio” entre a possibilidade de recuperar sua

memória rural - marcada pela imagem de atraso - sem perder sua experiência de vida na cidade. De igual maneira, a situação explica porque há representação rural como o “resgate de cultura camponesa” por meio de expressões artísticas ditas urbanas. Como vimos no capítulo cinco, um sujeito sem teto está disposto a utilizar o Hip Hop como suporte musical que permitirá um tipo particular de reprodução e difusão da cultura da roça na cidade com os setores de Hip-Hop metropolitanos.

E então, por meio desse sofisticado mecanismo de re-significação da representação da cultura rural, este sujeito reforça sua identidade urbana na roça e ao mesmo tempo sua identidade rural na cidade. Podemos alertar que este é um ponto alto do presente estudo, pois este mecanismo de reprodução do rural na cidade por parte da população urbana não se restringe à esfera cultural, este jogo de apropriação de identidade e de construção de representação do rural se confirma também na esfera produtiva e política presentes na figura do Trecheiro, que por meio das práticas produtivas adquiridas na roça pode promover e difundir produtos rurais na cidade, mas também pode promover conhecimento rural entre seus pares moradores de rua. Então aparece a imagem da reprodução do conhecimento do campo por setores urbanos na cidade, no apelo à questão da “ruralização da cidade”, exposta pelos clássicos da sociologia (MENDRAS, 1969, p.58 e LEFEBVRE 1970). Situação que se articula por meio da troca de conhecimento rural adquirido pelos moradores e divulgado por eles para os outros moradores de rua que participam dos cursos de formação na organização política desse movimento.

Diante do exposto é possível compreender que este sistema de reprodução do rural na cidade opera por meio de um sofisticado jogo de interpretações desse rural, na medida em que apenas atinge um determinado recorte da sociedade, por isso que é um tipo parcial de reprodução da forma de vida rural no centro metropolitano, especialmente quando consideramos que é uma construção imaginária de sujeitos que não possuem vínculo rural, portanto podemos supor que alimentam suas percepções do rural a partir de um recorte social que tem sentido para eles.

Podemos inferir que estes estímulos são mobilizados por um saudosismo do "bom rural" que se funda na percepção do campo como representação do natural ou meio ambiente, ou de resgate camponês, confirmados no percorrer das entrevistas do setor urbano. Desta forma há uma espécie de "re-fundação do mito camponês" mediado por uma representação do rural articulado num tripé simbólico que opera da seguinte forma: um emissor representa e transmite os hábitos rurais; o receptor interpreta esta informação e representa outra realidade. Contudo, ambos construíram suas representações da vida rural por meio de uma terceira mão. O fato é que nenhum deles é camponês. Portanto, no princípio de Clifford Geertz (1989) se sucederia uma apropriação da interpretação do outro; em que a partir da interpretação do emissor e da interpretação do receptor sobre o rural, ambos-os sujeitos criariam um outro texto⁶⁵ do que deveria ser o rural, construindo a partir de uma ótica urbana uma outra narrativa do estilo de vida camponês.

Dessa maneira, as informações analisadas dentre os personagens que participam da ocupação rurbana, tanto sem terras como sem tetos e moradores de rua, permitem afirmar que as classificações sobre o rural-representação não estão dadas; os sujeitos constroem de forma plástica um mosaico cultural que faz sentido para eles nesse recorte sócio-espacial rurbano. Há, então, uma situação mediada por cenários interpenetrados, que são gerados por culturas do campo e da cidade, em princípio antagônicas, noção que revitaliza a proposta de Roger Bastide (1963), em que tal relação está sendo gerada em uma região de fronteira; neste caso uma área semi-rural indefinida nos contornos do limite urbano, caracterizado pelo choque intra-cultural e re-qualificado permanentemente de forma multifacetária e dinâmica, nos termos de Durand (2002) e Baczko (1985).

⁶⁵ Esta noção de Geertz resume que a cultura como produção etnográfica é apenas "interpretações, e na verdade de segunda e terceira mão. Por definição somente um "nativo" faz uma interpretação de primeira mão: é a sua cultura. Portanto, de ficções; ficções no sentido de que são "algo construído" algo modelado". O autor orienta que esse termo ficção é apenas uma referência, pois o sentido da idéia é uma cultura construída. (GEERTZ:1989: 25-26). Em resumo o autor aponta que a construção é cultural e o que a etnografia tenta relatar são construções de construções de outras pessoas (ibid:19), processo entendido como descrição densa.

Dessa forma, esta reflexão, além de corroborar a terceira hipótese sobre: **a importância do trabalho não agrícola e da mobilidade dos sujeitos como instrumentos de construção de identidades e representações do rural no espaço agrícola**, aumenta o marco de análise do pressuposto da pesquisa, na medida em que a reprodução se expande em direção ao espaço urbano. Podemos, então, dizer que há um rural-representação que se constrói de maneira relativamente independente de um espaço rural, pois a representação rural circula e se reproduz no espaço urbano de forma permanente e descontínua ao mesmo tempo. Daí a importância de compreender os aspectos construtivos e reflexivos das identidades geradas nessas "novas" ruralidades.

Nossa idéia aqui levantada sobre a capacidade que o setor rurano vem desenvolvendo para reproduzir a vida camponesa no meio urbano pode nos levar a ampliar a reflexão sobre a exclusividade da pluriatividade da agricultura familiar como manobra de reprodução do meio rural, argumento defendido por Carneiro (2000) e Schneider (2006). O que poderia se tornar numa fonte importante de reflexão para uma futura pesquisa da microsociologia rural a respeito dos efeitos e processos da troca de saberes dessas "novas" ruralidades em espaços da periferia da cidade.

Podemos afirmar, então, que as ruralidades expressas no contexto rurano constituem representações co-partícipes num processo de construção de múltiplas identidades e subseqüentemente da apropriação diversificada do espaço e das relações ali construídas. Daí, que estas relações estão vinculadas à construção do rural-representação em processos desestabilizados, indefinidos e de disputa simbólica pelo espaço apropriado (De Certau, 2002, Remy,1989; Mormont,1989). Isso significa que o conjunto das diversas representações do rural descritas no presente estudo como a) rural produção, b) rural campo/cidade, c) rural meio ambiente, d) rural natureza, e) rural atraso, e f) rural de resgate, não necessariamente são excludentes; ao contrário, podem participar num mesmo processo do espaço concebido como rurano.

Daí a importância de refletir sobre os desafios levantados para a **Extensão Rural**, pois este contexto conceitual interessa na medida em que

exige diversas capacidades de compreensão da realidade, assim como a adaptação de estratégias de intervenção em espaços de fronteira desenvolvidos na realidade rurbana. Isto significa refletir que as novas configurações no campo rural formam um contexto em que as classificações não estão dadas, e que vão exigir outra forma de gerar políticas públicas adequadas ao segmento rurbano, especialmente quando vemos que este setor procura se incorporar ao processo da Reforma Agrária.

Finalmente é importante destacar que essa abertura, em certo aspecto, está em fase embrionária no movimento social, pois nessa relação com a realidade rurbana, o movimento está se adaptando a esse mosaico cultural construído por esses personagens, e nessa adaptação metodológica o movimento social está se re-configurando internamente, numa atmosfera ambígua, arriscada e desafiadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo. O MST/RJ, o rural o urbano e a Pluriatividade. A evolução do espaço agrário fluminense e o lugar dos assentamentos rurais. Dissertação apresentada a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no curso de Pós- Graduação em desenvolvimento Agricultura e Sociedade CPDA para obtenção do título de doutorado. Rio de Janeiro, 2003.
- ANJOS, Flavio Sacco. Pluriatividade Enigmas e falsos dilemas. Estudos e Sociedade e Agricultura, nº17, Rio de Janeiro, CPDA UFFRJ, outubro, 2001. p54-81.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Cortez. 1995
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte, 2000.
- ARCHETTI, Eduardo. Una visión general de los estudios sobre el campesinado, In Archetti. Campesinado y estructuras agrarias en América Latina, Quito, Ceplades, 1981.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In Enciclopédia Einaudis, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.
- BARBOSA Priscila Faulhaber. Dialogues and masks: building up a sociological evaluation of the so called land of contrasts. Hist. cienc. saude-Manguinhos, vol.9 nº2, Rio de Janeiro, May/Aug. 2002.
- BARRIO Kátia e SOARES Marcy. As mulheres e os homens no mercado de trabalho metropolitano: Uma análise da região Metropolitana de Belo Horizonte. In, Soares. M, e Januzzi. J. As varias faces do mercado de Trabalho no Brasil, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2006. p6-35.
- BARTRA, Roger. Estrutura agrária e Clases sociales. DF-México, Era, 1982. p13.
- BASALDI, O. “Novas” e Tradicionais Atividades Agrícolas: algumas características do trabalho. In, Anais do 36º Encontro da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas-MG, 10 a 14 de agosto de 1998.
- BASTIDE Roger. Brasil Terra de Contrastes. 10º edição, Rio de Janeiro, DIFEL,1980.
- BENGOA, José. 25 años de estudios rurales. Instituto de Filosofía e Ciências Humanas–UFRGS.2005. Disponível; <http://www.scielo.br/scielo.php>. p5 e 36. Acesso em; 28/01/2005.

- BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In CAMPANHOLA Clayton e GRAZIANO da Silva. 2000. O Novo Rural Brasileiro e Políticas Públicas. Vol 4, São Paulo, Embrapa e UNICAM, 2000. p 93-116.
- BINIMELIS, Sebastián. Sociedad post-industrial y Dialectica campo-ciudad. Aportación al debate a modo de estado de la cuestión. Universitat de les Illes Balears Departament de Ciències de la Terra Palma. Revista Lurraldeinves, nº 23, ULB, Bilbao, 2000.
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO na Região Metropolitana de Belo Horizonte. PED/RMBH. Centro de Estatísticas e Informações (CEI) Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH, nº11. Convenio FJP/DIESSE/SEADE/SINE-MG, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro FJP, Nov, 2007. p1-18.
- BOURDIEU, Pierre. Capital cultural escuela y espacio social. DF-México, Siglo XXI, 2000. p37-40.
- BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha-MG (1888-1915). Revista de História regional, vol 9, nº 1, Uberlândia, 2005. p105-135.
- BRITO, Fausto. HORTA, Cláudia. Crescimento Demográfico, Migrações, e Distribuição Espacial da População. Seminário sobre a economia mineira, Belo Horizonte. Mimeo. p3.
- CARDOSO, Alessandra. ORTEGA Antonio. NEDER Henrique. Dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas no estado de minas gerais nas décadas de 1980 e 1990. 2007. Mimeo.
- CARDOSO, Roberto. Por uma sociologia do campesinado indígena no Brasil. Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología, 2, Enero - Feb. Revista Mexicana de Sociología, vol 32, nº1, 1970. p27-34.
- CARNEIRO, Maria José. Camponeses, produtores e pluriatividade, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Concurso de bolsa para pesquisadores seniores de América Latina e do Caribe. Buenos Aires, Clacso-Asdi, 2000^a.
- CARNEIRO, Maria José. Política de Desenvolvimento e o “Novo Rural”. In CAMPANHOLA Clayton e GRAZIANO da Silva. O Novo Rural Brasileiro. Políticas Públicas, vol 4. São Paulo, Embrapa Meio ambiente e UNICAM, 2000b. p117-148.

- CHAMBORREDON, Jean-Claude. Les Usages urbains de l'espace rural: du moyen de reproduction au lieu de récréation. Revue Francaise de Sociologie, vol XXI. In Duby George. Histoire de la France urbaine tome 5, La Ville aujourd'hui. Paris, Senil, 1985.
- CHAMPAGNE, Patrik. La restructuration de l'espace villageois., Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, 1975. p43-67.
- CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: O que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Mimeo.
- CORREIA, Luciana. Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação para obtenção do título de mestre, Belo Horizonte, 2004.
- DE CERTAU, Michel. La invención de lo cotidiano. México DF, Universidad Iberoamericana, 1996.
- DELGADO, Juan e GUTIÉRREZ, Juan. Metodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales. Madrid, editorial Sintesis, 1994.
- De Moraes, Dênis. Imaginário social e hegemonia cultural. Julho 2002. in Gramsci http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=297. Capturado em maio de 2007.
- DE PAULA, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, nº17, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, outubro, 2001. p33-53.
- DURAND Gilbert. O imaginário, Ensaio acerca das ciencias e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro, DIEFEL, 1999.
- DURAND, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do imaginário. Introdução a Arquetipologia, 3º ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- DURAND, Yves. L'exploration de L'imaginaire. In Pesavento Sandra. Em busca de outra historia: Imaginando o Imaginado. Revista Brasileira de Historia, vol 15, nº 29, São Paulo, 1995.
- ELIAS, Denise. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil. In, Eliseu Saveiro Sposito. et. All Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p279-303.
- Fundação de Amparo a Pesquisa Estado de Minas Gerais-FAPEMIG. Relatório de Pesquisa Gestão e Desigualdade e Governança. Escola de

- governo Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos. Vol I. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro FJP-Governo de Minas, 2000.
- Frank, André Gunder. *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press, 1969.
- GARLIPP A. e ORTEGA, A. A modernização da agricultura e a evolução do emprego no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In *Anais do 36º Encontro da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas Minas Gerais, 10 a 14 de agosto. 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.
- GOMES, Marcelo. "Excluídos": ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST, São Paulo. Dissertação apresentada a Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH para obtenção de título de doutorado. São Paulo, 2005.
- GÓMEZ, Sergio. Nueva Ruralidad? Un aporte al debate. *Estudios Sociedade e Agricultura*, nº 17, Rio de Janeiro, CPDA-UFRJ, outubro 2001. p5-33.
- GONZALES Elbio e BASTOS Maria Inês. O trabalhador volante na agricultura brasileira. In *Dep de Economia Rural FCA-Botucatu, A mão de Obra Volante na Agricultura*. São Paulo, Unesp-Polis. 1982. p35-56.
- GRAZIANO da Silva. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In *Stedile, João Pedro. (coord.) A questão agrária hoje*, Porto Alegre, UFRGS, 1994. p137-144.
- GRAZIANO da Silva. Viabilidade da reforma agrária em São Paulo. In *Stedile, João Pedro. (coord.) A questão agrária hoje*, Porto Alegre, UFRGS, 1994. p191- 203.
- GRAZIANO da Silva. O Novo Rural Brasileiro. *Revista Nova Economia*, nº7, Belo Horizonte, RNE, 1997a.
- GRAZIANO da Silva. Sobre a Delimitação do Rural e urbano no Brasil: Testando as aberturas Geográficas das novas Pnads. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia*, Brasília, CBES, 1997b.
- GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado de Rio de Janeiro (1950-1960). Dissertação apresentada a Universidade Federal de Rio de Janeiro, Departamento de PPGA /MN para obtenção do título mestre em antropologia social. Rio de Janeiro, 1987.
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes, 1987.

- GUEDES, Francis. Condições, modo de vida e renda no assentamento liberdade, periquito–MG fundamentação para a epidemiologia social. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Medicina Veterinária para obtenção de título de Mestre, Belo Horizonte, 2006.
- GUIMARÃES, Alberto. A crise Agrária, 3º ed. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- GUIRRO, S. Redefinições de funções e atividade do trabalho envolvido na pequena propriedade rural no estado de São Paulo; O caso em questão do município de Presidente Prudente. Revista Pegada, vol I, nº1, São Paulo, Outubro, 2000.
- HARVEY, David. A condição Posmoderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2º ed, São Paulo, ed Loyola, 1993.
- HERVIEU, Bertrand. e VIRAD, Jean. L'archipel paysan. Paris, Éditions de l'Aube, 2001.
- HERVIEU, Bertrand. Les agriculteurs. Paris, PUF, 1996.
- IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- IANNI, Octavio. A formação do proletário Rural no Brasil-1971. In Stedile. J.P.(Org) A questão Agrária no Brasil. O debate na esquerda -1960-1980. Vol II, São Paulo, Expressão Popular, 2005. p127-146.
- JANVRY, Alain. La economía política del desarrollo rural en América Latina: Una interpretación. In Eicher, Carl e Staatz, John (org.) Desarrollo agrícola en el Tercer Mundo. DF-México, Fondo de Cultura Económica,1990. p 103-118.
- JOLLIVET, Marcel. Dês ampagnes paysannes au rural "vert":naissance d'une ruralite pos industrielle. In: Jollivet Marcel. Vers um rural posindustrial: rural et environnement: dans huit pays européens. Paris, L'Harmattan,1997.
- KAYSER, Bernard. La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental, Paris, Armand Colin, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987. p37-45.
- LACASSE, Odete. Lês rapports urbains-ruraux et la construction de la modernité. Recherche sociographiques, vol XL, nº 3, Paris, 1989.
- LEACH, Edmund. A diversidade da antropologia. Lisboa, edições 70, 1989.

- LEHMANN, David. "Ni Chayanov ni Lenin: Apuntes sobre la teoría de la economía, campesina". Revista Estudios Rurales Latinoamericanos, Vol 3, nº1, 1980.
- LEITE, S. Et all. Impacto nos Assentamentos. Um estudo no Meio rural Brasileiro. São Paulo. NEAD, UNESP. 2004.
- LINART, Ana M. Êxodo Rural, fazendas e desagregação. In Estudos Sociedade e Agricultura, nº19, Rio de Janeiro, CPDA-UFRJ, outubro, 2002. p6-40.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. Revista Estudos Economicos, vol 37,nº2, São Paulo, REE, Abr-Jun, 2007.
- MAGALHÃES, David. Uma abordagem multinível sobre a localização e mobilidade residenciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional para obtenção de título de doutor, Belo Horizonte, 2002.
- MAGNANI, José. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme & Torres, Lilian de Lucca (orgs.)- textos de antropologia urbana, São Paulo, Eedusp,1996. p1-30
- MANÇANO, Bernardo F. Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro- Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST, 1979-1999. Dissertação apresentada a Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH para obtenção de título de doutorado. São Paulo, 1999.
- MANSINHO Maria Ines e SCHMID Luisa. Reinverter lê rural par l' environnement. In: Jollivet. Marcel. Vers um rural posindustrial: Rural et' environnement: dans huit pays européens, Paris, L' Harmmatan,1997.
- MARDENS, Terry. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition. Incorporating Social Relations into Economic Restructuring. Sociologia Ruralis, vol XXXIII (2/3), Paris,1992. p209-230.
- MARQUES, Robson. Mobilidade espacial da população e dinâmica do mercado imobiliário em Belo Horizonte e sua Região, no período 1970-1991; Uma contribuição a sua análise. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional para obtenção de título de mestre, Belo Horizonte, 1999.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, José Roberto do Amaral.

- História econômica da independência ao império, São Paulo, Hucitec, 1996.
- MATHEUS, Delwek. Uma outra concepção de Assentamento de Reforma Agrária: a Comuna da Terra. Trabalho de conclusão de curso de realidade brasileira a parti dos grandes pensadores de bras. Juiz de Fora, FSS/UFJF/MG-MS. 2003.
- MATHIEU N. e JOLLIVET. M. "De la question de la nature à la question de l'environnement". In Mathieu.N e Jollivet. M. (esd). Du rural à l'Environnement: La question de la nature aujourd'hui. Paris, L'Harmattan, 1989.
- MATHIEU, Nicole. La notion de rural et lês rapports ville/campagneen France; Les années quatre-vingt-dix. Economie Rurale, nº247, Setembro-outubro, 1998. p11-20.
- MATOS, Ralfo. Evolução Urbana e Formação Econômica de Belo Horizonte, Texto para discussão nº64, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1992.
- MATOS, Ralfo. SATHLER Douglas. e UMBELINO Glauco. Urbano influente e rural não-agrícola em Minas Gerais, CEDEPLAR/UFMG, Disponível em: <www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab353.pdf> Acesso em: 10 Nov 2007
- MAZZETTO, Eduardo. Relatório intermediário da pesquisa "A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na região metropolitana de belo horizonte e seu entorno. Pesquisa CNPQ. Instituto de Geociências(IGC)/UFMG, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2007. Mimeo.
- MEDEIROS, Leonildes. A questão da Reforma Agrária no Brasil, São Paulo 1955-1964. São Paulo, FfCL/USP, 1983.
- MEDEIROS. Et all, Luta pela terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In Medeiros e Leite (Org). A formação de Assentamentos Rurais no Brasil, Processos Sociais e Políticas Públicas, Rio Grande do Sul, Editora da Universidade UFRGS, 1999.
- MELATTI, Julio. A Antropologia no Brasil: Um Roteiro o que se Deve Ler. Revista Ciências Sociais no Brasil, vol III, São Paulo, Cortez-ANPOCS, 1990. p123-211.
- MENDOÇA, Laura. Fatores determinantes do Êxodo Rural Mineiro 1960/1980. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional para obtenção de título de mestre, Belo Horizonte, 1996.

- MENDRAS, Henrri. Sociologia do Meio Rural, Traduzido por Darcy da Silva. In Mendras, H. Gurvitch. G. Courtin, P. Bose, S. Sociologia Rural, Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p41-65.
- MENDRAS, Henrri. La pluriactivité dans les familles agricoles. Paris, ERF Editions, 1984.
- MINAS GERAIS DO SECULO XXI. O ponto de partida. Banco de desenvolvimento de Minas Gerais, Vol I, Belo Horizonte, Governo de Minas Gerais, 2000.
- MINAS GERAIS DO SECULO XXI. Reinterpretando o espaço Rural Mineiro. Banco de desenvolvimento de Minas Gerais, Vol II, Belo Horizonte, Governo de Minas Gerais, 2000.
- MINGIONE, Enzo. e PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do Urbano e do Rural. Alguns exemplos e implicações teóricas. Revista Critica de Ciências Sociais, nº 22, abril, 1987. p83-99.
- MIRANDA da Silva, Jaime. A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): a Copserviços no sudeste de Para. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Programa de Pós-graduação Em Extensão Rural para obtenção de título de mestre, Viçosa, 2008.
- MORMONT, Marc. Rural nature and urban nature. Sociologia Ruralis. Vol XXVII, nº1, 1987. p3-20.
- MORMONT, Marc. Vers une redéfinition du rural. Recherches Sociologiques. Vol XX, nº3, 1989. p331-350.
- MOURA, Margarida. Os deserdados da terra; A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo, Hucitec-Educ, 1989.
- MURMIS, M. Tipologia de pequenos produtores campesinos em América Latina. In César Peón (comp). Sociologia rural latinoamericana. Hacendados y campesinos, Buenos Aires, Ceal,1992. p82.
- NOVICKI, V. O estudo de luta pela terra no Rio de Janeiro. Primeiro Governo de Brizola 1983-1987, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.
- OLIVEIRA, André. Dez anos de pesquisa de emprego e desemprego PED, na região metropolitana de Belo Horizonte; Tempos difíceis para os ocupados. In, Soares. M, e Januzzi. J. As varias faces do mercado de Trabalho no Brasil, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2006. p100-116.

- PERPÉTUO, Carolina. Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: O que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Mimeo.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy.. Em busca de outra historia: Imaginando o Imaginado, Revista Brasileira de Historia, vol 15, nº 29, São Paulo, 1995.
- PLAMBEL. Estrutura Urbana da RMBH Diagnostico e Prognóstico. O processo de formação do espaço urbano 1897-1985. Vol I, Belo Horizonte, Governo de Minas, 1985.
- PLAMBEL. Considerações sobre a questão Habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Governo de Minas, 1987.
- PLAMBEL. Estrutura Urbana da RMBH Diagnostico e Prognóstico. O processo de formação do espaço urbano 1995- 2002. Vol II, Belo Horizonte, Governo de Minas, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- QUEIROZ Eliza e LEMOS Mauro. A família no processo de urbanização do rural. XXXVIII Congresso da SOBER e X IRSA World Congress of Rural Sociology. 30 de julho a 5 de agosto mesa 01323, Rio de Janeiro, Sober, 2000.
- QUEIROZ, Eliza. Pluriatividade e inserção das famílias rurais no processo de urbanização do rural: Uma aplicação de técnicas estatísticas de análise multivariada para Minas Gerais. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional para obtenção de título de mestre, Belo Horizonte, 2003.
- QUIVY, R. & CAMPENLOUH, L. Manual de investigación en ciencias sociales. DF-México, Luminosa, 2000. p184.
- RAMBAUD, Placide. Société rurale et urbanisation. Paris, Seuil, 1969.
- REDIFIELD, Robert. The little community and peasant society and culture. Chicago, Phonix books University of Chicago Press, 1960.
- RELATÓRIO PASTORAL DE RUA. II censo de população de rua e pesquisa qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte 2006. (Org), Ministério de Desenvolvimento Social, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, INDS, 2007.

- RÉMY, Jean. "Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux". Recherches Sociologiques (Louvain), vol. XX, n°3, Paris, 1989.
- RÉMY, Jean. Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: La métamorphose des relations villes/campagne. Espaces et Sociétés, n°72, Paris, 1993. p31-47.
- RIBEIRO, E. Et all. Dinâmica do trabalho rural nas regiões mineiras 1980/1990; Capturado <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/ribeiro.pdf>. Acesso em: 10 Nov 2007a.
- RIBEIRO, E. Atividades não Agrícolas e Setores de Ocupação de Dirigentes Rurais Mineiros: Uma Nova Leitura de Antigas Pesquisas. Disponível em: <www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab353.pdf> Acesso em: 07dez. 2007b.
- RIGOTTI, Jose e AMORIM, Filho. Minas Gerais do Século XXI; Aspectos Demográficos do Espaço Rural. Vol II, Cap 3, Belo Horizonte, BDMG, 2002. p103.
- RODRIGUES Elizabeth. e TUBALDINI Maria Aparecida. Conflitos e interação rural-urbana nos nichos agrícolas da agricultura metropolitana de Ibirité –MG, 2000. Mimeo.
- RODRÍGUEZ G, GIL J, GARCÍA E. Metodología de la investigación cualitativa. Málaga, Aljibe, 1999.
- ROMEIRO, Ademar. O mercado de Terras. Brasília, IPEA, 1994.
- RUIZ, J, I. Metodología de la investigación cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1996.
- SABOUIRIN, Eric. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. Estudos Sociedade e Agricultura, vol.13, n° 2, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, 2005, p161-189.
- SACCO, Dos Anjos Flavio. Pluriatividade: enigmas e falsos dilemas, Estudos Sociedade e Agricultura, n°17, Rio de Janeiro, CPDA UFRRJ, outubro, 2001. p54-81.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. La Reforma Agrária en América Latina: una revolución frustrada. Revista Obsevatorio Social de América Latina Reforma Agraria y lucha por la tierra en America Latina – Território y movimientos sociales, n°16, Buenos Aires, CLACSO, 2005. p15-22.
- SAMPAIO, H. O rural e o urbano considerações teóricas e implicações no universo dos grupos de Coco-de Roda. Revista Política e Trabalho, n° 16, Rio de Janeiro, RVT, Setembro. 2000. p 153.

- SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, Ceará, SOBER, 2006.
- SILVA, José. e RODRIGUES, Vera. A problemática do Bóia Fria uma revisão bibliográfica. In Dep de Economia Rural FCA-Botucatu, A mão de Obra Volante na Agricultura. São Paulo, Unesp-Polis, 1982. p56-77.
- SIQUEIRA, Deis.& OSORIO, Rafael. O conceito do rural. Em uma nova ruralidade para América Latina?. Mimeo.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFHC nº17, Campinas, IFHC – UNICAMP, 1985.
- SMITH, Roberto. Propriedade da Terra, Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SOROKIN, P. ZIMMERMAN, C. GALPIN, C. “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano” in Martins, José de Souza (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec. 1986.
- SOUSA, Elieth. Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: O caso de Bairro Metropolitano. Dissertação apresentada a Pontifícia Universidade Católica MG, Faculdade de Ciências Sociais em gestão em cidades para obtenção de título de mestre, Belo Horizonte, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII, São Paulo, Hucitec, 1982.
- STEDILE, João Pedro. MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SUGIMOTO, Luiz. O Novo Mundo Rural. Campinas: Jornal da Unicamp, julho, 2000.
- TEIXERA, Vanessa. Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado de Rio de Janeiro. Dissertação apresentada a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no curso de Pós-Graduação em desenvolvimento Agricultura e Sociedade CPDA para obtenção do título de mestre, Rio de Janeiro, 1998.
- TURATTI, Maria Cecília. Os filhos de lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos de MST. São Paulo, Alameda, 2005.
- TURNER, Victor. *The Forest of Symbols; Aspects of Ndembu ritual.* London, Cornell University Press Ithaca, 1967.

- URUSSHIMA, Andréa. Projeto de agrovila para Assentamento Clarice Lispector-MST. Trabalho final de graduação apresentada a Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura, São Paulo, 2000.
- VELASCO, H. e DÍAZ de Rada, A. La lógica de la investigación etnográfica; un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrit, Trolla, 1997.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- WACQUANT, Loic. Da América como Utopia às avessas. In Bourdieu P. et all. A miséria do mundo, 2º edição. Petrópolis, Vozes, 1998. p167-144.
- WACQUANT, Loic. Los Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires, Manantial, 2001.
- WACQUANT, Loic. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo. In Santana M. & Ramalho J. et all. Além da fábrica trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boi tempo, 2003. p72-89.
- WANDERLEY, Maria Nazaret Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, Rio de Janeiro, CPDA-UFRJ, 2000. p87-147.
- WOLF, Eric. Las luchas campesinas del siglo XX, DF-México, Siglo XXI, 1987.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS.

- O Trecheiro, nº 16, ano V, Jan, 1995. p2.
- O Trecheiro, nº 36, ano VI, Set, 1996. p3.

ANEXOS.

01; MATRIZ DE ENTREVISTAS.

MATRIZ DE ENTREVISTA PARA SUJEITOS NA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA.

HISTÓRICO:

Nome; Apresentação.

- Desde quando que participa na organização.
- Que motivo ao Sr(a) a participar nesta ocupação.
- Qual é seu cargo.

- Sua família ou vc tem histórico com a terra ou com a cidade

TRAJETÓRIAS: PROCEDÊNCIA, MIGRAÇÃO CIDADE CAMPO:

- De que cidade-favela vc provem
- Antes de chegar aqui, vc morou em outras cidades ou estados.
- (para cidadela): vc moraria no campo.
- (para acampado mst): Qual foi o trajeto para chegar ao campo.

IMAGINÁRIO:

- Que representa para vc a cidade e o campo.
- (Para cidadela) Vc ocuparia uma área rural, porque
- Vc participaria com MST para fazer uma ocupação de terra.
- (para todos);Porque uma pessoa da cidade ocupa o campo
- (para todos);Que significa para vc uma pessoa urbana ocupar o campo.
- Que coisas vc perde ou ganha ocupando o campo
- (Para cidadela); Porque não procurar alternativas.
- O fato de ocupar o campo gera ou gerou medos, expectativas outros.
- (Para cidadela); Esta disposto a se transformar em sem terra.
- (Para cidadela); é problemático passar de sem a teto a sem terra.
- Que vai acontecer com o vínculo com a cidade.
- Como funciona o vínculo com a cidade.
- (Para acampados -assentados): tem memória rural - familiar
- (Para acampados- assentados):Quais lembranças de sua vida tem mais valor; As do campo ou da cidade.
- Como imagina sua vida no campo e na cidade na atual ou futura situação.
- Que espera do campo e da cidade
- (Em caso de ser jovem): Você desenvolve algum tipo de arte urbano, existe um impedimento da organização para desenvolver este arte.
- (Para acampados-assentados): Sua condição urbana gerou algum tipo de problema com MST ou com outros assentados para permanecer no campo.
- (Para todos) Será necessário assumir um estilo de vida rural, como condição para ocupar a cidadela.
- Para permanecer no campo, vc se apropriaria do estilo de vida rural.

TRABALHO

- (Para todos); Qual é seu trabalho atual.
- As pessoas da cidade podem contribuir com seu trabalho a reforma agrária
- Que opina de ter pessoas da cidade no campo.
- (Para todos) Conhece o trabalho do campo.
- (Para acampados-assentados) Desenvolve trabalho urbano e trabalho rural na ocupação.
- (Para acampados-assentados)Desenvolve trabalho na cidade.
- (Para acampados-assentados)Essa situação gera problema com MST
- (Para acampados-assentados)Como se resolve essa situação.
- Se sente discriminado por outros acampados
- (Para rurbano); pretende continuar com seu ofício atual no futuro acampamento sem terra ou pretende desenvolver trabalho só na cidade.
- Qual vai ser sua renda principal o trabalho da cidade ou do campo.

- Para MST o fato da ocupação agrícola seja apenas um lugar de moradia e problemático como pretende resolver isto.
- Em caso de sentir discriminação por parte de MST ou outros acampados que pretende fazer
- Ocupar depende da possibilidade de realizar trabalho urbano.
- (Para todos); vcs aceitam os ofícios rurais nas áreas.
- Vc trabalharia a terra, porque.
- Conhece a agricultura familiar e agroecologia.
- estaria disposto a exercer a agroecologia ou a agricultura familiar como renda principal.

Política.

- Antes de vir aqui, participava de uma organização.
- Qual é a forma de participação dentro da ocupação
- Quais são os problemas que enfrenta até agora para ficar no campo
- O MST aceita o sair da área para trabalhar na cidade, mas com dificuldade.
- MST tem como princípios o trabalho coletivo, trabalho na terra, em caso de não concordar com estes princípios qual seria a negociação que vc propõe.
- O Pronaf não entrega créditos de consumo para sujeitos que praticam pluriatividade, isso obrigaria a vc negar sua renda da cidade, esse seria um impedimento para vc continuar no campo.

IDENTIDADE.

- Vc tem origem urbana.
- Vc se sente urbano ainda.
- Vc esta disposto a se transformar em camponês
- Estar em MST o faz sentir camponês.
- Na área vc é camponês ou urbano.
- Esso poderia gerar problemas com MST
- Vc perdeu sua identidade urbana por estar no campo.
- Vc ficaria só na terra
- Vc se identifica com a terra.
- Vc vai para a cidade com frequência
- Quando vai para a cidade é urbano, e quando esta na rosa é camponês.
- Vc sente que está na cidade e no campo ao mesmo tempo.
- Isto poderia gerar problemas com MST.
- Na cidade sente algum tipo de discriminação pelo fato de estar no campo.

MATRIZ DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS ESTADUAIS DE MST E DAS BRIGADAS POPULAR E MORADORES DE RUA; DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA.

HISTÓRICO:

- Nome; e cargo.
- Desde quando que participa na organização.
- Tem histórico familiar com a terra ou com a cidade.
- Quando, como, e porque começaram as ocupações de terra com população da cidade. (foi conjuntural ou planejado).
- Qual é a posição da (DE) sobre a proposta de ocupar uma área urbana (cidadela) com moradores de rua, em aliança entre MST e as Brigadas Populares, num município encostado no BH.
- MST-MG, esta preparada para esta atual conjuntura.

IMAGINÁRIO:

- Que representa o campo e a cidade para vc e sua organização.
- Qual era o perfil de trabalhador rural nas primeiras ocupações do MST no estado.
- Quais foram as expectativas geradas pela participação de sujeitos urbanos na cidade no campo.
- Qual é a avaliação até agora da (DE), sobre a participação de sujeitos da cidade no campo.
- Para a (DE) a condição urbana gerou algum tipo de problema com MST ou com outros assentados para permanecer no campo.

- Como se negociou estas dificuldades.
- Para (DE) será necessário assumir um estilo de vida rural, como condição para ocupar o campo.
- O perfil do acampado rural esta mudando no interior de MST, como a cidadela este perfil se tencionam ainda mais; com lumpem e morador de rua, e favelados como pretendem enfrentar esta situação.
- Quais são as transformações que sua organização com estas ocupações
- Quais são as transformações que sua organização estaria disposta a permitir com incorporação dos moradores de rua e favelados por meio dessa ocupação.
- Com a ocupação de sujeitos da cidade se passaria de sem a teto a sem terra.
- Cave arte urbana, nas áreas de MST.
- Cave arte rural na área de Brigada Popular
- O MST tem como princípios ideais a agroecologia e agricultura familiar nas áreas, como se instalam em pessoas das cidades que não estejam dispostas a assumi-las.
- Agricultura familiar quando não existe família.
- Os símbolos de MST historicamente colocam a cidade como coisa ruim e o campo como coisa boa; que acontece com os intercâmbios e vínculos dos acampados com a cidade, inclusive aqueles que praticam trabalhos urbanos nas áreas, isso faria repensar os símbolos ideais de MST.
- Com a experiência da cidadela; A relação campo cidade, modifica a forma de pensar as lutas pela reforma agrária e reforma urbana.
- Quais são as experiências da comuna da terra (SP) que se podem resgatar para decidir futuras estratégias de ação.

TRABALHO

- Se permite o trabalho urbano dentro das áreas.
- Se permite o trabalho urbano como geração de renda exclusiva dentro das áreas.
- Existe discriminação para aqueles trabalhadores urbanos dentro da área
- MST aceita que o sujeito sai da área para trabalhar na cidade, mas gera tensão quais são elas.
- MST aceita trabalho urbano dentro das áreas, mas sempre e quando o trabalho na rosa seja a renda principal, que acontece caso contrario.
- O assentado pode subsistir exclusivamente do trabalho urbano; especialmente na cidadela, quando depende da possibilidade de realizar trabalho urbano na cidade.
- Essa situação poderia gerar problemas com MST, como se chega a consenso.
- As pessoas da cidade podem contribuir com seu trabalho na reforma agrária.
- O trabalho não agrícola nas áreas, pode ser considerado uma saída para garantir a permanencia das pessoas no campo.
- A pessoa da cidade que não opte por praticar trabalho agrícola (ou seja trabalhar a terra) pode ser trabalhador rural. Nesse contexto é possível deixar a exclusividade do trabalho da terra como umas das marcas de MST.
- Gerner coloca que alta DST urbano (na era fordista) contribui com o trabalho associativo nas áreas a diferencia do camponês tradicional, mas hoje são sub desempregados que os distingue desse perfil. Isso pode afeitar ao trabalho coletivo nas áreas.
- MST estabelece como estratégia produtiva a agroecologia, e a agricultura familiar como princípios produtivo, como se chega a consenso. com aqueles sujeitos que não estão disposto a exerce-la como renda principal.

POLÍTICA:

- O tema de trabalhadores das cidades ocupando áreas rurais de MST é pauta de prioridade nas reuniões da DE nos últimos 05 anos.
- Considerando que na regional metropolitana de MST o perfil dos assentados e acampados tem um considerável caráter citadino, por que o baixo numero de projetos de investimentos de agricultura urbana.
 - Em termos políticos que se espera da cidadela; seria uma ocupação sem terra ou uma ocupação das brigadas.
 - Em relação a cidadela; Quais são as negociações com a outra organização para não descaracterizar a luta do movimento.

- Que praticas orgânicas dentro das áreas do movimento se modificam com a incorporação da cidadela, quais são as negociações que se gerem com os atores.
- Quais são as formas de participação possíveis dentro da área para a população urbana.
- MST tem como princípios o trabalho coletivo, trabalho na terra, em caso que o sujeito não concordar com estes princípios qual seria a negociação que se visualiza.
- O Pronaf não entrega créditos de consumo para sujeitos que praticam pluriatividade, este obrigaria ao sujeito a negar a renda urbana. Qual é posição do movimento sobre isto

IDENTIDADE:

- Com a incorporação de trabalhadores da cidade no campo a identidade política de sua organização estaria se transformado (por exemplo MST, assentamentos de 1000 famílias, com pouco numero de terra por lote).
- A organização esta preparada para assumir os custos desta transformação.
- Esta situação implica modificações na forma de fazer política.
- Existe a possibilidade que um morador de cidade esteja no MST sem se sentir camponês. O uso de identidade descartável de sujeitos que vão do campo a cidade permanente seja por motivos de trabalho etc, (num momento, nem urbana nem sem terra) modificaria a identidade do movimento.
- O acampado pode ser citadino e camponês ao mesmo tempo.
- Esses fatos podem gerar discriminação ou dissenso com MST.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)